

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THIAGO FIDELIS

**A CRISE IMPRESSA: O GOVERNO JOÃO GOULART PELAS
PÁGINAS DO JORNAL *ULTIMA HORA* (1961-1964)**

**MARINGÁ
2025**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

THIAGO FIDELIS

**A CRISE IMPRESSA: O GOVERNO JOÃO GOULART PELAS
PÁGINAS DO JORNAL *ULTIMA HORA* (1961-1964)**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em História.

Orientação: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

MARINGÁ
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F451c

Fidelis, Thiago

A crise impressa : o governo João Goulart pelas páginas do jornal *Última Hora* (1961-1964) / Thiago Fidelis. -- Maringá, PR, 2025.
257 f. : il., figs.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Última Hora (Jornal). 2. João Goulart, 1918-1976. 3. Brasil - História - Golpe civil-militar, 1964. 4. Cultura política. I. Bertonha, João Fábio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981

THIAGO FIDELIS

**A CRISE IMPRESSA: O GOVERNO JOÃO GOULART PELAS
PÁGINAS DA *ULTIMA HORA* (1961-1964)**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá como
requisito parcial para a obtenção do título de doutor em
História.

Data da Defesa: ___/___/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Fábio Bertonha
Professor Orientador – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dr. Alberto Pena Rodríguez
Universidade de Vigo (Espanha)

Prof. Dr. Ângelo Aparecido Priori
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio
Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP)

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

**Ao Thomas e ao Thales: obrigado por representarem a esperança de um mundo melhor
e encherem ainda mais de amor e alegria a vida do papai.**

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Fábio Bertonha, pela valiosa parceria, paciência e cumplicidade ao longo caminho entre os primeiros esboços e a tese em definitivo.

Aos Professores Doutores Ângelo Priori e Reginaldo Benedito Dias, pelos apontamentos feitos ao trabalho na qualificação, que foram fundamentais para a organização da tese, além das indicações feitas na banca.

Ao Prof. Dr. Alberto Pena Rodríguez e ao Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio, pelas correções indicadas na banca e pelo acompanhamento, desde meu doutorado anterior até esse momento.

Aos funcionários da Pós-Graduação em História e da Biblioteca do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, por todos os serviços prestados e pela ajuda concedida desde o início da escrita.

Aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em História, pelos diálogos e trocas em todos esses anos.

A todos os colegas docentes desses últimos anos, por todas as trocas e experiências vividas ao longo de todos esses anos. Também estendo esse agradecimento aos discentes, com os quais aprendi enormemente ao longo de todo esse tempo.

Aos meus pais Valdeci e Suely e ao meu irmão Henrique, por todo o apoio e suporte ao longo de toda a minha vida, em especial durante a trajetória acadêmica. São meu alicerce e referência para toda a vida, amo-os profundamente.

Aos familiares e amigos que, mesmo distantes, caminharam comigo ao longo do tempo. Ainda que tenha a distância física, certamente vocês também estiveram comigo nessa trajetória. E em especial para os que partiram: Vô Alceu, Tio Valdir e Tia Zenaide. Se a existência física não é mais uma realidade, certamente nunca deixarão de viver em minha memória, e sempre de maneira positiva.

Aos meus filhos Thomas e Thales, que nasceram durante o processo de escrita. Papai esteve ausente em muitos momentos por conta da tese e peço perdão por isso. Ainda sim, amo muito meus “filhotinhos” e, sempre, em todas as circunstâncias, tudo será por vocês.

Por fim, à Flávia, amor de toda a vida e companhia que, mesmo com todas as dificuldades vividas nesse tempo da escrita, sempre esteve ao meu lado, sendo meu porto seguro nas piores tormentas. Amo-te intensamente.

Ao que parece, todos, conspiradores e governistas, acreditaram que se tratava de mais uma intervenção militar à brasileira: cirúrgica, de curta duração, que logo devolveria o poder aos civis, em um ambiente político “saneado”, como as direitas gostavam de dizer. Em 1945, tinha sido assim. Em 1954, em certa maneira, também. Em ambos, a queda de Vargas, provocada pela combinação de crise política promovida por golpistas, não tinha aberto o caminho para uma ditadura militar de direita. Em 1964, os sinais eram outros.

Marcos Napolitano – 1964: História do Regime Militar Brasileiro

“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.”

Carolina Maria de Jesus – O Quarto de Despejo

*Viva o Brasil
Onde o ano inteiro
É primeiro de abril*

Millôr Fernandes – Poemas

RESUMO

Esta tese tem como principal objetivo analisar como o jornal *Ultima Hora* (UH) retratou e construiu, em suas páginas, fatos e acontecimentos relacionados ao mandato presidencial de João Goulart (1961-1964), popularmente conhecido como *Jango* e que foi deposto por um golpe de Estado organizado por grupos civis e militares. A justificativa para a pesquisa vem da necessidade de se pensar em um contraponto, uma vez que grande parte das pesquisas sobre a relação entre imprensa e golpe de 1964 é voltada aos jornais de maior circulação do país, que eram abertamente a favor desse ato e, além de apoiarem diretamente as ações dos grupos por detrás desse movimento, participaram diretamente das tramas que culminaram com o fim da democracia no país. O UH, que fazia parte do quadro de periódicos com maior tiragem do Brasil, não seguiu esse roteiro: a publicação, fundada em 1951 por Samuel Wainer, tinha como principal pressuposto político garantir, no campo da imprensa, um espaço favorável para a divulgação e criação de notícias e fatos positivos para Getúlio Vargas, então presidente que contava com a ojeriza da imprensa em geral, sobretudo, por conta de suas ações enquanto ditador durante o *Estado Novo* (1937-1945). Embora o UH não fosse dedicado somente à política ou à defesa de Vargas, esse aspecto era uma parte fundamental do jornal, que manteve essa perspectiva após o suicídio do mandatário e que é o principal aspecto para compreender seu apoio ao governo Jango, uma vez que esse havia sido apontado, pelo próprio Vargas, como seu “herdeiro político”. O principal conceito adotado para a análise desse contexto foi o de cultura política, termo criado pelos cientistas sociais Gabriel Almond e Sidney Verba, sendo ressignificado pela historiografia francesa e muito utilizado nas análises no Brasil, tendo como pauta que não é somente aspectos ligados à política que definem a ideologia ou a atuação de um determinado grupo: perspectivas de outras ordens, campos e estruturas distintas, influenciam e direcionam inúmeros pontos dentro de uma cultura política, trazendo questões hierárquicas e bases de diferenciação em um mesmo lado. Olhando para um aspecto mais longo em perspectiva temporal, partiu-se do princípio, na tese, que o golpe civil-militar de 1964 é o encerramento de um ciclo iniciado em 1930, com mudanças propostas no país a partir da ascensão de grupos da sociedade civil ao poder, tendo como nome de destaque o político gaúcho Getúlio Vargas. Dentro dessa temporalidade, foram pensados cinco tipos de culturas políticas centrais no país: liberal-autoritária, militar, católica, comunista e trabalhista, sendo que o UH estava inserido neste último tipo. Longe de delimitar uma lógica linear e definitiva sobre o tema, a ideia foi direcionar, de maneira mais propositiva, as disputas cadentes no período, concluindo que o golpe foi uma movimentação das culturas políticas liberal-autoritária, militar e católica contra as trabalhista e comunista, ainda que com variáveis e exceções bastante marcantes ao longo desse processo. Por fim, a tese buscou trazer, como principal contribuição, a conclusão de que o UH foi parte atuante de uma estratégia da cultura política trabalhista em fortalecer a imagem do governo Jango, colocando-o como um grande estadista e que todas as suas ações pautavam-se na ideia de tornar o Brasil um país mais desenvolvido economicamente e menos desigual socialmente, o que causava incômodo aos opositores que não vislumbravam (e não queriam) um país diferente.

Palavras-chave: Ultima Hora; João Goulart; Golpe civil-militar; Cultura Política.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze how the newspaper *Ultima Hora* (UH) portrayed and constructed, in its pages, facts and events related to the presidential term of João Goulart (1961-1964), popularly known as Jango, who was deposed by a coup d'état organized by civilian and military groups. The justification for the research comes from the need to think of a counterpoint, since much of the research on the relationship between the press and the 1964 coup focuses on the country's largest circulation newspapers, which were openly in favor of this act and, in addition to directly supporting the actions of the groups behind this movement, directly participated in the plots that culminated in the end of democracy in the country. UH, which was one of the newspapers with the largest circulation in Brazil, did not follow this script: the publication, founded in 1951 by Samuel Wainer, had as its main political premise to guarantee, in the press, a favorable space for the dissemination and creation of news and positive facts for Getúlio Vargas, then president who had the dislike of the press in general, especially because of his actions as dictator during the *Estado Novo* (1937-1945). Although UH was not dedicated solely to politics or to the defense of Vargas, this aspect was a fundamental part of the newspaper, which maintained this perspective after the president's suicide and which is the main aspect for understanding its support for the Jango government, since the latter had been appointed by Vargas himself as his "political heir". The main concept adopted for the analysis of this context was that of political culture, a term created by social scientists Gabriel Almond and Sidney Verba, which was reinterpreted by French historiography and widely used in analyses in Brazil, with the aim that it is not only aspects linked to politics that define the ideology or actions of a given group: perspectives from other orders, fields and distinct structures influence and direct numerous points within a political culture, even bringing up hierarchical issues and bases of differentiation on the same side. Looking at a longer aspect in temporal perspective, it was assumed, in the thesis, that the civil-military coup of 1964 is the end of a cycle that began in 1930, with changes proposed in the country from the rise of civil society groups to power, with the prominent name being the politician from Rio Grande do Sul Getúlio Vargas. Within this temporality, there were five types of political cultures were considered as central to the country: liberal-authoritarian, military, Catholic, communist and labor, with UH being included in the latter type. Far from delimiting a linear and definitive logic on the subject, the idea was to direct, in a more proactive manner, the disputes that were falling during the period, concluding that the coup was a movement of the liberal-authoritarian, military and Catholic political cultures against the labor and communist ones, although with quite notable variables and exceptions throughout this process. Finally, the thesis sought to bring, as its main contribution, the conclusion that UH was an active part of a strategy of the labor political culture to strengthen the image of the Jango government, positioning him as a great statesman and that all his actions were based on the idea of making Brazil a more economically developed and less socially unequal country, which caused discomfort to the oppositionists who did not envision (and did not want) a different country.

Keywords: *Ultima Hora*; João Goulart; Civil-military coup d'état; Political Culture.

RESUMÉN

El objetivo principal de esta tesis es analizar cómo el periódico Última Hora (UH) retrató y construyó, en sus páginas, hechos y eventos relacionados con el mandato presidencial de João Goulart (1961-1964), conocido popularmente como Jango, quien fue depuesto por un golpe de estado organizado por grupos civiles y militares. La justificación de la investigación proviene de la necesidad de pensar un contrapunto, ya que gran parte de la investigación sobre la relación entre la prensa y el golpe de 1964 se centra en los periódicos de mayor circulación del país, que se mostraron abiertamente a favor de este acto y, además de apoyar directamente las acciones de los grupos impulsores de este movimiento, participaron directamente en las conspiraciones que culminaron en el fin de la democracia en el país. UH, uno de los periódicos de mayor circulación en Brasil, no siguió este guion: la publicación, fundada en 1951 por Samuel Wainer, tenía como principal premisa política garantizar, en la prensa, un espacio favorable para la difusión y creación de noticias y hechos positivos para Getúlio Vargas, entonces presidente, quien contaba con la antipatía de la prensa en general, especialmente debido a sus acciones como dictador durante el Estado Novo (1937-1945). Aunque UH no fue dedicado exclusivamente a la política o a la defensa de Vargas, este aspecto fue fundamental para el periódico, que mantuvo esta perspectiva tras el suicidio del presidente y es el principal factor para comprender su apoyo al gobierno de Jango, ya que este había sido designado por el propio Vargas como su "heredero político". El concepto principal adoptado para el análisis de este contexto fue el de cultura política, término creado por los científicos sociales Gabriel Almond y Sidney Verba, que fue reinterpretado por la historiografía francesa y ampliamente utilizado en análisis en Brasil, con el objetivo de que no sean solo los aspectos vinculados a la política los que definen la ideología o las acciones de un grupo determinado: perspectivas de otros órdenes, campos y estructuras distintas influyen y dirigen numerosos puntos dentro de una cultura política, incluso planteando cuestiones jerárquicas y bases de diferenciación en el mismo bando. Desde una perspectiva temporal más amplia, la tesis asumió que el golpe cívico-militar de 1964 marca el fin de un ciclo iniciado en 1930, con cambios propuestos en el país a partir del ascenso al poder de grupos de la sociedad civil, cuyo nombre destacado fue el político riograndense Getúlio Vargas. Dentro de esta temporalidad, hubo se consideraron cinco tipos de culturas políticas centrales para el país: liberal-autoritaria, militar, católica, comunista y obrera, incluyendo la UH en esta última. Lejos de definir una lógica lineal y definitiva sobre el tema, la idea fue dirigir, de forma más proactiva, las disputas que surgieron durante el período, concluyendo que el golpe fue un movimiento de las culturas políticas liberal-autoritaria, militar y católica contra las obrera y comunista, aunque con variables y excepciones bastante notables a lo largo de este proceso. Finalmente, la tesis buscó, como principal contribución, concluir que la UH formó parte activa de una estrategia de la cultura política obrera para fortalecer la imagen del gobierno de Jango, posicionándolo como un gran estadista, y que todas sus acciones se basaron en la idea de hacer de Brasil un país más desarrollado económicamente y con menos desigualdad social, lo que generó malestar entre los opositores que no imaginaban (ni deseaban) un país diferente.

Palabras-clave: Última Hora; João Goulart; Golpe cívico-militar; Cultura Política.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACB	Ação Católica Brasileira
AI	Ato Institucional
AIB	Aliança Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BB	Banco do Brasil
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CM	Correio da Manhã
CONCLAP	Conselho Superior das Classes Produtoras
CP	Correio Paulistano
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DA	Diários Associados
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DN	Diário Nacional
DOP	Departamento Oficial de Propaganda
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
DRIL	Directório Revolucionário Ibérico de Libertação
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional
FP	France Press
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IAPB	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MTR	Movimento Trabalhista Renovador

OEA	Organização dos Estados Americanos
OESP	O Estado de S. Paulo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDC	Partido Democrata Cristão
PEI	Política Externa Independente
PL	Partido Liberal
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
POT	Partido Orientador Trabalhista
PRP	Partido da Representação Popular
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAPS	Serviço de Apoio à Previdência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência da Política Agrária
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tribuna da Imprensa
UDN	União Democrática Nacional
UH	Última Hora
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UP	United Press
UPI	United Press International
USP	Universidade de São Paulo

Lista de Imagens

Imagem 01	Capa da edição de 01 de março de 1949 de <i>O JORNAL</i>	74
Imagem 02	Capa da primeira edição do Última Hora, 12/06/1951	75
Imagem 03	Capas da primeira edição do dia 24/08/1954 e da segunda edição do dia seguinte do UH	83
Imagem 04	Capas das edições dos dias 31/08/1961 e 01/09/1961 do UH	106
Imagem 05	Propagandas veiculadas no UH nas edições de 10/12/1962 e 04/01/1963	124
Imagem 06	Capa da primeira edição do dia 04/04/1962 do UH	164
Imagem 07	Capas das edições do dia 05/04/1962 do UH	165
Imagem 08	Pontos da declaração em conjunto entre os ambos os presidentes, publicada na edição do dia 06/04/1962 do UH	167
Imagem 09	Ênfase do UH na chegada de Jango, sob festa, em Nova Iorque, na edição de 06/04/1962	168
Imagem 10	Capa da primeira edição do UH, do dia 10/04/1962	171
Imagem 11	Destaque da parte superior da capa da primeira edição do UH do dia 12/04/1962	175
Imagem 12	Cinco pontos elencados por Hermes Lima para justificar a posição brasileira na questão entre EUA e CUBA no UH, em 04/10/1962	177
Imagem 13	Capa da primeira edição do UH, do dia 25/10/1962	181
Imagem 14	Capa da primeira edição do UH do dia 30/10/1962	184
Imagem 15	Pontos destacados pela coluna <i>POLÍTICA NACIONAL</i> do UH, em 30/10/1962	185
Imagem 16	Capa do UH do dia 14/03/1964	201
Imagem 17	Fotos do Comício publicados no UH em 14/03/1964	206
Imagem 18	Capa da segunda edição do UH do dia 20/03/1964	211
Imagem 19	Chamada na capa da primeira edição do UH do dia 24/03/1964	214
Imagem 20	Capa da primeira edição do UH do dia 27/03/1964	217
Imagem 21	Capa das duas primeiras edições do UH do dia 31/03/1964	222
Imagem 22	Comparação das capas das duas edições do dia 01/04/1964 do UH	227
Imagem 23	Capa da edição do UH do dia 02/04/1964	228

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 01 – Cultura Política no Brasil (1930-1964): discussões e proposições	24
1.1 O Brasil entre 1930 e 1964: cultura política e culturas políticas	24
1.2 Tipos de Cultura Política	36
1.3 As interpenetrações das culturas políticas na história e o trabalhismo enquanto conceito	51
Capítulo 02 – Historiando a imprensa: <i>Última Hora</i> e a política do período	60
2.1 A imprensa enquanto objeto historiográfico	60
2.2 Última Hora: “Sensacional, mas não sensacionalista”	70
2.3 O breve governo Jânio Quadros e o UH	86
Capítulo 03 – Primeiros passos do governo João Goulart pelo UH	102
3.1 A crise da posse de João Goulart	102
3.2 Parlamentarismo e Plebiscito	113
3.3 Plano Trienal e Reformas de Base	129
Capítulo 04 – Política Externa Independente (PEI)	150
4.1 A consolidação das bases institucionais da PEI	150
4.2 Jango, os EUA e o UH	162
4.3 A crise dos mísseis e a postura do governo brasileiro	176
Capítulo 05 – Os últimos momentos e o golpe civil-militar	188
5.1 1964: os primeiros desdobramentos	188
5.2 Comício da Central vs. Marcha da Família com Deus Pela Liberdade	199
5.3 Revolta dos marinheiros e o golpe civil-militar	216
Considerações Finais	242
Referências Bibliográficas	246

Introdução

Em 31 de março de 1964, tropas militares partindo de Juiz de Fora, interior de Minas Gerais, dariam início ao fim do governo de João Goulart, inaugurando um período de governos militares que constituíram uma ditadura por mais de 20 anos no Brasil. A imensa instabilidade institucional que permeara todo o mandato de Jango (como o político era conhecido), bem como sua posse, decorria dos desdobramentos políticos vindos, sobretudo, de outra crise, instituída no início da década de 1950 com o mandato de seu “padrinho” político, Getúlio Vargas, que terminara seu governo se suicidando em 24 de agosto de 1954.

Embora durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961) houve estabilidade política, existiram vários momentos em que suas bases foram desafiadas, desde a intervenção militar que garantiu sua posse até as revoltas militares de Jacareacanga e Aragarças que, embora localizadas e sem grandes desdobramentos, indicavam que determinados núcleos das Forças Armadas estariam dispostos a desafiar a lei para tirar JK (como o presidente era chamado popularmente), lutando contra sua forma de governar o país (Couto, 2020). Em linhas gerais, teve um mandato marcado pelo desenvolvimento econômico com a consolidação de um intenso parque industrial automobilístico no país, bem como por investimentos na área de indústrias de base e, como finalização, a inauguração da nova capital do país, Brasília (Benevides, 1976).

Mesmo gozando de considerável popularidade, JK não teve grande envolvimento na campanha eleitoral de 1960 para definir a sua sucessão, embora demonstrasse apoio ao candidato da chapa de seu partido, o ministro da Guerra Henrique Lott (Benevides, 1976). O vice-presidente, João Goulart, candidatara-se novamente ao cargo nessa chapa, pois mesmo tendo maior apelo popular que o candidato à presidente, tinha grande oposição ao seu nome por parte de alguns setores (incluindo a maioria dos próprios militares) e, por conta disso, acabou não se consolidando como titular da dupla, ficando novamente como uma espécie de suporte para outro postulante (Ferreira, 2011).

Essa oposição ao vice concentrava uma problemática que se arrastava já há muito tempo. Dez anos antes, na eleição de 1950, fora eleito Getúlio Vargas, político que governara o país de 1930 a 1945 e que, nesse período, conquistara muitos adeptos com as mudanças instituídas, mas, ao mesmo tempo ganhara muitos opositores por conta de suas ações, principalmente, no último período de seu governo, cujo regime intitulado *Estado Novo* (1937-

1945) foi de caráter ditatorial, rendendo perseguições e intervenções contra vários grupos (D'Araújo, 2011).

Um dos setores sociais que mais foram perseguidos durante o Estado Novo e que, após seu fim, passou a fazer oposição ostensiva ao seu nome, foi a imprensa (Capelato, 2009). Após intensa censura exercida pelo *Departamento de Imprensa e Propaganda* (DIP), vários jornais sofreram cortes ou até intervenções, tendo que se aliar aos ditames do governo ou perder sua autonomia por conta disso (Paulo, 1994). Tanto no processo eleitoral em 1950 quanto no mandato exercido, praticamente toda a imprensa, principalmente dos dois grandes centros urbanos do país (Rio de Janeiro, então capital, e São Paulo), movimentou-se contra Vargas, com ações que oscilavam entre os ataques frontais e as ausências de textos e informações sobre o político e seus atos governamentais (D'Araújo, 1992).

Sendo assim, Vargas incentivou a criação de um jornal de grande circulação que, como contraponto aos outros diários, fizesse a defesa de suas ações e mostrasse o “outro lado” daquilo que era divulgado (Carvalho, 2012). Nesse momento, o jornalista mais próximo do presidente era Samuel Wainer, repórter dos *Diários Associados* (DA) que, embora tivesse sido exilado durante o Estado Novo, devido à sua revista *Diretrizes* (que era de oposição), reaproximara-se do político gaúcho após realizar uma entrevista, em 1949, na qual Getúlio admitia a hipótese de ser candidato à presidência novamente (Wainer, 1988), teria sido incumbido de tal missão pelo político gaúcho.

Dentro dessa perspectiva, em 12 de junho de 1951 foi lançada a primeira edição do jornal *Ultima Hora* (UH), publicação que procurou distinguir-se das outras não somente por seu apoio a Vargas, mas também por estruturar uma edição mais dinâmica, com as fotografias e caricaturas tendo a mesma importância que os textos escritos, além de notícias mais curtas e assuntos intercalados, procurando criar uma estrutura mais compacta que atraísse um número maior de leitores, principalmente aqueles que não possuíam o hábito da leitura de jornais (Barros, 1993).

Desde sua criação, o jornal foi alvo de inúmeras críticas, embora fosse reconhecido por sua qualidade, uma vez que Wainer contratara profissionais com grande destaque no campo jornalístico, sendo que muitos deles já eram conhecidos do tempo de *Diretrizes*. O principal opositor do impresso foi um jornalista com intensa ação política, o proprietário do periódico *Tribuna da Imprensa* (TI), Carlos Lacerda, sendo um dos nomes mais ativos do principal partido de oposição, a *União Democrática Nacional* (UDN). Mesmo não tendo um

mandato eletivo, o jornalista tornou-se o nome mais profícuo em acusações contra o governo e, em especial, às figuras de Vargas, Jango e Wainer, tornando-se *persona non grata* entre esse grupo político (Mendonça, 2002).

Retornando à década de 1960, o governo de Jânio Quadros, que deveria terminar apenas em janeiro de 1966, teve uma efêmera duração, findando em 25 de agosto de 1961, após sua renúncia. Embora existam inúmeras versões sobre o porquê desse ato (questão a qual a presente pesquisa não se debruçará), o fato é que, após ter sua governabilidade abalada por inúmeros fatores internos e externos, o então presidente deixou o poder de maneira solitária, não tendo respaldo por nenhum grande partido ou frente parlamentar para seguir com seu mandato (Chaia, 1992). Após a crise da posse e a instituição do Parlamentarismo como forma de governo, que permitiu Jango ascender ao cargo de presidente (Napolitano, 2014), ocorreram inúmeros sobressaltos institucionais e a radicalização política atingiu graus elevados.

Entre as imensas maneiras de se observar o período, nosso enfoque será voltado para a abordagem da imprensa, que voltou a ter a mesma perspectiva acusatória demonstrada durante o governo Vargas, aumentando ainda mais o tom em uma conjuntura já bastante radicalizada (Fidelis, 2022). Para além da cobertura editorial e de seus colunistas, extremamente negativa quanto às ações de Jango no poder, a chamada “grande” imprensa (jornais de maior tiragem e circulação no país naquele momento) agiu em conjunto, articulando uma imensa rede de oposição contra o governo. No Rio de Janeiro, em um movimento idealizado pelo deputado federal e jornalista João Calmon, vice-presidente dos DA, foi criada *A Rede da Democracia*, movimento radiofônico que integrava três emissoras: Tupi, Globo e Jornal do Brasil, sendo que os pronunciamentos e opiniões difundidos via rádio eram publicadas nas principais edições desses conglomerados (*O Jornal*, *Globo* e *Jornal do Brasil*, respectivamente) (Carvalho, 2012). Como exemplo, para valorizar o lançamento da cadeia, uma fala do próprio João Calmon, sobre a criação da *Rede*, ilustrou bem qual seria a disposição do grupo (a fala foi publicada em um texto em *O Jornal*, no dia 26 de outubro de 1963):

A liberdade de criticar, de atacar, de vilipendiar através do rádio era paradoxalmente exercida com exclusividade pelos inimigos da liberdade, pelos que sonham com a implantação de uma ditadura do tipo cubano, chinês ou russo em que só se faz ouvir a voz dos detentores do poder.(...) Nossa arma será o argumento. Procuraremos destruir as falsas teses que estão sendo defendidas até agora sem vigorosa contestação, atraindo para este programa

especialistas da mais alta categoria. Vamos desmascarar os autores dos ‘slogans’ mentirosos, vamos mostrar onde é que está realmente a espoliação e quais os grupos que podem ser considerados responsáveis pelo descalabro que aí está e pelo pesadelo que nos atormenta desde setembro de 1961 (...) (Carvalho, 2010, p. 168).

Em São Paulo, as duas maiores publicações se articulavam também nessa linha, com participação intensa da *Folha de S. Paulo* (Mota; Capelato, 1980) e de *O Estado de S. Paulo* (OESP) (Salone, 2009). Em relação a esse, seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, que já tinha articulado para a deposição de Vargas dez anos antes e que pregava, desde esse contexto, a intervenção militar como forma de extirpar a influência de Getúlio e seus apoiadores na política nacional (Dreifuss, 1981), escrevera um editorial intitulado *Roteiro da Revolução*, publicado em 1962 e que ditara os tópicos de um possível golpe, sendo que muitas das ações estruturadas em 1964 teriam seguido esses ditames (Benevides, 1981).

Pensando estritamente a imprensa escrita e os grupos que atuaram em grande proximidade a esses jornais, é possível identificar que existiu uma grande circulação de ideias entre esses periódicos, em uma polarização bastante intensa: a maioria dos grandes diários, posicionados na oposição ao atual governo e mobilizados, cada vez mais, a interromper o mandato por vias não democráticas, para o possível bem da nação. Na historiografia e na produção acadêmica em outras áreas, é possível identificar um número significativo de dissertações, teses e pesquisas em geral que se debruçam sobre esse aspecto, mapeando e problematizando a atuação desses jornais que, em linhas gerais, defenderam o golpe de Estado e se articularam, com outras lideranças, para a consecução da trama que retiraria João Goulart do poder e assentaria os militares no comando político do país (Carvalho, 2012).

No entanto, nem todos os jornais de grande circulação aderiram às movimentações pelo golpe. Houve um número diminuto de publicações que defendeu as perspectivas governamentais, indicando que o caminho mais viável a ser seguido era exatamente o indicado por Jango e sua equipe, buscando a emancipação do Brasil em uma perspectiva nacionalista e progressista; nesse segundo grupo, situou-se o UH.

Sendo assim, o objetivo central dessa tese é analisar e compreender como o UH produziu conteúdo em relação ao governo de Jango, pensando em como um dos jornais de maior circulação do Brasil, na época, destoou dos demais diários de grande tiragem,

produzindo um conteúdo bastante distinto desses¹. A principal hipótese apontada nesse trabalho incide em que, na contramão desses principais órgãos, o UH organizou uma defesa intransigente do governo Jango e de confronto com a chamada “grande imprensa”, mantendo as bases de sua cultura política instituída desde sua fundação. Após a realização do Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março, um relato do jornalista Octávio Malta, em sua coluna *JORNAIS E PROBLEMAS*, sintetizou qual era a perspectiva da publicação em relação ao contexto da época:

Ao passar em frente à Central, uma mulher, de rosto juvenil, estende-me um volante: “A luta do povo é Ação Popular”. Bom título para um novo partido. Um partido de todo o povo. Uma legenda para a unidade. Uma bandeira para a frente única (...) Basta, por hoje. As ruas estão cheias de povo, ao lado do Presidente João Goulart. A Oposição recolheu-se às mansões, cada líder com o bolso cheio do dinheiro retirado, na inquietação da hora política, dos bancos (...) Jango e o povo fazem História. A Oposição pensa em seus privilégios, cujo ocaso começa... (UH, *JORNAIS E PROBLEMAS*, 14/03/1964).

Embora exista vasta bibliografia sobre o UH, são poucos livros de análise sobre seu conteúdo, tampouco sobre recortes específicos. Em relação ao período estudado, algumas obras passam pelo início da década de 1960, mas sem tocar, diretamente, no conteúdo ou nas ideias defendidas pelo jornal, diretamente. Entre as obras, os livros de Goldstein (1987) e Oliveira (1993) são os que mais se aproximam dessa perspectiva, embora com enfoques bastante distintos do proposto por essa tese. Para além da publicação de Samuel Wainer, os outros poucos periódicos que se posicionaram a favor de João Goulart e contra o golpe de Estado também possuem escassos trabalhos de análise, corroborando o princípio de que a historiografia e os pesquisadores das ciências humanas, em geral, possuem um olhar mais interessado na análise e compreensão de como a imprensa apoiou e participou do golpe de Estado em si, direcionando uma atenção menor para as publicações que resistiram a esse projeto de poder.

Sendo assim, o presente trabalho procurou dissecar os pontos defendidos pela publicação durante o governo de João Goulart, não limitando a análise a uma descrição sobre

¹ A título de comparação, no início da década de 1960, na capital brasileira, o UH atingiu a média diária de 117 mil exemplares, sendo superado apenas pelo *O Globo* no Rio de Janeiro, que possuía um padrão de 218 mil jornais; *O Jornal do Brasil* possuía 60 mil em média; *Correio da Manhã* tinha 53 mil e *O Jornal* com 27 mil (Anuário, 1960).

o período, mas sim procurando situar o UH como uma das bases fundamentais de defesa do presidente, levando em conta suas similaridades e, principalmente, suas diferenças com os outros grupos que a compunham.

Em contraponto, além das obras já citadas, há outros textos, entre artigos, livros, dissertações e teses, que analisam como a maioria dos órgãos de imprensa se posicionaram contra João Goulart (Abreu, 2006). Logo, a presente tese tem como principal premissa e justificativa analisar qual o papel de uma publicação que, a todo o tempo, colocou-se ao lado do governo e contra as movimentações de oposição e golpistas que pululavam, seja no meio político institucional e na própria imprensa, ao longo de seus três anos e meio de mandato.

Por conta desse aspecto, a opção foi trabalhar apenas com uma publicação, não buscando fontes comparativas. Embora tal perspectiva metodológica seja bastante profícua e já foi explorada em um trabalho anterior (Fidelis, 2022), a compreensão é a de que, dentro da discussão proposta, a viabilidade seria pela concentração de esforços no UH como objeto de estudo. Para a consecução da pesquisa, foram lidas as 653 edições que compreendem entre o dia da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961 e o final do mês de abril de 1964, findando o primeiro mês do golpe de Estado. Embora outros números do próprio UH e de outras publicações também foram consultados para a tessitura da escrita, o foco central foi nesse lote estruturado, uma vez que aqui a principal fonte do trabalho está contida, podendo ser analisada e problematizada de maneira mais pertinente².

Ao longo da tese, foram utilizadas duas formas de organizar o conteúdo explorado pelo jornal. O início e o fim, marcados pela renúncia de Jânio Quadros e a difícil posse de Jango, em uma ponta, e os últimos momentos do governo em 1964, bem como os primeiros passos da ditadura, em outra, foram estruturadas em uma perspectiva cronológica, mantendo a abordagem e a análise feita de acordo com os acontecimentos em si.

Já entre o início e o fim do governo de Jango, a análise não perpassa necessariamente pela ordem cronológica, mas sim por temáticas, tendo como enfoque os seguintes aspectos: Parlamentarismo, Plano Trienal, Reformas de Base e *Política Externa Independente* (PEI). Tal abordagem distinta foi pensada no sentido de organizar de maneira mais estruturada as principais temáticas, uma vez que, mantida pelas datas conforme aparecem nas edições da

² Todas as edições da UH estão disponíveis, de maneira gratuita, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, podendo ser acessadas em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

UH, muitos desses temas aparecem em conjunto ou analisadas de maneira simultânea, aspecto que dificultaria uma pesquisa mais sistêmica sobre os pontos elencados. Sendo assim, para esses tópicos não será seguida, necessariamente, a cronologia do período, tendo como privilégio os momentos em que cada um desses temas foram tratados pela publicação.

Além desses aspectos, tal pesquisa dá segmento a uma preocupação mais ampla que já acompanha a minha trajetória de estudos há quase quinze anos, que é a relação entre a imprensa e a política institucional no período entre 1930 e 1964. Na dissertação de mestrado, defendida em 2013 (e publicada em 2015), analisei como OESP construiu a imagem de Jânio Quadros, indo desde sua eleição como vereador em 1947 até seus primeiros passos como governador de São Paulo, em 1954, buscando entender como o principal jornal paulista no período estruturou a imagem de um jovem político que, em pouco tempo, possuiu imenso sucesso eleitoral e venceu todos os pleitos que disputou, sendo visto no início de seu mandato no executivo paulista já como um futuro candidato à presidência da República (2015).

No meu doutorado realizado na área de Ciências Sociais, defendido em 2018 (e publicado em 2022), como já abordado, a ideia foi comparar as publicações de dois jornais, OESP e UH, em relação ao final do governo Vargas, bem como o processo eleitoral posterior e à crise que antecedeu a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart (2022). Se no mestrado a perspectiva fora compreender de maneira mais ampla a visão dos grupos mais conservadores do período, nesse espaço o princípio foi também entender em uma outra perspectiva, comparando e confrontando ambas no sentido de problematizar como uma mesma notícia ou um mesmo fato podem trazer abordagens e opiniões distintas; a impressão que permeou toda essa pesquisa é a de que, embora ambas as publicações estivessem abordando os mesmos assuntos, traziam dois Brasis distintos: enquanto no OESP o país estava à beira do colapso político e moral, fazendo intensa oposição à Vargas e ao seu legado, no UH a nação caminhava rumo à sua evolução econômica e tecnológica, seguindo no caminho certo para sua emancipação financeira e aumentando seu protagonismo a nível internacional (Fidelis, 2022).

Conforme também já salientado, a opção por trabalhar apenas com o UH foi exatamente dialogar mais com a bibliografia e com as pesquisas do início da década de 1960, tentando entender de maneira um pouco mais aprofundada as razões e os motivos pelos quais essa publicação situou-se ao lado do governo de João Goulart e, mesmo depois do golpe, mantendo (ou tentando manter) o legado do político gaúcho em suas páginas. Embora alguns

pontos sejam distintos, de certa forma o princípio ou preocupação central ainda são, basicamente, as mesmas que permearam minhas primeiras reflexões sobre o projeto de mestrado: a relação entre a imprensa (em especial os jornais) e a política institucional.

Partindo da perspectiva de grande parte da bibliografia sobre a imprensa no período de governo de João Goulart abordaram os jornais opositores ao presidente e defensores de uma intervenção militar, essa tese buscou trazer uma colaboração para o campo menos explorado, das publicações que se posicionaram a favor de Jango e pela manutenção do sistema democrático no país, entendendo o UH como o principal vetor dentro desse campo, sendo o periódico que mantinha relações mais próximas (principalmente seu proprietário e alguns de seus jornalistas) com os principais nomes da cultura política trabalhista no período.

A tese foi estruturada em cinco capítulos. No primeiro, foi tratado o principal aporte teórico do trabalho, advindo do conceito de cultura política. Tal princípio já tem sido utilizado como ponto de partida em trabalhos anteriores (Fidelis, 2015; 2017; 2022) e, aqui, para além da apresentação básica sobre a ideia em si, foi proposta uma divisão ou desdobramentos em específico para o período analisado, uma vez que há várias forças ou grupos políticos organizados e, em grande parte das vezes, disputando espaços no campo político institucional ou em outras áreas, entre elas a imprensa. Dentro da análise, foram organizadas cinco culturas políticas: liberal-autoritária, militar, católica, comunista e trabalhista, sendo o UH e Jango pertencentes a essa última.

O UH, enquanto publicação desde sua origem até seus desdobramentos e influência, são os pontos analisados no segundo capítulo. Nesse espaço, foi apresentada a publicação e, além de um breve histórico de suas atividades, há também uma problematização em relação ao seu papel e peso dentro do campo jornalístico do período, levando em conta as disputas nessa área e os desdobramentos na política institucional, bem como a relação entre esses grupos. Por fim, um aspecto também a ser destacado é como o jornal convergiu com os pontos defendidos pela cultura política trabalhista, embora não seja somente uma caixa de ressonância, tendo perspectivas e ideias próprias. Além disso, o último tópico traz uma breve análise sobre o breve governo de Jânio Quadros pela perspectiva da publicação, sendo possível delinear vários aspectos que seriam bastante comuns na abordagem do período subsequente.

Dialogando com os pontos acima elencados, o terceiro capítulo traz como perspectiva a análise de alguns pontos do governo Jango, como já pontuados anteriormente:

Parlamentarismo, Plano Trienal e Reformas de Base, tendo cada tema uma abordagem dentro das páginas do UH e dialogando com outras fontes e com a bibliografia específica sobre esses pontos. Nesse espaço, a principal perspectiva é buscar um mapeamento dos principais temas e ações elencadas pelo governo de Jango, demonstrando seus limites e tensões em um cenário marcado por intensa disputa entre as culturas políticas já elencadas.

Aspecto fundamental no mandato de João Goulart e iniciada no governo de seu antecessor, a PEI foi a pauta de análise do quarto capítulo. Nas páginas do UH, a PEI teve amplo destaque, sobretudo na figura de San Tiago Dantas, que ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores por quase um ano e foi indicado como o principal “ideólogo” dessa perspectiva, que tinha imensa influência na política interna, sendo que nos ataques feitos pela oposição as pautas relacionadas à política externa eram constantemente lembradas e valorizadas, sobretudo, pelo contexto da Guerra Fria e a “ameaça comunista” que “rondava” o país na época segundo os grupos contrários a Jango (Motta, 2002).

Por fim, o quinto e último capítulo traz como perspectiva central o resultado de todas as tensões e disputas que permeavam o cenário político do período, culminando com o golpe civil-militar que retirou Jango do poder e instituiu uma nova ordem política no país, levando ao poder Humberto de Castelo Branco, um dos militares que organizou a queda de João Goulart. O UH não foi fechado, mas, de certa forma, caiu junto com o então presidente, uma vez que passou a ser cerceada por aqueles contra quem havia lutado durante muito tempo e que, de certa forma, passavam a serem os algozes da publicação.

As páginas que se seguem têm, como principal enfoque, compreender como o UH não caminhou junto com grande parte da imprensa escrita da época, mantendo as estruturas de sua cultura política e se firmando ao lado de Jango até o fim, bem como se colocando como oposição à recém-instalada ditadura militar, ainda que perseguida e com imensos efeitos negativos para sua própria existência.

Capítulo 01 – Cultura Política no Brasil (1930-1964): discussões e proposições

1.1 O Brasil entre 1930 e 1964: cultura política e culturas políticas

A ideia de pensar as relações políticas dentro da historiografia ou, mais especificamente, o conceito de política em si, é um dos grandes desafios colocados nessas últimas décadas pelos pesquisadores da área. Levando em conta a conceituação proposta por Norberto Bobbio, o termo é plural em sua própria origem, por “reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (...)”. Ainda houve uma associação iminente com a ideia de Estado, pois o “termo Política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado (...)”. Por fim, é importante levar em conta a ligação estrita com a perspectiva de poder: “Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder” (Bobbio, 1998, p. 954).

Para uma maior delimitação sobre a temática, a política na historiografia terá como ponto de vista, nas linhas que se seguem, a historiografia francesa e seus desdobramentos nos escritos de história no Brasil. Sendo assim, é importante enfatizar que as questões abordadas aqui não podem (e nem devem) ser estendidas para outros locais ou tradições, uma vez que há discussões em específico sobre o assunto que não serão abordadas, necessariamente, nessa tese.

Tal escolha ocorre, sobretudo, pela influência significativa dos escritos franceses sobre a historiografia brasileira (Motta, 2009). Sendo assim, é importante atentar para a ruptura proporcionada, em 1929, pela revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* (que passou a ser conhecida como revista dos Annales), publicação idealizada pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre (Burke, 1997).

Por que, exatamente, ocorreu essa ruptura? E com o quê, exatamente? O questionamento não era, necessariamente, contra a política propriamente dita, mas sim contra a forma como se pensava (e se produzia) a história até então, enfatizando-a como uma descrição de grandes heróis e homens que, por suas ações, marcaram a trajetória e o destino de todos os seus comandados ou das pessoas ditas “comuns” (Burke, 1997).

Durante as décadas seguintes, embora os acontecimentos políticos pululassem no “breve século XX”, nos dizeres de Eric Hobsbawm (1995), a temática ficou estigmatizada e pouco foi abordada na historiografia dos Annales, que acabou consolidando a hegemonia da produção francesa nesse período (Dosse, 1994). Sendo assim, embora vários conceitos poderiam ser abordados em um viés de maior valorização da política, tal aspecto não ocorreu em praticamente momento algum, o que fazia com que o tema não tivesse mais vez ou voz na abordagem francesa.

Sendo assim, a chamada *Terceira Geração* do grupo (Dosse, 1994) retomaria, já nos anos 1970, algumas temáticas sobre o assunto como, por exemplo, Jacques Julliard que, no artigo *A política*, presente na obra *História: Novas Abordagens*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, justificou a falta de atenção dos Annales à historiografia política tradicional, indicando que essa:

é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as series; o seu objetivo é particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual (Julliard, 1976, p. 181).

Ainda nesse mesmo texto, no entanto, o autor defende a “reinserção” na política na historiografia, indicando que a história política “poderia evitar ao conjunto dos historiadores a longa travessia do deserto sistêmico, trazendo-lhes, enfim, uma contribuição essencial à interpretação global da mudança” (Julliard, 1976, p. 193). Acompanhando tal perspectiva, o historiador brasileiro Francisco Falcon indicou que “o essencial é o conceito de acontecimento político a ser revisto, ponto de partida para uma história política compreensiva, embasada em conceitos (...) além de maior abertura aos elementos culturais tidos até aqui como extrapolíticos (...)” (Falcon, 1997, p. 79-80).

No entanto, o debate sobre a “consolidação” da temática na história política francesa ganharia força, novamente, a partir da publicação da coletânea *Por uma história política*, organizada pelo historiador francês René Rémond. Com artigos de vários pesquisadores que faziam parte do Instituto de História do Tempo Atual (vinculado à Universidade de Paris, na qual ele era docente), o livro vinha como uma espécie de “manifesto” a favor da política, ou

da presença dessa nas análises históricas e historiográficas novamente (RÉMOND, 2003).

Como o próprio pesquisador indicou:

Porque ele recapitula os outros níveis da realidade, o político é uma das expressões mais altas de identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos (...) O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo” (RÉMOND, 2003, p. 449-450).

Posto como tal, o tema da política teria sido “reinserido” na historiografia francesa no período (Sirinelli, 1997). Dentre os vários conceitos e temáticas abordados na obra, um deles não teve um capítulo em específico, mas era um dos principais elementos abordados por um dos historiadores de maior destaque presentes na obra, Serge Berstein, que era o de cultura política. Será sobre esse ponto em específico que a tese concentrou suas principais reflexões e construiu seu corpo teórico.

O conceito foi posto em pauta na ciência política estadunidense dos anos 1960, mais especificamente na obra *The Civic Culture*, publicada em 1963 por Gabriel Almond e Sidney Verba. Ambos os autores, a partir de uma análise voltada para aspectos mais “culturalistas” do assunto, buscaram uma compreensão do cotidiano ligado à perspectiva política, entendendo que a forma de compreensão sobre tal aspecto dos cidadãos e cidadãs de qualquer lugar não passa somente pela racionalidade ou por perspectivas institucionais, mas também por hábitos, crenças, costumes e valores em geral que delimitam ou permeiam uma região ou um determinado período (Almond; Verba, 1989).

A partir disso, foram construídas categorias para a análise, sendo as principais: a paroquial (marcada pela ausência de instituições políticas com poder e valores do local, sendo a liderança exercida por um líder definido pela tradição e pelos aspectos estritamente culturais do local), a subjetiva ou sujeita (base autoritária, sendo apenas o Estado a fonte das normas e da organização social, com as leis atendendo aos interesses das lideranças) e a participante (cujos habitantes do local seriam mais “integrados” à política, no sentido de participarem mais ativamente das discussões sociais e serem ligados às leis, não necessariamente às lideranças em si) (Almond; Verba, 1989). Sendo assim, baseado nas tipologias ideais propostas por Max Weber e tratadas por pesquisadores como Talcott

Parsons, os autores buscaram tipificar comportamentos de determinados grupos, embora enfatizassem, a todo o tempo, que tais perspectivas poderiam entrecruzar-se, não sendo conceitos totalmente fechados (Fidelis, 2017).

Os dados levados em conta para exemplificar tal argumentação foram levantados em entrevistas realizadas com pessoas de cinco países distintos (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México). A partir dos resultados empíricos obtidos, entrecruzados com as perspectivas teóricas propostas, os autores tipificaram os comportamentos ideais desses países, indicando que cada um deles teria uma forma diferente de pensar e integrar seus cidadãos com ações políticas predominantes no local, sendo que nos Estados Unidos e na Inglaterra essa participação seria mais ampla e funcional, ao contrário dos outros três países, que teriam uma integração “menos efetiva” (Almond; Verba, 1989).

Tal abordagem, na perspectiva historiográfica francesa, foi amplamente criticada de maneira negativa, uma vez que tal tipologia dava a entender que, de fato, haveria uma hierarquia de comportamentos e, conseqüentemente, de culturas na sociedade mundial (para além das perspectivas bastantes críticas contra o comunismo propostas pelos autores, o que também causou incômodo). No entanto, o conceito de cultura política foi amplamente ressignificado, tendo uma nova compreensão na historiografia, sobretudo no processo de retomada da “história política”, com distintas interpretações e perspectivas nesse novo cenário.

Embora o termo não tenha sido problematizado, diretamente, na obra de Rémond (2003), alguns de seus autores já vinham debatendo e utilizando-o em suas pesquisas, sobretudo Berstein. O conceito passou a ter uma nova dimensão, uma vez que abria possibilidades para novas interpretações de inúmeros fatos da historiografia até então tratados de maneira factual e superficial, sem as problematizações indicadas pelas novas correntes historiográficas (em especial os Annales). Como indica o próprio Berstein (1998, p. 359-361):

O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da acção futura, retira sua legitimidade para a história da dupla função que reveste. É no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno colectivo, partilhado por grupos numerosos (...) ora, se a cultura política retira sua força do facto de, interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do acto político, ela interessa ao historiador por ser, em simultâneo, um fenômeno colectivo, partilhado por grupos inteiros que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências.

Na historiografia brasileira, o conceito também teve ampla aceitação a partir das novas discussões nos estudos franceses sobre o assunto, sendo que inúmeros autores e correntes passaram a adotar e trabalhar com o tema (Motta, 2009). Embora tal ideia não seja hegemônica entre os historiadores da política, seu uso é bastante comum e, ainda que problematizado, continua sendo utilizado em várias perspectivas de estudo sobre inúmeros temas na história brasileira, sobretudo em análises referentes aos séculos XIX e XX (Motta, 2009). Como indicou a historiadora Ângela de Castro Gomes:

De uma maneira muito esquemática, pode-se dizer que as culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e evidenciam mais frequentemente: um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum, por exemplo. Têm igualmente algumas instituições-chave – como família, partidos, sindicatos, igrejas, escolas, etc. –, fundamentais para sua transmissão e recepção. Por outro lado, culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes. Em todos os casos, as culturas políticas articulam, de maneira mais ou menos tensa, idéias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulário etc. (Gomes, 2005, p. 132).

Assim, dentro dessa perspectiva, a temporalidade analisada nessa pesquisa foi problematizada dentro dessa conceituação. O período consagrado, na historiografia brasileira, entre os anos de 1930 e 1964 é apontado, em linhas gerais, como bastante decisivo por mudanças de extrema importância no Brasil. Embora, em todas as épocas e em quaisquer locais, existem inúmeras modificações e impactos significativos tanto para aquele momento em si como para vários outros, esse recorte chama a atenção por uma série de fatores extremamente instigantes para a análise historiográfica.

Em fins de 1930, após a movimentação que culminou com um golpe de Estado destituindo Washington Luís e empossando Getúlio Vargas como o chefe provisório do Executivo (Fausto, 1982), várias mudanças foram instituídas tanto na política institucional como em práticas do período, embora nenhuma delas de cunho revolucionário (Fausto, 1982). Dentre os inúmeros aspectos, o que mais foi divulgado pelo próprio governo e atrelado à figura do presidente foi o conjunto de mudanças e instituições ligadas a leis e práticas dos trabalhadores do meio urbano, perspectiva que ficaria conhecida como *trabalhismo*.

É importante ressaltar que a movimentação de trabalhadores e lideranças sindicais não é algo original desse período, já tendo ampla organização no Brasil desde o início do século XX (Batalha, 2000). No entanto, inegavelmente, sob os auspícios de Vargas o assunto

ganhou imensa importância, sobretudo, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo Lindolfo Collor como primeiro mandatário, cuja principal função fora o mapeamento sindical e o levantamento da situação dos trabalhadores do país no período (Gomes, 1994).

Até a Constituição de 1934, inúmeras leis foram discutidas, estruturadas e colocadas como pautas para a Assembleia Constituinte, fazendo com que vários desses setores ficassem próximos ou apoiassem as políticas varguistas. Mesmo com o *Estado Novo*, as perspectivas trabalhistas continuaram como pauta e, dessa vez, de maneira mais intensa, sendo um dos principais pontos na construção da imagem de Vargas pela ação do DIP. O controle pela parte do governo foi ainda mais intenso, uma vez que o aumento da produção industrial e da urbanização no Brasil eram diretamente proporcional à demanda de intensa mão-de-obra e, a partir desse ponto, era de extrema importância o controle desse grupo para um melhor direcionamento dessa demanda (Capelato, 2009), além de não deixar espaço para a influência de grupos de setores comunistas nessas agremiações (Motta, 2002).

Tal controle por conta do governo, assim como os desdobramentos de várias ações durante os quase quinze anos de Vargas à frente do Executivo nacional, são elementos fundamentais para entender o movimento intitulado de *queremismo*, uma vez que, com a (imminente) democratização do país em 1945, a campanha eleitoral era polarizada por duas candidaturas que, segundo as lideranças trabalhistas, não mobilizavam o eleitorado e, por conta disso, o nome do atual presidente seria o mais indicado para continuar à frente do Executivo, mesmo que ele já tivesse dado inúmeras amostras de que não era entusiasta do sistema democrático (Ferreira, 2003).

O *queremismo* foi visto, principalmente pela oposição varguista, como uma imensa contradição e um dos principais indícios do “atraso” da população brasileira, cuja maioria preferia continuar com um ditador na democracia do que buscar um novo líder para o período (Ferreira, 2003). Tal argumentação foi muito utilizada no processo eleitoral de 1950, uma vez que Vargas concorreu e foi eleito para o Executivo nacional, causando indignação nos círculos políticos contrários ao legado do ex-presidente que voltaria a ocupar o posto (D’Araújo, 1992).

Evidentemente, há muitos outros aspectos a serem explorados nessa perspectiva. No entanto, para não alongar muito e fugir ao escopo proposto na tese, o conceito de cultura política é adotado como uma forma de buscar uma compreensão mais ampla de todos esses

aspectos, principalmente dessas possíveis “contradições” existentes no período, desde o comportamento eleitoral de grande parte dos brasileiros até as movimentações de líderes sindicais em relação a Vargas e ao seu grupo.

Também é importante salientar porque há a preferência pelo uso do termo cultura política no plural, uma vez que nesse período é relativamente fácil detectar os principais grupos que se movimentavam nas trocas ou disputas políticas. Há uma imensa discussão sobre a existência de uma possível cultura política brasileira, entendendo que há alguns traços ou elementos em comum entre esses variados movimentos como, por exemplo, o nacionalismo ou o anticomunismo (Motta, 2021). Esses elementos em comum são importantes para se pensar a política no período, uma vez que estiveram presentes na consolidação de vários elementos que permeariam as práticas políticas tanto no governo Vargas quanto no período posterior a ele, dando bases para as ações que ocorreram no período.

Uma das principais marcas do período foi a consolidação do pensamento nacionalista. A base dessa perspectiva fora construída ao longo do século XIX, tendo em vista sua própria formação colonial e a dificuldade em manter a centralização do poder em um território tão extenso e diverso em sua formação física e cultural, sendo que vários autores utilizaram tais aspectos para justificar a manutenção do controle estatal brasileiro sobre um país continental (Gonçalves, 2015).

O *Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (IHGB), fundado em 1838, tivera uma fundamental importância em organizar a escrita da História do Brasil no século XIX, influenciando toda a produção estruturada no início do século XX. Nas páginas da sua revista, é possível encontrar vários textos e elementos que valorizavam o nacionalismo como uma forma válida e fundamental de se pensar a política no período. Nas comemorações do centenário da instituição, por exemplo, tal perspectiva é bastante perceptível, já que a própria gênese do IHGB é ligada à criação da ideia de nação, dentro de um período de imensa instabilidade social e política (Ricupero, 2006).

Na comemoração do centenário, no discurso do orador Alfredo Valladão, é possível visualizar tal aspecto, com uma perspectiva de todos os “grandes feitos e acontecimentos” do país, elencando que o resultado atual do Brasil vinha da junção de todas as características positivas daqueles que passaram pelo país, desde o processo de colonização portuguesa até os dias atuais, com uma franca exaltação à Vargas e ao seu auxílio ao IHGB. Deixando de

fora quaisquer aspectos relacionados aos povos originários e africanos, Valladão finalizou sua fala com uma síntese que, para além de indicar a ideologia do próprio instituto, trazia uma visão que seria bastante explorada e difundida para os mais variados meios, durante muito tempo:

Na consciência da obra firme e desinteressadamente realizada, sobranceiro, sempre, às mutações dos homens e das coisas, olhos fitos no ideal da grandeza do Brasil: é assim que o Instituto transpõe os humbrais do século segundo (...) Viverá com a Pátria, que viverá para sempre, colocada sob o signo do Cruzeiro, nessa predestinação para a Democracia Cristã, na qual os nossos antepassados plasmaram a nacionalidade, erigindo, assim, o maior título da nossa civilização; Democracia Cristã, que pode cantar glória a Deus nas alturas e paz aos homens na terra, anseio supremo de todos os corações bem formados, nesta hora de sobressaltos e angústias que passa o Mundo, sob a ameaça da ruína da própria civilização (...) (Ihgb, 1940, p. 890-891).

Partindo da ideia de nação enquanto uma “comunidade imaginada”, de Benedict Anderson, uma vez que “mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Anderson, 2008, p. 31-32), o nacionalismo constituiu-se como uma ideologia que serviu para enraizar os laços entre os habitantes com o território em que vivem, construindo assim a ideia de pertencimento. Ou, como indicou Hobsbawm: “A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais” (Hobsbawm, 1990, p. 32).

O nacionalismo perpassou, assim, o meio político no Brasil a partir da década de 1930. Embora perspectivas nacionalistas fossem estimuladas e estruturadas desde o século XIX, no discurso do campo político sua intensidade maior ocorreu a partir do período em questão. Muitos pensadores nacionalistas, nesse contexto, estavam intrinsecamente ligados a ideologias autoritárias, sendo que essa relação será abordada, de maneira mais aprofundada, no tópico seguinte.

Logo no ano de 1930, a publicação do livro *O Brasil na História*, de Manoel Bonfim, apresentava uma visão que, embora dialogasse com as discussões recorrentes nas décadas de 1910 e 1920, trazia novas perspectivas sobre a ideia de nação e quais perspectivas seriam adotadas ou deixadas de lado. Bastante crítico de uma visão reducionista ou negativa do Brasil, o autor defendia em sua obra que a produção historiográfica até então pecara, entre

outros aspectos, por fazer exposições confusas, apenas de nomes e datas, além de exaltar apenas dados negativos da formação da nação brasileira, colocando-a sempre como inferiorizada aos padrões europeus (Bomfim, 1930); segundo o autor, um “legítimo historiador” teria que estruturar uma visão distinta, “expurgando, assim, os vícios e defeitos nacionais apontados, cotejando-os com a realidade, para, desassombadamente, limpar o passado nacional, e deixá-lo nos valores demonstrados pelos fatos” (Bomfim, 1930, p. 139).

Diferentemente dos autores que associaram os valores nacionalistas às estruturas autoritárias, Bomfim indicou que as características nacionais deveriam ser destacadas, na produção historiográfica, para indicar que as peculiaridades brasileiras, aspectos que diferenciavam o país sul-americano das nações européias, não eram um sinônimo de atraso, mas sim de virtudes que deveriam ser expostas (Gontijo, 2010).

Sendo assim, questões ligadas ao nacionalismo poderiam ser encontradas em vários grupos com ideologias distintas, tendo formas diferentes de se pensar o assunto; ou seja, convergindo para um mesmo ponto, embora passando por caminhos divergentes. Dialogando com tal aspecto (embora em um espectro político diferente), um outro ponto importante a ser destacado é a instituição do ensino de história do Brasil nesse contexto. Até então, o conteúdo relacionado à disciplina tinha como enfoque central o contexto europeu, sobretudo os períodos mais antigos (ênfase nas chamadas História Antiga e Medieval do continente europeu), sendo que a divisão (comum até atualmente) entre História Geral e do Brasil passa a vigorar a partir da Reforma Francisco Campos, em 1931, que também estabeleceu a cátedra de História da América, dando um peso maior para o ensino dessa área no Ensino Básico (Abud, 2004).

O estabelecimento do programa do ensino de História do Brasil, tendo início com o processo de ocupação e colonização portuguesa no território, estruturou uma cronologia que ficou estabelecida como parâmetro para o Ensino Básico e, de certa forma, foi fundamental para fomentar ideais nacionalistas e de pertencimento da população ao país e buscando eliminar os sentimentos regionalistas, dialogando diretamente com as diretrizes instituídas pelo IHGB nesse contexto:

Essa concepção pragmática da História, como disciplina escolar, servia à formação do cidadão ideal para o estado centralizado, que tinha como um de seus objetivos neutralizar o poder das oligarquias regionais, formando o que concebia como “sentimento nacional brasileiro”. Sentimento este que teria

como fundamento a raça, a língua e a religião, e um território com uma única administração (Abud, 2004, p. 39).

A consolidação da História enquanto disciplina constituía, necessariamente, um instrumento para viabilização do pensamento nacionalista no país (Gomes, 1996), sobretudo após a reforma empreendida em 1941 pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que consolidara o ensino de História do Brasil (Horta, 2010).

Outro assunto que pode ser destacado nesse aspecto é o do anticomunismo, ou a aversão ao pensamento de esquerda, em geral. Segundo o historiador Rodrigo Pato Sá Motta, além do próprio pensamento nacionalista, as bases ligadas ao Cristianismo e ao Liberalismo também tiveram perspectivas bastante críticas e combativas contra o Comunismo, indicando que grupos que, aparentemente não possuíam pontos em comum, demonstravam uma afinidade no sentido de apontar uma espécie de inimigo em comum, de uma estrutura que poderia causar imensos danos para o meio em que viviam (Motta, 2002).

Desde a Revolução Russa, o Comunismo vinha sendo estruturado como um mal a ser combatido, tendo em vista que seus valores seriam distintos e mais nocivos do que aqueles presentes no país. Concomitantemente com tal aspecto, foram surgindo grupos que defendiam tal perspectiva e que passaram a integrar suas características para pensar a realidade brasileira e possíveis intervenções; no entanto, tal grupo também será abordado ou especificado no tópico seguinte.

Os levantes em final de 1935, que ficaram conhecidos pejorativamente como *Intentona Comunista*, serviram como o principal catalisador para os discursos anticomunistas, em diferentes perspectivas, ganharem força e tornarem-se praticamente uma política oficial do governo Vargas. Tal aspecto fez com que o presidente recebesse apoio até de grupos até então opositores, indicando que o combate ao Comunismo transcenderia opiniões e jogos mais imediatos da política institucional.

Em 1937, por exemplo, após a liberação de vários presos pelo envolvimento aos levantes comunistas, o jornal católico *O Diário* publicou um trecho alertando para a possibilidade de um novo golpe de Estado que poderia ocorrer, criticando a liberdade concedida a essas pessoas. É importante notar como tal argumentação seria fundamental para o chamado *Plano Cohen*, que traria aspectos parecidos em seu bojo para justificar ações mais concretas contra a “ameaça comunista”. Segundo *O Diário*:

Não teremos mais que esperar. Novo golpe comunista reventará dentro em pouco. E então o silêncio será interrompido. Então os catholicos emudecidos, os deputados silenciosos, a imprensa arrollhada, os governantes politiquieiros gritarão. Gritarão na ponta da faca dos magarefes communistas. Gritarão diante de suas filhas e esposas violadas. Gritarão diante de seus bens saqueados. Gritarão diante de suas igrejas incendiadas e seus altares profanados. Gritarão sob o azorrague dos senhores communistas, que teem pelo menos a sagacidade de não perder as occasiões e de não se enternecer com os sentimentalismos, como bem o demonstraram em 1935. Esses luxos sentimentaes ficam para os ministros de estado (O DIARIO Apud Motta, 2002, p. 216).

A implantação do *Estado Novo*, cuja principal argumentação fora o “perigo dos extremos” no país, também utilizaria o Comunismo como principal perigo a ser combatido na nação brasileira. Desde os levantes em 1935, Vargas soubera utilizar habilmente tais pontos para criar uma propaganda altamente alarmista contra a “ideologia de Moscou”, indicando o quanto tal aspecto seria nocivo para o Brasil. Tal ponto fica bastante óbvio no preâmbulo da Constituição brasileira de 1937, em sua introdução:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente; (...)

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País (...) (BRASIL, 1937).

Em relação aos liberais, embora fizessem oposição à Vargas, também demonstravam um intenso anticomunismo. Como exemplo, em editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, instituía seu apoio ao combate contra as “ideias subversivas” de Moscou. É importante contextualizar que o jornalista, diretor e responsável

pelo editorial *NOTAS E INFORMAÇÕES* (principal da publicação paulista) era opositor ferrenho de Vargas, tendo sido um dos principais articulistas do levante paulista em 1932 (sendo preso e depois exilado por conta disso) e crítico costumaz de Getúlio (Fidelis, 2019).

Mesmo após o retorno ao Brasil e a retomada de suas atividades no jornal, Júlio de Mesquita Filho continuou com um tom bastante crítico contra Vargas. E também contra o Comunismo, sempre indicando em seus textos o perigo da “ideologia de Moscou” e os efeitos nocivos que essa poderia trazer para o país. Ao comentar sobre o julgamento de algumas pessoas envolvidas no levante de 1935, o jornalista alertava para o “perigo” que a “sedução” das ideias comunistas trazia para as pessoas e como tal ponto deveria ser combatido no país:

contra as pessoas de tamanha fé nas excellencias do comunismo, o unico meio de combate efficaz é a preparação da mentalidade dos jovens para que possa resistir á seducção das suas predicas (..) A contaminação da ideologia comunista, ainda se não fes tão extensa e profunda que não possa ser debelada. No espírito do povo o communismo vive associado a horrores e crueldades de modo que, numa população de índole branda e generosa, como é a nossa, não será difficil tornar cada vez mais forte e vigorosa a repulsa a essa ideologia (OESP, *NOTAS E INFORMAÇÕES*, 10/09/1937, p. 3).

Em vários espectros da política nacional, a tônica anticomunista ditava as ações ou perspectivas dos mais variados grupos políticos no país. Em meados dos anos 1940, com a Segunda Guerra Mundial e os desdobramentos de seu final, que desembocaram em um novo conflito (ainda que indireto) com um viés ideológico ainda mais intenso, tanto o Nacionalismo quanto o anticomunismo tiveram ressignificações mas, em linhas gerais, seguiram presentes nos mais variados grupos da política nacional.

No entanto, para as perspectivas propostas, a solução adotada foi exatamente em pensar sobre os diversos grupos e seus mais variados escopos, uma vez que tal abordagem parece ser uma forma mais adequada para a análise do período. Sendo assim, como forma de mapear um pouco melhor a temporalidade abordada (embora seja importante destacar que não há nenhuma pretensão em esgotar a temática ou promover um mosaico fechado das linguagens políticas nesse contexto), foram elencadas cinco culturas políticas dentro dessa perspectiva. De maneira bastante breve, será feita uma abordagem das principais características de cada uma delas.

1.2 Tipos de Cultura Política

- Cultura Política Liberal-Autoritária

Predominante no Brasil desde a crise do período imperial, em fins do século XIX, essa perspectiva possuía como principais aspectos relacionados ao sistema republicano, em conjunto com ideias liberais, valores ligados às liberdades individuais e a presença diminuta do Estado na economia (embora ela fosse justificável em momentos de crise).

No entanto, esse grupo utiliza os valores liberais em determinados graus, uma vez que em vários momentos os limites à cidadania seriam justificáveis como, por exemplo, a participação restrita de vários setores da sociedade no processo eleitoral, já que alguns desses possíveis eleitores não teriam “capacidade” o suficiente para participarem “corretamente” das eleições; além disso, em todas as tentativas de golpe no Brasil após 1945, essas pessoas justificariam o apoio a essas ações levando em conta que, embora a democracia fosse um valor fundamental a ser mantido, ela deveria ser restrita a grupos que “entendiam” como ela funcionava, ou seja, àqueles que coadunavam com seus valores instituídos.

Como exemplo, o médico e jornalista Azevedo Amaral, um dos principais nomes entre os intelectuais que apoiaram e justificaram o Estado Novo varguista, afirmara em várias de suas obras e colunas a importância do Estado autoritário em uma democracia, sendo condição *sine qua non* para a manutenção da ordem e, caso fosse necessário escolher entre essas duas opções, a primeira seria, certamente, a mais importante:

Tanto na lógica da sua teoria como em face da experiência histórica do regime democrático, o conceito do Estado autoritário integra-se harmoniosamente. Aliás, as condições peculiares das sociedades contemporâneas são de molde a tornar tão necessários os governos autoritários que, se estes fossem inadaptáveis ao regime democrático, seria a democracia que teria de ser sacrificada porque o autoritarismo se tornou uma questão de salvação coletiva nas circunstâncias do mundo atual (Amaral, 1938, p. 195).

Principalmente durante o Estado Novo, inúmeros outros intelectuais trabalharam em conjunto com o governo, sendo que muitos convergiam com as perspectivas autoritárias e também totalitárias, que estavam consolidadas naquele período em vários países, com a iminência de uma nova guerra mundial (Paxton, 2007). Das inúmeras referências ao assunto, uma das publicações organizadas pelo DIP, chamada *Cultura Política* (que circulou de 1941 a 1945), estruturou vários desses nomes para, entre outras coisas, legitimar a forma de governo

presente ali naquele período (Gomes, 1996). No editorial da primeira edição, que era dirigida pelo jornalista Almir de Andrade, algumas características da justificativa da atual forma de governo no Brasil foram expostas pelo autor:

O verdadeiro ideal democrático impõe uma aproximação cada vez maior entre o governo e o povo, entre o Estado e o homem comum afim deque possa aquele servir, não meramente a fins políticos, mas essencialmente à cultura, à alegria, ao bem-estar, à felicidade de todos e de cada um em particular.

O Brasil de hoje procura uma solução realista e humana para esses problemas, que o tocam de muito perto. Longe das ambições imperialistas, das perseguições e ódios de raças, das violências políticas e dos conflitos de privilégios e monopólios, nós vamos vivendo a nossa vida serena e confiante — feita de cordialidade, de confraternização e de esperança numa ordem social mais justa (...) (Andrade, 1941, p. 7).

No entanto, grande parte dos grupos que legitimaram o *Estado Novo* e defendiam o autoritarismo no Brasil acabaram por distanciar-se de Vargas, uma vez que muitos sofreram os efeitos das perspectivas que até então pregavam ser necessárias no Brasil. Se, em meados dos anos 1930, a solução ditatorial era a única visível no horizonte liberal-autoritário, o início da década de 1940 demarcara um clamor pela democracia-liberal a qual muitos pregavam contra.

Pensando o período analisado até aqui, os principais representantes dessa cultura política, do ponto de vista partidário, estavam ligados à UDN, principal partido que aglutinava a oposição aos valores instituídos por Vargas e parte significativa do *Partido Social Democrático* (PSD), agremiação de maior representatividade até 1966 (quando todos esses grupos foram extintos).

No caso da UDN, como salienta Benevides (1981), sua formação ocorreu como um processo de convergência de inúmeros grupos políticos, díspares entre si, mas com um objetivo em comum, que era a ojeriza contra Vargas e o Estado Novo. Dos cinco grupos apontados pela autora, quatro deles podem ser relacionados à cultura política liberal-autoritária: as oligarquias alijadas do poder em 1930, os antigos aliados de Getúlio que se afastaram do mandatário entre 1930 e 37, os que participaram do golpe que estabeleceu o regime ditatorial, mas que, por divergências variadas, afastaram-se (ou foram afastados) do centro de poder durante o governo e, por fim, os ditos liberais, de fato, que atuavam em nível regional, embora muitos deles coadunaram em alguns momentos com o então mandatário brasileiro (Benevides, 1981).

Sendo assim, a gênese dessa agremiação (que tornar-se-ia o principal canal desse grupo até o golpe de 1964) estava atrelada à um pensamento que apregoava o Liberalismo (a própria data de fundação do partido, 07 de abril, como uma referência à 1831, que fora a abdicação de D. Pedro I, procurava legitimar tal razoado) e compreendia que, para manter as prerrogativas das quais defendia, valeria a pena até abrir mão da democracia, caso essa estivesse “contaminada” por elementos não democráticos que, em sua perspectiva, estariam em bases ligadas a Vargas. Ainda nas palavras de Benevides, o partido esteve, todo o tempo, entre “a vergonha de ser ostensivamente autoritária, e o medo de ser inteiramente democrata” e tinha, em sua raiz, a “crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia”, buscando não “cair no fascismo ou no comunismo” (Benevides, 1981, p. 282).

No caso do PSD, a agremiação fora criada justamente para ser um espaço partidário de manutenção das bases varguistas após sua saída do poder. Sua gênese esteve concentrada, sobretudo, nos interventores e ministros do Estado Novo, para além de nomes próximos e simpáticos a Vargas, estivessem ligados ao poder ou não (Hippolito, 1985). Pragmaticamente tal perspectiva funcionou, uma vez que, na eleição realizada em 1945 para o Legislativo (e que comporia a Assembleia Constituinte), dos 297 deputados federais eleitos, 159 (53,5%) pertenciam ao PSD; já no Senado, dos 41 representantes empossados, 26 deles (63,5%) eram filiados a essa agremiação. Levando em conta que, durante a Constituinte, os grupos trabalharam em conjunto, essa junção representava 185 dos 338 parlamentares (54,7%), representando ampla maioria dos pessedistas nos trabalhos para a nova Constituição (Braga, 1998). Além disso, o presidente dos trabalhos da Constituinte foi do senador e ex-vice presidente da República, Melo Viana (membro do PSD eleito por Minas Gerais) e as duas casas Legislativas foram presididas também por representantes do partido: Honório Monteiro (deputado por São Paulo) e Nereu Ramos (senador por Santa Catarina, que seria eleito como vice-presidente da República em votação indireta), além da própria presidência da República, exercida por Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

Sendo assim, a predominância do PSD estabelecera-se no início do período e sustentar-se-ia até 1964: dos oito presidentes que governaram até o golpe, metade pertencera ao partido, além de que ele se manteria como maioria em ambas as casas do Congresso durante todo esse tempo (Hippolito, 1985). Logo, esse período democrático seria balizado por um partido que fora estruturado em lideranças que não eram, necessariamente, próximas a

essa perspectiva, uma espécie de “democratas autoritários”, nos dizeres de João Almino (1980).

Do ponto de vista político partidário, é importante destacar que outros grupos também coadunaram com tal cultura política. No entanto, por questão de delimitação da proposta e do escopo do trabalho, os principais pilares de tal corrente política foram estruturados a partir dos elementos destacados nesse tópico.

- Cultura Política Militar

Mesmo sendo uma instituição bastante antiga, os aspectos mais marcantes das ações dos grupos ligados a essa cultura política são mais perceptíveis a partir do final do século XIX, também no período de crise do governo de D. Pedro II e, de maneira mais específica, após a Guerra do Paraguai (1864-1870) (Holanda, 2005).

Após tal processo, que culminou com a abolição da escravatura e, posteriormente, com a Proclamação da República, os militares passaram a ter presença predominante na esfera política, interferindo em vários momentos cruciais do período estruturado, sobretudo, nos golpes instituídos por diferentes grupos civis que, sem a participação (seja coadjuvante ou protagonista) dos membros das Forças Armadas, não teriam nenhum tipo de efetividade (1930, 1937 e 1945, além de três outras tentativas após essa data, até chegar ao derradeiro ano de 1964).

As principais características que podem ser apontadas desse grupo são: a estrita manutenção da ordem e a repulsa a qualquer perspectiva de mudança brusca da sociedade, além da defesa do desenvolvimento científico e intelectual da sociedade (o slogan na bandeira brasileira, “Ordem e Progresso”, de origem positivista, sintetiza bem tais aspectos). Economicamente e politicamente possuíam muitas convergências com a cultura política liberal-autoritária, sendo que o caráter autoritário era ainda mais exacerbado, uma vez que esse grupo indicava conter em si o “gérmen” da moral e estaria “acima” dos políticos, pois não teriam interesses pessoais, mas sim de organizar e manter a pátria no “caminho correto”.

Inúmeras fontes trazem tal perspectiva, indicando um amplo cuidado dos militares em construir a ideia de serem apartidários e de que participavam da política não por vontade, mas sim por um desígnio da sua própria condição (e que, em tese, eles não desejariam, uma vez que não seriam suas funções primordiais). Como exemplo, pode ser destacado um trecho

do texto de posse de Eurico Gaspar Dutra, eleito presidente da República em 1945, trazendo alguns dos elementos apontados, até então, dessa cultura política:

Embora justamente tocado no mais profundo dos meus sentimentos de cidadão pela alta honra que me conferiu o Povo brasileiro, através da grande maioria de seus sufrágios, recebo a investidura sem vaidades, que nunca tive no serviço da Pátria, antes com a plena consciência das graves responsabilidades que a escolha impõe ao meu patriotismo e com o sincero desejo de concorrer para a paz da família brasileira, para a melhoria das condições de vida de todos os meus concidadãos e o crescente prestígio do nosso País no concerto das Nações civilizadas (Leite; Novelli Júnior, 1983, p. 761).

Sendo assim, havia uma ideia de sacrifício, um “martírio” imposto aos militares para a entrada na política. Os discursos instituídos durante o Regime Militar e mesmo no período posterior refletem essa questão, indicando que as Forças Armadas não tinham funções políticas, mas que, caso necessário, seus membros poderiam intervir para a implementação ou manutenção da ordem.

No escopo dessa pesquisa, a participação militar foi bastante efetiva. Entre 1930 e 1964, os quatro golpes estruturados efetivamente (incluindo as datas indicadas como os marcos) tiveram protagonismo militar, embora com participação de órgãos civis em todos eles. Nas narrativas militares sobre esses acontecimentos, havia vários aspectos em comum: a ordem estaria ameaçada ou desfeita por inúmeros elementos constitutivos na política, sendo dois muito comuns nessa argumentação: a corrupção e o Comunismo, sendo esse último muito presente nos discursos de gênese das movimentações de 1937 e na década de 1960.

Como exemplo, o general Salvador César Obino, em 1941, ao discursar sobre a memória dos militares mortos na tentativa de golpe liderada por membros ligados ao *Partido Comunista do Brasil* (PCB), a “*Intentona Comunista*”, em 1935, instituiu várias perspectivas que eram amplamente replicadas por outros militares e mesmo civis, sendo um dos principais argumentos para a legitimação da manutenção do Estado Novo:

Sem os freios que só um elevado idealismo pode criar e manter, os homens, como as nações, tendem para a violência sistematizada; é o predomínio da lei da selva. Extirpar o homem a força criadora da fé é reduzi-lo a simples condição de animalidade. O bolchevismo não satisfeito de arrasar a fé cristã estendeu a sua obra satânica de destruição a tudo que pudesse de qualquer forma atenuar o espírito agressivo das massas mal orientadas (Obino, 1941, p. 230).

Com a participação bastante efetiva de elementos das Forças Armadas na política brasileira, os militares buscavam um discurso que equilibrasse a neutralidade pretendida da caserna com a participação nas esferas de poder no país mais destinadas aos grupos civis. No fim dos anos 1940, já no final do mandato presidencial do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) foi criada a *Escola Superior de Guerra* (ESG), apontada por muitos autores como a principal construtora e difusora da ideologia militar ou, como é apontado nesse trabalho, sua cultura política. Reunindo a *intelligentsia* militar do período, ficou a cargo dessa instituição a escrita da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN), que visava estruturar as bases para a defesa do país, em um contexto de *Guerra Fria*, reverberando os princípios da cultura política militar já expostos, como aparece na edição comemorativa dos 40 anos de sua fundação, na Revista da ESG, em editorial:

A Escola Superior de Guerra surgiu da experiência da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial, diante da aplicação do conceito de “guerra total”, que apresentava outros tipos de ações planejadas, coordenadas e dirigidas (...) funcionando como centro permanente de pesquisas e debates de problemas, submetidos à visão trinitária: política exterior, sua articulação com os contextos de segurança nacional e emprego das forças combinadas (...) (Pires, 1989, p. 5).

Pensando no escopo da tese, um outro aspecto pode ser considerado para uma melhor compreensão dessa cultura política. Em 28 de agosto de 1961, três dias após a renúncia de Jânio Quadros ao Executivo Nacional, foi publicada uma nota, em nome do presidente da Câmara dos Deputados e, interinamente, do Brasil, Ranieri Mazzilli, indicando que, após consulta aos ministros militares, esses “manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart” (Fico, 2014, p. 17).

Dois dias depois, um manifesto assinado pelos três ministros militares de Jânio Quadros procurou detalhar o porquê da “absoluta inconveniência” da posse de Jango, trazendo inúmeras perspectivas da cultura política militar em seu texto:

Já ao tempo em que exercera o cargo de ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras (...) No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, movimentações grevistas promovidas por

conhecidos agitadores (...) Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil (...) (Carone, 1980, p. 183-184).

Em linhas gerais, embora a cultura política militar não estivesse presente diretamente nos partidos e grupos políticos, exerceu enorme influência, sobretudo nas agremiações mais conservadoras e com pautas que dialogavam com as defendidas por esse grupo, como foi o caso da UDN e nas movimentações para o golpe civil-militar de 1964.

- Cultura Política Católica

O catolicismo enquanto força política no Brasil fora predominante em sua formação colonial e, mesmo no império, com a separação entre Estado e Igreja preconizada na Constituição de 1891, ainda sim a Igreja Católica manteve-se extremamente influente no cenário político e social do país (Saviani, 2008). Mesmo não participando diretamente da política institucional, os valores desse grupo influenciavam na política, defendendo uma espécie de “terceira via” entre o “capitalismo materialista” e o “comunismo ateu”, buscando uma forma de desenvolvimento que conseguisse juntar os principais elementos positivos dessas correntes (busca de unir desenvolvimento econômico e tecnológico com uma justa distribuição das riquezas produzidas) (Busetto, 2002).

No entanto, muitos intelectuais ligados à cultura política liberal-autoritária são próximos ou, em determinados momentos de sua produção intelectual, poderiam ser classificados dentro dessa perspectiva. Grande parte desses nomes ligados à cultura política católica defendia alguns pontos em comum com a tradição conservadora e autoritária, uma vez que um dos pontos que os aproximavam era o receio aos “ideais revolucionários” ou à “esquerda comunista”, que teria como principal aspecto acabar com a moral e os valores da família tradicional. Além disso, havia também uma certa recusa à valores modernos e ao

desenvolvimento intelectual e mesmo às vanguardas culturais, também dentro dessa mesma preocupação: muitas dessas novidades significariam a corrosão das bases e do caráter tradicional do catolicismo que, na interpretação desses intelectuais, seriam também parte da cultura tradicional brasileira.

Um dos principais representantes dessa tradição, o crítico literário Alceu Amoroso Lima (conhecido também sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde) expôs essas preocupações em grande parte de sua produção literária, sendo uma das principais vozes dessa tradição no período estruturado na tese. Já no final do discurso de posse da cadeira nº 40 da *Academia Brasileira de Letras* (ABL), em 1935, o eminente intelectual católico brasileiro ressaltava esses princípios, com grande receio, sobre os rumos tomados tanto pela sociedade brasileira quanto pela humanidade, em geral:

Séculos de inversão moral, de dispersão política, de injustiças econômicas, de caos estético, de diletantismo pedagógico, isto é, de empobrecimento e dissociação absoluta na ordem do espírito; e, ao contrário, de imenso, ordenado e sistemático progresso científico e mecânico, isto é, de enriquecimento e de concentração na ordem experimental e material, – colocaram nas mãos do homem moderno instrumentos de força desproporcionados à diminuição de sua fibra moral e de sua unidade espiritual. Quanto mais necessitava de ordem e hierarquia na inteligência para dominar as solicitações de mais em mais prementes de uma “civilização afrodisíaca” (...) mais renunciava o homem à posse de uma disciplina filosófica e moral segura. O resultado é a imensa perplexidade contemporânea, a pululação de perguntas sem resposta, que ouvimos repontarem de toda parte (Lima, 2006, p. 1379).

Outro exemplo que pode ser arrolado nessa perspectiva é a ação de Sebastião Leme da Silveira Cintra, popularmente conhecido como Cardeal Leme. Após ser nomeado arcebispo no Rio de Janeiro, em 1931, intensificou suas ações no sentido de consolidar a presença dos valores ligados à Igreja Católica na sociedade, buscando diálogo com vários setores e líderes políticos, incluindo Getúlio Vargas.

Em outubro desse mesmo ano, além da consagração do título de padroeira do Brasil a Nossa Senhora Aparecida (ocorrida meses antes), houve a inauguração do Cristo Redentor, projeto que buscava consagrar a ideia do Brasil como um país de fé católica (Beozzo, 2007). Aproveitando a presença de Vargas no ato, Leme encaminhou ao presidente brasileiro uma carta com várias reivindicações, buscando o fortalecimento do “sentimento cristão” na sociedade brasileira no período:

O episcopado brasileiro reunido, em sua quasi totalidade, aos pés do Cristo Redentor, sauda em Vossa Excelencia o Chefe provisorio da Nação, cujo patriotismo e inteligencia dos grandes pro-blemas nacionaes nos asseguram solida esperança de paz e de prosperidade, na unidade da Pátria, una e coesa, em seu territorio como em suas, já seculares, tradições religiosas. Entre esses graves problemas, sobrelevando aos que mais se impõe ao estudo e solução do governo provisorio destacam-se o ensino religioso nas escolas publicas e corporações militares, garantias mais eficazes para proteção e estabilidade da família, o direito de cidadania sem exclusões injustas, a isenção do serviço militar para os que militam nas fileiras sagradas, proteção racional e cristã das classes operarias, &[...] Banido dos conselhos da Nação, Deus, Senhor Onipotente, terá sempre guarida no coração do povo, mas o Estado, e portanto os seus governantes, estará desamparado de todo espírito de ordem, respeito e disciplina; jamais poderá firmar-se na paz duradoura e fecunda, porque sem alicerces no amor e consideração dos governados. (Episcopado, 1931).

Leme também havia estimulado a criação da *Ação Católica Brasileira* (ACB), grupo que buscava estruturar ações da Igreja com intervenções sociais, sendo uma prática já comum em vários países e incentivada pelo próprio Papado (Baldin, 2014). Vários nomes ligados à ACB, formalmente instituída em 1935, já haviam atuado em outros vetores de influência política como, por exemplo, a Liga Eleitoral Católica, que levou deputados para a Assembleia Constituinte de 1933 conseguindo, entre outras coisas, a instituição do ensino religioso no ambiente escolar, aspecto que já havia sido instituído por Vargas em 1931 e fora consolidado na Carta Constitucional (Mainwaring, 2004).

Em linhas gerais, as bases da cultura política católica, sobretudo no contexto da década de 1930, buscavam a consolidação de seus valores em consonância com um maior acompanhamento dos acontecimentos sociais e, evidentemente, os políticos também. O próprio Cardeal Leme, quando fora nomeado Arcebispo de Olinda e Recife, em 1916, publicara um documento, intitulado *Carta Pastoral da Saudação*, em que indicava a tônica de seu pensamento: “Que maioria-católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo?”, complementando que “Se, porém, temos a dita de o ser, não há tergiversação possível. Pautando a vida pelos ditames do Credo e dos Mandamentos, deles não nos é permitido selecionar o que nos agrada e o que nos contraria as paixões”, ainda indicando que “Se Cristo não atua sobre a nossa vida individual, como poderemos atuar sobre o meio social? E, no entanto, da influência social dos católicos é certo que muito precisa a nossa pátria amada” (Leme, 2019, p. 55-56).

Do ponto de vista da política institucional, a consociação de maior destaque foi o *Partido Democrata Cristão* (PDC), formado a partir da organização da agremiação de mesma base italiana e com base, principalmente, nas ideias do filósofo francês Jacques Maritain (Busetto, 2002). Dentro da ideia da “terceira via”, a criação do PDC vinha de uma tradição de ação de intelectuais católicos já bastante antiga no Brasil, tendo como o principal expoente Alceu de Amoroso Lima, além de outros nomes que defendiam o desenvolvimento e organização da política e do Estado brasileiro a partir das bases católicas (Busetto, 2002).

Embora o partido não tenha se consolidado a nível nacional com forte desempenho, teve sua maior força no estado de São Paulo, região na qual foi fundada e conseguiu bons resultados eleitorais, como a eleição para a prefeitura da capital de Jânio Quadros, em 1953 (que acabou saindo do partido após divergências sobre a candidatura para o governo, no ano seguinte), de Carvalho Pinto para o governo de São Paulo, em 1958 (até então, era secretário da Fazenda de Jânio Quadros) e abriu espaço para nomes que teriam grande influência na política posteriormente, como André Franco Montoro (deputado federal desde a década de 1950) e Plínio de Arruda Sampaio (eleito deputado federal de 1962), entre outros (Busetto, 2002).

Em linhas gerais, embora o partido tenha tido uma forte base ideológica em sua gênese, teve sua prática política calcada em conchavos políticos e na busca por sobrevivência no cenário eleitoral brasileiro nesse período. Como aponta o historiador Áureo Busetto, o PDC foi “uma sigla associada a um movimento político-ideológico”, mas “sem jamais empenhar-se em aplicar ou adaptar à realidade brasileira as propostas do ideário político que a legenda partidária anunciava e constavam no programa fundador da agremiação” (2002, p. 83). No entanto, partindo do princípio de que qualquer cultura política é um misto entre ideias e práticas, planos e ações efetivas, tais questões levantadas pelo autor não invalidam a inserção das práticas do PDC dentro da cultura política católica, uma vez que toda a sua ação e construção no cenário político do período foram calcadas sobre as bases e valores dessa perspectiva (mesmo que, talvez, tivesse sido apenas na ordem do discurso).

- Cultura Política Comunista

Organizada no país, sobretudo, a partir da Revolução Russa e da fundação do PCB, em 1922, na verdade trazia em seu bojo características anteriores a essa formação, principalmente de grupos que buscavam mais direitos para os trabalhadores, sobretudo, os da zona urbana. Em linhas gerais, essa perspectiva defendia princípios ligados ao fim das relações capitalistas e a organização de um governo com base popular, instituindo uma sociedade sem classes e de chances igualitárias a todas as pessoas. Embora o partido fosse mantido na maior parte desse período na ilegalidade, continuou desenvolvendo ações significativas, principalmente entre a intelectualidade brasileira, tanto na Academia como, principalmente, na imprensa, tendo ampla influência em vários debates instituídos no período.

A formação do PCB trouxe, em seu bojo, várias movimentações e disputas, sobretudo no campo de defesa de direitos do trabalhador e de medidas sociais, que já vinham desde o início do século e intensificaram-se nos anos 1920 (Batalha, 2000), após a crise do sistema apontado, na historiografia, como período da *Primeira República*. Além disso, vários intelectuais, das mais variadas áreas e matizes, acabaram aproximando-se da agremiação, ajudando a consolidar as bases ideológicas do grupo, sempre próximas das orientações indicadas pelo *Partido Comunista da União Soviética* (PCUS).

Em linhas gerais, o grupo buscou uma ação mais efetiva capitaneando as movimentações da *Ação Nacional Libertadora* (ANL), fundada em 1935 como uma espécie de contraponto ao autoritarismo crescente na Europa, bem como à *Ação Integralista Brasileira* (AIB), sendo um grupo que congregou políticos e líderes de várias tendências distintas, embora o direcionamento das ações efetivamente ocorreu por membros do PCB, sobretudo, por Luís Carlos Prestes, antigo líder tenentista que, retornando após longa estadia na URSS, assumiu a presidência simbólica do movimento e procurou pautá-lo de acordo com as perspectivas instituídas pelo PCUS.

A movimentação do grupo causou grande incômodo em vários setores, sendo que, sobretudo nos anos 1930, construiu-se um imaginário muito intenso contra o Comunismo no Brasil, capitaneado tanto pelas culturas políticas liberal-autoritária, militar e católica como pelo governo Vargas, que encontrou nessa área uma justificativa bastante plausível para a quebra, lenta e inexorável da democracia, até 1937 (Motta, 2002). De todas as culturas políticas até aqui apresentadas, a comunista foi a mais combatida, tendo movimentações das mais variadas matizes contra ela (e tal discurso foi um dos principais focos dos golpistas em

1964), sendo que após o início da *Guerra Fria*, em 1947, tal perspectiva ganhou contornos ainda mais enfáticos, que chegaram à enorme ebulição política após o alinhamento de Cuba com o PCUS, em 1961 (Motta, 2002).

Em 1945, após quase dez anos presos, Luís Carlos Prestes e várias outras lideranças foram libertas e, no crepúsculo do Estado Novo, posicionaram-se a favor de Vargas, que fora até então o principal carrasco do grupo. Essa imensa contradição, apontada por vários grupos nesse contexto, era explicada pela orientação adotada pelo PCUS: a indicação era que, no mundo que emergia do pós *Segunda Guerra Mundial* (que também caminhava para seu final), as seções comunistas aproximassem-se das principais forças populares da época, uma vez que o mais importante seria conquistar posições no poder para, a partir disso, criar as bases para as revoluções que implantariam o Comunismo. Segundo palavras do próprio Prestes, em julho de 1945:

Organizemos, pois, o nosso povo, especialmente as grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo e, fazendo uso das grandes armas da democracia — livre discussão, livre associação política e sufrágio universal —, marchemos com confiança e audácia para a frente, sempre prontos a esclarecer e educar politicamente o povo, a desmascarar e derrotar definitivamente seus inimigos trotskistas, fascistas e quinta-colunistas, sem esquecer jamais a afirmação do grande Stalin de que em política, para não nos equivocarmos, devemos olhar para diante e não para trás. Não para o passado, mas para o porvir, o futuro que nos cabe construir com os materiais de que dispomos, com as forças que efetivamente possuímos e na base da realidade econômica, social e política de nossa terra e do mundo. É o que nós, comunistas, havemos de fazer. Havemos de fazer com o apoio do povo (...). (Prestes, 1947, p. 119).

Sendo um dos principais grupos de apoio ao movimento intitulado de *Queremismo*, o PCB conseguiu ótimo desempenho eleitoral em 1945, elegendo um senador (o próprio Prestes, pelo Distrito Federal) e mais quinze deputados federais, sendo a quarta principal agremiação no processo eleitoral nacional (Braga, 1998). Com atividade destacada no processo da Constituinte de 1946, a trajetória legalista do partido foi curta, pois em 1947, após denúncia endereçada ao *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE), a maioria de seus ministros optou por cassar o registro da agremiação, jogando-o novamente na ilegalidade (D'Araújo, 1996). No ano seguinte, todos os seus parlamentares (incluindo os eleitos em 1947, tanto a nível estadual quanto municipal) também perderam seus mandatos, incluindo alguns que tinham se candidatado por outros partidos, mas que já haviam passado ou possuíam algum tipo de vínculo com essa agremiação.

Mesmo com a cassação, o PCB continuou com suas atividades, mantendo sua ampla influência no meio intelectual e na imprensa, além de também participar de movimentações em várias campanhas políticas (Segatto, 1995). E, assim como na década de 1930, nos anos 1960 essa cultura política será, novamente, o principal mote ou justificativa (embora não fosse a causa central) para a movimentação golpista que culminou em 1964, conforme será analisado durante o trabalho.

- Cultura Política Trabalhista

Consolidada no governo Vargas, já trazia em suas características pautas e perspectivas anteriores aos anos 1930 tendo, nesses aspectos, pontos em comum com a cultura política comunista (embora seja importante frisar que, entre elas, não houve convergências ou mutualismo, mas sim divergências ou ampla competição). Também preconizavam mudanças nas relações capitalistas, mas não em um caráter revolucionário, uma vez que não questionavam as relações entre empregadores e empregados, mas sim as desvantagens que esses possuíam e quais medidas poderiam ser feitas para a melhoria de condições dos trabalhadores.

Defendiam igualmente a ideia de que o desenvolvimento do país, sob um viés estatista era importante, pois traria benefícios tanto para os investidores quanto para os assalariados, pois todos ganhariam com essa forma. A fundação do Ministério do Trabalho, em 1930 (intitulado também como Indústria e Comércio, na época), foi um marco significativo nessa perspectiva, uma vez que, até então, não havia um foco em específico nessa área, tendo pouca aproximação entre os governos e as lideranças ligadas aos sindicatos ou aos trabalhadores.

Chamado de “Ministério da Revolução” pelo seu primeiro titular, o deputado federal e um dos principais articuladores da *Aliança Liberal*, Lindolfo Collor, as ações ministeriais procuraram estruturar uma legislação básica para os trabalhadores, entendendo que esses eram fundamentais para o bom funcionamento da economia do país e que, se bem organizados e tutelados pelo Estado, não fariam oposição nem “criariam problemas” ao *establishment*, não caindo na zona de influência dos comunistas e anarquistas, principais grupos que buscavam consolidar-se junto a esse grupo (Gomes, 2005).

Durante todo o período do governo Vargas, quatro outros nomes passaram pela pasta, tendo ações diversas, mas que, de certa forma, convergiram para o ponto central: o controle da legislação trabalhista e das benesses, que seriam tanto para os empregadores quanto para os empregados, dentro da lógica de “conciliação de classes” defendida por Getúlio e vários outros nomes ligados ao governo. Ao fim desse período, inúmeras ações tinham sido empreendidas no sentido de melhor estruturar a situação dos trabalhadores como, por exemplo, a regulação da jornada de trabalho em geral, as condições da mão-de-obra feminina e dos jovens que ainda não completaram a maioria, regulamentação das aposentadorias e pensões e a criação da Justiça do Trabalho, entre outras (Gomes, 2005).

A *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), editada em 1943, sistematizou e regulamentou de maneira mais organizada toda essa perspectiva estruturada até então. Capitalizando essas regulamentações, Vargas buscou construir ampla propaganda sobre essas ações, destacando sempre o lado positivo delas para os trabalhadores. Sendo assim, a construção do “mito” em torno do nome do presidente foi bastante cuidadosa e procurou, em inúmeras situações, cooptar os bônus (e ocultar, convenientemente, os ônus) para tal (Capelato, 2009).

Como bem salientou Ângela de Castro Gomes, Vargas e a equipe ligada ao ministério do Trabalho conseguiram êxito, entre os anos 1930 e 1940, em apropriar-se das conquistas anteriores e das demandas dos trabalhadores urbanos, transformando-as em uma espécie de dádiva, concedida à população graças ao trabalho e à benevolência do grande líder (Gomes, 2005). Como exemplo dessa perspectiva, em um de seus vários pronunciamentos ao programa *Hora do Brasil*, o advogado Marcondes Filho, que foi o ministro do Trabalho mais longo do período em que Vargas esteve no poder, sintetizou bem essa perspectiva, consolidando a ideia de que toda a estruturação trabalhista (e também do processo de industrialização, considerado um grande marco nas melhorias econômicas, segundo o autor) desse período dependia, sobretudo, da figura do atual presidente:

Foi uma verdadeira obra de medicina social preventiva que o Presidente Vargas realizou no Brasil, tratando do complexo capital-trabalho, com cuidados tais que nunca o assolaram males que pudessem conturbar o ritmo da paz brasileira. Tanto assim, que os 12 anos que transcorreram até agora, podem ser contados como uma nova era para o nosso povo, porque o país teve um surto de progresso industrial jamais realizado por qualquer outra nação, em tão curto espaço de tempo (...) Multiforme, atingindo todos os setores e prevendo as principais situações, fatos ou problemas a serem tutelados pelo Estado, a legislação social brasileira acompanha o cidadão

desde que ele se prepara para o exercício de uma profissão, desde a aquisição da qualidade legal de trabalhador, com a identificação profissional durante todo o tempo em que trabalha, até o dia em que, pela velhice ou invalidez, tem o justo repouso que lhe assegura o Estado através dos institutos de previdência social (...) No mundo de amanhã terá o Brasil lugar de relevo, sobretudo como um exemplo de paz, de harmonia entre o capital e o trabalho, de entendimento entre governantes e governados (...) (Marcondes Filho, 1943, p. 255-259).

A criação do DIP, em 1938, órgão derivado do *Departamento Oficial de Propaganda* (DOP), do início da década (que já tinha sido reestruturado, tendo suas ações como *Departamento de Propaganda e Difusão Cultural* (DPDC) desde 1934) instituía os dois princípios básicos do governo Vargas no período: ao mesmo tempo em que havia um rígido controle por parte dos censores ao conteúdo cultural produzido, o DIP também investia na criação de materiais favoráveis à estruturação da figura messiânica do presidente em várias áreas, sendo a questão trabalhista uma das principais exploradas, como presente na peça *A JUVENTUDE NO ESTADO NOVO*:

“Anima-me a certeza de que tôda esta multidão entusiástica, desde os jovens estudantes até as suas classes trabalhadoras e industriais, é capaz de erguer comigo os alicerces da construção do Brasil Novo, que juramos empreender. Mas, êsse esforço que nos empenhamos em realizar, e estamos realizando, não se pode desprender das tradições e dos fatos predominantes de sua história. Haveremos de engrandecer o Brasil, para sermos dignos da herança que nos legaram os nossos antepassados” (p. 6)

Assim, embora Vargas tenha deixado o poder após sua forçada renúncia em finais de 1945, sua marca na cultura política trabalhista foi evidente, sendo que seu nome sempre se manteve como principal referência nessas discussões, mesmo que em perspectiva crítica (Ferreira, 2005). Tal ponto pode ser pensado por vários aspectos como, por exemplo, a do historiador francês Raul Girardet, uma vez que, na construção da figura do mito, há várias características a serem lembrados e alimentados a partir de sua ação:

a partir do momento em que todo mito (...) ganha uma certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações (...) como uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes mais contraditórias (Girardet, 1987, p. 72-73).

Politicamente, o trabalhismo teve como seu principal canal de divulgação e fortalecimento a ação do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), cuja criação foi direcionada por Marcondes Filho e pelos técnicos ligados ao Ministério do Trabalho, com base na agremiação trabalhista inglesa e que tinha, como principal demanda, manter as práticas e a memória viva dos trabalhadores em relação às práticas recentes, sobretudo, no Estado Novo (D'Araújo, 1991). Na campanha presidencial de 1945, o movimento conhecido como Queremismo, cujos participantes eram trabalhadores que pediam a volta do sistema democrático e uma nova Constituição, mas sob a liderança de Vargas, foram organizados e estruturados por esse núcleo, que via uma possibilidade de manutenção do atual presidente no poder, agora em uma perspectiva democrática, demonstrando o apelo que a figura de Getúlio cativava nessas pessoas (Ferreira, 2005).

1.3 As interpenetrações das culturas políticas na história e o trabalhismo enquanto conceito

O queremismo acabou sendo uma das principais causas que acelerou a pressão para que Vargas retirasse-se do poder e, até 1964, a cultura política trabalhista foi o principal alvo dos principais grupos conservadores do Brasil, representados pelas três primeiras culturas políticas apresentadas na tese. Tal perspectiva é uma das hipóteses desse trabalho, ao elencar que o golpe de 1964 foi, sobretudo, uma movimentação contra a herança e os ecos da forma de se fazer política de Vargas, sendo que todos esses pontos eram representados, na construção discursiva do golpe, nas práticas políticas de João Goulart.

É importante enfatizar que, em algumas situações, grupos ou pessoas acabam transitando entre culturas políticas distintas e alguns pontos são convergentes entre várias dessas culturas políticas. Como exemplo, no caso do golpe civil-militar de 1964, dentro da tipologia exposta, três dessas cinco culturas políticas convergiram para tal ação, sendo que a movimentação em si foi organizada por grupos das culturas políticas liberal-autoritária e militar, com apoio também da católica no período.

No entanto, é fundamental indicar também que os membros ligados a uma cultura política não pensam, necessariamente, de maneira uniforme. Ainda dentro do exemplo indicado, várias pessoas integradas a essas culturas políticas não concordaram com o fato, sendo que muitas foram perseguidas e sofreram, basicamente, as mesmas consequências dos

membros das culturas políticas opositoras, ainda que pertencessem aos grupos que se apossaram do poder.

Como exemplo dessa perspectiva, no dia 24 de agosto de 1966 foi encontrado, no rio Jacuí, próximo a Porto Alegre, o corpo de Manoel Raimundo Soares. Com evidentes sinais de tortura (os pés e mãos estavam amarrados e, por conta disso, o caso ficou conhecido pelo público como “O caso do sargento das mãos amarradas”), sua morte ocorreu em decorrência da constante violência ao qual foi submetido durante os cinco meses em que ficou preso (Brasil, 2014). Como ele mesmo conta em uma das cartas enviadas à sua esposa, foi expulso do Exército após se opor ao Golpe em 1964 e acompanhou as movimentações de Jango e Leonel Brizola, tanto no Brasil quanto no Uruguai, integrando o *Movimento Nacionalista Revolucionário* (MNR), que buscava articular ações para derrubar o governo de Castelo Branco, sob a liderança do ex-governador gaúcho (Rollemberg, 2001).

Ainda relacionado ao conteúdo da carta indicada (que foi publicada no *Jornal do Brasil*), Soares indicou sua postura oposicionista que causou sua prisão, bem como as consequências de todo esse processo (que culminaria com sua trágica morte):

Eu estava em Porto Alegre a fim de conseguir emprego e normalizar a vida destruída pela revolução a 1º de abril (...) Fui preso às 17h35 do dia 11 de março de 1966, sexta-feira, em frente ao auditório Araújo Vianna, depois de ter tido contato pessoal com o indivíduo Edu Rodrigues. Eu portava, na ocasião, uma bolsa preta de vulcuro e fecho eclair, a qual continha cerca de 2 mil recortes de jornais com inscrições de caráter político. Dois policiais à paisana seguraram o meu braço, enfiaram-me em um táxi DKW verde com tampo creme e conduziram-me para o quartel da 6ª Cia. de Polícia do Exército. Ali, debaixo de cruel massacre, no qual se destacaram o primeiro-tenente Nunes e o segundo-sargento Pedroso, iniciaram o interrogatório (...) Espero poder algum dia agradecer pessoalmente aquilo que meus anônimos amigos fizeram por mim hoje. Só me resta agora repetir as palavras que direi enquanto tiver vida: Abaixo a Ditadura. Viva a Liberdade O povo vencerá (Brasil, 2014, p. 603-604).

O exemplo acima é um dos inúmeros que indicam que, dentro de uma instituição ou em grupos que estão interligados por uma ação ou ideias em comum, seus membros não compõem, necessariamente, um corpo homogêneo, podendo haver inúmeras discordâncias e disputas por espaços de consolidação para o direcionamento das ações em comum.

Sendo assim, é importante salientar, como Berstein já indicara (2009), a plasticidade do conceito, não como um defeito ou um problema em si, mas sim como algo necessário para dar conta desses mais variados aspectos que possam aparecer na análise. Por conta

desses pontos, a fonte utilizada para a pesquisa, o UH, será analisada como um vetor para a divulgação e, também, construção da cultura política trabalhista, com todas as idiossincrasias e contradições que esses grupos em si carregaram.

Para além desses aspectos, o período delimitado na pesquisa terá como perspectiva metodológica central a disputa dessas culturas políticas dentro da consolidação do campo político, com influências e imbricações em outros âmbitos, como questões sociais e culturas, tendo em vista que o golpe civil-militar, de 1964 indicava uma imensa disputa entre grupos políticos distintos que já ocorria, dentro dessa dinâmica de questionamento e quebra da ordem vigente, desde as eleições de 1950 (na qual a candidatura de Vargas era imensamente questionada). Sendo assim, nesse mosaico de grupos e instituições em disputas, a análise buscará a compreensão dos pontos centrais elencados para a presente tese.

Embora todas as culturas políticas brevemente exemplificadas foram exploradas durante a argumentação, a predominante na tese será a trabalhista, uma vez que o objeto da pesquisa e fonte central do trabalho estava inserido dentro dessa perspectiva. Na obra *A invenção do trabalhismo* (2005), a historiadora Ângela de Castro Gomes traz a ideia de que o conjunto de práticas e ideias ligadas ao Trabalhismo parte de dois grandes movimentos em temporalidades distintas: até o início dos anos 1930, havia vários grupos e lideranças sindicais ou ligadas à pequenas comunidades que, utilizando métodos e ideologias distintas, buscavam estruturar melhores condições para os trabalhadores e relações mais justas entre os patrões e empregados; a partir da consolidação de Vargas no poder, houve uma ação estruturada, por parte do Estado, para que a política institucional tutelasse esse movimento, tendo em vista que um dos pilares do desenvolvimento econômico do governo seria a industrialização, o que ocasionaria um grande aumento dessa classe de trabalhadores industriais urbanos. Atender seus interesses de acordo com as perspectivas e necessidades do governo seria mais interessante do que confrontar ou se indispor com esse grupo, sendo que foram utilizados inúmeros mecanismos para tal aspecto consolidar-se (Gomes, 2005).

Embora as bases da cultura política trabalhista não são ligadas somente à Vargas, elas são estruturadas como parte homogênea de uma orientação política sob sua tutela (Benevides, 1989). Como já apresentado, o Trabalhismo traz várias camadas em seu bojo que, em determinados pontos, são conflitantes e até contraditórios. No entanto, os aspectos que foram consolidados dialogavam diretamente com os princípios e interesses do mandatário nacional, sobretudo, no período estadonovista (Paranhos, 1999), capitaneando

interesses dos grupos populares e concretizando-os dentro dos limites e parâmetros instituídos nesse contexto (Ferreira, 2005) e influenciando nos anos 1950 e 1960 as pessoas que passaram a seguir esses princípios:

partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas do Brasil, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade (Ferreira, 2005, p. 12).

De maneira geral, os dois principais pontos defendidos nessa “invenção” do Trabalhismo foram a busca da harmonia entre patrões e empregados, indicando que ambos os grupos poderiam conviver sem que existisse “excessos” de ambas as partes; a outra perspectiva é o total controle dos sindicatos e grupos sociais pelo Estado, sendo que as lideranças que não seguiam os interesses governamentais eram retiradas de seus postos, muitas vezes com a utilização da repressão policial, sendo colocadas em seu lugar pessoas identificadas (ou dispostas à seguir) com a movimentação indicada por Vargas (D’Araújo, 1996). Em linhas gerais, o Trabalhismo até então discutido pode ser sintetizado como:

um conjunto de ideias, valores, símbolos, rituais e vocabulário que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses polos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto político, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930 (Gomes, 2002, p. 67).

Embora toda a estrutura da cultura política trabalhista tenha sido gestada nos quase quinze anos de Vargas no poder, sua organização enquanto uma ideologia ou um conceito propriamente dito ocorreu posteriormente, com a criação do PTB, tendo em vista a institucionalização desses pontos na vida política brasileira sob o viés democrático. Inspirado em aspectos ligados ao Partido Trabalhista Britânico (Benevides, 1989; D’Araújo, 1996), o estatuto fundador da agremiação trazia esses princípios bem definidos, enfocando na

necessidade de os trabalhadores possuírem representação política perante o novo cenário que adviria ao Estado Novo (D'Araújo, 1996).

Um ponto em comum apresentado pela bibliografia e expresso pelos sujeitos históricos envolvidos no contexto era a necessidade de criar uma agremiação que contivesse a influência dos comunistas no país. Embora o fato da URSS estar junto com os Aliados na Segunda Guerra Mundial e as políticas dos partidos comunistas de colaboração com a reconstrução dos países dentro da ordem capitalista tenham sido aspectos que fizeram com que a resistência a esses grupos diminuísse (Munhoz, 2020), ainda havia uma preocupação muito grande com uma possível expansão dos ideais comunistas no Brasil, principalmente entre a classe trabalhadora, considerada o principal alvo e a base central dos princípios desse grupo (Motta, 2002).

Sendo assim, era importante criar uma agremiação que, embora não tivesse influência comunista, conseguisse dialogar com seu público alvo, convencendo-o de que essa seria a melhor opção. Tal perspectiva já tinha sido construída por Vargas, sobretudo no Estado Novo, aspecto que favoreceu enormemente a adesão de várias lideranças trabalhistas e sindicais ao partido e aos ideais propostos pelo político gaúcho. Segundo a cientista social Maria Victória Benevides, os valores trabalhistas ligados à imagem de Getúlio:

expressava-se em três grandes linhas: o nacionalismo, “a justiça social”, com a exaltação da legislação trabalhista, e o sindicalismo populista. Como eixo unificador, temos a noção de um Estado interventor e “organizador”, baseado no projeto de emancipação nacional e desenvolvimento econômico (Benevides, 1989, p. 94).

No entanto, a estruturação do PTB também teve outras influências, como aspectos ligados à social democracia alemã e ao movimento sindical dos EUA (D'Araújo, 1991). Além dessas bases externas, internamente a agremiação também passou por várias disputas e orientações distintas, que causaram brigas bastante acirradas entre eles, influenciando inclusive alguns desdobramentos no UH (os quais serão melhores abordados no capítulo seguinte).

Em linhas gerais, em seus mais de vinte anos de existência o partido possuiu três grandes tendências: os “getulistas trabalhistas”, que eram afinados com todos os princípios ligados à Vargas, sobretudo o nacionalismo econômico e a manutenção dos direitos trabalhistas ligados à CLT; os “doutrinários trabalhistas”, que buscavam uma identidade ideológica para a agremiação e defendiam os valores em si (nacionalismo, democracia,

progresso social e cultural, entre outros pontos), e não necessariamente a figura de políticos; e, por fim, os “pragmáticos reformistas”, que utilizavam aspectos dos dois outros grupos, buscando equilibrar-se entre os valores referentes aos aspectos ideológicos e à força eleitoral de velhos e novos nomes que possuíam capital político e que seriam os vetores para a aplicação dessas ideias a nível institucional (D’Araújo, 1991).

Mesmo entre os doutrinários trabalhistas, a figura de Vargas sempre foi presente e bastante marcante, sendo uma espécie de guia oculto, não aparecendo diretamente nas páginas escritas e argumentações ditas, mas presente implicitamente nas falas e anseios dos representantes desse grupo (D’Araújo, 1996). Do ponto de vista formal ou acadêmico, alguns nomes e publicações são indicados como os “ideólogos” do Trabalhismo nesse novo contexto, ligados exatamente aos doutrinários trabalhistas. O nome mais citado no UH e lembrado pela bibliografia nessa linha é o de Alberto Pasqualini, jurista gaúcho que, embora não esteve entre os fundadores do PTB, aderiu ao partido posteriormente e foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1950 (Abreu et. all., 2001). Dois anos antes, havia publicado a obra *Diretrizes Fundamentais do Trabalhismo Brasileiro*, instituindo os principais aspectos que eram ligados ao conceito e que deveriam ser seguidos pelo PTB, dentre eles:

A política e a ação do Poder Público deverão ser conduzidas no sentido do desenvolvimento da economia nacional, das forças da produção e do progresso social. Na realização desses objetivos, o Estado terá precipuamente em vista as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras, a justiça e a solidariedade social (...) A legislação trabalhista deverá ser mantida e aperfeiçoada, tornando-se extensivos os seus benefícios a todo o proletariado. As organizações trabalhistas gozarão de autonomia, devendo o Poder Público auxiliá-las e orientá-las no sentido de alcançarem as suas verdadeiras finalidades (Pasqualini, 2005, p. 141-142).

Ainda nesse documento, Pasqualini indicava que o Trabalhismo não se filiava diretamente ao capitalismo e nem ao socialismo, exaltando que ambos os sistemas possuíam aspectos positivos e negativos e que as pautas trabalhistas deveriam levar em conta apenas os pontos valorativos, ou seja, a capacidade de produção e geração de riquezas associadas a uma distribuição justa para evitar a concentração do lucro gerado (Pasqualini, 2005). Uma das principais vozes do partido, o político gaúcho teve tamanho destaque nessa primeira metade da década de 1950 que fora convidado, por exemplo, para ser vice dos três principais

candidatos à presidência nas eleições de 1955 (acabou recusando todas elas), demonstrando o alto capital político que alcançara não somente dentro das fileiras do PTB (Fidelis, 2022).

Para a estruturação proposta nessa tese, a ideia não será discutir, necessariamente, os pontos distintos do Trabalhismo dentro do PTB, nem suas distensões e suas diferenças regionais ou geracionais, que já foram expostas e analisadas nos trabalhos já citados. O princípio é apontar que, dentro desse arcabouço de ideias, teorias, práticas e discussões, existiam alguns pontos em comum, de que qualquer membro ligado à cultura política trabalhista defenderia, ainda que por métodos ou estratégias distintas. Sendo assim, durante a análise a seguir será mantida a grafia para se referir a esses pontos em comum, que podem ser sintetizados, nas palavras da historiadora Lucila de Almeida Neves Delgado:

O tempo do trabalhismo foi marcado por ambigüidades e contradições. Significou paradoxalmente dirigismo, paternalismo e potencial de autonomia para sujeitos históricos, como o eram os trabalhadores brasileiros. Foi marcado pelo personalismo de seus líderes, mas acalentou proposições cooperativistas e coletivistas. Significou busca de aperfeiçoamento do capitalismo, buscando humaniza-lo para reforçá-lo, mas também representou alguma possibilidade de aproximação com o socialismo reformista. Traduziu repúdio à luta de classes, mas ao mesmo tempo acabou por incentivar reivindicações de forte teor conflitivo por parte dos trabalhadores (Delgado, 2010, p. 202).

É importante ressaltar também que, para as outras culturas políticas (como já exposto no exemplo de Manoel Raimundo Soares), o mesmo princípio é válido. No entanto, também atentando ao escopo da tese, não adentraremos, necessariamente, nessas diferenças, buscando compreender os pontos em comum dentro dessas culturas políticas ou dos grupos dominantes dentro delas, ou seja, de pessoas ou mesmo instituições que demarcavam as perspectivas de ações (e, conseqüentemente, o domínio) das ações voltadas para aqueles que partilham das ideias estruturadas.

Do ponto de vista teórico, uma melhor compreensão desse processo pode ser obtida a partir de alguns pressupostos elencados, sobretudo, por Pierre Bourdieu. Ao tratar a noção de campo, o cientista social francês indicou que, dentro de uma mesma base de atuação ou de proximidades, há distinções em relação a quem tem um domínio ou influência maior dentro desse campo ou, como Bourdieu especificou, um maior acúmulo de condições de impor sua perspectiva sobre os outros (Bourdieu, 1983).

Tais perspectivas podem ser pensadas ou abordadas nos mais variados aspectos. Do ponto de vista da cultura política, embora as bases metodológicas e teóricas de Bourdieu não dialoguem com os pressupostos de Almond e Verba, tais aspectos podem ser utilizados na medida em que trazem algumas reflexões que podem ser bastante úteis para os pontos colocados na tese. No caso da cultura política trabalhista, tal perspectiva pode ser elencada pelos aspectos já estruturados: mesmo com a fragmentação interna do partido, o PTB tinha a primazia, por conta da força eleitoral e das relações que seus membros tinham com o Poder Político (entendido aqui como as pessoas que ocupavam cargos, sejam por eleição ou por confiança, que controlavam as estruturas de poder no Brasil na época), sendo fundamental dentro da organização da cultura política trabalhista.

No entanto, é inegável que o capital político de Getúlio Vargas exercia uma influência enorme dentro dessa estrutura. Como já foi levantado anteriormente, embora o chamado *getulismo* seja comumente associado como sinônimo ao Trabalhismo, tais aspectos não possuíam todos os pontos em comum (Gomes; D'Araújo, 1989). Os aspectos ligados a Vargas, embora fossem estruturantes para a cultura política trabalhista, também se interligavam às características que não eram bem vistas ou incluídas, necessariamente, entre os líderes trabalhistas, como a própria questão do personalismo, evidenciado por Ângela de Castro Gomes (2005).

Do ponto de vista partidário, principalmente após a morte de Vargas, várias agremiações surgiram como dissidências do PTB, tendo novas pautas e visões distintas dos grupos dirigentes do partido mais tradicional, como o *Movimento Trabalhista Renovador* (MTR), *Partido Orientador Trabalhista* (POT), *Partido Republicano Trabalhista* (PRT), *Partido Social Trabalhista* (PST) e o *Partido Trabalhista Nacional* (PTN), todos consociações que, embora coadunassem com ideais tradicionalmente ligadas ao Trabalhismo, divergiam das formas e métodos dos grupos que detinham o maior capital político dentro dessa área, buscando instituir seus próprios meios de se chegar aos objetivos propostos (Gomes; D'Araújo, 1989).

Como exemplo de tal perspectiva, o caso de Fernando Ferrari é bastante emblemático para compreender melhor tal ponto. De origem riograndense, era um dos principais nomes que despontavam na liderança trabalhista, chegando a ser o candidato a deputado federal mais votado do Brasil em 1958. No entanto, desde o início de suas atividades políticas, no final dos anos 1940, demonstrava suas divergências contra a principal liderança nacional do PTB, João

Goulart e a estadual, Leonel Brizola (que viria a ser governador do Estado). Depois de várias disputas políticas e declarações públicas dessas diferenças, Ferrari foi expulso do partido em 1960, após concorrer ao cargo de vice-presidente (sendo derrotado pelo próprio Jango) e transformou um grupo que tinha criado em partido político, o MTR.

Partindo dessas reflexões, Bourdieu define capital como o acúmulo e a articulação de todo tipo de conhecimento e práticas, sejam eles de quaisquer ordem ou princípio (Bourdieu, 2001). Embora a divisão do sociólogo francês não englobe, necessariamente, a política, sua perspectiva pode ser assimilada a tal discussão, tendo em vista que ela dialoga, diretamente, com a perspectiva proposta na tese, indicando que dentro de um mesmo grupo há diferenças (muitas vezes bastante significativas) por diversas visões apresentadas por seus integrantes durante as ações dentro de um determinado grupo ou organização.

Logo, é de extrema importância levar em conta tal aspecto: desigual pela própria definição, o capital indica que os participantes do campo não ocupam os mesmos espaços dentro da organização e, eventualmente, estão em conflito, sendo que, em alguns casos, determinadas ações resultantes desses grupos marginalizados (ou com menos espaços) em um campo possam se unir a membros de outro, com movimentações visando oposição aos que ocupam posições majoritárias (Bourdieu, 2001). Tal aspecto é bastante visível, por exemplo, nas realidades regionais, nas quais as lógicas eleitorais nacionais não eram, necessariamente, seguidas ou reorganizadas para seguir esses ditames.

Por fim, partindo de toda a reflexão e análise instituídas até aqui, é importante frisar de qual ângulo ou olhar será abordada, definitivamente, o conceito de cultura política trabalhista, ou seja, indicando que o termo sempre será recorrente ao grupo que domina o campo e tenha maior capital político. Não necessariamente por ser o melhor direcionamento ou ter as ideias mais efetivas, mas sim pelo fato de ter a maior capacidade de influência sobre os outros grupos e sobre o campo político em geral. Como a proposta da tese é a de focar no período do governo João Goulart e na abordagem feita pelo UH, os pormenores tanto dessa cultura política como das outras não serão abordadas diretamente (tal aspecto mereceria uma obra em particular, esmiuçando esses aspectos em todas essas culturas), mas o fato em si dessas diferenças existirem sempre devem ser levadas em conta, tendo em vista a diversidade de grupos e jogos de interesses contidos nesse período.

Capítulo 02 – Historiando a imprensa: *Última Hora* e a política do período

2.1 A imprensa enquanto objeto historiográfico

Embora a discussão sobre a história é antiga e remonta aos primeiros agrupamentos humanos, seu estabelecimento enquanto disciplina é recente e dialoga com os pressupostos da metodologia instituída pelas bases do Iluminismo, sobretudo no século XIX. A partir dessa estruturação, alguns temas ganharam mais ou menos força na medida em que foram selecionadas por aqueles que possuíam capital para determinar tais pontos, sendo que a abordagem sobre política manteve uma grande projeção nesse período.

Na historiografia francesa, o primeiro questionamento de maior força em relação à esse aspecto ocorreu a partir da criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que seria a base para a corrente que ficou conhecida como *Escola dos Annales* e que questionava, entre outros aspectos, a primazia da política e o esquecimento de outros objetos como fonte de estudo, como já especificado nesse trabalho.

Assim como também já foi apresentado na tese, a política retornou à historiografia francesa de uma maneira distinta, não trazendo em seu bojo os paradigmas do século XIX, mas sim uma nova perspectiva e abordagens diferentes que, em diálogo bastante intenso com outros campos de estudo, indicava que a discussão sobre o assunto poderia perpassar por várias áreas e, do ponto de vista da análise, trazer elementos para a discussão que, até então, eram negligenciados ou utilizados em segundo plano, de forma apenas acessória (Rémond, 2003).

Para além da discussão historiográfica francesa e o diálogo trazido a partir dos *Annales*, outras perspectivas influenciaram tais mudanças, pensando a produção historiográfica a partir de novos olhares. A chamada “nova história cultural britânica”, em voga a partir dos anos 1960, sobretudo a partir das obras e reflexões dos historiadores Edward P. Thompson e Eric Hobsbawm (embora não somente deles) que, dialogando com nomes ligados ao marxismo e aos partidos comunistas europeus no período, buscaram estruturar uma forma de análise historiográfica menos presa aos pressupostos tradicionais nessas correntes e propondo novas formas de análise, primando por abordagens até então pouco (ou nada) usuais para o período (Sharpe, 1992).

A chamada “história de baixo” ou “história vista de baixo” trazia como perspectiva um novo ponto de partida para as análises historiográficas, levando em conta o cotidiano e as

ações sociais da população mais pobre, que não seria “protagonista” nas pesquisas instituídas até então. Como escreveu Thompson, sua busca era “resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto, o artesão ‘utopista’ (...) Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias (...) Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não” (Thompson, 1987, p. 9).

Por fim, uma terceira perspectiva historiográfica que merece uma breve reflexão por trazer um novo direcionamento foi a micro-história. Oriunda da Itália, da década de 1980, ela teve como principais nomes Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, autores que buscaram especificar que, a partir de casos particulares, de pessoas não conhecidas ou esquecidas pelas análises anteriores, era possível tecer pesquisas e conhecimento de um determinado período também de maneira mais ampla, demonstrando a viabilidade de, ao mesmo tempo, resgatar ou reconhecer nomes e trajetórias relegadas ao esquecimento de uma perspectiva individual, mas dialogando e trazendo novos aspectos para os pontos já consolidados na época em si abordada (Levi, 1992).

Na obra *O Queijo e os Vermes*, Carlo Ginzburg problematizou vários aspectos relacionados a tais pontos, indicando que a micro-história (ainda que não use diretamente o termo) não procurava invalidar outras perspectivas, mas sim trazer uma nova forma de análise para objetos ou problemas até então pouco ou não abordados, buscando ampliar o panorama de da análise historiográfica até então (Ginzburg, 2006).

Essas breves referências às mudanças produzidas por autores ligados à parte da historiografia europeia (com ampla influência na produção acadêmica brasileira) indicam, embora por caminhos distintos, que estruturas físicas, pessoas e grupos sociais que não eram considerados importantes para a análise historiográfica passaram a ter espaço (ainda que reduzido, na maioria dos casos) nesse campo. Um desses novos objetos que receberam uma maior valorização dentro desse campo, ganhando projeção (ainda que bastante tímida) também como uma fonte histórica, foi a imprensa.

Como apontou Jean-Noël Jeanneney, há uma imensa dificuldade em se pensar os meios de comunicação como um objeto de estudo historiográfico, tendo em vista os inúmeros desafios que se colocam nessa perspectiva. No caso da imprensa escrita, que é o objeto central da tese, os desafios podem ser estabelecidos em um contraste: “de um lado, a massa imensa de papel impresso e, em contraste, uma mediocridade geral dos arquivos de empresas que

permitiram descrever a *instituição* do jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento, suas ligações cotidianas com os diferentes poderes (...)” (Jeanneney, 2003, p. 214).

A própria noção de fonte passou por uma mudança significativa, tendo questionamentos de vários grupos e áreas que procuravam, cada um ao seu modo e em suas perspectivas, repensar sobre os limites e as perspectivas do que é uma fonte em si. Jacques Le Goff, ao iniciar suas reflexões sobre o assunto, indicou a subjetividade do termo, ao indicar que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (...)” (Le Goff, 1990, p. 535).

Embora seja basicamente um consenso a ideia de que uma fonte histórica não é um espelho da verdade sobre seu tempo, há um risco muito grande de uma análise historiográfica tropeçar nessa armadilha e ter toda uma pesquisa estruturada em apenas um ponto de vista (e validá-lo como o mais correto ou como o único aceito). Não há problema em privilegiar um objeto em si como fonte central da pesquisa (como é o caso dessa tese), mas quando isso acontece, é necessário ter em pauta a “utopia da infalibilidade”, ou seja, pensar que essa fonte traduz apenas uma pequena parte daquele universo, podendo dialogar com o campo majoritário na política ou estar na oposição, tendo uma posição sólida em acontecimentos do momento ou um compromisso com possíveis mudanças daquela realidade, entre outros aspectos.

Como apontou novamente Jeanneney, para o caso da imprensa escrita, o conteúdo das páginas dos periódicos é essencial para a análise, mas tão ou mais importante que tal ponto é analisar a materialidade dessa fonte, ou seja: Quem são as pessoas que a produz? Quais são os interesses políticos por trás dessa publicação? Em quais grupos a publicação circula? (Jeanneney, 2003). Enfim, as questões poderiam ser estendidas por vários outros caminhos, uma vez que, dependendo do contexto e das perguntas e hipóteses levantadas, o objeto pode ser observado sob os mais variados prismas.

No caso do UH, tais aspectos serão evidenciados no próximo tópico desse capítulo. Em linhas gerais, é importante refletir, mais uma vez, sobre a importância da imprensa como uma fonte historiográfica. Nos apontamentos da historiadora Tânia Regina de Luca, há vários aspectos que devem ser levados em conta para esse tipo de pesquisa:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias: trata-se, por exemplo, da seção "política nacional" ou da "policial"? (Já se mostrou como greves e movimentos sociais são sistematicamente alocados na última.) O assunto retorna à baila ou foi abandonado logo no dia seguinte? Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir (Luca, 2008, p. 140).

Por trás de toda a objetividade e racionalidade de um conteúdo impresso, há uma estruturação importante, sendo muitas vezes o texto um reflexo dessas relações dentro daquele grupo. Na abordagem escolhida para essa tese, a cultura política a qual as pessoas que compõem a fonte estão integradas (ou buscando espaço) é um elemento fundamental para a compreensão do texto e dos impactos dessa publicação (ou a ausência dessas consequências) na realidade daquele contexto. Ainda acompanhando as reflexões de Luca, ela nos aponta que: “à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos” (Luca, 2008, p. 140).

Para além dos jornais, há outros documentos da imprensa que também podem ser enquadrados na categoria da imprensa escrita na época, sendo as revistas um meio bastante comum na análise historiográfica nesses últimos anos (Crespo, 2010). Com o advento da internet e as publicações online, bem como o fortalecimento da chamada *história do tempo presente* (Aróstegui, 2004), as resistências em analisar esses formatos, bem como períodos mais recentes, diminuíram na medida em que a própria noção de presente e distanciamento temporal foram sendo, cada vez mais, questionadas e ressignificadas, estruturando uma abertura maior para a recepção desse tipo de análise. Blogs, redes sociais, vídeos e chamadas online, entre outras formas, são problematizados como fontes, compreendidos como os ditos “tradicionais”, sendo meios que trazem conteúdo que deve ser questionado e analisado de maneira crítica, seguindo os pressupostos metodológicos na historiografia (Barros, 2022).

No entanto, embora os jornais impressos não sejam, necessariamente, as fontes mais importantes dentro desse campo, certamente foram as mais exploradas na análise historiográfica. Embora algumas obras já tivessem sido lançadas, na primeira metade do

século XX, buscando destacar os periódicos e sua importância para a compreensão do contexto, em 1966 foi lançada a primeira obra que, de fato, procurou analisar esses impressos (ainda que de maneira generalizante, por ser um esforço de síntese de vários séculos), buscando compreender não necessariamente o conteúdo, mas sim as relações socioeconômicas que permeavam a existência dos grupos que mantinham as publicações e com quais outros que se relacionavam. Em *A História da Imprensa do Brasil*, Nelson Werneck Sodré trouxe uma forma de pensar o assunto de maneira bastante inovadora, sendo uma influência de extrema importância para toda a historiografia nacional (Martins; Luca, 2011). Como o próprio Sodré indicou na introdução da obra:

Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de idéias e de informações — que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquêle está inserido — é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (...) O estreito vínculo entre a imprensa e a ordem capitalista aparece, também, na evolução do problema da liberdade de informar e de opinar (...) É talvez interessante salientar, por último, que êste trabalho pretende também contribuir para a compreensão do óbvio, isto é, de que só existe imprensa livre quando o povo é livre; imprensa independente, em nação independente — e não há nação verdadeiramente independente em que o seu povo não seja livre (Sodré, 1966, p. 1-9).

Outras obras de síntese (sejam a nível nacional, estadual ou regional) foram escritas nos anos 1970, mas não de caráter historiográfico, tendo sua concentração principal nas áreas da própria Comunicação e na Sociologia (Martins; Luca, 2011). Um livro que buscou, de fato analisar os jornais impressos como os objetos centrais da pesquisa, tendo todo o seu desenvolvimento estruturado a partir desse aspecto, foi *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, de Vavy Pacheco Borges. Oriunda da dissertação de mestrado da autora defendida no programa de História da *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* (PUC/SP), trazia como objetivo central analisar o discurso da oligarquia paulista em relação à Getúlio Vargas, entendendo os jornais como seus “representantes, como o aparelho irradiador de sua ideologia” (Borges, 1979, p. 17).

A escolha de três impressos, *Correio Paulistano* (CP), OESP e *Diário Nacional* (DN) ocorreu, segundo a autora, por serem os principais representantes desse grupo. No entanto, a

própria oligarquia não era coesa dentro do contexto analisado (o recorte temporal é de 1926 a 1932), tendo em vista que uma parte apoiava o governo central e outra parte era oposição (o CP era o principal nome dos situacionistas e as outras duas publicações, dos oposicionistas), indicando as diferenças fundamentais entre essas publicações. Sendo assim, o discurso inicialmente sobre Vargas era distinto, sendo que nos textos críticos ao grupo dominante da época, a figura do presidente do Rio Grande do Sul era bastante valorizada, indicado como um novo líder que traria mudanças pontuais, mas sem alterar, de fato, a estrutura do país:

Vargas garante para a imprensa paulista uma manutenção estrutural do sistema; isso é ponto pacífico: o latifúndio, a propriedade, as formas republicanas, tudo será mantido... Os interesses econômicos da oligarquia serão também atendidos e a política econômica e financeira de Washington Luís será mantida (...) A mudança se daria, estritamente, no plano político: com a vitória de Getúlio Vargas (pela eleição ou pela revolução), os perrepeistas serão varridos do poder e os democráticos dele se apossarão. Através das relações dos jornais paulistas com Getúlio Vargas, vai-se delineando uma confirmação da tese proposta: a unicidade da oligarquia paulista, dividida somente na luta pelo poder (Borges, 1979, p. 129-130).

Ainda que a obra de Borges não tivesse, necessariamente, a imprensa como o “único” protagonista, é inegável sua importância para trazer à historiografia brasileira a perspectiva de que os jornais poderiam ocupar esse espaço. No ano seguinte, foi lançado o livro *O Bravo Matutino*, escrito pelas historiadoras Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Coelho Prado. A publicação é uma junção de partes das dissertações de mestrado das autoras, defendidas no programa de pós-graduação em História da *Universidade de São Paulo* (USP), que partiam de um mesmo jornal, OESP.

As historiadoras buscaram articular o conteúdo publicado nas páginas da publicação com a ideologia que perpassava pelo grupo editorial, sobretudo pela figura de seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, também dialogando com grupos da elite política que financiavam a publicação (Capelato; Prado, 1980). O livro traçou, de maneira bastante coesa, pressupostos para a análise de um jornal impresso no período, mesclando a análise do conteúdo escrito com uma sólida perspectiva teórica, buscando uma compreensão mais ampla da relação descrita. Como destacou as próprias autoras:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (Capelato; Prado, 1980, p. XIX).

Na sua tese de doutorado, publicada com o título *Os Arautos do Liberalismo*, Maria Helena Rolim Capelato indicou, em relação à obra anterior que “como o estudo dos jornais é de extrema importância para a compreensão de um período histórico, decidi dar continuidade (...)” (Capelato, 1989, p. 11), fazendo uma análise mais ampla da publicação; se em *O Bravo Matutino* a análise do OESP foi relacionada ao período de 1927 a 1937, aqui o recorte foi mais amplo, indo de 1920 a 1945, buscando pesquisar a ideia de que a publicação, principalmente pelos discursos de seu editorial (parte prioritariamente analisada, tanto nessa quanto na obra anterior), proclamava-se como representante do pensamento liberal no Brasil (Capelato, 1989). No entanto, esse liberalismo não era isento de contradições, carregando em si várias bases conservadoras que eram bastante comuns nesse período (Schwarz, 1992) e que eram frequentes nas páginas da publicação. Por fim, como a própria autora indica:

Nesse sentido me proponho a desmistificar a categoria abstrata “jornal”, fazendo emergir a figura dos jornalistas como sujeitos dotados de consciência que se determina na prática política. Procuo, portanto, reconstituir a inserção da imprensa na história, captando o movimento vivo das idéias e dos personagens que nela se encontram (Capelato, 1989, p. 12).

Várias obras, posteriormente, passaram a trazer a imprensa como protagonista não somente em análises historiográficas, mas também em outras áreas das ciências humanas. E, do ponto de vista teórico, como já apontado no início desse tópico, vários matizes e metodologias foram utilizados, de acordo com os objetivos ou perspectivas que os pesquisadores e pesquisadoras possuem. No entanto, embora a análise do conteúdo da obra em si seja sempre a mais valorizada nesse tipo de pesquisa, a forma como os textos e notícias é apresentada, bem como a perspectiva visual das publicações, possuem impacto tão importante quanto os textos em si, sendo também de extrema importância para a pesquisa.

No caso da imprensa escrita brasileira, embora já existisse produção no período colonial (Sodré, 1966), a consolidação da criação e de circulação de jornais no Brasil ocorreu no século XIX, tendo grande importância na história do país em vários momentos (Barbosa, 2010). Embora havia uma grande diversidade de temáticas e estilos, a maioria das publicações seguia o modelo instituído da imprensa francesa, cujas capas não possuíam, necessariamente, uma manchete ou um destaque, sendo que as informações eram apresentadas no formato conhecido como “nariz de cera”, problematizados em colunas que aprofundavam a temática,

sem necessariamente apresentar um resumo ou dados prévios sobre o ocorrido (Guimarães, 2012).

A primeira página era apresentada já com as colunas, não tendo algo que chamasse a atenção para além delas próprias. Essas publicações também praticamente não possuíam publicidade, uma vez que eram mantidas pelos próprios donos ou por grupos que, em torno de uma causa que defendiam, financiavam o jornal sem depender de influência externa. Em linhas gerais, os jornais serviam como uma espécie de boletim a serviço dessas associações ou uma forma de atuação política de seu dono, procurando uma intervenção direta na sociedade brasileira (Martins; Luca, 2011).

Nos primeiros anos do século XX, em especial após a *Primeira Guerra Mundial* (1914-1918), os jornais começam uma transição para um novo modelo de gestão, consolidando a ideia do funcionamento de suas publicações como empresas, adotando um padrão mais próximo ao utilizado na imprensa estadunidense (Sodré, 1966). As capas passaram a ter assuntos em destaque, utilizando manchetes como forma de fixar a atenção de seus leitores, introduzindo também o uso de imagens para tornar, cada vez mais, o produto atrativo para ter uma circulação cada vez maior (Medina, 1978).

O formato, consagrado a partir das reflexões do cientista político Harold Lasswell, vem da premissa de que qualquer texto jornalístico, em sua introdução, deve ser pautado pelos “quatro w e um h”, termos em inglês que consagram os principais pontos que os leitores deveriam saber, independente de se aprofundarem na notícia ou não: *who*, *whats*, *when*, *where* e *how* (quem, o quê, quando, onde e como), fornecendo o mínimo que alguém deveria saber sobre o assunto (Carvalho R, 2012). Para quem quisesse aprofundar, poderia continuar a leitura do texto, mas, para aqueles que não tivessem interesse, poderiam passar para a seção seguinte, já tendo em mente o mínimo que precisavam para a compreensão do acontecimento (Esteves, 2011).

No entanto, a mudança para essa nova forma não eliminou, necessariamente, aspectos que eram explorados anteriormente. Como já extensamente abordado na historiografia, toda mudança traz aspectos novos, mas permeados por permanências que, muitas vezes, estruturam a base para que as novidades apareçam. Remontando à perspectiva da transitoriedade em Fernand Braudel, o tempo curto dialoga a todo o momento com as outras temporalidades, sendo possível identificar marcas dessas relações nas mais diferentes fontes históricas (Braudel, 2005). Como o próprio historiador francês indicou, “as durações que distinguimos

são solidárias umas com as outras: não é a duração que é tanto assim criação de nosso espírito, mas as fragmentações dessa duração”, completando que “Do mesmo modo, participar em espírito de um desses tempos, é participar de todos” (Braudel, 2005, p. 172).

Os jornais de maior circulação nesse contexto, que aderiram (cada um ao seu modo, obviamente) à estratégia empresarial, fizeram as mudanças do ponto de vista estético e de organização das notícias e dos textos, mas não abandonaram, necessariamente, a perspectiva política. Embora a abordagem mais direta sobre o assunto ficasse, cada vez mais, relegada às colunas e editoriais, a própria estética e abordagem dos tópicos demonstravam, em essência, com qual cultura política os periódicos dialogavam, sendo que grande parte deles eram alinhados à cultura política liberal-conservadora.

Como exemplo, abordaremos rapidamente um caso já explorado em um trabalho anterior sobre o tema (Fidelis, 2022). Quando Getúlio Vargas suicidou-se, em 24 de agosto de 1954, o primeiro sentimento foi de espanto, por ser uma atitude extrema e inesperada. A abordagem dos jornais, à época, variou conforme suas perspectivas e estruturas já colocadas. Tomando como exemplo os dois periódicos analisados no trabalho naquele contexto: o UH, integrado na cultura política trabalhista, dedicou várias edições à exaltação do líder, valorizando o legado positivo do presidente e seguindo, à risca, as bases estruturadas no documento que ficou conhecido como “Carta-Testamento”, culpabilizando os opositores pela morte e pelo insucesso de seu último governo (Fidelis, 2022).

Já no caso do OESP, cujo diretor Júlio de Mesquita Filho era ferrenho opositor de Vargas, a morte foi noticiada como um fato corriqueiro, sem grandes consequências. A ênfase nas edições dos dias seguintes foi na montagem do novo governo, de Café Filho, que havia rompido com o então presidente dias antes e estruturou um ministério com vários nomes ligados à cultura política liberal-conservadora. Em suma, para os leitores da publicação paulista, o impacto da morte de Vargas tinha sido mínimo, marcado como uma tragédia isolada de alguém que, em um ato desesperado, preferira atentar contra a própria vida (Fidelis, 2022).

Tal abordagem é apenas um entre inúmeros outros exemplos de um mesmo fato que, ao depender de qual jornal fosse lido, demonstrava um cabedal bastante distinto em seus direcionamentos. Embora ambas as publicações estivessem retratando o mesmo acontecimento, as abordagens empregadas mudam, em definitivo, a forma como o fato é compreendido por seus leitores e por quem, posteriormente, consultasse suas páginas. Tal

discussão, muito cara à historiografia e à própria produção acadêmica, traz um dos maiores desafios para a análise da história da imprensa e, mais especificamente, para a pesquisa com as fontes impressas.

Retomando novamente as reflexões de Tania Regina de Luca, a autora indica que:

Em síntese, os aspectos até agora destacados enfatizaram a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (Luca, p. 2008, 138-139).

Por fim, a intenção da tese não é discutir, necessariamente, como a mensagem chega e influencia os leitores, seja do UH ou de qualquer outro impresso. Para tal aspecto, uma abordagem mais voltada à análise do discurso e de outros elementos da semiótica seria mais importante, perspectiva as quais não serão trabalhados aqui por uma opção metodológica (e não por menosprezo ou descaso a elas).

Dentro da proposta desse trabalho, é possível observar os impactos das publicações do UH, sobretudo no campo político. Uma das práticas mais comuns no Congresso Nacional era o pedido de transcrição, nos anais, de textos de determinados jornais que fossem importantes por trazer informações ou análises que precisavam ficar “eternizadas” nos arquivos públicos. Tal medida, que demonstrava o reconhecimento dos parlamentares da importância e do alcance das publicações, servia como legitimação de outro campo dos pensamentos e ações dos agentes políticos naquele local.

Na sessão do dia 13 de abril de 1960, por exemplo, o senador Lobão da Silveira (PSD/PA) pediu a inclusão de um editorial do UH, escrito por Samuel Wainer, a respeito de Brasília, nova capital do país que seria inaugurada cerca de uma semana depois. Na sua justificativa, o representante paraense indicou que:

É uma mensagem que aquêle jornalista, acostumado a viver os grandes problemas sociais, humanos, transmite a todos os brasileiros. A moderna Capital do Brasil, constitui inegavelmente, neste momento, a grande atração universal. Todos os povos, principalmente aquêles que tiveram também oportunidade de mudar suas Capitais, têm as vistas voltadas para o nosso

País, entusiasmados sobretudo pela rapidez com que se construiu Brasília (...) a obra que o Presidente Juscelino Kubitschek está realizando, com os sessenta mil brasileiros que trabalham em Brasília, é pioneira e vem completar a dos bandeirantes dos séculos passados que alargaram o Brasil para o Oeste. Esse Oeste, porém, vivia abandonado, atrasado e, hoje, incorpora-se ao patrimônio nacional, para preencher aquele grande vazio demográfico com nova população que, ali, encontrará outros meios de atividades e de trabalho (Brasil, 1960, p. 923-924).

Embora fosse uma medida laudatória, que buscava enaltecer a figura do então presidente Juscelino Kubitschek, já em final de mandato, o fato de utilizar o editorial do UH para legitimar tal fato é um indicativo importante da recepção dessa publicação no meio político. No entanto, também existiram inúmeras críticas negativas ao periódico (que serão mais exploradas no próximo tópico) e uma disputa bastante intensa, no campo político, que girou em torno do próprio jornal.

É importante levar em conta que a finalidade dos jornais, de ser “tanto formadores quanto veículos de expressão da opinião pública” (Chaia, 2004, p. 15), ou seja, qualquer publicação, independente da perspectiva política ou de público alvo, possui interesse de informar e, ao mesmo tempo, formar a visão sobre os fatos ocorridos e silenciar sobre acontecimentos que, por inúmeros motivos, não devem ser levados ou revelados ao público em geral. Podemos levar em conta que “Reconocer que lo que nos muestran los médios es una elaboración de la realidad y no su reflejo o uma ventania aberta al mundo (...)” (Serrano, 2013, p. 693), percebendo que qualquer periódico, por mais abrangente e completo que seja, sempre demonstrará a sua perspectiva em relação ao mundo em que está inserido (e que pode atuar diretamente).

Sob tais cuidados e reflexões explorados, o próximo passo da tese é situar o UH dentro de todos esses aspectos, pensando-o como uma fonte de extrema importância para a compreensão do período delimitado para o estudo, em uma posição na qual confrontou grande parte das outras publicações de seu campo e soube utilizar seus meios para tentar alcançar seus fins, ainda que não conseguisse fazê-lo plenamente.

2.2 Última Hora: “Sensacional, mas não sensacionalista”

Após o fim do Estado Novo e início do período democrático no Brasil, em meados da década de 1940, a imprensa passou a se reorganizar sem levar em conta a censura e todas as

imposições imputadas pelo DIP, além de abolirem práticas conectadas com a autocensura, uma vez que muitos chefes de redação evitavam a publicação de determinados temas que poderiam desagradar o governo e evitar, assim, o desgaste de reuniões com os censores para explicar ou justificar os textos em suas páginas.

Dentro dessa perspectiva, a visão estruturada por esses jornais, sobretudo os de maior circulação, traziam um viés bastante negativo em relação à Vargas e ao legado de seus quase quinze anos no poder. O marco que teria “furado” a censura e dado margem para a diminuição e posterior fim do cerco coercitivo contra a imprensa teria ocorrido já no início de 1945, ainda sob a vigência do Estado Novo, com a publicação da entrevista concedida por José Américo, um dos pré-candidatos da eleição de 1938 para a presidência da República a Carlos Lacerda e veiculada pelo jornal *Correio da Manhã* (CM). Ex-aliado de Vargas (foi interventor na Paraíba e ministro dos Transportes do político gaúcho), o então ministro do *Tribunal de Contas da União* (TCU) foi bastante crítico à atual gestão do Executivo nacional:

No decorrer de tantos anos, e a partir de 1937, com uma soma de poderes que nenhum governante enfeixou no Brasil, ainda mais sem abalos da ordem pública, o Governo tenha procurado encaminhar alguns problemas. Por exemplo, o da siderurgia (...) Houve, no entanto, o abandono de iniciativas primárias, principalmente aquelas relacionadas com a produção e o transporte. É possível que tenha prevalecido a preocupação de impressionar com empreendimentos de maior vulto, de modo a justificar a fisionomia do regime. Mas, se tais empreendimentos absorveram atenções e recursos, não contribuíram para preferir atividades mais acessíveis e imediatas, destinadas, inclusive, a alastrear e garantir o êxito daquelas de mais remotos resultados. É, em suma, um governo que acaba exausto e impotente, apesar dos apelos moderados à emissão de papel moeda e da sangria fiscal (...) (CM, *ASITUAÇÃO DECLARAÇÕES DO SR. JOSÉ AMÉRICO*, 22.02.1945)

Principalmente após a saída de Vargas do poder, em 29 de outubro, as publicações da imprensa, em geral, voltaram a ser mais críticas em relação ao político gaúcho, principalmente levando em conta a reta final da campanha presidencial, que opunha as candidaturas de Eduardo Gomes, principal representante da cultura política liberal-autoritária e de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra durante o Estado Novo e que se colocava como um possível mantenedor do legado varguista.

Um dos jornais que voltara a ter um tom bastante crítico foi o OESP que, após vários anos de intervenção federal por conta da intensa oposição de seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, voltara para o domínio da família Mesquita e, com o retorno das atividades do diretor (que estava confinado em uma fazenda da família em Lorena, interior de São Paulo), retornara

também com seus editoriais bastante críticos contra Getúlio e a cultura política trabalhista, em geral:

Vindo de uma ditadura, que não só subverteu as instituições como pôs em perigo a estrutura social do país, contaminando todos os ramos da atividade pública com os males da corrupção e provocando uma verdadeira desagregação das forças morais, o Brasil precisa colocar, nos postos de comando e nas casas legislativas, cidadãos genuinamente democráticos, inteiramente limpos de conivência com o regime extinto, capazes de, pela sua formação espiritual, pela sua educação cívica e pela sua atuação política no passado, levar a cabo, com decisão e patriotismo, a obra de remodelação jurídica e principalmente, social, a que nos temos de entregar se quisermos adquirir, em face das outras nações, o prestígio de outrora e assegurar aos que vivem dentro do Território Nacional uma vida que seja para todos, poderosos e humildes, ricos e pobres, a expressão máxima da dignidade humana (...) (OESP, *Notas e Informações*, 08/12/1945).

Embora tenha renunciado e prometido afastar-se da política, Vargas acabou participando do processo eleitoral de 1945, sendo eleito senador pelos estados do Rio Grande do Sul (cargo que ocupou) e por São Paulo, além de também ser eleito deputado federal pelos estados da Bahia, Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (restante do estado atual, sem contar a capital) e São Paulo, indicando sua alta popularidade em várias partes do país (D'Araújo, 1992).

O então senador pouco participou da vida ativa da política no Rio de Janeiro, tendo apenas algumas inserções no trabalho da Constituinte, em 1946, por exemplo. Nessas pequenas participações, seu passado recente no governo e suas possíveis atuações foram lembradas por figuras de grande vulto na imprensa nacional, como o empresário Assis Chateaubriand que, ao escrever sobre a eleição de Perón para presidente da Argentina, lembrava de como figuras como o mandatário argentino e o político brasileiro, constantemente associados (Capelato, 2009), podiam fazer de tudo para manter-se no poder (no caso de Getúlio, Chateaubriand lembrou de seu acordo com os membros do PCB):

Homens como Perón e Getúlio Vargas nem eles mesmos sabem o que irão fazer, nas novas conjunturas em que mais tarde deverão apresentar-se (...) O receio de não ter as massas todas ao seu lado levou Getúlio Vargas a se entender com os comunistas. Qualquer outra alma um pouco mais sensível teria escrúpulos em se compor com os homens que tentaram derrubá-lo em 1935 (...) Mas ele nem os comunistas são criaturas para se deixarem intimidar por melindres morais dessa natureza. Não vivem o passado, por mais atroz que tenham sido as divergências que os hajam separado, nem mais abertas que continuem as feridas das cutiladas recíprocas. O que os entenece e os move é a defesa dos interesses pelos quais lhes fervem no momento as ambições (Chateaubriand, 1946, p. 4).

Com a movimentação iniciada para a eleição presidencial de 1950, o nome de Vargas como candidato surgiu em várias discussões, uma vez que o impacto de sua presença na política institucional brasileira ainda era muito grande. Problematizando sobre a sucessão no início de 1949, o jornal *O GLOBO*, que possuía a maior circulação no país, trazia com bastante preocupação a possível volta do ex-ditador (forma como Getúlio era chamado por praticamente toda a imprensa do período), como pode ser lido em um texto do escritor José Lins do Rêgo, um dos principais colaboradores da publicação:

A princípio o “queremismo” queria tão somente a “Constituição com Vargas”. E como Vargas não ficou, e era preciso contentar a enorme massa que o sorriso bondoso do ditador criara, pelos quatro cantos do país, os homens mais esclarecidos da corrente inventaram o Partido Trabalhista Brasileiro (...) O P. T. B. outra coisa não exprime que o poder da demagogia getuliana, mas demagogia que está no coração do povo, que ainda persiste nas conversas de muito brasileiro, dos que continuam a guardar na parede de sua sala o retrato do homem risonho (...) Esta é a dura realidade. As saudades de Vargas fazem um Partido, que se tivesse juízo e soubesse manobrar através de homens de certa qualidade, poderia ter arrastado do P. C. mais que arrastou (...) Embora pessimamente orientado, é preciso não esquecer que o Partido Trabalhista Brasileiro pode sobrepor-se às suas origens e decidir no jogo da sucessão (Rego, 1949, p. 12).

A possibilidade da candidatura de Vargas ganhou consistência praticamente definitiva com a publicação de uma entrevista, concedida ao jornalista Samuel Wainer e publicada logo após os festejos de carnaval de 1949. Na biografia do entrevistador, o senador teria admitido a possibilidade de candidatar-se (Wainer, 1988) e, na entrevista em si publicada, o político indicara que era um “líder de massas” e que agiria de acordo com a vontade desse grupo, repetindo um discurso bastante parecido com os dos últimos meses de seu governo em 1945 (O Jornal, “*O DEBATE DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL NÃO PODERÁ SER MAIS CONTIDO*”, 03/03/1949):



Imagem 01 – Capa da edição de 01 de março de 1949 de *O JORNAL*, com amplo destaque para a entrevista de Vargas concedida a Wainer.

Embora já esperada, a candidatura de Vargas causou enorme impacto na campanha de sucessão, gerando inúmeras folhas impressas com textos bastante intensos contra um possível retorno dele à presidência. No pequeno jornal TI, um jovem jornalista e potencial político em ascensão, Carlos Lacerda (já conhecido por conta da entrevista feita com José Américo de Almeida), taxara em um de seus editoriais que “*O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar*” (TI, *Advertência oportuna*, 01/06/1950)”.

Sendo um espaço de caixa de ressonância, no campo político, da cultura política liberal-autoritária, as principais publicações e jornalistas da época mobilizaram-se contra Vargas durante toda a campanha, seja publicando textos criticando a mobilização do senador ou silenciando sobre suas ações. Portanto, após vencer o processo eleitoral e tomar posse em janeiro de 1951, o novamente presidente da República tinha plena consciência de que, caso quisesse que os feitos e realizações de seu governo tivessem destaque nesse meio, precisaria cooptar alguns desses canais ou criar um novo.

Nessa perspectiva, nasceria o UH. Wainer indica, ainda em suas memórias, que o jornal havia nascido após uma possível indicação do próprio ex-presidente (que chamava o jornalista de *Profeta*, possível alcunha relacionada à entrevista de 1949):

– Por que tu não fazes um jornal?

Respondi que aquele era um sonho de um repórter com o meu passado. Ponderei que não seria difícil articular a montagem de uma publicação que defendesse o pensamento do presidente que, como era o seu caso, tinha o perfil de um autêntico líder popular.

– Então, faça – determinou Getúlio.

Perguntei-lhe se queria saber como faria.

– Não – cortou. Troque idéias com a Alzira e faça rápido – reagi com o entusiasmo de sempre:

– Em 45 dias dou um jornal ao senhor.

– Então, boa noite, Profeta – encerrou Getúlio.

– Boa noite, presidente.

A *Ultima Hora* começava a nascer e eu a encontrar a minha razão de viver (Wainer, 1988, p. 127).

Embora Wainer enfatizasse, em sua biografia (e tal ponto aparece, inúmeras vezes, publicadas nas páginas do UH ao longo dos anos), que seu periódico não era simplesmente um jornal que refletiria a vontade ou os interesses de Vargas, na prática a publicação foi a principal defensora não somente do governo em si de Getúlio, mas de todo seu legado e, assim, sendo um dos principais vetores de representação da cultura política trabalhista. A primeira edição, publicada em 12 de junho de 1951, trouxera inúmeros elementos bastante icônicos e que seriam aperfeiçoados ou intensificados ao longo dos anos:



Imagem 02 – Capa da primeira edição do Última Hora, 12/06/1951

Utilizando imagens na capa e em um formato mais dinâmico, a publicação trouxe bastante inovações na abordagem da imprensa da época, sendo considerado um marco por

muitos jornalistas e especialistas sobre o assunto (Sodré, 1966). Observando a capa da primeira edição, é possível identificar, entre outros aspectos, uma das principais características do jornal: a mescla de assuntos do cotidiano, mais ligados aos aspectos sociais e culturais do país (em especial da cidade do Rio de Janeiro, sede da publicação) com perspectivas políticas. Na coluna da esquerda, a primeira publicação da sessão *Coluna de Última Hora*, que normalmente trazia textos escritos pelo próprio Samuel Wainer, foi inaugurada com uma carta enviada pelo próprio Getúlio Vargas, parabenizando o fundador e toda a equipe pelo novo periódico:

Quem quer que exerça uma parcela de atividade pública aprecia sempre a crítica da imprensa, quando esta se faz com lealdade e com propósito sincero de esclarecer, ou corrigir. O que nos fere é a desleal e mal intencionada deturpação dos fatos, é o premeditado silêncio quando algo existe que merece incitamento e louvor. Há os que confinam o exercício da profissão à prática dum sacerdócio. Mas existem também, como exceções deprimentes e irreconciliáveis com nosso ambiente político, os que fazem da imprensa um instrumento suspeito de mercantilismo e de venalidade, os que se especializam na invectiva desabrida (...) Como homem público, sempre busquei o contato com essa imprensa imparcial e construtiva e encontrei na crítica serena e honesta a colaboração desinteressada e amiga, que esclarece, revela, corrige, completa e sugere soluções e diretivas. É por isso que recebo com satisfação a notícia do aparecimento de um novo jornal para cuja orientação elevada e patriótica o espírito de seu fundador constitui garantia eficiente e motivo bastante de confiança e de contentamento (...) (Wainer, 12/06/1951, p. 1).

Tais indicações de Vargas sintetizavam, na coluna de Wainer, as duas principais perspectivas que giravam em torno do surgimento do UH: as intensas críticas da imprensa em geral contra o presidente e a confiança que esse tinha no fundador do periódico. Dessa forma, a publicação nascia com uma dupla perspectiva: ser um espaço, dentro do campo jornalístico, de propagação de aspectos positivos do governo de Getúlio e, mais amplamente, da cultura política trabalhista; por outro lado, vinha preencher a ambição pessoal de seu dono, que há quase vinte anos buscava consolidar sua posição entre os donos de periódicos da imprensa brasileira.

Diferente da maior parte das publicações da época, que possuía uma divisão estrutural da publicação e que mudava raras vezes, no caso do UH a variação era mais ampla e comum, muito por conta da dinâmica na qual a publicação seguia. Em linhas gerais, é possível apontar que a publicação adaptava seu layout conforme as notícias e acontecimentos e não, necessariamente, o oposto.

Por exemplo, o título do jornal, que tradicionalmente aparece em destaque nas primeiras capas, costumava vir no centro e, conforme a composição dos blocos, o clichê era modificado, de forma a dinamizar a ênfase dada em uma notícia ou em imagens. O uso dessas como protagonistas para a informação também foi uma das inovações importantes, trazendo uma dinâmica usualmente consolidada em revistas para a edição dos jornais que, em sua maioria, mantinham um padrão ainda bastante próximo do modelo francês do século XIX, de capas apenas com textos que não davam destaque para a notícia em si, buscando explicá-la ao longo de parágrafos que aprofundavam o conteúdo (Laurenza, 2011).

No entanto, tais modificações foram mais comuns nos primeiros anos, tendendo a manter um maior equilíbrio no período subsequente. No início da década de 1960, o UH contava com uma estrutura já fixa, com as notícias e clichês principais focados em acontecimentos que variavam desde perspectivas locais até mundiais, sendo a maior parte voltada para eventos nacionais; a segunda página trazia colunas e textos referentes à situação local da publicação³, sendo a página seguinte um misto de colunas e panoramas tanto regionais quanto nacionais, variando desde análises políticas até aspectos do cotidiano.

A quarta página era dedicada à manchete e trazia o noticiário completo da política institucional nacional. Além das notícias (com seções dedicadas tanto à presidência quanto ao Congresso), o espaço era composto também por colunas, sendo o editorial do jornal (assinado, nesse contexto, por Paulo Silveira) que, quando não era publicada, era substituída pela coluna *Do Ponto de Vista Nacional*, que trazia autores ligados ao *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB), tendo contribuição mais ativa de Guerreiro Ramos, Sérgio Magalhães e Ignácio Rangel. Além disso, era completada com *Jornais e Problemas*, de Octávio Malta, que trazia recortes de outras publicações sobre um assunto definido pelo autor, que tecia comentários (comumente críticos) em relação à visão dos outros periódicos.

Já a página subsequente era relacionada a assuntos internacionais, sendo ela quase inteira composta por notícias de agências internacionais e trazendo perspectivas direcionadas, em quase sua inteireza, à dinâmica da Guerra Fria. Por fim, haviam páginas dedicadas às

³ Além da edição original, no Rio de Janeiro (que foi o objeto central analisado nessa tese), a UH teve edições regionais em mais 5 estados: São Paulo (criada já no ano seguinte à sua fundação, contando com o financiamento de Francisco Matarazzo, adquirindo o prédio e os bens do periódico *Jornal de Notícias*), Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, sendo que no estado de São Paulo haviam edições específicas para algumas cidades (ABC, Bauru e Santos); além disso, teve uma edição específica em Brasília assim que a capital foi inaugurada (Laurenza, 1998, p. 78-79).

questões econômicas e culturais (incluindo colonistas específicos), além das últimas serem dedicadas ao esporte, com especial atenção ao futebol e ao turfe.

Bastante dinâmica, a publicação de Wainer trazia muito de sua experiência à frente da revista *Diretrizes*, que ficara diretamente sob sua responsabilidade entre 1938 e 1944. Até então um jovem aprendiz que passara por pequenas publicações na capital nacional, foi contratado para ser assessorar Azevedo Amaral, um dos jornalistas mais famosos da época e que trazia, em seus textos e ações, uma defesa bastante contundente do autoritarismo e de perspectivas antissemitas e eugenistas, sendo bastante atuante na justificativa do Estado Novo e das ações de Vargas no recém-empossado governo. Com a saúde debilitada (estava praticamente cego nesse período), Amaral precisava de alguém para digitar seus textos e fazer a leitura de cartas e documentos endereçados a ele. Sendo assim, mesmo sendo de origem judaica, Wainer aceitou o cargo e, com a fundação de *Diretrizes*, passou a dividir a função de gestão da revista em conjunto com seu chefe.

No entanto, as divergências foram bastante intensas, uma vez que Amaral fundara a publicação com o intuito de externar suas preferências políticas e, de certa forma, ser um dos canais de legitimação do Estado Novo. No entanto, Wainer caminhou em direção oposta, organizando uma equipe de jovens jornalistas e colonistas que, embora não pudessem externar diretamente suas opiniões críticas à Vargas, procuravam em seus textos e notícias adotar posturas que não eram de adoração ou de concordância com as ações do governo.

Nomes como Alvaro Moreyra, Carlos Lacerda, Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré e Rubem Braga, entre outros, integraram a equipe de colaboradores, compondo um quadro que não coadunava, necessariamente, com a perspectiva apontada por Azevedo Amaral. Esse deixou a revista ainda em 1938 e fundou outra, intitulada *Novas Diretrizes*, levando consigo o principal financiamento para sua manutenção, o patrocínio da empresa *Light*. Sendo assim, a publicação ficou com Wainer e ele precisou buscar novas formas de sobrevivência econômica, encontrando parcerias e agregando ainda mais jornalistas e colaboradores dentro da linha proposta, como Adalgisa Nery, Astrogildo Pereira, Joel Silveira, Jorge Amado, Moacyr Werneck de Castro, Marques Rabelo e Rachel de Queiróz, entre outros (Duque Filho, 2007).

Após inúmeros atritos com o DIP e com várias edições alvo de censura, *Diretrizes* parou de circular em 1944 e Wainer deixou o país, passando por Chile, Estados Unidos e México (Ferrari, 2012). Retornou ao Brasil no ano seguinte e retomou a publicação, mas em

formato de jornal e, pouco tempo depois, acabou vendendo-a para João Alberto e regressou à Europa, ficando até 1947 como correspondente de vários acontecimentos relacionados ao pós Segunda Guerra Mundial e a reorganização do continente. Embora não comentasse diretamente sobre o assunto em seus textos, em suas memórias Wainer atenta para o fato de que a sua origem judaica pesara enormemente para tal fator (Wainer, 1988), uma vez que o extermínio em massa promovido por Adolf Hitler e as consequências de tal ato causavam profunda impressão no jornalista (Rouchou, 2004).

Após quatro anos fazendo reportagens e escrevendo textos para as publicações de Chatô (como era conhecido Assis Chateaubriand), Wainer levou boa parte da equipe com quem trabalhara em *Diretrizes* (a publicação findara sua circulação em 1948) para estruturar o UH, trazendo assim a dinâmica existente na revista. Além de parceiras e parceiros da antiga revista, o proprietário do jornal trouxera nomes que colaboraram ainda mais para a dinamização da publicação, como André Guevara (argentino que criou o logotipo e o design gráfico que daria base para a publicação), Edmar Morel, Lorenzo Molas, Luís Fernando Bocayuva Cunha, Manuel Bernardes Muller, Medeiros de Lima, Nelson Rodrigues, Octávio Malta e Tomás Ribeiro Colaço (exilado português no país), entre outros.

Logo nos primeiros anos, o UH conseguiu atingir tiragem considerável e passou a consolidar-se como uma das publicações mais populares da capital. Em 1952 Wainer passou a lançar uma edição também em São Paulo, alcançando destaque entre o meio jornalístico do principal centro econômico do país (Barros apud Campos, 1993). Nesse mesmo ano, a publicação consolidara-se como a segunda de maior circulação no Rio de Janeiro e a quinta em São Paulo (Laurenza, 1998), com sua influência aparecendo em várias partes como, por exemplo, no Senado Federal, com o representante cearense Olavo Oliveira (*Partido Social Progressista* (PSP)), parabenizando o UH em nome do governador do estado, Raul Barbosa (PSD), pelas “demonstrações de solidariedade que vêm recebendo dos nossos irmãos do Sul” por conta de problemas relacionados à seca no território (Brasil, 1953, p. 93).

Tal crescimento e consolidação do UH causou reações imediatas. Na TI, Lacerda insinuava constantemente que a publicação tinha recebido auxílios ilícitos por parte do governo, uma vez que Wainer não teria capital inicial suficiente para fazer tal investimento, além das acusações de que seu proprietário não seria brasileiro, não podendo ser dono do jornal, de acordo com a Constituição brasileira do período conforme artigo 160 (Brasil, 1946).

Partindo desses aspectos e após ampla discussão na Câmara dos Deputados, foi instituída uma *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) para apurar as denúncias contra o UH (número 313), bem como uma outra CPI para apurar possíveis irregularidades nas publicações como um todo (número 314), uma vez que apurou-se que tais possíveis benefícios também estariam sendo dados para empresas, em geral (Carvalho, 2012).

De fato, conforme constatado nos trabalhos da CPI e revelado posteriormente em suas memórias, quando tratou com Getúlio e Alzira sobre a criação do UH, Wainer não possuía dinheiro suficiente para tal, mas fora instruído a procurar as pessoas que o poderiam auxiliar. Os três nomes que financiaram a estruturação do jornal foram os banqueiros Euvaldo Lodi, Walter Moreira Sales e Ricardo Jafet, sendo que esses dois últimos eram ligados diretamente ao governo Vargas: Sales fora nomeado embaixador do Brasil nos EUA e Jafet era o presidente do *Banco do Brasil* (BB). Com os nomes expostos por conta desses aspectos, ambos acabaram deixando seus postos, sendo que para o caso do então mandatário do BB a situação foi mais complexa, uma vez que ele fora acusado de fornecer mais empréstimos para Wainer utilizando o caixa do banco, facilitando o pagamento de uma forma que não era permitida pela lei do país no período (Carvalho, 2012).

Por cerca de 5 meses, 27 depoimentos e várias sessões com discussões marcaram a investigação sobre o caso levantado. Embora se constatasse que praticamente todos os veículos de imprensa receberam imensas somas em dinheiro e não pagaram no prazo, constando como devedoras (Laurenza, 1998), apenas o jornal de Wainer foi penalizado por ter recebido tais benefícios. O maior devedor para o BB era a rede de Assis Chateaubriand, com mais de 144 milhões de dívida; os empreendimentos de Wainer apareciam em segundo, com mais de 106 milhões, acompanhado pelos empreendimentos de Roberto Marinho (Laurenza, 1998). Embora praticamente todos os jornais deviam para o BB, a principal ênfase no período foi dada à dívida do UH, considerada indevida por inúmeros grupos políticos e jornalísticos da época (Carvalho, 2012).

Além disso, o proprietário do UH ficou preso durante alguns dias em 1953, por ter se negado a revelar, em depoimentos na CPI, quais teriam sido os nomes que haviam financiado a criação do jornal, já que ele próprio declarara não ter capital para tal, sendo que voltaria à prisão em 1955, dessa vez já condenado, por falsidade ideológica no caso de seu país de origem (Monteiro, 2020). A questão do local de nascimento de Wainer foi algo de extrema controvérsia, uma vez que ele sustentara, em toda a vida, que era judeu de origem bessarábica,

mas que nascera em 1912, no Brasil. No entanto, não conseguira provar documentalmente tal ponto, sendo que sua prisão em 1955 ocorrera exatamente por conta de uma falsificação que teria sido feita por seu irmão (que também fora condenado pelo caso, embora estivesse morando em Israel no momento); no entanto, se não havia forma de comprovar que nascera no Brasil, tão pouco existia outras fontes que comprovassem sua origem fora do país sul-americano. Sendo assim, o caso acabou arquivado e, cerca de um mês após sua prisão, o dono do UH seria liberto e nunca mais teria problemas jurídicos por conta desse assunto (Monteiro, 2020).

No entanto, em suas memórias publicadas Wainer confessara, pela primeira vez em público, que não nascera no Brasil, mas sim na Bessarábia (atual território romeno) em 1910 (Wainer, 1988). Embora o autor não explorara diretamente tal aspecto em toda sua vida, em vários momentos a questão judaica fora levada em conta em sua trajetória, desde o início da sua carreira em jornais da comunidade judaica no Rio de Janeiro até o acompanhamento dos julgamentos dos envolvidos nos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, na França e na Alemanha, bem como os vínculos familiares e as relações tecidas em seus momentos no exílio. Como indicou Joëlle Rouchou, o *Profeta* foi “um indivíduo que viveu entre dois mundos sem estar em nenhum deles, como mais um entre inúmeros casos de identidades fragmentadas, sobretudo quando é impossível juntar os “cacos” de culturas e tradições diferentes” (Rouchou, 2004, p. 22).

Embora o UH tenha sobrevivido e continuou circulando após o caso, os efeitos das CPI foram bastante intensos tanto para a publicação, que entre outras coisas diminuiu sua tiragem e abortou um de seus planos de expansão no mercado, a revista *Flan*, tanto para Vargas, que viu seu nome envolvido em um esquema de corrupção e que colaborou, efetivamente, para a consolidação da crise em seu governo (D’Araújo, 1992). A publicação de Wainer manteve-se ao lado de Vargas até o fim, sendo uma das poucas publicações que defendera o presidente em relação ao seu suposto envolvimento no atentado da Rua Tonelero, que buscara dar fim à vida de Carlos Lacerda e que ceifara a existência do major Rubens Vaz, que acompanhava o jornalista para sua proteção na noite do dia 05 de agosto, quase vinte dias antes da morte do presidente (Fidelis, 2022).

Com o andamento das investigações, os jornais de maior tiragem no país se colocaram contra o presidente, indicando que, se ele não era responsável diretamente pelo atentado, pecava pela omissão em relação aos acontecimentos, uma vez que o andamento das

averiguações caminhava para o envolvimento de membros da guarda pessoal do presidente no caso (Fausto, 2006). Como contraponto, o UH foi o único jornal de grande tiragem que procurou desassociar, a todo o tempo, o caso com Vargas diretamente, indicando que o mandatário nacional não poderia pagar por um crime que, possivelmente, teria sido cometido por pessoas próximas a ele (Fidelis, 2022).

O desfecho desse processo, que culminou com a morte de Getúlio, pode ser indicado como uma reação dos membros da cultura política liberal-autoritária e militar, uma vez que um dos principais motivos pelos quais Vargas era forçado a sair do poder era a imensa insatisfação das principais lideranças militares do período (D'Araújo, 1992). E a crise que culminou nesse processo é identificada, na bibliografia em geral, exatamente com a abertura da CPI visando o caso do UH, que teria sido uma espécie de “calcanhar de Aquiles” do governo.

A publicação de Wainer explorou intensamente a morte de Vargas e seus desdobramentos, dando imenso destaque para o documento encontrado ao lado do corpo de Getúlio, que passou a ser conhecido como *Carta-Testamento*. Várias edições do UH exploraram várias imagens do falecido presente com trechos das linhas de despedida, além de textos do próprio jornal enfatizando que os opositores haviam causado tal hecatombe, reforçando a argumentação presente no “adeus” do mandatário (Fidelis, 2020):



Imagem 03 – A capa da esquerda, uma das mais icônicas da UH, foi publicada logo após a morte de Vargas, na manhã do dia 24 (era muito parecida com a capa do dia anterior, que já trazia a frase em destaque que teria sido dita por Vargas em resposta aos seus opositores); à direita, a capa da 2ª edição do dia 25 de agosto destacava o cortejo que levava o caixão com o corpo de Getúlio para o aeroporto, que rumaria do Rio de Janeiro para São Borja.

Após a morte de Vargas, o UH continuou dentro da cultura política trabalhista, mantendo os elementos nos quais defendia desde sua criação. No entanto, é importante levar em conta que a publicação não era somente uma caixa de ressonância de Getúlio Vargas, mas sim um grupo que operava com perspectivas e visões próprias, tendo muitas vezes conflitos ou divergências com outros membros dessa cultura política.

Isso ficou evidente no processo eleitoral de 1955, quando o UH viu-se envolvida em uma polêmica que envolveu a escolha das candidaturas para o cargo majoritário nacional, bem como os apoios e as redes e conexões para tal. Levando em conta as tendências dentro do PTB estruturadas por Maria Celina D’Araújo (1991) e apresentadas no capítulo anterior, o partido era presidido por João Goulart, indicado pelo próprio Vargas como seu “herdeiro político” e que liderava o grupo dos pragmáticos reformistas, que buscavam estruturar novamente uma aliança com o PSD para montar uma chapa competitiva para chegar à vitória no pleito (D’Araújo, 1996).

De outro lado, os doutrinários trabalhistas, trazendo em seu bojo os nomes mais “à esquerda” na agremiação, não aceitavam essa proximidade com o PSD ou com forças mais conservadoras, defendendo o lançamento de candidaturas próprias ou de uma reedição da chamada *Frente Populista*, que fora a aliança selada com Ademar de Barros, através do PSP, em 1950 (que garantiu que o então governador de São Paulo não fosse candidato à presidência naquele ano e selasse seu apoio à Vargas, indicando o vice, o deputado federal potiguar Café Filho), uma vez que estaria mais próximo dos valores trabalhistas defendidos por esse grupo (Fidelis, 2022).

O grupo dirigente do PTB optou pela aliança com o PSD, estruturando a chapa do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, como presidente e o próprio João Goulart como vice. O UH foi favorável a essa campanha, defendendo a todo o tempo sua estruturação e suas vantagens (é importante lembrar que JK foi um dos nomes que, além dos três empresários centrais, apoiaram financeiramente a formação da UH por influência de Vargas) (Pereira, 1996), atacando frontalmente as campanhas adversárias que representavam as culturas políticas liberal-autoritária, militar e católica: Juarez Távora, lançado pelo PDC e apoiado pela UDN e Plínio Salgado, antigo líder integralista e indicado pelo *Partido de Representação Popular* (PRP).

No entanto, as últimas candidaturas registradas no pleito presidencial foram de Ademar de Barros para presidente e Danton Coelho como vice. Os doutrinários trabalhistas (tendo Alberto Pasqualini como um dos seus principais representantes nesse aspecto, além de lideranças como Lúcio Bittencourt) optaram por estruturar uma nova chapa, já que acreditavam que as propostas de JK não representavam os pressupostos defendidos pelo partido (D’Araújo, 1996). Danton Coelho, que fora ministro do Trabalho do último governo de Vargas e ocupava o cargo de deputado federal (PTB/DF), na época era um dos diretores da UH, o que demonstra que a publicação estava, naquele momento, mais próxima desse grupo do que da cúpula majoritária do PTB.

Embora no restante da campanha o UH continuasse com uma cobertura bastante positiva de JK e Jango (e pontualmente negativa em relação à Távora e Salgado), a publicação voltou todo seu empenho para as candidaturas de Ademar e Danton, invocando, entre outras justificativas para tal, que o acordo selado entre Vargas e Ademar em 1950 previa que o primeiro e seus apoiadores deveriam apoiar a candidatura do segundo no pleito seguinte (Sampaio, 1982). No entanto, o UH não deu maiores justificativas para tal aspecto, sendo que

tanto nas memórias de Wainer quanto na bibliografia em geral os motivos não são diretamente apontados, indicando que dentro do próprio jornal havia uma indefinição em relação aos rumos a serem tomados na campanha (e, conseqüentemente, na política institucional) nesse período após a morte de Vargas (Fidelis, 2022).

Com a vitória de JK e Jango, a publicação não lamentou o resultado, apoiando efusivamente a chegada da dupla ao poder. E, conseqüentemente, cobriu de maneira bastante negativa a movimentação golpista dos grupos ligados às culturas políticas liberal-autoritária e militar, tendo à frente Carlos Lacerda, de que a eleição deveria ser anulada, uma vez que a chapa não recebera a maioria dos votos em primeiro turno (Maioria Absoluta), além da alegação de fraude pela chapa ter recebido o apoio público de Luís Carlos Prestes e dos membros em geral do PCB, partido que estava na ilegalidade e que por conta disso não poderia ter se pronunciado publicamente (Benevides, 1981).

Lacerda, inclusive, era apontado por Wainer como o principal inimigo da publicação. Nos anos 1930 e 1940 ambos foram muito próximos, sendo que o dono da TI trabalhou para Wainer em *Diretrizes* e o primeiro frequentou o círculo familiar do segundo (inclusive, nesse contexto que o futuro governador da Guanabara descobrira que o dono do UH não havia nascido no Brasil, procurando provar tal aspecto durante a CPI). No entanto, divergências com o PCB (do qual o pai de Carlos, Maurício Lacerda, fora um dos principais articuladores) o afastaram do grupo de jornalistas e intelectuais próximos a Wainer, levando-o a atuar prontamente na oposição desse grupo no processo de democratização do país após a Segunda Guerra Mundial (Mendonça, 2002).

Ainda que não exercesse cargo político, Lacerda foi o principal articulador da CPI que afetou o UH e, conforme já relatado, foi o opositor mais explícito de Getúlio Vargas em seu derradeiro mandato, sendo que o chamado “Atentado da Rua Toneleros” foi o último passo para o trágico desfecho do governo do político gaúcho. Retornando à política institucional em 1954, após ser eleito deputado federal pela UDN do Distrito Federal (fora vereador do Rio de Janeiro na década passada), consolidou-se como o principal opositor de todo o legado de Vargas e, conseqüentemente, dos aspectos defendidos pela cultura política trabalhista, sendo tratado de maneira bastante negativa pelo UH, sobretudo na década de 1960, após ter sido eleito governador da Guanabara (Mendonça, 2002).

Por fim, é importante chamar a atenção para as divergências e pluralidades dentro do mesmo campo político, mas ao mesmo tempo indicar os aspectos em comum que faziam com

que aqueles que pensavam diferentemente acabassem se unindo em torno de determinadas demandas. O exemplo da eleição de 1955 é um de vários no qual o UH demonstrou não concordar com as orientações centrais do PTB ou das lideranças da cultura política trabalhista, mostrando alternativas distintas ou caminhos diferentes para a ação. Portanto, embora a publicação de Wainer se mantivesse como defensora enfática do legado varguista e dos aspectos ligados à cultura política da qual fazia parte, demonstrava não ser completamente transigente com todos os aspectos, indicando que também possuía uma visão própria sobre os acontecimentos da política nacional.

Durante o governo de JK, por exemplo, a publicação manteve-se aliada ao presidente e, sobretudo, a Jango, legitimando praticamente todas as ações do presidente, principalmente no seu esforço nacional-desenvolvimentista para a industrialização brasileira, em perspectiva que coadunava com postulados ligados a setores da cultura política trabalhista (Ganster, 2017). Por fim, a publicação de Wainer manteve-se relevante após a morte de seu “mentor político”, sendo um dos meios mais eficientes para manter o legado de Vargas e os pressupostos do Trabalhismo com influência na política brasileira, mantendo as bases populares desses grupos políticos.

E é exatamente contra esses pontos (embora não somente) que os grupos das culturas políticas liberal-autoritária, militar e católica irão se insurgir na década de 1960, levando ao golpe civil-militar em 1964, que será o objetivo dos capítulos seguintes.

2.3 O breve governo Jânio Quadros e o UH

Antes de adentrar, de fato, na cobertura do UH sobre o governo de João Goulart, esse tópico traz uma breve abordagem sobre como o periódico de Wainer abordou o processo que levou à vitória de Jânio Quadros na eleição presidencial de 1960 e seu efêmero mandato no ano seguinte, indicando a perspectiva política do país e da abordagem realizada pela publicação nesse contexto.

Eleito em 1960 como presidente da República após cumprir o mandato como governador de São Paulo, Jânio Quadros representava a maior novidade política do país nesse período. Sem ligação com nenhum grande partido e com práticas de austeridade econômica e amplo moralismo social, conseguiu angariar o apoio de vários setores sociais, desde poderosos líderes econômicos até pessoas sem capital e com baixa renda, montando um

caleidoscópio eleitoral que o catapultou a presidência da República, após passar pelos principais cargos políticos em seu estado (Chaia, 1991).

No início do ano de 1961, antes da posse, o UH analisou os últimos passos do governo de JK e estruturou algumas análises sobre o processo eleitoral brasileiro, uma vez que a vitória de Jânio Quadros sinalizou, na perspectiva adotada, um enfraquecimento das principais agremiações partidárias no Brasil, já que o político eleito, embora apoiado pela UDN, não possuía vínculo com nenhum dos grandes partidos da época (Benevides, 1981).

A abordagem em relação a Jânio nesses primeiros dias foi bastante tímida, resumindo-se a algumas notícias sobre sua viagem (o futuro presidente estava na Europa) e tendo um enfoque maior nos últimos momentos do governo de JK, lamentando que esse deixaria o cargo para um político de oposição (Biroli, 2004). O jornalista Otávio Malta, em sua coluna *Jornais e Problemas*, criticou a viagem e o estilo personalista de Jânio, indicando seu possível descaso com o Brasil e comparando-o com JK:

O que preocupa mesmo é a conduta de Jânio Quadros. Estamos-nos despedindo de um Presidente que trouxe à vida pública do País um elemento pessoal, psicológico, da maior importância: a sua tremenda capacidade de comunicar-se com o povo, a simpatia, a cordialidade, o destemor do contato humano (...) Agora passamos ao estilo oposto, de um homem que só busca a solidão, que se fecha em si mesmo, um enigmático, um introvertido (...) (UH, *JORNAIS E PROBLEMAS*, 12/01/1961).

O tema dos possíveis nomes ao Ministério, aventado em vários momentos, voltaria à tona no dia 16, indicando que a UDN estaria “cercando” o próximo presidente para obter cargos e maior participação no governo. Após noticiar, por alguns dias, o roteiro de viagem que Jânio estava fazendo na volta ao Brasil, a manchete das edições do dia 20 de janeiro enfatizou a chegada do futuro presidente, no estilo efusivo e expansivo da publicação (UH, *MARINHA INTERCEPTOU “DURANGO” EM ALTO MAR PARA SAUDAR JÂNIO*, 20/01/1961). Na reportagem que abordou o título, o UH destacou a primeira ordem do político em pauta, pedindo austeridade na solenidade em que ele e Jango seriam diplomados no dia 22 (UH, *Primeira Ordem de JQ: “Austeridade” na Posse*, 20/01/1961).

Quatro dias após, foi publicado uma espécie de editorial, *Personalismo, a Grande Ameaça!* (indicado em uma série intitulada *Introdução ao Govêrno J.Q.*, que teve 3 textos publicados), fazendo uma análise bastante pormenorizada da eleição, do novo presidente e do contexto político da época, indicando a posição do UH. O texto representava a visão da

publicação em relação ao Jânio, comparando-o com figuras caras à sua trajetória, especialmente à Vargas e JK.

Após iniciar o texto comparando-o com Getúlio, pois haviam sido os dois mandatários com votações mais expressivas para presidente, o UH reafirmou seu posicionamento independente em relação ao governo, indicando que “não nos falta autoridade para adverti-lo neste editorial sobre os perigos que, paradoxalmente, se encerram no espetacular resultado de 3 de outubro” (UH, *Personalismo, a Grande Ameaça!*, 24/01/1961, p. 1). Reafirmando seus princípios e sua intensa valorização de Vargas, o jornal estabeleceu paralelos entre o falecido presidente e o futuro, em clara perspectiva para alertá-lo:

Eleito também em oposição ao govêrno, cercado de um entusiasmo e um delírio jamais registrados em tôda a história política do País, Getúlio Vargas teve que pagar com a própria vida o desmoronamento do frágil cinturão de segurança democrático e popular que tentou montar ao redor do seu govêrno e tombou sozinho, de nada lhe valendo, naquela conjuntura trágica (...) a imensa experiência, a múltipla soma de realizações em benefício do País e do povo, a incedível coragem de liderar e asusmir responsabilidades (...) (UH, *Personalismo, a Grande Ameaça!*, 24/01/1961, p. 1).

De maneira peremptória e, de certa forma, premonitória, o UH indicou que Jânio parecia ignorar tal perspectiva. Após criticar a demora na divulgação dos nomes para o ministério, bem como os possíveis problemas de composição com a UDN (a qual a publicação afirmou que, como foi o partido de maior estrutura que apoiou sua candidatura, deveria ter um espaço naturalmente maior) e com partidos menores, o jornal indicou que, caso o futuro presidente não se atentasse para como funcionava o sistema político, ele poderia ser engalfinhado assim como Vargas fora:

Não, o Sr. Jânio Quadros continua inebriado pela vitória popular. Tudo indica que ele ainda não tomou consciência de que o Brasil, em apenas dez anos, escapou à uma guerra civil iminente, graças unicamente ao holocausto de um dos seus maiores estadistas (...) Impregnado de um misticismo que o faz aparecer como uma espécie de taumaturgo aos olhos não somente dos brasileiros como dos povos de terras por onde acaba de viajar, o Sr. Jânio Quadros parece empenhado em compor um governo apenas de magos e aulicos, incompatível com o funcionamento normal do regime democrático. A (...) tendência personalista, que ele imprime ao processo de formação do governo, surge como a maior e mais perigosa ameaça a pesar sobre o próximo período presidencial, pois fugindo a composição de um governo baseado nas forças reais do regime, fracassará muito antes do que se pode supor diante dos complexos problemas que o País apresenta internamente (...) (UH, *Personalismo, a Grande Ameaça!*, 24/01/1961, p. 1).

Por fim, o UH encerrou com alguns trechos bastante enfáticos para alertar Jânio, indicando trechos como “A História é recente demais para que o Sr. Jânio Quadros a ignore” e “as oportunidades que o regime democrático oferece como sistema ainda melhor aparelhado para a solução dos problemas nacionais”, salientando que “Ninguém melhor do que o próprio Sr. Jânio Quadros, aliás, para atestá-lo: ele que, graças ao regime da democracia, pode, em menos de 15 anos, de humilde professor ginásial, ascender a suprema magistratura da Nação, como um de seus líderes mais poderosos” (UH, *Personalismo, a Grande Ameça!*, 24/01/1961, p. 1).

Nas edições do dia seguinte, no segundo texto sobre Jânio Quadros em sua capa, intitulado *SEM PAZ INTERNA NÃO HAVERÁ SOBREVIVÊNCIA!*, o UH voltou à questão da composição ministerial e dos desdobramentos políticos das ações de Jânio, indicando que, caso ele ignorasse os partidos e toda a conjuntura do governo Vargas (evocando, novamente, o símbolo máximo da publicação), “êle poderá, caso incida em alguns erros fundamentais, contribuir para a consolidação de uma das mais poderosas e atuantes coligações de oposição que um Presidente da República já enfrentou no Brasil” (UH, *SEM PAZ INTERNA NÃO HAVERÁ SOBREVIVÊNCIA!*, 25/01/1961, p. 1). Além disso, o jornal rebateu as críticas que Jânio tinha feito a JK durante a campanha e mesmo recentemente, indicando que o presidente que se despedia tinha realizado enormes feitos, evitando os erros e problemas que existiram no governo Vargas e que, se estava empenhado em sua possível volta em 1965 (sendo essa uma acusação bastante comum no período), era muito mais por uma “vontade popular” do que a própria (UH, *SEM PAZ INTERNA NÃO HAVERÁ SOBREVIVÊNCIA!*, 25/01/1961, p. 1).

O UH também enfatizou que Jânio deveria buscar entendimentos com seu vice, considerado uma enorme força popular no país, que tivera votação ainda mais expressiva que ele e que possuía, atrás de si, uma enorme força das lideranças trabalhistas e populares do país. Por fim, o jornal chamou a atenção para a questão militar, uma vez que o futuro presidente poderia passar por dificuldades com esse grupo, assim como JK encontrara ao ter que lidar com duas revoltas militares durante seu mandato (Benevides, 1976) e manteve um tom otimista para o novo governo, mesmo com todas as problemáticas colocadas:

Sem compromissos partidários sem ligações de qualquer espécie com grupos políticos ou econômicos esta organização jornalística deseja ardente e sinceramente que o Sr. Jânio Quadros acerte no caminho que vai iniciar a 31 de janeiro. Que a sua vassoura simbólica possa varrer, como prometeu os

aproveitadores, os ladrões, os corruptos e os corruptores mas não para abrir vaga a outros que estão a espera de sua vez com um apetite alarmante. Que varra sim a miséria que ainda pesa sobre grande parte do povo brasileiro a dependência em que ainda nos encontramos apesar de todos os sacrifícios antes as pressões econômicas e financeiras do exterior que elimine o atraso e o subdesenvolvimento que ainda constituem um flagelo para tantos milhões de brasileiros (UH, *SEM PAZ INTERNA NÃO HAVERÁ SOBREVIVÊNCIA!*, 25/01/1961, p. 1).

Em um terceiro texto seguido sobre o assunto, novamente nas capas, o jornal trouxe um tom otimista para o novo presidente, embora sempre ressaltando que ele não poderia perder de vista as advertências feitas anteriormente. Enfatizando suas bandeiras centrais na campanha (o moralismo e a austeridade), o UH indicou que as aceitariam, desde que reduzisse a desigualdade social e não onerasse apenas os mais desprovidos (UH, *A Nova Mensagem Que o Brasil Espera de Jânio*, 26/01/1961). O texto indicou a necessidade de uma nova política externa, sendo que a publicação defendeu a possível orientação que Jânio tencionava em seguir (em uma postura neutra), buscando equilíbrio na relação com os países em geral, inclusive com os EUA, defendendo a necessidade de maior estreitamento de laços com o país norte-americano.

Na parte final do texto, mantendo a perspectiva otimista (porém crítica), a publicação indicou que permaneceria como a “arma do povo”, estando “sempre prontos a aplaudir S. Exa., quando a isso fizer jus”, embora “nunca o poupando das críticas, advertências e ataques, que esperamos em Deus, ele há de merecer em número muito menor do que os aplausos” (UH, *A Nova Mensagem Que o Brasil Espera de Jânio*, 26/01/1961, p. 1).

Dois dias depois, embora sem comunicado oficial por parte de Jânio, a publicação cravou os nomes do ministério, embora ainda existissem várias opções em aberto, sendo que poucos nomes desses indicados acabaram, de fato, assumindo os postos (UH, *Pronto o Ministério: Novo Governo em Ação*, 28/01/1961, p. 4). Tal aspecto não agradou o UH e, em seu editorial dois dias depois, expôs que, mesmo já tendo anunciado que o futuro presidente não deveria dar espaço para os principais nomes da UDN e que não deveria seguir o processo considerado mais usual para compor o ministério, ainda assim esperava uma postura diferente do mandatário vindouro, fator o qual não ocorreu.

Ao privilegiar nomes de seu entorno pessoal, sem expressão partidárias ou ligados a outras agremiações, o editorialista Paulo Silveira não poupou críticas negativas a Jânio Quadros, questionando se existira algum critério ou se “teria tudo sido feito

atabalhoadamente, ao sabor das pressões a que S. Exa. tão habilmente se esquivou na Europa, com suas fugas espetaculares aos “políticos”, mas das quais não conseguiu, afinal escapar em seu País?”. Chamando o ministério de “desoladora colcha de retalhos”, o jornalista condenou sumariamente a exclusão dos principais nomes da UDN, indicando novamente a perspectiva de que o futuro presidente deveria dar mais espaço para o maior partido que o apoiou. Por fim, evidenciando que Jânio, após a nomeação de seu ministério, demonstrava que não era “o dirigente que o País esperava, dotado de firmeza, coragem e capacidade de decisão própria”, finalizou o texto da seguinte forma:

Ao inaugurar o seu Governo, o novo Presidente não abre rumos novos ao País. Chega com métodos superados em face da etapa de evolução política a que o Brasil já chegou. E assim não podem deixar de ser sombrios os vaticínios sobre os dias que aí vêm, carregados de obstáculos e escolhas que este jornal apontou ao novo Presidente em três editoriais sucessivos (UH, *O Grande Desapontamento*, 30/01/1961, p. 4).

Nas edições do dia da posse, foi dado grande destaque ao evento, embora o assunto dividisse espaço com a despedida de JK e com o caso da fragata Santa Maria, que será abordado mais adiante. Com a manchete *DUPLA JAN-JAN NO PODER (JÁ) DIPLOMADA!*, fazendo uma referência ao slogan bastante famoso no processo eleitoral (Ferreira, 2011), a capa trouxe fotos e, internamente, deu destaque para falas de Jango e do próprio JK, referenciando algo sobre Jânio apenas para relatar que ele recebera lideranças sindicais em sua residência e pedira um voto de confiança, pois “o primeiro ano de governo seria de absoluta rigidez”, além de enfatizar que “ao compor seu comentado Ministério o fêz sem ouvir um partido sequer, mas com absoluta independência” (UH, *JQ Pede Voto de Confiança Aos Operários*, 31/01/1961, p. 2).

No dia seguinte, a cobertura seguiu a mesma perspectiva: o destaque maior foi dado para a despedida de JK, com mais declarações desse do que de Jânio. O espaço dedicado ao novo presidente, inclusive, foi calcado em suas críticas feitas ao governo que findara e à situação política nacional. Em texto intitulado *JQ: “PAÍS EM CRISE; EUFORIA É LEVIANA”*, o novo mandatário nacional indicara que o Brasil estava em uma crise “financeira, moral, administrativa, político-social, de autoridade e austeridade do poder”. Apontando que o país passava por uma “euforia leviana” (atingindo, diretamente, o discurso defendido pelo UH, que enaltecia constantemente o governo JK) e que no país havia “escândalos de toda natureza, favoritismo”, com um “falso nacionalismo” que constituía a

“sublime panacéia da época” (UH, *JQ*: “*PAÍS EM CRISE; EUFORIA É LEVIANA*”, 01/02/1961, p. 4).

Transcrevendo na íntegra as declarações de Jânio dadas no programa A Hora do Brasil (no qual enfatizou, mais de uma vez, que o governo seria marcado pela austeridade e que era necessário trazer o país de volta à ordem), o UH dedicou uma página específica à posse, enfatizando que o atual presidente foi cordial e tratou bem JK durante o dia, na posse (com fotos) e, no período da noite, referindo-se ao texto publicado em suas páginas, indicou que Jânio criticou ferozmente o ex-presidente, em uma atitude dúbia e que não coadunava com alguém que ocuparia o cargo máximo da República brasileira (UH, *JQ*: “*PAÍS EM CRISE; EUFORIA É LEVIANA*”, 01/02/1961).

Nos primeiros dias de fevereiro, a publicação manteve o tom bastante elevado contra o presidente, embora mantendo certo otimismo em relação ao seu governo. Na coluna *DO PONTO DE VISTA NACIONAL*, no texto *JQ, DESTINO OU POLÍTICA?*, de Guerreiro Ramos, o sociólogo expôs bem essa perspectiva instituída no jornal, no qual ele problematizou as ações de Jânio ao procurar implantar a austeridade econômica e a moralidade política, embora indicou que “Vassourada mesmo é substituição de pontos-de-vista caducos por outros consentâneos com as exigências atuais do País, é mudança na qualidade, no progresso e no conteúdo (...) Se não compreender isto, o sr. Jânio Quadros será mais um fenómeno cego da nossa história” (UH, *JQ, DESTINO OU POLÍTICA?*, 09/02/1961, p. 4). Por fim, chamou a atenção para a incógnita que era o atual presidente, se ele faria as mudanças que prometeu ou se seria apenas mais um dos inúmeros demagogos que passara pela política: “está o sr. Jânio Quadros habilitado para assenhorar-se do sentido de sua própria eleição e, desta maneira, a executá-lo, ou, na hipótese de não apreendê-lo, vai ser ultrapassado pelos fatos?” (UH, *JQ, DESTINO OU POLÍTICA?*, 09/02/1961, p. 4).

Embora o tom do UH em relação ao presidente tenha oscilado por conta da política externa, em linhas gerais a publicação continuou bastante crítica, demonstrando as problemáticas do início do governo. Na Câmara organizava-se uma forte reação contra Jânio, com o jornal dando destaque, por exemplo, para as declarações do líder da oposição na Câmara, deputado Abelardo Jurema (PSD/PB), indicando que “O Parlamento responderá a altura à improvisação e ao personalismo de um presidente sem destino (...) Congresso Nacional será o palco da maior reação oposicionista a que o País já assistiu contra um Governo inepto e desorientado” (UH, *Explode na Câmara a Ofensiva Anti-Jânio*, 27/02/1961,

p. 4).

Em 09 de março o jornal deu destaque para possíveis declarações polêmicas de Jânio em resposta a um documento, recebido de um grupo de empresários do *Conselho Superior das Classes Produtoras* (CONCLAP), no qual ele reafirma os aspectos defendidos em campanha, evidenciando as características até então já demonstrados em seus outros cargos políticos (CHAIA, 1992). Entre outros trechos destacados, o presidente teria dito que “Quando assumi a Presidência, êste País era um caos (...) Tenho de aplicar medidas drásticas e ásperas, a fim de conduzir êste País à apupos (...)”, indicando também que “Os sacrifícios terão de ser distribuídos proporcionalmente (...) Se os senhores me apoiarem, ser-me-á fácil levar a bom têrmo a tarefa de sanidade nacional. Se os senhores não me apoiarem, provàvelmente falharei, mas desconfio que não falharei sòzinho, porque outros terão falhado também” e, por fim, a fala que causara maior impressão, colocando que “Homens poderosos já me procuraram para expressar sua desatisfação com o meu Govêrno. Expliquei-lhes que só haveria dois meios de tolher os meus passos: depor-me ou assassinar-me, o que não me parece fácil (UH, Jânio: “*Só Deposto ou Assassinado Deixarei de Cumprir Meu Dever!*”, 09/03/1961, p. 4).

Tal perspectiva dividira opiniões no jornal. Por um lado, Octavio Malta defendeu Jânio em suas colocações, indicando que as outras publicações esperavam que o presidente fosse diferente da imagem que apresentou no processo eleitoral, problematizando que a imprensa “Querida na presidência da República um homem que não respeitasse a palavra empenhada públicamente nos comícios, um malabarista completo e acabado!” (UH, *Revista dos Jornais*, 09/03/1961, p. 4). Em contraponto, Adalgisa Nery (nesse contexto também era deputada estadual, pela Guanabara) que já vinha tecendo críticas contra o presidente praticamente desde o início de seu mandato em sua coluna *Retrato Sem Retoque*, ironizou as principais lideranças no país, indicando que “Só agora estão (...) percebendo que Jânio prepara o País para uma ditadura! Aqui nesta coluna, antes, muito antes da eleição do “salvador nacional” (...) afirmávamos que outra coisa não era nem poderia ser Jânio senão um ditador em expansão (...)” (UH, *RETRATO SEM RETOQUE*, 09/03/1961, p. 3).

No dia seguinte o UH também chamou a atenção para o fato, indicando que, se tal pressão ocorrera contra o presidente, ela era intolerável. Após indicar que fazer oposição era algo lícito, mas de maneira pública e aberta (como o próprio jornal dizia fazer), o editorial encerrou o texto explicitando que “A prática dessa atividade não é somente um desrespeito à

lei e à pessoa do primeiro magistrado. É, sobretudo, um achincalhe à opinião pública” (UH, *Onde Está a Fôrça Dos “Homens Poderosos”?*, 10/03/1961, p. 4). No entanto, a publicação voltou a aumentar o tom contra o presidente após este declarar, em rede nacional, a respeito do aumento dos preços e da necessidade da aplicação de perspectivas de austeridade econômica para conter a crise, que o grande culpado era o antigo presidente (embora as referências fossem bem sutis, diferentemente do que a manchete indicara), que levava a economia a essa situação (UH, *Jânio: Preços Vão Subir Mais; Culpa é de JK*, 05/04/1961).

Dois dias depois, em editorial, Paulo Silveira criticou o tom do presidente, indicando que sua firmeza e dureza nas palavras e termos revelavam, na verdade, um desespero de alguém que chegou a um local de extrema importância e que aparentava não saber o que fazer, argumentando que “Exilado no planalto central, desinteressado de aparecer nos grandes centros”, “constatação da realidade” teria levado-o a reação tão extremada, finalizando que “Se o homem que está na ponte de comando mostra-se, assim, tão fácil prêsas do desespero, claro que passageiros e tripulantes do barco não têm motivos para viajar sem temores” (UH, *A CÓLERA DO PRESIDENTE*, 07/04/1961, p. 4).

Com ampla repercussão negativa no jornal e na oposição, o presidente foi exposto na Câmara, pelo líder do PSD, Paulo Pinheiro Chagas (MG), como “Propagandista do Pânico” (UH, *“Propagandista do Pânico”: PSD Ataca Jânio*, 14/04/1961, p. 4) e, quatro dias depois, em novo ataque virulento ao presidente pelo deputado mineiro, que criou uma nova alcunha a Jânio, o “FLAGELO DO DESTINO”, fazendo pesadas acusações de omissão e falta de coesão nas ações presidenciais (UH, *PINHEIRO CHAGAS NA CÂMARA: “JQ, FLAGELO DO DESTINO”*, 18/04/1961, p. 4). No entanto, em coletiva de entrevista publicada no dia seguinte, o presidente surgiu em um tom bem mais ameno, indicando que não culpava JK por possíveis problemas na economia ou por uma “herança maldita” (UH, *Jânio: Não Acusei Nem Pretendo Acusar JK*, 15/04/1961, p. 2), sendo analisado de maneira positiva no editorial publicado nas edições do mesmo dia, *A ENTREVISTA DO PRESIDENTE*.

Desde o início do governo de Jânio Quadros, a situação internacional já possuía grande destaque no jornal, sendo que tal questão teria grande protagonismo em seu mandato e nas páginas do UH. Mesmo antes da posse, para além das inconstâncias sobre a Guerra Fria, teve o caso do sequestro do transatlântico português Santa Maria, desviado para o Brasil pelo *Directório Revolucionário Ibérico de Libertação* (DRIL), com nomes espanhóis e portugueses que visavam ações contra os governos ditatoriais da Península Ibérica (Paulo,

2011).

Após atracar em território brasileiro, houve um pedido do governo português para deportar os revoltosos, que foi negado por Jânio, já empossado. Esse, que no ano anterior havia se encontrado com um dos principais líderes do sequestro, Henrique Galvão, garantiu ao UH que não cometeria tal ato (UH, *Jânio: "De Modo Algum Entregarei o Navio"*, 30/01/1961). A publicação carioca se posicionou peremptoriamente a favor dos revoltosos, indicando Galvão como o grande nome contrário à ditadura de Salazar em Portugal e cobrando posicionamento do governo em relação ao assunto, pressionando para um asilo ao líder do movimento e nenhum tipo de punição contra os amotinados (Fidelis; Paulo, 2020).

Ao mesmo tempo em que tais movimentações agitavam as páginas do UH e as relações entre os países, Jânio começara a estruturar a PEI, que seria uma orientação das relações internacionais no sentido de não se prender aos blocos delimitados pela Guerra Fria, procurando manter contato com todos os países, em posição de independência diplomática, mesmo os que fossem considerados “inimigos” dentro da lógica do contexto, aqueles pertencentes ao bloco socialista, uma vez que o Brasil estava em uma crise econômica e era necessário angariar novos mercados e investidores, quaisquer que fossem seus espectros políticos (Queler, 2008). Tal postura custou, desde o início do governo, um imenso desgaste para o presidente, que levou à perda substancial de seu capital político, uma vez que vários membros de grupos conservadores que o apoiaram (sobretudo membros do Exército e da UDN) passaram a se voltar contra ele por conta disso (Manzur, 2014).

Na sua primeira (e única) mensagem ao Congresso Nacional, o presidente tomou o tema como o aspecto central, direcionando todo o espaço para tal perspectiva. Publicada com destaque pelo UH, que dedicou a manchete de suas edições para a informação, com o texto *JANIO CONVOCA O MUNDO PARA DEFESA DA PAZ*, chamando a atenção para os principais pontos elencados pelo presidente na mensagem: “Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre”, “Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista”, “Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial”, “Expansão do comércio externo brasileiro” e “Apoio decidido ao anticolonialismo” (UH, *Jânio Convoca o Mundo Para a Defesa da Paz*, 15/03/1961, p. 1).

Ainda dentro desse mesmo assunto foi destacada, em fins de março, uma entrevista de Jânio Quadros concedida ao jornal italiano “L’Unita”, de perspectiva comunista, indicando

que, entre outras coisas, o governo brasileiro seria favorável a retomar contato com as nações do bloco socialista, além de que revistaria as leis trabalhistas e estenderia suas vantagens para os trabalhadores do meio rural (UH, *JQ: Vou Reconhecer Todo o Mundo Comunista*, 31/03/1961, p. 4).

No entanto, no mesmo dia em que a publicação dedicara sua manchete à entrevista referida (cujo título foi *JÂNIO: O MEU GOVÊRNO NÃO REPRIMIRÁ GREVES*), trazia em seu bojo o editorial *TRATADO SEM VALIDADE FORÇA JÂNIO A RECUAR*, cujas linhas de Paulo Silveira criticaram acidamente a postura do governo brasileiro que, após sinalizar que apoiaria um possível pedido de independência de Angola, uma vez que o país africano fora agitado por várias movimentações pela libertação de Portugal após o caso do Santa Maria (Capoco, 2013), acabou voltando atrás e optou pela neutralidade durante debate sobre o assunto em assembleia na ONU (UH, *TRATADO SEM VALIDADE FORÇA JÂNIO A RECUAR*, 31/03/1961, p. 4). Tal postura foi amplamente questionada pela publicação carioca, que não poupou críticas ao presidente, questionando a dubiedade entre suas palavras e ações (Fidelis; Paulo, 2020).

O editorial *A ENTREVISTA DO PRESIDENTE* deu o tom da cobertura, até então, do governo Jânio pelo UH: embora apoiasse a PEI, criticava sua política interna, problematizando existir abordagens tão distintas em um mesmo governo (UH, *A ENTREVISTA DO PRESIDENTE*, 15/04/1961, p. 4). Nas edições do dia 29 de abril, a coluna *Economia & Finanças* anunciou que o presidente não iria reatar relações políticas com os países do bloco socialista, restringindo a relação apenas à questão comercial. Tal aspecto teria sido decidido após a ampla repercussão negativa que tal aproximação vinha tendo em vários meios, inclusive de membros da base de seu próprio governo (UH, *Brasil-URSS: Reatamento Apenas Comercial*, 29/04/1961, p. 4).

Concomitante com tal perspectiva, houve as questões relacionadas a Cuba, a crise aberta com os EUA e as posições do governo e do UH. Em março do ano anterior, Jânio visitara o país comandado por Fidel Castro e passara 7 dias na ilha, dialogando com as principais lideranças e tecendo elogios a esses, causando certo desconforto nos setores mais conservadores que o apoiavam no início da campanha eleitoral (Moniz Bandeira, 2009). Em abril de 1961, após a fracassada tentativa de invasão cubana pela Baía dos Porcos (Moniz Bandeira, 2009), o jornal colocou-se peremptoriamente a favor de Cuba e o governo brasileiro sinalizou positivamente também para o país caribenho. Em desfile do dia 01 de maio, Fidel

Castro declarou, de maneira mais incisiva, a guinada cubana para o Bloco Socialista, sendo que o UH publicou, em suas edições do dia 03 de maio, telegrama de Jânio felicitando e apoiando o líder cubano, indicando que “propósito várias vezes manifestado pelo Brasil de ver respeitado neste Continente o princípio da autodeterminação dos povos e a efetiva soberania de tôdas as Nações (...)” (UH, *JÂNIO REAFIRMA APOIO A CUBA*, 03/05/1961, p. 4). Na mesma edição, foi publicado o telegrama de resposta de Osvaldo Dorticós, presidente cubano, agradecendo o apoio e indicando que os prisioneiros da invasão estavam sendo bem tratados, mantidos todos os seus direitos (UH, *Dorticós a JQ: Prisioneiros Serão Bem Tratados Por Cuba*, 03/05/1961, p. 6).

No entanto, as edições seguintes destacaram uma fala incisiva do líder do PTB na Câmara, Almino Afonso (AM), que acusava o governo de, ao mesmo tempo em que mantinha contatos cordiais com Cuba, se aproximar do *Fundo Monetário Internacional* (FMI) para conseguir crédito com os EUA, sendo que Jânio “começa a dar visíveis mostras de recuo, inseguranças e incertezas de rumos” (UH, *PTB Revela Documento Secreto e Acusa JQ*, 10/05/1961, p. 4). Nessa mesma página, havia uma reportagem indicando que o ministro da Fazenda, Clemente Mariani, que estava nos EUA (exatamente negociando com o FMI) anunciaria um empréstimo de 600 milhões de dólares para uma série de investimentos e reorganização econômica do país (UH, *MISSÃO MARIANI OBTÉM ÊXITO: CRÉDITOS DE US\$ 600 MILHÕES*, 10/05/1961, p. 4).

Essa dubiedade foi o principal enfoque na abordagem do jornal em relação ao governo nas edições seguintes. Em relação ao acordo com os EUA, o próprio UH não encarou tal como um problema, divergindo da orientação da bancada trabalhista no Congresso. Nas capas das edições do dia 19 de maio, em um texto intitulado *ASSOCIADOS, NÃO SATÉLITES*, a publicação carioca defendeu os acordos realizados, uma vez que o país norte americano teria reconhecido o papel de destaque na América Latina e concordara que o Brasil não era inimigo e deveria ser tratado como uma nação independente e não subserviente, retomando falas de Jânio sobre o assunto ao destacar que o presidente “reafirmou aquilo que é uma constante na história de nosso País, a sua aliança com o povo norte-americano na luta pela liberdade e pela democracia”, mas “ao mesmo tempo fortaleceu a nossa decisão de conduzir, com inteira independência, a nossa política exterior (...)” (UH, *ASSOCIADOS, NÃO SATÉLITES*, 19/05/1961, p. 4).

Com tais dinâmicas políticas do período, o UH estruturou o governo de Jânio Quadros

dentro dessa contraditória questão: se na política interna o presidente demonstrava um caráter austero com os gastos e bastante conservador em suas demandas, na política externa buscava uma perspectiva moderna e independente do país em relação à Guerra Fria, embora com alguns recuos (que seriam sinônimos de fraqueza para a publicação). Tais questões, aliadas a um distanciamento cada vez maior do presidente com o Congresso e a perda das bases partidárias parecia confirmar, cada vez mais, as advertências indicadas pela publicação antes de sua posse.

Desde o início de seu governo, Jânio instaurara inúmeras sindicâncias para apurar várias acusações de irregularidades em órgãos públicos. Em investigações relacionadas ao *Serviço de Apoio à Previdência Social* (SAPS) e do *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários* (IAPB), o nome de João Goulart foi mencionado como um possível beneficiário dos desvios cometidos nesses órgãos. Indignado com tais acusações, Jango endereçou uma carta ao presidente, pedindo a exclusão de seu nome das investigações, tendo recebido uma resposta negativa e ríspida por parte do mandatário (Loureiro, 2009).

Nas capas das edições do dia 22 de maio, em um pequeno texto intitulado *A CRISE JQ-JANGO: UM APÊLO AO PATRIOTISMO*, a publicação estruturou um texto conciliador, indicando que contava com o bom senso, uma vez que tal acontecimento poderia trazer vários problemas para o governo e o país, como no “cenário internacional, dando causa a interpretações e especulações suscetíveis de abalar a projeção que tão penosamente vimos conquistando”, apelando para que ambos esquecessem o incidente e voltassem a se entender, pois “Se em nosso regime democrático não existe possibilidade de diálogo entre o Presidente e o Vice-Presidente da República, alguma coisa está basicamente errada - e é preciso corrigi-la com urgência” (UH, *A CRISE JQ-JANGO: UM APÊLO AO PATRIOTISMO*, 22/05/1961, p. 1).

Tal aspecto intensificou a crise política instalada no governo, uma vez que, no Congresso, o PSD e o PTB uniram-se de vez contra Jânio (Hippolito, 1985), além da UDN cada vez mais afastada do mandatário (Benevides, 1981). Em editorial do dia 31 de maio o UH condenou uma articulação, liderada por José Maria Alkmin (PSD/MG), para indicar o processo de impeachment contra o presidente, indicando que essa movimentação era “violentadora do regime democrático”, cravando que a oposição deveria combater Jânio Quadros no Congresso, e não por meios jurídicos. Por fim, em tom conciliador com o presidente e contra atitudes extremadas, o texto iniciou seu último parágrafo indicando que “o

“impeachment” não será contra o Sr. Jânio Quadros, mas contra a democracia brasileira” (UH, *“Impeachment Contra a Democracia*, 31/05/1961, p. 4).

Tal perspectiva advinha, sobretudo, de vários indícios de crises institucionais, tendo em vista a oposição, cada vez mais crescente, de setores dentro do Exército e da própria política em relação às medidas do governo, sobretudo contra a PEI. Já em rota de colisão com o presidente, Carlos Lacerda era o principal nome contra a diretriz do governo, indicando que tal perspectiva causava um desserviço enorme ao país e que era preciso que se fizesse algo para evitar que esses atos continuassem, mesmo que atentasse contra o mandato do presidente e à ordem política presente. Tal questão era bastante sintomática, já que o então governador da Guanabara fora o principal fiador do apoio da UDN à campanha de Jânio e, em poucos meses, passara de entusiasta para um dos principais opositores (Mendonça, 2002).

O UH já havia destacado, nas edições do dia 08 de maio, fala de Sérgio Magalhães (PTB/GB), vice-presidente da Câmara dos Deputados e responsável pela *Coluna da Guanabara*, destacando uma possível movimentação de golpe de Estado no Congresso, indicando que vários setores estariam se organizando para esse fato (o editorial *Impeachment Contra a Democracia*, do dia 31 de maio, dialogava com essa perspectiva, ao indicar o perigo iminente de tal ato) (UH, *SÉRGIO MAGALHÃES: CONSPIRAÇÃO EM MARCHA CONTRA O REGIME*, 08/05/1961, p. 4). Após o recrudescimento de tais movimentações e algumas declarações públicas mais intensas contra o presidente (Chaia, 1991), a publicação se posicionou de maneira mais veemente, dedicando um editorial mais extenso que o usual, com o título *ADVERTÊNCIA AOS AGITADORES: AI DE QUEM TENTAR DESTRUIR O SISTEMA DEMOCRÁTICO DO BRASIL!*, demarcando novamente a defesa do regime vigente e do próprio governo, pontuando suas discordâncias de Jânio, mas reafirmando que tal perspectiva era comum do sistema político.

O principal alvo do texto foi, evidentemente, o grande inimigo do jornal, Carlos Lacerda. A publicação, que já dedicava parte de sua cobertura a criticar a gestão de Lacerda como governador, indicou que esse, querendo “desviar a atenção do povo de seu evidente fracasso como administrador”, procurava “despertar o primarismo ultra-reacionário e medieval de reduzida parcela da burguesia”. Nesse mesmo editorial, a publicação reafirmou sua postura sobre Jânio, indicando que caso o presidente “se mantiver nos exatos limites de suas prerrogativas constitucionais, merece de nossa parte e do País todo respeito a que tem direito”, “sem que nos omitamos de criticar-lhe os atos que a nosso ver firmam os interesses

nacionais”. Por fim, finalizou que, embora trilhando caminhos em seu mandato que não coadunavam com a perspectiva do jornal carioca, “essas trilhas ainda não o desviaram da estrada real que a Lei demarca”, confiando que as forças progressistas e democráticas venceriam, pois “o Brasil se recusa a andar para trás, para que não se repita aquele trágico dilema que o colheu, nos idos de 1937, quando, diante do perigo de dois extremismos, sacrificou o sistema democrático a uma Ditadura” (UH, *ADVERTÊNCIA AOS AGITADORES: AI DE QUEM TENTAR DESTRUIR O SISTEMA DEMOCRÁTICO DO BRASIL!*, 07/06/1961, p. 4).

Nessa perspectiva, o UH manteve sua oposição ao governo, embora defensor da manutenção da democracia e das regras do jogo político, além de amplo apoio a João Goulart e às perspectivas do PTB, dentro da cultura política trabalhista da qual o jornal fazia parte, consolidando os principais traços presentes em suas páginas.

Nos quase três meses que se seguiram até a renúncia de Jânio, o UH manteve as perspectivas apresentadas no texto. A partir dos pontos elencados, é possível pontuar que o jornal carioca, principal espaço no campo da imprensa da cultura política trabalhista, não coadunava com o projeto apresentado por Jânio Quadros no poder, com exceção da PEI. No entanto, manteve-se defensor do sistema democrático e da ordem estabelecida, levando em conta que tais aspetos estavam acima de interesses individuais, acusando seus opositores (em especial Lacerda) de quererem o impeachment ou um golpe de Estado contra Jânio apenas por não concordarem com suas ações.

A relação entre Jânio e Jango continuou estremecida (embora relativamente mais amena), sendo que o vice-presidente partiu em viagem para representar a comitiva brasileira que buscava restabelecer o diálogo comercial com a China (Ferreira, 2011). O grau de fervura da crise manteve-se, no entanto, em constante ebulição, culminando com o pronunciamento de Carlos Lacerda, em 24 de agosto, no qual intensificou suas críticas ao presidente, sobretudo por conta da condecoração concedida por ele a Ernesto Che Guevara, ministro da Indústria de Cuba e uma das principais lideranças do país caribenho, ação essa considerada um escárnio pelo governador da Guanabara e por vários outros setores conservadores no país (Mendonça, 2002).

Com a renúncia de Jânio Quadros no dia seguinte às declarações de Lacerda, iniciaria uma nova crise que transcenderia as disputas políticas e caminharia para a questão militar, iniciando uma longa negociação para permitir o retorno de João Goulart ao Brasil e sua posse.

Disputa a qual o UH mergulharia de maneira bastante intensa, mantendo seus predicados e utilizando de todos os seus meios e influência para que o então vice-presidente assumisse o comando do Executivo, conforme dispunha a Constituição Federal.

Capítulo 03 – Primeiros passos do governo João Goulart pelo UH

3.1 A crise da posse de João Goulart

A publicação de Wainer, assim como praticamente toda a imprensa do período, recebeu de maneira estupefata a notícia da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Em relação à posse de João Goulart como o 24º presidente da República do Brasil, tal ato deveria ocorrer de maneira automática, já que a Constituição preconizava, no artigo 79, que o vice-presidente deveria assumir mediante a impossibilidade da posse do mandatário eleito. No entanto, tal aspecto não se materializou, uma vez que os ministros militares do agora ex-presidente publicaram uma nota na qual não concordavam com a posse de Jango (Ferreira, 2011), abrindo caminho para uma intensa disputa política que reverberou, também, no meio jornalístico.

Nesses dias da crise (entre 25 de agosto e 09 de setembro, dois dias após a posse), foram dedicados 11 editoriais do UH referentes à situação política brasileira, sendo todos eles bastante críticos aos opositores da posse de Jango, em especial aos militares e às lideranças civis, sobretudo Carlos Lacerda, que ainda “mantinha” o posto, nas páginas do UH, de inimigo número 1 de toda a cultura política trabalhista (Mendonça, 2002). O tom das críticas foi bastante elevado, como destacado no editorial *Vitória da Legalidade*, do dia 05 de setembro:

Ainda bem que a resistência civil se impôs e impediu a consolidação do golpe. Para honra nossa, a posição firme assumida pelo Congresso não só estimulou a formação de uma frente única de repúdio ao golpe, em todo o País, unindo intelectuais, educadores, operários, estudantes, homens e mulheres, senão que encorajou amplos setores das Forças Armadas - diríamos, mesmo, a maioria delas - para salvar a Nação da guerra civil iminente e devolver o poder aos seus legítimos titulares. Hoje, sob um sistema de governo parlamentarista, inicia o Brasil uma etapa nova em sua História. Não vale discutir, no momento, se a adoção do parlamentarismo veio em hora oportuna ou intempestiva: Supremo Tribunal Federal dirá, em breve, se o que se fez está certo ou, através de um plebiscito, manifestará o País sua opinião sobre a decisão do Congresso. Vale, sim, ressaltar o grandioso espetáculo que o País ofereceu aos olhos do mundo: o povo unido em defesa da ordem e da legalidade (UH, *Vitória da Legalidade*, 05/09/1961, p. 4).

Levando em conta as datas selecionadas, a cobertura do UH para esse ponto em específico pode ser dividida em 3 partes: a primeira, bastante curta, envolvendo as primeiras edições, oscilou entre a surpresa por conta da renúncia de Jânio Quadros e a certeza de que

Jango tomaria posse, mesmo com várias evidências de que forças antagônicas levantavam-se, de maneira bastante intensa, para impedir tal ato; a segunda, que envolveu mais da metade dessas datas, teve textos e edições com tons mais alarmistas, evidenciando que o país estava à beira de uma guerra civil e com críticas bastante contundentes à ala militar e aos grupos civis que apoiavam o impedimento da posse; por fim, nos últimos dias, a última parte dedicou-se à instaurar um clima apaziguador para o país, conclamando à união para que o país voltasse à normalidade. No entanto, as críticas tecidas na segunda parte continuaram, embora de maneira mais velada.

No editorial *Crime Ainda Impune*, do dia 25 de agosto, o texto de Paulo Silveira foi extremamente crítico à Lacerda, indicando que todas suas acusações e às referências feitas à Vargas demonstravam sua falta de apreço à democracia e ao povo brasileiro. No dia seguinte, com uma capa bastante conturbada e com inúmeras informações (cujas manchetes, *PAÍS EM ORDEM: SALVO O REGIME DEMOCRÁTICO!*, demonstrava bem a ideia normativa da publicação sobre o assunto) trazia o editorial na capa (e não na página 4, como de costume), cujo título era *RESPEITO À LEI*, pedindo calma para todas as pessoas no país, principalmente as lideranças políticas, para que não ocorresse nenhuma desordem ou algum ato impensado (texto que trazia um contraste bastante explícito com o conteúdo relacionado à manchete), relembrando um artigo de mesmo teor publicado pelo jornal sete anos antes, relacionado à morte de Getúlio Vargas:

ULTIMA HORA, com a plena consciência dos deveres da imprensa, nesta hora de apreensões e inquietações, dirige um apêlo ao povo carioca, em geral, e em especial, às classes trabalhadoras: mantenham a ordem, evitem explosões emocionais; fujam às provocações, permaneçam vigilantes em defesa do regime democrático (...) Lembre-se o povo carioca, do supremo sacrifício de Getúlio Vargas e inspire-se nêle (...) E dentro dela, dentro de suas limitações, encontraremos, com a Graça de Deus, fôrças para vencer esta crise e prosseguiremos na tarefa de tornar um dia o Brasil um País mais feliz, mais tranqüilo e mais próspero (UH, *RESPEITO À LEI*, 26/08/1961, p. 1).

Em relação à posse de Jango, o tom adotado era de otimismo, mesmo com as intensas movimentações que defendiam o impedimento dessa ação. A manchete da edição do dia 29 de agosto, *SORTE DE JANGO NAS MÃOS DO CONGRESSO*, vinha acompanhada de algumas informações e de, novamente, o editorial publicado na capa, indicando que havia sido montada no Congresso uma comissão para avaliar o pedido impetrado contra Jango. Mesmo com essa preocupação, as reportagens e textos de outras colunas indicavam que tal

perspectiva não caminharia, uma vez que as bancadas do PSD e do PTB estariam unidas e dariam sustentação para a posse do vice-presidente, além de vários órgãos civis que já haviam se manifestado publicamente a favor do cumprimento da Constituição, como o caso da *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB) (UH, *REUNIÃO DO CONGRESSO: EM DEBATE O "IMPEACHMENT"*, 29/08/1961, p. 4).

No dia seguinte foi publicada, com grande destaque, uma entrevista dada por Jango à *United Press* (UP) em Paris, uma de suas várias escalas esperando a resolução da situação política brasileira no período. Mantendo o tom apaziguador de praticamente todas as suas declarações, o vice-presidente indicava que tinha certeza de que tudo seria resolvido dentro da normalidade democrática e que confiava nas lideranças políticas e nas instituições do Brasil. No entanto, em alguns momentos da entrevista elevou o tom em relação àqueles que insistiam em ir contra à Constituição para consolidar seus interesses pessoais:

Parece-me - disse - que depois da surpresa causada pela renúncia de Quadros, não se poderá estabelecer governo algum em meu País a menos que se baseie em um acordo entre todas as forças responsáveis do Brasil" (...) "Por respeito à lei, devo regressar ao Brasil a fim de cumprir os deveres constitucionais que me correspondem e que resultam de meu mandato (a Vice-Presidência) que, pela segunda vez, o povo confiou em mim (...) (UH, *JANGO: CONGRACAMENTO DAS FÔRÇAS RESPONSÁVEIS*, 30/08/1961, p. 4).

A partir das edições do fim de agosto, o UH passou a ter um tom mais combativo, defendendo de maneira veemente a posse de Jango e condenando as articulações dos opositores, sempre referenciados com a alcunha de "golpistas" e que estariam contra o vice-presidente não pelo bem do país, mas apenas por interesses pessoais, além da evocação constante da memória de Vargas, que seria o real alvo desses grupos na perspectiva do jornal. Embora, como já ressaltado, vários editoriais foram publicados na capa, o espaço específico dedicado a tal estava ausente das publicações desde a renúncia de Jânio. Os textos publicados nesses dias, embora com linguagem bastante próxima dos textos por Paulo Silveira, não possuíam assinatura, o que impede de afirmar que, de fato, foi o jornalista responsável pelas linhas traçadas no jornal.

O espaço voltou a ser publicado no UH em 31 de agosto, com o texto *Rompida a Barreira da Censura à Imprensa*. O conteúdo versou exatamente sobre o "sumiço" da coluna, explicada pela censura imposta por Lacerda aos meios de comunicação em geral, que atingiu praticamente todas as publicações da Guanabara, mas que reverberou mais, obviamente, nas

publicações a favor de Jango (Ferreira, 2011). Com termos bastante intensos, o editorial traçou, de maneira mais organizada, qual seria a linha a ser seguida pela publicação, que convergia com os parâmetros traçados dentro da cultura política trabalhista:

EIS por que a missão da imprensa, liberada da censura, só pode ser uma neste momento: informar para orientar. E esta é uma missão de que ULTIMA HORA não se afastará um milímetro sequer. Uma vez que seja conhecida a verdade em todos os seus aspectos, como já agora se torna possível, o povo brasileiro saberá certamente escolher o seu caminho. Sem tutelas de “iluminados” e prepotentes. Sem mordças. Para um destino de grandeza e emancipação, dentro da legalidade democrática (UH, *Rompida a Barreira da Censura à Imprensa*, 31/08/1961, p. 4).

Os textos, sejam por editoriais, outras colunas ou notícias em geral, seguiram estruturados em três grandes aspectos: as críticas contundentes às lideranças militares e civis que defendiam o impedimento de Jango, questão já trabalhada em edições anteriores, continuando com a artilharia pesada contra Lacerda, que mantivera a censura contra o UH (inclusive com a publicação de fotos da sede do jornal cercada, na capa da edição do dia 01 de setembro); críticas também às outras publicações que defendiam a movimentação golpista ou que não se posicionavam diretamente, buscando uma posição de “neutralidade” (essa parte foi explorada, basicamente, na coluna de Octávio Malta, que ganhou maior destaque nesse período de crise do que costumava ter) e, por fim, a última base de crítica foi relacionada à emenda parlamentarista:



Imagem 04 – Capas das edições dos dias 31/08/1961 e 01/09/1961 do UH, indicando o cerceamento que o jornal teria sofrido a partir do governo de Lacerda

A possível solução do impasse da crise não constituía novidade no campo político brasileiro, uma vez que ela vinha sendo discutida desde os trabalhos da Constituinte de 1945, indicada pelo deputado gaúcho Raul Pila, do *Partido Liberal* (PL), médico e jornalista que exerceu o cargo, ininterruptamente, de 1946 a 1967 e que defendera o Parlamentarismo durante toda sua carreira no Congresso brasileiro, tentando levar o tema à discussão do plenário em 1949 e 1952, sem conseguir êxito (Franco, 1999).

Dois anos após a segunda tentativa, a solução foi cogitada como forma de solucionar a crise instaurada no governo Vargas, embora também não obtivesse apoio dos deputados no período (Fidelis, 2022). Sete anos após essa movimentação, Pila oferecia novamente o “antídoto” para uma nova crise institucional, sendo que dessa vez passara a ser considerada por vários políticos do período e criticada veementemente por grande parte da imprensa, em especial pelo UH, que desde as primeiras movimentações posicionou-se contra.

As notícias relacionadas às possíveis resistências civis ao impedimento de Jango também ganhavam força. Na edição do dia 01 de setembro, que indicava grande frenesi no

Congresso por conta do debate sobre o Parlamentarismo, o UH também chamou a atenção para as perspectivas de agitações no Rio Grande do Sul e em Goiás, acompanhando o III Exército, no estado gaúcho, que já tinha declarado apoio ao movimento liderado pelo governador Leonel Brizola, em um momento mais conhecido como *Rede ou Campanha da Legalidade* (Napolitano, 2014).

Entrincheirado, Brizola liderava um levante que, além de não aderir às propostas das lideranças militares de impedimento de Jango, ainda estruturou uma possível resistência armada, com todo o Palácio do Piratini armado (em GO, a perspectiva foi a mesma, com o governador do PSD Mauro Borges), sendo que em várias partes do Brasil começaram a mobilizar-se grupos para a resistência. Fora do âmbito político-institucional, essa foi a principal ação, no período, em defesa da posse do vice-presidente (Ferreira, 2011). Em um famoso pronunciamento no dia 28 de agosto, entrincheirado junto com membros do governo e jornalistas na sede do governo estadual, o governador do Rio Grande do Sul explicitou a sua perspectiva dos eventos e a ação que se desenrolaria a partir dali:

Ontem à noite o sr. ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, soldado no fim de sua carreira, com mais de 70 anos de idade e que está adotando decisões das mais graves, as mais desatinadas, declarou através do Repórter Esso que não concorda com a posse do sr. João Goulart, que não concorda com que o presidente constitucional do Brasil exerça suas funções legais! Porque, diz ele numa argumentação pueril e inaceitável, isso significa uma opção entre comunismo ou não. Isto é pueril, meus conterrâneos! Isso é pueril, meus patrícios! Não nos encontramos neste dilema. Que vão essas ou aquelas doutrinas para onde quiserem. Não nos encontramos entre uma submissão à União Soviética ou aos Estados Unidos(...) Queremos um Brasil forte e independente. Não um Brasil escravo dos militaristas e dos trustes e monopólios norte-americanos. Nada temos com os russos. Mas nada temos também com os americanos, que espoliam e mantêm nossa pátria na pobreza, no analfabetismo e na miséria (...) Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo (...) Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória. Aqui ficaremos até o fim. Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! (Brizola, 1961).

Em relação à coluna *JORNAIS E PROBLEMAS*, ela existia desde a revista *Diretrizes*, com nomes diversos, mas sempre com a mesma ideia, de traçar um panorama sobre as manchetes ou textos de outros jornais e meios de imprensa, sempre sob a responsabilidade de Octávio Malta, que mantinha como subtítulo da coluna a frase "Não há vinho que embriague

como a verdade", do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis. Com um estilo bastante irônico, o jornalista destacava as discordâncias em relação à imprensa em geral, sendo um crítico bastante intenso das principais figuras do jornalismo carioca no período.

Entre outros aspectos, o jornalista destacou que a imprensa em geral, mesmo contrária às lideranças militares e defendendo a posse (Sodré, 1966), não se movimentava de maneira a combater, de fato, tal ação. Era uma postura bastante cômoda: se, por um lado, defendiam a manutenção da Constituição e o poder instituído ao vice-presidente, de um outro pareciam não se incomodar caso o golpe fosse consumado, uma vez que esses jornais eram opositores de Jango e muitos editores eram simpáticos à uma possível ditadura no país (Sodré, 1966).

No entanto, costumava referenciar positivamente os colegas quando suas opiniões eram parecidas, como ocorreu no final de agosto, quando destacou que todas as edições de grande circulação no Rio de Janeiro (incluindo *O Globo*, que era a mais próxima de Lacerda) defenderam a posse de Jango, mesmo opondo-se a ele (incluindo o caso do *Diário de Notícias*, cujo editorial era de Joel Silveira, antigo companheiro do tempo de *Diretrizes*) e finalizou a coluna do dia indicando que “O bom senso falou pela voz de todos os colegas. E eu com êles faço côro para advertir que fora da Lei não há salvação do ponto de vista democrático ou na conformação das aspirações do Brasil” (UH, *JORNAIS E PROBLEMAS*, 29/08/1961, p. 4).

O UH titubeava, em suas páginas, entre a certeza da posse de Jango e o êxito dos grupos que tentavam, a todo custo, evitar sua posse. No dia 02 de setembro, em manchete que celebrava o retorno de Jango ao Brasil (ele voltara a Porto Alegre, vindo do Uruguai, no dia anterior), as informações sobre a possível posse eram conflitantes: o presidente do Senado e que exercia, interinamente, a chefia do Congresso, Auro de Moura Andrade, declarou que Jango tomaria posse com ou sem o Parlamentarismo, que foi aprovado naquele mesmo dia, embora com oposição do PTB, que não concordava em chegar ao poder sem tê-lo, de fato, em mãos (D’Araújo, 1996).

No entanto, embora a posse de Jango fosse anunciada para o dia 04 (UH, *Posse de Jango Será Segunda-Feira às 15 H*, 02/09/1961, p. 1), ela não ocorreu nessa data, aumentando a apreensão no meio político pela definição dessa situação. A publicação manteve sua linha bastante crítica, voltando sua carga contra os militares e Lacerda que tentavam, segundo o UH, causar o caos no país para implantar seus planos ditatoriais. No editorial *A NAÇÃO CONTRA O “PUTSCH” E A GUERRA CIVIL*, após expor essas questões, o trecho

final indicava que a democracia venceria no Brasil e que os políticos de maneira geral, não cederiam às tentações ditatoriais, fossem elas de esquerda ou de direita:

CONTRA os extremados, os fanáticos, os aventureiros e agentes de quantos interesses escusos estão rondando as portas do Brasil, ergue-se, neste momento, a formidável fortaleza cívica que o povo brasileiro construiu, do Amazonas ao Rio Grande, nestes 10 dias de resistência democrática sem paralelo na história dos demais povos da América Latina. O Brasil já provou que não há força humana capaz de submetê-lo a uma repelente tirania “trujilista” de direita ou a uma inaceitável ditadura “fidelista” de esquerda. Nós, os que acreditamos que é sobre a estrada da democracia que o Brasil realizará os seus destinos, já percorremos a metade deste penoso caminho que pode salvar a paz interna. A outra metade está livre e aberta para os que quiserem vir ao nosso encontro. Mas, que ninguém mais se atreva a cortar a marcha para a pacificação nacional, pois a reação do povo pode ser implacável e incontrolável. A hora dos compromissos já está selada. E a das concessões também (UH, *A NAÇÃO CONTRA O “PUTSCH” E A GUERRA CIVIL*, 04/09/1961, p. 4).

Na edição do dia seguinte, no entanto, o tom adotado na parte final desse editorial evanesceu-se com uma possível rebelião da *Força Aérea Brasileira* (FAB), que teria mobilizado militares e aviões para impedir a posse de Jango, preparando sua prisão em caso de tentativa de assumir o poder. Tal movimentação, batizada de “Operação Mosquito”, não chegou a ser colocada em prática diretamente (já que o planejamento original era deter a entrada do vice-presidente no Brasil), embora vários setores das Forças Armadas e civis desejassem tal ato (UH, “*OPERAÇÃO MOSQUITO*” PARA APRISIONAR JANGO EM PLENO VÔO, 05/09/1961). Posteriormente descobriu-se que o planejamento era, de fato, abater o vôo do presidente e causar seu óbito e não necessariamente, apenas, seu encarceramento (Parucker, 2009), o que demonstrava como a questão era bastante complexa nesse contexto.

A posse de Jango, sacramentada em 07 de setembro, na capital federal, foi comemorada pela publicação. O discurso do novo presidente, publicado no dia seguinte, dava o tom dos aspectos que seriam trabalhados em seu governo, bem como das demandas defendidas nas páginas da publicação nesses dias extremamente turbulentos:

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a decisão soberana fôsse desrespeitada (...) A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios ao nosso alcance, a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que êle

soube defender a lei, a ordem e a democracia (UH, Jango: “Agora, a Luta Contra a Miséria”, 08/09/1961).

No entanto, se nesses últimos dias o tom predominante nos textos era de apaziguamento dos ânimos e um planejamento para os primeiros passos do governo Jango, o espaço das críticas continuou bastante intenso, principalmente contra o Parlamentarismo. Na edição do dia 06, por exemplo, a publicação destacou que Jango acatara a decisão do Congresso, mas que já começava a mobilizar-se pela realização do Plebiscito, que buscava a legitimação (ou não) do sistema pela população, previsto apenas para 1965 (UH, *Acontecimentos de Última Hora*, 06/09/1961, p. 1). No mesmo dia, Adalgisa Nery apontava que Jango passaria por uma espécie de “ditadura branca”, sendo controlado por forças opositoras dentro do sistema democrático (UH, *Ditadura Branca*, 06/09/1961, p. 4).

As críticas continuaram bastante intensas ao longo das edições, como descrito no editorial *É Preciso Ouvir a Voz do Povo*. Na introdução do texto, há uma crítica contundente ao Parlamentarismo enquanto sistema político, indicando que ele não trouxera efeitos positivos para nenhum país e que fora porta de entrada para regimes ditatoriais, citando os casos de Franco, Hitler e Salazar. Além disso, minimizou os países no qual o sistema parlamentar funcionava bem, indicando que nessas nações existiam Monarquias Constitucionais, sendo que a tradição do poder real (ou de uma autoridade central) era mais intensa e que era anterior ao Parlamentarismo em si (UH, *É Preciso Ouvir a Voz do Povo*, 09/09/1961, p. 4).

Por fim, a publicação indicava a ilegalidade da aplicação do sistema e que esse deveria passar pelo referendo popular o mais rápido possível, uma vez que as condições pelas quais ele havia sido aprovado eram longe de serem ideais, não possuindo bases democráticas. Esse movimento se intensificaria durante o ano de 1962, culminando com a antecipação do plebiscito para o início de 1963 (Ferreira, 2006):

A NOSSO ver, houve um absurdo e inaceitável açodamento, por parte do Congresso, ao votar em tempo recorde, a emenda parlamentarista. É verdade que, às costas de cada deputado e senador, enconstava-se o cano de um fuzil - que para os ministros militares, àquela hora, o fundamental era evitar-se a posse, pura e simples, do Sr. João Goulart na Presidência da República, com as prerrogativas que a Constituição de 1946 concedia ao Chefe de Governo. Configurou-se, sem dúvida, a coação militar sobre o Congresso, que, se havia, antes, resistido ao “ultimatum” do impedimento, solicitamente encaminhado pelo Sr. Ranieri Mazzilli a pedido dos ministros militares, rendeu-se afinal ao “poder militar”, poder ilegítimo, subversivo e

impertinente (...) ORA, detentor originário da soberania é o povo, sômente o povo, pois acima do povo não se reconhece outro poder. Em outros termos: sem a expressa concordância do povo, não poderia o Parlamento modificar os termos da Constituição, na parte em que se determina a forma de Governo, para abolir o presidencialismo e adotar o parlamentarismo (...) Fugir a êste imperativo será um desrespeito ao poder soberano do povo (UH, *É Preciso Ouvir a Voz do Povo*, 09/09/1961, p. 4).

No entanto, também havia setores dentro da publicação que defendiam a adoção do Parlamentarismo. Em sua coluna, Octávio Malta (que passara a chamar o movimento pelo impedimento de Jango como *nazi-cafajestismo*) indicava que essa forma de governo poderia ser uma oportunidade para ter o governo “mais democrático que já houve no Brasil”, pois a Câmara, agora representada no governo com a figura do primeiro ministro ou Premier (cujo mandatário seria Tancredo Neves) que daria margem para suas ações mais próximas ao Executivo: “Ela faz as leis e ela própria, através de sua Comissão Executiva, ou do Gabinete, as executa. Governa com as duas pernas!” (UH, *JORNAIS E PROBLEMAS*, 08/09/1961). As palavras de Malta constituíram, de fato, uma exceção no UH, cuja visão era bastante próxima a perspectiva do PTB, que não aceitara o Parlamentarismo desde o início das discussões e continuava a criticar o sistema de maneira veemente (D’Araújo, 1996).

Os grupos contrários à posse de Jango (e que também seriam, basicamente, os mesmos contrários à realização do Plebiscito, cerca de um ano e meio depois), eram fontes de críticas e preocupação constantes do UH. Mesmo com a posse resolvida e os primeiros passos do governo de Jango e Tancredo Neves consolidados, as análises da publicação contra esses grupos e, principalmente, contra Lacerda, ainda eram bastante contundentes.

Na edição do dia da posse de Jango, o editorial de Paulo Silveira criticava a possível anistia de todos os militares que conspiraram contra Jango, indicando que cabia ao Congresso Nacional o papel de “abrir o grande processo da República, para julgar a crise em seus aspectos todos, medir as culpas e as omissões, pesar a responsabilidade de cada um dos seus provocadores (...)”, concluindo que “Seria uma afronta ao povo, aos trabalhadores, a todos nós, a aprovação de uma anistia precipitada - espécie de absolvição do criminoso antes que se apaguem os vestígios do crime” (UH, *No “Dia da Pátria”*, 07/09/1961, p. 4).

No editorial do dia seguinte, as críticas foram mais pesadas à Ranieri Mazzilli e aos seus ministros e militares apoiadores, uma vez que, segundo Silveira, o presidente da Câmara era o principal interessado em levar a demanda militar ao Congresso, para continuar no cargo,

em seu “pôsto de sacrifício”, indicando que o deputado exerceu a “tarefa subserviente de instrumentos dos golpistas, associando-se, em conseqüência, à vergonhosa conjuração, que intentava destruir o regime democrático em nosso País” (UH, *A Culpa de Mazzilli*, 08/09/1961, p. 4).

Por fim, em consonância com o editorial anterior, a publicação pedia a punição dos ministros militares e do próprio Mazzilli, uma vez que este teria sido subserviente à cúpula das Forças Armadas e, por conta disso, seria tão culpado quanto:

O Código Penal não estabelece, para cominação de penas, qualquer diferença entre o autor e o co-autor de um crime. Assim, se os Ministros militares são, de fato, autores de um crime contra a Constituição, o sr. Ranieri Mazzilli é seu cúmplice e está, portanto, sujeito à mesma punição que a opinião pública exige para os responsáveis pelo complô. Não de compreender os senhores senadores e deputados que a Nação não concordará em que se passe uma esponja sobre os vergonhosos episódios que vivemos. Não se quer estimular o revanchismo, mas, apenas, preservar o regime de eventuais riscos futuros. De uma vez por tôdas, é preciso que os conspiradores e golpistas sintam que já ninguém está disposto a responder com acenos de anistia acelerada aos seus desafios liberticidas (UH, *A Culpa de Mazzilli*, 08/09/1961, p. 4).

As críticas à Lacerda continuavam como pauta do dia, sendo que o dono da TI era apontado como o principal elemento civil desse processo pelo UH. Nessa mesma edição do dia 08 de setembro, na coluna *ÊSSE RIO AFLITO*, de Ib Teixeira, era aventado o impedimento do governador da Guanabara, uma vez que esse teria abusado de seu poder ao instituir a censura, mobilizar para prender deputados e nomes da oposição em sua jurisdição, bem como todo o aparato para a movimentação militar e, ainda, as acusações que desencadearam a renúncia de Jânio, já que essas careciam de provas concretas e eram bastante graves (UH, *ÊSSE RIO AFLITO*, 08/09/1961, p. 3).

Ao indicar a formação do gabinete com os ministros, destacando que Tancredo Neves acumularia a função de primeiro ministro com o Ministério da Justiça e outros nomes já bastante comentados nesses últimos dias, como a presença de San Tiago Dantas na pasta do Exterior (dando a entender que a PEI continuaria, já que o deputado era, publicamente, defensor dessa ação), Ulisses Guimarães na Indústria e Comércio, Franco Montoro no Trabalho (curiosamente, essa pasta era tradicionalmente ligada ao PTB e ficara com o PDC, o que teria causado a ira de alguns dirigentes trabalhistas) e a presença de dois udenistas, Gabriel Passos em Minas e Energia, bem como Virgílio Távora na Viação, confirmavam as

notícias de que o primeiro ministro buscava formar um gabinete amplo e com todas as vertentes e bases partidárias, sendo uma das formas de apaziguar a grave crise política passada no momento (Ferreira, 2011). Na parte militar, a presença de Segadas Viana na Guerra era um indicativo de que, pelo menos naquele momento, os militares estariam de acordo em não interferir diretamente no governo, uma vez que o discurso do ministro era de moderação e de apaziguamento, coadunando com as falas de Jango (Ferreira, 2011).

Na economia, a presença de Walter Moreira Salles indicava um aceno direto aos industriais, banqueiros e grupos econômicos em geral, já que ele próprio era um banqueiro, fora embaixador duas vezes nos EUA (nos governos Vargas e JK) e tinha um bom trânsito entre os financistas (sendo muitos deles reticentes quanto à figura de Jango) e aos trabalhistas, sendo um dos financiadores para a criação do próprio UH, em 1951 (Nassif, 2019).

Por fim, mesmo sem as condições ideais de governo, Jango iniciou seu mandato com um olhar de otimismo para o futuro mesclado com um ar sombrio do presente e o peso político da herança varguista, no passado. Captando essas perspectivas, o UH manteve-se dentro dessa visão, criando uma esfera otimista para os primeiros passos do novo governo, mas sem deixar de olhar o retrovisor, cujos reflexos lembravam todos os obstáculos que, embora ultrapassados a primeiro momento, ainda mantinham-se a uma distância bastante perigosa do caminho do novo presidente (e que tornar-se-iam intransponíveis em 1964).

3.2 Parlamentarismo e Plebiscito

Adentrando em 1962 pelas páginas do UH, o Parlamentarismo continuaria tendo uma abordagem amplamente negativa pelo jornal. O Ato Adicional que aprovara esse sistema previa que, na próxima eleição presidencial (que ocorreria em 1965) seria realizado, de maneira concomitante, um plebiscito para indicar se a maioria da população concordaria em manter essa forma ou se o país retornaria ao sistema presidencialista (Brasil, 1961). No entanto, desde finais de 1961 vários setores (incluindo o próprio governo) movimentavam-se para que esse plebiscito fosse adiantado, permitindo que ainda no governo Jango os poderes presidenciais fossem restabelecidos em sua integridade (Moniz Bandeira, 2010).

Sendo assim, em suas páginas o UH estruturou uma visão amplamente favorável ao processo, indicando sempre opiniões e movimentações favoráveis ao plebiscito como algo

positivo e criticando negativamente as visões contrárias a tal ponto. Um dos nomes mais citados na publicação para legitimar a realização do plebiscito antes do processo foi de JK, que não considerava legítimo o Ato Adicional, defendendo a antecipação do Plebiscito para que a população decidisse, de fato (UH, *JK: PLEBISCITO JÁ*, 16/02/1962, p. 02).

Dentre o grupo que apoiava Jango e as medidas do governo, havia a ideia de que não adiantaria somente adiantar o plebiscito para Jango voltar a ter plenos poderes, mas também era necessária uma mudança mais ampla, visando à realização de uma nova Constituinte e a busca por uma Carta Constitucional que fosse mais voltada para a questão social, trazendo modificações mais profundas para a sociedade brasileira, sobretudo, favorecendo as pessoas mais pobres e com menos oportunidades de ascensão e estabilidade socioeconômica (Ferreira, 2011). O UH deixou bem explícito seu apoio a tal perspectiva, dedicando toda a capa e vários textos nas edições do dia 01 de março de 1962, cuja manchete *A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL RECLAMADA PELO PAÍS EXIGE A UNIÃO DAS VERDADEIRAS FÔRÇAS DO PROGRESSO NACIONAL* trazia em seu bojo um texto no qual o jornal declarava que a próxima eleição para o Congresso Nacional, a ser realizada no dia 07 de outubro, deveria ter poderes constitucionais:

Que pede o país? (...) O mesmo esforço que seria necessário despender para mobilizar o povo em torno de um vago e quase sibilino “sim ou não”, seria melhor e com mais êxito aplicado com o objetivo de uma reforma ampla, profunda e clara de todo o nosso sistema político, movimento esse em que o plebiscito representaria apenas um detalhe e não o essencial. Para isto, o primeiro passo seria a eleição, em 7 de outubro próximo, de um Congresso investido de poderes constitucionais, com fins definidos e prazos delimitados. A verdade é que o Brasil atual não mais comporta as limitações que lhe foram impostas pela Constituição desatualizada de 1946 (...) (UH, *A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL RECLAMADA PELO PAÍS EXIGE A UNIÃO DAS VERDADEIRAS FÔRÇAS DO PROGRESSO NACIONAL*, 01/03/1962, p. 1).

Complementando tal questão, o mesmo texto traz como principais bases para a realização desse novo documento aspectos muito parecidos com os que eram defendidos por Jango dentro da perspectiva das chamadas *Reformas de Base*, que era um conjunto de mudanças nas quais, segundo o mandatário nacional, o Brasil precisaria passar para um desenvolvimento mais justo para o país, mas que estaria entravado por conta da instituição do Parlamentarismo (Figueiredo, 1993). Como aponta ainda o texto da capa:

Esta é a grande campanha a que estão sendo convocadas as verdadeiras forças do progresso nacional (...) para definir de forma clara, simples e corajosa o que devem ser as tão proclamadas “reformas de base”. Isto é, uma Revolução Constitucional que fixe, finalmente, os direitos e deveres do capital estrangeiro, que proclame nitidamente as linhas em que se deve processar a inevitável e inadiável reforma agrária, que formule com o melhor espírito da justiça social a redistribuição da renda nacional, que permita colocar sob o controle do Estado a exploração de todos os serviços de utilidade pública, que estimule e apóie efetivamente as imensas áreas de produção ainda não atingidas pela iniciativa privada, que consagre e modernize, enfim, as grandes conquistas sociais alcançadas pelas classes trabalhadoras (...) (UH, *A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL RECLAMADA PELO PAÍS EXIGE A UNIÃO DAS VERDADEIRAS FORÇAS DO PROGRESSO NACIONAL*, 01/03/1962, p. 1).

Embora tal perspectiva não tenha sido aprovada no Congresso, a busca por uma nova Constituição foi algo constante dentro do grupo ligado à cultura política trabalhista, ganhando força principalmente nos últimos meses do governo de Jango, em 1964 (Ferreira, 2006). E no caso do UH em específico, essa demanda foi o mote para indicar, em suas páginas, que era urgente que o Parlamentarismo fosse suspenso para que essas mudanças ocorressem o mais depressa possível, já que a população teria pressa após tanto tempo de espera por melhorias vindas do Estado (Corrêa, 2018).

Como exemplo, já nas edições do dia 08 de março, na coluna *BRASÍLIA INFORMA*, de Mauritônio Meira, houve a transcrição de partes do texto da aula de abertura da Universidade da Bahia, feita pelo chefe da Casa Civil do atual gabinete, Hermes Lima, que trazia a tese de que o Parlamentarismo estava “necessitando do batismo do voto”, destacando “o que o Congresso fez, em circunstâncias dramáticas de crise e pressão (...) foi mais que emendar a Constituição. O Congresso substituiu um regime de governo por outro”, indicando ainda em seu texto que o povo deveria fazer a escolha pelo Plebiscito o mais rápido possível “porque a rigor vivem no País pedaços de duas ordens constitucionais: a parlamentarista do Ato Adicional e a presidencialista da Constituição de 1946” (UH, *PARLAMENTARISMO PRECISA DO BATISMO DO VOTO*, 08/03/1962, p. 4).

No dia 22, foi publicada uma entrevista com Leonel Brizola, cunhado de Jango e que estava em seus momentos finais como governador do Rio Grande do Sul, o qual ganhara destaque nacional, sobretudo, pela *Campanha da Legalidade* (Sento-Sé, 1999). Dono de uma oratória bastante intensa e direta, o político gaúcho não poupou críticas negativas ao Parlamentarismo e ao sistema político brasileiro como um todo, indicando que, no caso em específico da crise de agosto de 1961, os deputados e senadores “Investiram-se em tutores, a

ponto de afirmar que o Povo brasileiro, fonte que é de nossa própria soberania e de tódos os Podêres, não se achava capacitado nem sequer para opinar sôbre o que Suas Excelências decidiram fazer a altas horas da madrugada”, indicando que era urgente um Congresso popular, sem representantes de corporações financeiras, mas sim ligados a demandas populares e sociais, concluindo que “O que precisa nosso País para ser governável é de uma nova ordem jurídica que venha dar base legal às modificações estruturais internas que precisamos fazer e à política externa independente que lhes é inseparável” (UH, *BRIZOLA: “O DINHEIRO E A CORRUPÇÃO QUEREM APRISIONAR O POVO NAS ELEIÇÕES DE OUTUBRO”*, 22/03/1962, p. 4).

No pronunciamento em comemoração ao 01 de maio, Jango tocava no tema de uma nova possível Constituinte e na organização do sistema parlamentarista. A primeira edição do dia 02 do UH trouxe em sua capa uma foto do presidente discursando, tendo como manchete os seguintes dizeres: “Jango Convoca a Nação: - VAMOS VENCER NAS URNAS A BATALHA DAS REFORMAS!”, explorando seu discurso em Volta Redonda, local icônico por ser a cidade da primeira estatal criada por Getúlio Vargas, na década de 1930.

Referenciando o ex-presidente como seu mentor, Jango indicou que procurava “buscar na inspiração do seu gênio político fôrças que me permitam prosseguir na defesa intransigente dos interêsses do povo brasileiro”, abordando a necessidade (ainda que de maneira indireta) de um plebiscito para referenciar o Parlamentarismo, dizendo que “é chegado o momento de perguntar se o povo brasileiro, as classes médias e populares (...) estão também desfrutando da mesma tranqüilidade e segurança (...) Minha impressão sincera é a de que não”, finalizando que estava atado por conta das restrições constitucionais e institucionais, clamando que a população fosse consultada sobre essas possíveis mudanças para que ele pudesse ter instrumentos para levar em conta suas aspirações para “o verdadeiro interêsse nacional”:

Se o atual Congresso entender que não lhe é possível, na parte final de sua última sessão legislativa, realizar a reforma constitucional, que normalmente demanda o tempo de duas sessões, estará ao seu alcance um gesto de sabedoria política e de caráter eminentemente popular: tomar a iniciativa de outorgar aos mandatários que a Nação vai eleger a 7 de outubro podêres que lhes permitam promovê-la (...) Cabe à Nação ouvir os seus candidatos, verificar o que pensam do regime e da ordem social, a escolher os homens mais representativos de seus anseios e aspirações. Nessa escolha, os trabalhadores – sempre vanguardeiros das justas reivindicações da

nacionalidade – precisam ter papel preponderante, já que dêles, de sua unidade, de sua luta e de seu voto podem depender as tendências do futuro Congresso Nacional (UH, *JANGO: PODERES CONSTITUINTES AO NÓVO CONGRESSO*, 02/05/1962, p. 4).

Finalizando o discurso, Jango reafirmava sua intrínseca ligação com seu “padrinho” político: “quero reafirmar minha fidelidade aos princípios de justiça social defendidos por Getúlio Vargas”, emendando que “ninguém nos arrancará das mãos a bandeira que Getúlio Vargas nos entregou” (UH, *JANGO: PODERES CONSTITUINTES AO NÓVO CONGRESSO*, 02/05/1962, p. 4). Ao manter-se fiel aos princípios de Vargas e reafirmando os aspectos da cultura política trabalhista, Jango buscava uma legitimidade em suas bases de apoio para as mudanças constitucionais que ele aspirava, passando primeiramente pela revogação do Parlamentarismo.

Embora o UH não tenha tido textos específicos explicitando seu apoio aos aspectos elencados anteriormente, suas páginas deram amplo destaque para falas positivas sobre as mudanças constitucionais e, sobretudo, a realização do Plebiscito enfatizando os aspectos negativos do Parlamentarismo, tendo amplo destaque a declarações dadas por JK ao longo do ano. É importante frisar que o sistema parlamentarista era alvo de críticas também de grupos ligados à oposição, sendo que o sistema não vinha angariando simpatias nas outras culturas políticas, uma vez que nenhum desses grupos simpatizava com a restrição de poderes ao cargo da presidência da República, que existia até então no sistema presidencialista (Ferreira; Gomes, 2014).

Outro nome que aparecerá com mais intensidade nas páginas do UH a partir desse momento é o de San Tiago Dantas. Deputado federal licenciado pelo PTB/MG e Ministro das Relações Exteriores, era cogitado como o novo Premier após a saída de Tancredo Neves, que teria que se desincompatibilizar para poder concorrer ao próximo processo eleitoral. Dantas era um dos nomes de maior força ligados a João Goulart e, conseqüentemente, mais polêmico, sendo um ferrenho defensor da PEI. Em sua gestão o Brasil reatou reações formalmente com a URSS, aspecto que enfatizou ainda mais as contrariedades das culturas políticas opositoras ao seu nome (Manzur, 2014).

Participando de uma conferência na União Brasileira dos Escritores, Dantas indicou que a elite brasileira “está em grave decadência e não suficientemente apta para a solução dos nossos problemas”, criticando a oposição desse grupo à PEI. Quanto ao Parlamentarismo, afirmou que ainda era muito cedo para ter um parecer sobre o assunto,

embora lembrasse que “trata-se de solução ortopédica que impediu que a ordem constitucional e jurídica sofresse solução de continuidade” (UH, *SAN TIAGO: ELITES DIRIGENTES DO BRASIL EM GRAVE DECADÊNCIA*, 08/06/1962, p. 4).

Após a renúncia de Tancredo Neves, como se esperava, Jango indicou o nome do Premier para assumir o cargo. No entanto, pela intensa oposição que seu nome possuía no Congresso e em partes da elite brasileira, teve sua nomeação recusada pelos dois maiores partidos do Legislativo, o PSD e a UDN (Dutra, 2023). Uma das vozes que se ergueram de maneira mais veemente contra tal ponto, do UH, foi a de Adalgisa Nery, que afirmou que os 174 “ocultos” (que votaram contra a indicação) teriam se voltado não contra o ministro das Relações Exteriores, mas sim “contra qualquer plano que ouse apresentar as medidas libertárias exigidas pelo povo brasileiro” (UH, *SINAL ABERTO PARA OS “GORILAS”*, 03/07/1962, p. 5), indicando as possíveis ações dos *gorilas* (termo utilizado para referir-se aos militares e apoiadores de golpes de Estado nesse contexto) (Motta, 2007) que poderiam culminar com o fim da democracia no país:

Já dissemos (...) que não devemos esperar já, agora, nenhum saldo positivo para o Brasil. Estamos, ainda, fortemente dirigidos pelo imperialismo internacional, representado, maciçamente, pelos 174 nomes udenistas e pessedistas que repeliram uma política nova e limpa para o povo brasileiro. No ritmo em que vamos, breve haverá livre trânsito para os micos e gorilas, que tomarão conta do País, como reza a cartilha de Washington. Se o PTB quiser ser partido de massas não deve prestar nenhuma colaboração a reação. Isto se quiser ser o que deve ser. Entre o nôjo e a tristeza, cresce o silêncio trágico da Nação brasileira (UH, *SINAL ABERTO PARA OS “GORILAS”*, 03/07/1962, p. 5).

Cerca de uma semana depois, o UH como um todo voltou sua carga contra o posicionamento do Congresso, condenando o impasse criado por um novo nome. Como contraponto a San Tiago Dantas, PSD e UDN haviam indicado o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade; outro nome como forma de tentativa de consenso considerado foi o de Brochado da Rocha, mas nenhum dos nomes agregou a maioria dos legisladores (Fico, 2014). Na capa das edições do dia 09, a publicação chamou a atenção para o aumento do custo de vida no país, indicando que o presidente estaria “atado” por conta da crise política, destacando fala de Jango que “O Povo Não Tem Culpa da Crise Política”! (UH, 09/07/1962, p. 1), advinda de uma carta que o mandatário enviara ao presidente do Banco do Brasil, Nei Galvão, para liberar créditos da instituição para atenuar a falta de gêneros alimentícios nas principais cidades brasileiras (a íntegra da carta foi publicada na página 2). Ainda na capa, o

texto *O PAÍS NÃO PODE PERMANECER PARALISADO* teceu críticas bastante pesadas tanto à indefinição do Congresso quanto ao Parlamentarismo em si, indicando que tal situação “põe em evidência os absurdos e contradições do Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo”, uma vez que a crise estaria “permitindo que o prolongamento dos debates em torno da escolha do novo Conselho de Ministros atingisse o ponto de uma acefalia administrativa que praticamente paralisou a Nação” (UH, *O PAÍS NÃO PODE PERMANECER PARALISADO*, 09/07/1962, p. 1).

No dia seguinte, o nome de Brochado foi aprovado pelos congressistas, dando início ao segundo gabinete do período parlamentarista (Loureiro, 2017). No entanto, o UH continuou com suas páginas voltadas contra o sistema, trazendo por exemplo trechos de uma entrevista do deputado federal Bocayuva Cunha (PTB/RJ), um dos diretores do UH desde sua fundação, indicando que “alguns jornais, setores da igreja e das classes armadas (...) Diziam elas que o Presidente não se conformava com o regime atual”, complementando que “Jango não luta contra o parlamentarismo. Acredita, porém, que se o presidencialismo é melhor, este deve ser o regime que devemos adotar”, além de salientar que “O Presidente quer que o povo seja ouvido” (UH, *BOCAYUVA: “SAIREMOS DA CRISE PARA NÓVO REGIME PRESIDENCIALISTA!”*, 17/07/1962, p. 5).

No dia 07 de agosto, o ministro da Guerra, General Nelson de Melo, declarou que o sistema parlamentarista deveria ser votado pela população em conjunto com a escolha dos novos congressistas, uma vez que se isso não ocorresse “serviria para alimentar a crise se se constituísse novo Congresso na base de um sistema de governo de cuja adoção o povo não participou” (Jornal do Brasil, *Nelson de Melo pede plebiscito até às eleições*”, 07/08/1962, p. 1). Na capa da primeira edição do dia seguinte, UH deu intenso destaque a tal pronunciamento, indicando que os comandantes da Aeronáutica e da Marinha teriam concordado com a posição de Melo, aprofundando as reflexões no texto *A Palavra Está Com o Congresso*, que trazia uma foto (sorridente) do ministro da Guerra e intensificando a pressão contra os congressistas pela realização do Plebiscito:

Por que, pois, recusaria o Congresso, que pelo seus mais eminentes líderes já admitia ter sido a imposição do parlamentarismo uma transação destinada a salvar a legalidade, por que recusaria esse Congresso, já nos estertores de seus poderes legislativos, o pronunciamento democrático com que os três chefes militares apoiaram a solicitação feita pelo Conselho de Ministros, no sentido de que seja concedido ao povo o direito de confirmar ou desautorar um Ato Adicional tão flagrantemente ilegítimo pela forma com que foi

concebido e aprovado? (UH, *A Palavra Está Com o Congresso*, 08/08/1962, p. 1).

No final do mês, as declarações do marechal Henrique Lott convergiram com as de Nelson Melo e foram ainda mais intensas, apontando que o Parlamentarismo era ilegal, indicando que “O Ato Adicional, além de ser nulo (...) faz com que o parlamentarismo que aí está leve o País a uma tirania do Congresso” (UH, *Lott: “Parlamentarismo é Tirania do Congresso”*, 28/08/1962, p. 1). O militar era figura de grande destaque nas páginas do UH desde o chamado *Contra Golpe Preventivo* para permitir a posse de JK e Jango após a vitória nas eleições de 1955 (Fidelis, 2022). Na edição do dia seguinte as declarações de Lott ganharam grande espaço, lembrando que ele havia sido preso após a renúncia de Jânio por colocar-se contra o grupo que tentava impedir a posse de Jango (William, 2020), quando fez inúmeras declarações contra o Parlamentarismo e a favor da realização do Plebiscito em conjunto com a eleição indicando, entre outras coisas, o perigo da instituição de uma ditadura no Brasil, lembrando que “Todos os regimes de força nasceram do Parlamentarismo. Na Tcheco-Eslováquia, na Rússia, na Polônia, na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler, antes da ditadura foi adotado o parlamentarismo”, complementando que “Por que não querem o plebiscito? Por que serão repelidos pelo povo nas urnas?” além de que “o Parlamentarismo, pelos rumos que está tomando, acabará se transformando numa tirania do Congresso sobre os demais poderes e até o País”, finalizando que “Não desejo que o Brasil, onde todos vivem com liberdade plena, acabe tendo as Forças Armadas que intervir como sua tutora” (UH, *Marechal Lott: “Não Desejo Tutela Das Forças Armadas Sobre o País”*, 29/08/1962, p. 4).

Nessa mesma edição, o UH publicou o texto *EXÉRCITO E POVO FALAM A MESMA LÍNGUA*, utilizando essas duas últimas declarações para indicar, segundo o jornal, a questão óbvia, que seria a antecipação do Plebiscito para a data eleitoral: “O que tem ocorrido nos altos escalões militares, é apenas a verificação óbvia: o regime imposto à Nação (...) atenta contra o espírito e a letra da Constituição Federal e somente através de uma consulta plebiscitária (...) volta à normalidade política” (UH, *EXÉRCITO E POVO FALAM A MESMA LÍNGUA*, 29/08/1962, p. 3).

O tom do UH ficou ainda mais alto com a aproximação do pleito e as resistências encontradas no Congresso para a antecipação do Plebiscito, sobretudo pelas bancadas do PSD e UDN (Skidmore, 1976). Na capa da edição do dia 10 de setembro, dia em que seria

discutida a antecipação da consulta popular, a manchete *A Nação Não Deve Mais Ser Enganada: NÃO É O REGIME QUE ESTÁ EM JÔGO MAS O PRÓPRIO FUTURO DO BRASIL!* indicava a radicalização do discurso do jornal e a urgência em “salvar o regime” contra os “agitadores e gorilas”:

CHEGAMOS, enfim, à última etapa da mais prolongada, absurda e nefasta crise política e institucional de nossa História. Os dados estão jogados e ninguém, justificadamente, poderá manifestar surpresa diante dos acontecimentos que a partir de hoje deverão determinar o futuro do nosso sistema democrático (...) Cumpra o Congresso o seu compromisso e convoque o povo às urnas o mais depressa possível para decidir sobre a sorte do regime, e mais do que isso, para decidir sobre o próprio futuro do Brasil. Pois, na verdade, não é apenas o plebiscito que está em jogo, mas sim a restauração dos legítimos poderes democráticos de um governo e do próprio Congresso, pois só dentro dessa legitimidade é que se poderão realizar as grandes e urgentes reformas que o Brasil reclama. Teremos então o caminho aberto para as “soluções brasileiras, sem sectarismos de qualquer posição extremada” a que se referiu o Presidente da República no Dia da Pátria (UH, *Não é o Regime Que Está em Jôgo Mas o Próprio Futuro do Brasil*, 10/09/1962, p. 4).

A falta de acordo sobre a antecipação do Plebiscito fez com que, nas edições do dia seguinte, o UH mantivesse o tom bastante alto contra a oposição. Era debatida no Congresso uma emenda proposta pelo deputado Oliveira Brito (PSD/BA), ex-ministro da Educação do primeiro gabinete parlamentarista, que instituiria poderes constituintes ao novo Congresso eleito, não fixando uma data para o plebiscito em si (Abranches, 2018). No entanto, tal emenda não conseguiu ter maioria, sendo substituída por uma outra, proposta pelo senador Benedito Valadares (PSD/MG) e pelo deputado Gustavo Capanema (PSD/MG), que propunham manter o processo eleitoral sem efeitos de Constituinte, fixando a antecipação do Plebiscito para o dia 06 de janeiro de 1963 (Brasil, 1962a), ficando conhecida como “Emenda Capanema”.

Na capa da primeira edição do dia 12, no texto “*EMENDA CAPANEMA*”: *GOLPE CONTRA O PLEBISCITO E AS REFORMAS*, o UH demonstrou toda sua contrariedade, indicando que “pode-se afirmar que se trata de grosseiras rasteiras nas esperanças da Nação, de uma manobra até mesmo amoral (...) nada mais representa do que uma “habilidade” de leguleios para escamotear ao povo o mais democrático de seus direitos”, que seria “definir em “referendum” nas urnas o regime de sua preferência” (UH, “*EMENDA CAPANEMA*”: *GOLPE CONTRA O PLEBISCITO E AS REFORMAS*, 12/09/1962, p. 1).

Nesse contexto de indefinições e instabilidade política, o gabinete Brochado da Rocha renunciou em 18 de setembro, assumindo o poder um novo grupo liderado por Hermes Lima, tendo em vista a promulgação da Emenda Capanema. Embora o UH visse com bons olhos a ascensão de Lima ao poder, discordou da saída de Brochado, indicando que ele teria sido uma vítima da conjuntura política nacional (UH, *JANGO QUER EM OUTUBRO GABINETE QUE SEJA ESTÁVEL E PROGRESSISTA*, 20/09/1962, p. 4). Tal princípio ficou ainda mais intenso nas páginas da publicação a partir do dia 26, quando o ex-premiê faleceu vítima de um derrame cerebral, sendo que enquanto primeiro ministro tinha sido alvo da oposição feroz de Carlos Lacerda, que era chamado pejorativamente pelo UH de *Corvo* (Fidelis, 2022) e, por conta disso, a publicação carioca fez uma associação direta, ligando a morte de Brochado ao desgosto pelos insultos sofridos pela oposição, em especial pelo governador da Guanabara: “À frente dessa legião da torpeza encontrava-se, como de costume, grasnando infâmias, crocitando ignomínias – o Corvo”, indicando que “O Corvo conseguiu, depois do de Getúlio Vargas, mais um cadáver” (UH, *O Corvo Conseguiu Mais um Cadáver!*, 27/09/1962, p. 3).

Embora a Emenda Capanema tivesse sido aprovada e a movimentação pelo Plebiscito começaria a ser estruturada, uma nova perspectiva foi apresentada e que poderia trazer um novo rumo para a política institucional. O atual ministro da Justiça, João Mangabeira, propôs a anulação do Ato Adicional, o que evitaria a realização da consulta popular e restabeleceria o Presidencialismo como forma de governo. Tal aspecto teria tido o aval das lideranças das bancadas do PSD e da UDN, embora não tenha tido apoio do PTB e em especial de Jango, uma vez que uma propaganda bastante intensa vinha sendo preparada pelo Executivo para o Plebiscito e, com o amplo resultado favorável ao retorno do Presidencialismo (que era esperado), tal legitimação seria utilizada não somente para isso, mas sim para demonstrar o apelo que o presidente teria perante a população, aumentando seu raio de ação para a implementação das *Reformas de Base* (Melo, 2009).

Dentro dessa perspectiva, o UH colocou-se terminantemente contrária ao arranjo estruturado por Mangabeira, dedicando as capas das edições dos dias 12 e 13 de novembro para demonstrar sua postura contrária a tal ponto e favorável à realização do Plebiscito. Em um texto publicado na capa da segunda edição do dia 13, acompanhando a manchete que trazia o título “*POVO QUER VOLTA JÁ DO PRESIDENCIALISMO, MAS REPELE*

CAMBALACHOS!”, o jornal explicitava a situação política no contexto e sua visão, que coadunava com os sujeitos da cultura política trabalhista do período:

a campanha do plebiscito seria um excelente campo de testes para os objetivos políticos de autênticos líderes como Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, Leonel Brizola e Miguel Arraes (...) Para o Sr. Goulart, pessoalmente, para citar apenas um exemplo, o plebiscito equivaleria a uma reeleição maciça já pronunciada no pleito de 7 de outubro, quando os eleitores optaram claramente pelos candidatos ligados ao presidencialismo (...) O povo quer a volta, já, do presidencialismo, mas não aceita cambalachos sem conteúdo, como reagirá com todas as suas fôrças se ficar constatado que a solução em debate no Congresso nada mais era que uma chicana para esvaziar o plebiscito e quebrar o ímpeto das reformas que o mesmo traria em seu bôjo (...) (UH, *POVO QUER VOLTA JÁ DO PRESIDENCIALISMO, MAS REPELE CAMBALACHOS!*, 13/11/1962, p. 13).

A questão da realização do Plebiscito ganhava contorno bastante impreciso, uma vez que havia ainda movimentações contrárias à sua realização, principalmente pelos grupos que se posicionavam como oposição (declarada ou não) a Jango, exatamente por entender que essa votação deveria ser utilizada como uma demonstração de força por parte do presidente (Melo, 2009). No entanto, o texto da Emenda Capanema continuou consolidado e a consulta popular foi mantida, com o UH adentrando intensamente na propaganda contra o Parlamentarismo, sendo que em fins de novembro e durante todo o mês de dezembro, em praticamente todas as suas edições, havia pelo menos uma charge estimulando seus leitores a votarem contra o atual sistema político vigente:



Imagem 05 – Propagandas veiculadas no UH contra o Parlamentarismo. Publicadas nas edições de 10/12/1962 e 04/01/1963, respectivamente.

Entre os meses de dezembro de 1962 e janeiro de 1963 (início) as páginas do UH foram tomadas pela propaganda contra o Parlamentarismo e de declarações inflamadas dos grupos abordados pela publicação dentro da cultura política trabalhista como, por exemplo, um discurso de Bocayuva Cunha em um sindicato no Rio de Janeiro, indicando que era importante votar contra o sistema vigente mas que a luta era muito maior, dizendo que “temos no Brasil tôdas as condições para fazermos a grande revolução brasileira”, mas refletindo que “não há desenvolvimento, não há melhoria das condições de vida do povo sem que se tire dos grupos e classes dominantes os privilégios que a custa do povo lhe são propiciados” (UH, *BOCAYUVA CUNHA AOS TRABALHADORES: “NÃO UNÂNIME AO PARLAMENTARISMO!”*, 21/12/1962, p. 3).

Na *Coluna do Trabalhador*, o jornalista Jairo Mendes trazia demandas e aspectos dos principais sindicatos da cidade, indicando nesse espaço a maciça campanha de propaganda feita pelas suas lideranças, ligadas ao governo federal:

Reforçando a campanha de esclarecimento popular para derrotar os aproveitadores e inimigos da Nação em 6 de janeiro, com o povo em massa votando NÃO ao parlamentarismo, líderes das mais atuantes organizações sindicais vêm percorrendo o interior do Estado e, nas portas das fábricas, conclamando a massa operária a repelir as manobras antinacionais dos grupos econômicos estrangeiros e seus agentes, a votar contra o Ato Adicional número quatro, fabricado para roubar as condições do Presidente João Goulart de impulsionar o País, permitindo a consumação da vontade soberana da maioria esmagadora dos brasileiros de conseguir as sentidas reformas de base (UH, *DERROTAR OS TRUSTES, VOTANDO “NÃO” EM 6 DE JANEIRO É PALAVRA DE ORDEM DE LÍDERES SINDICAIS*, 29/12/1962, p. 2).

Ainda referente a esse texto, o colunista trazia a declaração de José Gonçalves Filho, presidente do Sindicato dos Vidreiros de Niterói e São Gonçalo, de que “Venceremos uma etapa contra os trustes, derrotando o parlamentarismo em 6 de janeiro”, complementando que “Após essa vitória certa, partiremos para a mais importante, que é a de exigir melhorias para o sofrido povo brasileiro, com a aprovação dos projetos que se encontram engavetados no Congresso” (UH, *DERROTAR OS TRUSTES, VOTANDO “NÃO” EM 6 DE JANEIRO É PALAVRA DE ORDEM DE LÍDERES SINDICAIS*, 29/12/1962, p. 2).

Nos primeiros dias de janeiro de 1963, que foram os últimos dias de campanha, os esforços do UH continuaram concentrados na escolha do NÃO na cédula. Na coluna *PAULO FRANCIS Informa e Comenta*, o jornalista indicava em seu texto que “DOMINGO, votarei “não”. O “sim” é improvável. A abstenção em massa alicerçará o golpe político e jurídico que se trama contra o Govêrno, envolvendo o Plano Trienal” (UH, *O VOTO É NÃO*, 04/01/1963, p. 3). Uma das principais preocupações expostas por Jango em seus discursos era a abstenção, uma vez que era importante para o governo, além da vitória do presidencialismo, uma ampla participação popular para tornar o resultado mais legítimo por conta da adesão. Trechos de seu último discurso publicado pelo UH indicavam, entre outros termos, que com o plebiscito “o povo escolherá o sistema de Govêrno que sustente sua liberdade de opinar”, não se pronunciando em relação à qual escolha o povo deveria ser feito na cédula (embora era bastante óbvia a sua perspectiva).

Na última edição antes da eleição (já que o jornal publicava aos domingos), a manchete *Amanhã é Dia do NÃO!* conclamava os (e)leitores da publicação a votarem no

NÃO pela concordância com o Ato Adicional, complementando com o texto *PELO PLEBISCITO, A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL*, publicado na primeira capa, na qual a publicação carioca exortava ao voto e insistia, mais uma vez, no sentido mais amplo que o plebiscito possuía do que uma “simples” escolha de sistema político institucional:

O povo brasileiro tem um encontro marcado com o seu próprio destino. Amanhã, dia do Plebiscito, o dever patriótico deve ser a inspiração única de cada eleitor, de cada cidadão – unidos todos, de norte a sul do País, não para o simples ato de depositar um voto na urna, mas, sobretudo, para o exercício do direito da soberania, do qual é o povo o detentor exclusivo e absoluto. E é o mesmo dever patriótico, que paira acima de injunções políticas ou implicações partidárias, dever que elimina ou põe à margem as divergências de ordem pessoal e faz adormecer os interesses menores – é o dever patriótico que aconselha o povo a dizer NÃO a este falso regime parlamentarista que se impôs ao Brasil, na crista de um golpe e à revelia da vontade popular (...) Vamos, pois, às urnas. Serena e decididamente. Para dizer NÃO ao golpe. NÃO à irresponsabilidade. NÃO à deterioração do princípio da autoridade. NÃO à aventura, à insensatez e ao oportunismo. NÃO ao lacerdismo sequioso de empolgar o poder para sufocar os direitos do povo. NÃO aos especuladores que enriquecem às custas da miséria alheia. NÃO aos inimigos do Brasil (UH, *PELO PLEBISCITO, A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL*, 05/01/1963, p. 1).

Por fim, o resultado do plebiscito confirmou os dois aspectos mais esperados tanto por Jango quanto pelo UH: a opção pelo NÃO com ampla margem de diferença e o comparecimento mediano dos eleitores pelo Brasil. Com quase 77% de votos contra a manutenção do Ato Adicional e com presença de cerca de 66% dos eleitores. Regionalmente, os estados do Norte e Nordeste tiveram a maior adesão contra o Parlamentarismo, enquanto os menores índices (embora ainda sendo maioria pela revogação sistema vigente) foram na região Sul do país⁴.

Logo após a votação, o UH regozijou-se do resultado e comprou uma nova briga, dessa vez pela data a qual seria restabelecida o sistema presidencialista. Nas edições de segunda-feira já havia vários textos remetentes à expectativa do início da apuração, sendo que no dia seguinte os primeiros dados já demonstravam a vantagem do NÃO. Na capa da primeira edição da terça-feira, dia 08, acompanhando a foto de um Jango sorridente vinha a manchete *O POVO DISSE “SIM” A JANGO*, indicando em um texto complementar que “É,

⁴Os dados do resultado final do Plebiscito estão disponíveis online em https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963/@@download/file/planilha-referendo.pdf. Acesso em 06. Janeiro. 2024.

dêsse modo, restaurado, pela soberania popular, o poder legítimo, ao mesmo tempo em que é sepultado nas urnas livres e democráticas o finado Ato Adicional” (UH, - *ATO ADICIONAL É MORTO: POVO DIZ “SIM” A JANGO*, 08/01/1963, p. 2).

Destacando a opinião positiva de vários políticos sobre o assunto (em especial JK, que disse que com o plebiscito: “POVO FÊZ REPARAÇÃO HISTÓRICA À JANGO”, em edição do dia 09 de janeiro), o grande embate que apareceria agora era quando o parlamentarismo cairia, tendo em vista que, embora a apuração dos votos ainda não havia acabado, a vitória do NÃO era iminente. Embora nas discussões durante o ano de 1962 os pareceres jurídicos indicavam que o prazo para a revogação do sistema seria feito em até 90 dias após o resultado do plebiscito (caso essa opção fosse escolhida), o governo movimentou-se para o presidencialismo retornar já de imediato (Ferreira, 2011), tese a qual o UH passou a militar em suas páginas.

A resistência à revogação imediata do Ato Adicional após a publicação do resultado vinha novamente da Câmara, sobretudo das lideranças do PSD e UDN, que tensionavam em cumprir o prazo de até 90 dias previsto na emenda (Brasil, 1962a). Em um texto de grande destaque, *JANGO RESISTE ÀS PRESSÕES PARTIDÁRIAS*, na edição de 17 de janeiro, o UH trouxe vários pareceres de juristas e notícias de movimentações políticas em Brasília, pedindo para que Jango não cedesse “a essas injunções que visam, em última análise a, restringindo-lhe os poderes, cerceando-lhe a ação, perturbando a concretização de seu plano de governo e (...) embair a Nação” (p. 4). Ainda nessa mesma data Adalgisa Nery citava nominalmente os presidentes dos partidos que estariam travando tal movimentação, Ernani do Amaral Peixoto e Herbert Levy, indicando que “Nada mais dramático para o detentor de privilégios do que sentir a modificação do tempo confrontando-os com a realidade”, concluindo que “São políticos tipo R. H. negativo. Não fazem boa combinação com o sangue do Brasil” (UH, *A INCAPACIDADE DOS MEDALHÕES*, 17/01/1963, p. 4).

Nesse mesmo dia, o Senado aprovou a anulação do Ato Adicional assim que proclamado o resultado do plebiscito. Nas edições do dia seguinte, o UH voltou toda sua carga para a Câmara, em especial para os deputados que publicamente reagiam a tal ponto, utilizando novamente, por várias vezes, o termo “gorila” para referir-se a essas lideranças, indicando que “estão entendidas no sentido de impedir que o Congresso cumpra a sua tarefa, curvando-se aos imperativos populares expressos no resultado do referendo” (UH, *REAÇÃO DO CONGRESSO CONTRA OS “GORILAS”*, 18/01/1963, p. 4).

Nesse ínterim, a publicação já discutia possíveis nomes para o novo ministério do próximo governo presidencialista de Jango (todos os nomes levantados, de fato, seriam efetivados como ministros: Almino Afonso na pasta do Trabalho, San Tiago Dantas na Fazenda – embora, no jornal, fosse colocado no cargo de Relações Exteriores – manutenção de Hélio de Almeida na Viação e Eliezer Batista em Minas e Energia, além de dois nomes que não tinham as funções ainda apuradas pela publicação, embora confirmados: Antônio Balbino, que assumiria a Indústria e Comércio e o atual premiê, Hermes Lima, que seria empossado em Relações Exteriores, além de José Ermírio de Moraes, que havia sido “descartado” pela publicação mas que assumiria a Agricultura) e pressionava a Câmara em suas páginas, com o texto *Agora é a Vez da Câmara*, em que indicava que “O Plebiscito de 6 de janeiro tem um sentido de revolução. Revolução pacífica, tranqüila – revolução pelo voto”, complementando que “As dilações que ora se estudam com a finalidade de frustrar ou retardar a decisão popular não podem encontrar eco no Congresso”, finalizando que era o momento da Câmara “inclusive para redimir-se do êrro de agosto de 1961, proceder a uma autocrítica imediata” (UH, *Agora é a Vez da Câmara*, 17/01/1963, p. 4).

Após várias idas e vindas e intensas negociações, em sessão do dia 22 de janeiro a Câmara aprovou a revogação do Ato Adicional. Na discussão sobre o assunto, não houve oposição pública ao encerramento do sistema parlamentarista, sendo o tom na Câmara bem captado pela fala do deputado Aurélio Vianna (*Partido Socialista Brasileiro (PSB)/AL*), ao declarar o voto como liderança de seu partido:

Senhor Presidente, estamos diante de um cadáver sem defensores nem carpideiras. Ninguém chora o defunto, nem parlamentaristas tradicionais, nem aquêles fortuitos que surgiram na crista de acontecimentos que poderiam ter culminado numa luta de conseqüências imprevisíveis em nosso País (...) Como os jornalistas vêem, e a parcela do povo que assiste a esta melancólica reunião, a êste velório, não há entusiasmo. Há desinterêsse completo pela matéria (...) Agora só nos compete enterrar o defunto. O cadáver está putrefato, precisa ser levado à tumba já e já, para vermos mesmo se, no novo sistema – novo velho – haverá alguma coisa que venha abalar a nação no sentido de que ela avance cada vez mais e ordenadamente para o cumprimento do seu destino e para alcançar seus objetivos (Brasil, 1963a, p. 165-166).

Nas edições do dia seguinte, o UH deu amplo destaque, indicando como manchete: “CÂMARA SEPULTOU O “ATO”. Acabou o Parlamentarismo: NÔVO GOVÊRNO JÁ FORMADO”, com vários textos e notícias sobre a votação na Câmara e a revogação, em

definitivo, do Ato Adicional. Por fim, as capas das edições do dia 24 de janeiro, com o governo presidencialista já instituído, trazia como manchete *INSTALADA A 6ª REPÚBLICA*, acompanhada do texto *O POVO COM JG*, que sintetizava a linha mantida pela publicação e sintetizava sua visão sobre o assunto:

O CONGRESSO NACIONAL, reunido ontem, proclamou, em obediência a esmagadora manifestação da vontade popular no plebiscito de 6 de janeiro, a volta ao regime presidencial (...) É motivo de orgulho para o povo brasileiro o fato de que a longa crise resultante da renúncia de Jânio Quadros e da instauração do parlamentarismo, em 1961, tenha sido superada pacificamente, e que o próprio Congresso haja sabido retificar um erro suscetível de acarretar dramáticas consequências. Sabe o Presidente João Goulart que pode contar, nesta nova fase da vida nacional, com o apoio do povo brasileiro, através de todas as suas classes. E nós, que desde o primeiro instante, na batalha pela legalidade, estivemos ao lado do Presidente legítimo, agora juntamos aos de todo o povo os nossos votos fervorosos de êxito na sua missão histórica (UH, *O POVO COM JG*, 24/01/1963, p. 1).

3.3 Plano Trienal e Reformas de Base

Desde o processo eleitoral de 1960, a Economia estava no centro dos debates por conta da alta da inflação e do início (ainda que lento) da instabilidade econômica do país, advinda dos gastos e transações da política econômica do governo de JK, sendo que um dos principais atrativos da campanha de Jânio Quadros tinha sido exatamente seu planejamento que reestruturara o estado de São Paulo, fazendo com que o secretário da Fazenda, Carvalho Pinto, fosse lançado como seu sucessor (mesmo nunca tendo concorrido a nenhum cargo anteriormente) e eleito (Chaia, 1992), sendo que esse viria a ser ministro da Fazenda de João Goulart em fins de 1963.

Tanto nos meses de governo de Jânio quanto no primeiro ano do mandato de Jango, os índices econômicos eram bastante preocupantes. No ano de 1962, a política cambial enfrentara vários problemas para a manutenção dos preços e das variações a nível internacional, fazendo com que o déficit em conta corrente aumentasse em mais de 70% em relação a 1961; ainda nessa perspectiva comparativa de dados, o crescimento do PIB diminuía de 8,6 para 6,6%; a produção industrial também teve um aumento menor, de 10,6 para 8,1% e, por fim, a inflação continuava aumentando, indo de 34,7 para 50,1% (Mesquita, 2014).

Do ponto de vista político, a argumentação central da equipe de João Goulart era a falta de possibilidade de uma atuação mais efetiva por conta do Parlamentarismo. Sendo

assim, no crepúsculo desse sistema político, foi anunciado o Plano Trienal, publicado em dezembro de 1962 e que abrangeria os três anos seguintes do mandato, trazendo oito objetivos básicos, tendo entre outros aspectos, em seus tópicos, o aumento do PIB, o controle inflacionário e dos gastos públicos, incitarem o desenvolvimento tecnológico e melhorar a distribuição de renda, sendo que as ações do governo seriam orientadas, segundo o documento, por dois objetivos:

- a) assegurar que se realize o montante de investimentos requeridos para que seja alcançada a taxa de crescimento prevista, e
- b) orientar esses investimentos para que a estrutura da produção se ajuste, com mínimo desperdício de recursos, à evolução da demanda e, em particular, às necessidades de substituição de importações determinadas pelas limitações da capacidade para importar (Brasil, 1962b, p. 8).

Em relação à execução do projeto, o documento indicava que ele seria possível se existisse “estreita unidade de direção das autoridades fiscais e monetárias, bem como orientação e controle dos investimentos, particularmente no setor público” (Brasil, 1962b, p. 11). Ao longo de suas mais de 200 páginas, a publicação dividia o foco de planejamento e investimentos em três grandes áreas: Recursos Naturais, Agrícola e Industrial, sendo o segundo com maior destaque nos pontos elencados. Além disso, os primeiros tópicos traziam justificativas para a planificação da economia, fazendo análises de conjuntura (interna e externa) e indicações de possíveis soluções a serem adotadas e aplicadas para que os principais problemas do país fossem sanados, além de incluir a necessidade de investimentos na formação educacional e na mão-de-obra qualificada, em especial nas áreas de Educação e Saúde (Brasil, 1962b).

Ainda na justificativa da implantação dessa perspectiva, o documento indicava que tal planejamento seria colocado em prática gradativamente, uma vez que ele dependia de vários outros fatores e aspectos:

A planificação econômica não é objetivo que possa ser alcançado de uma vez. Constitui, em última instância, uma técnica de governar e administrar, e como tal deve ser introduzida progressivamente, à medida que o quadro político, institucional e administrativo o comportem. Não poderá haver planejamento, por exemplo, se os poderes Legislativo e Executivo não trabalharem com certa harmonia de vistas, se dentro do Poder Executivo os dirigentes máximos não tomarem decisões coordenadamente, se as autoridades monetárias não obedecerem a um comando único e se esse comando não estiver sintonizado com as autoridades fiscais (...) Mas, exatamente porque o planejamento é um processo contínuo, que se introduz

por etapas e se aperfeiçoa na medida em que é implantado, o mais importante é inicia-lo (...) (Brasil, 1962b, p. 16).

A questão da relação com o Poder Legislativo era um dos aspectos que mais preocupavam Jango, embora o resultado eleitoral de 1962 mostrara um fortalecimento do PTB, demarcando sua alta que já vinha latente desde a década de 1940. Apenas a título de comparação, levando em conta a Câmara dos Deputados, na eleição anterior o PSD conquistara 35% das cadeiras, contra 21% da UDN e 20% do PTB; já no pleito mais recente, o PSD mantivera a maioria, mas caíra para 29%, sendo que o PTB chegara a 28% (tendo apenas dois representantes a menos) e a UDN mantendo estabilidade, com 22% (Hippolito, 1985).

Já no Senado, na renovação de um terço em 1958, a UDN fora majoritária, com 38% contra 28% de PSD e PTB, que elegeram o mesmo número de representantes. Já em 1962, com a renovação de dois terços, o PSD conseguira a maioria, com 35% das cadeiras contra 26% do PTB e cerca de 18% da UDN. No total, o PSD tinha a maioria com 33%, seguido do PTB com 27% e 24% da UDN (Hippolito, 1985). Tais dados demonstravam que, embora o PTB caminhava para consolidar-se como o principal partido do país em um futuro próximo, ainda dependeria do PSD para colocar em prática seus princípios, fora as divergências interpartidárias que intensificavam-se nesses anos, o que influenciaria na própria relação com os pessedistas (D'Araújo, 1991).

Ainda em relação ao documento do Plano Trienal, ele fora elaborado por uma equipe liderada pelo economista Celso Furtado, que ocupava o Ministério do Planejamento, pasta criada por Jango em 1962. Nome já consolidado na área acadêmica, foi o principal articulador da criação da *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE), autarquia dedicada para fomentar maior desenvolvimento dessa região brasileira, durante o governo de JK. Como o próprio Furtado indicou:

Tratava-se de demonstrar, contra a ortodoxia dos monetaristas esposada e imposta pelo FMI, que era possível conduzir a economia a relativa estabilidade sem impor-lhe a purga recessiva. Com efeito, o Plano Trienal foi o primeiro exercício do que posteriormente se chamaria terapêutica gradualista de tratamento da inflação (Furtado, 1989, p. 158).

Ainda no documento de apresentação do Plano Trienal, na parte final há alguns apontamentos referentes às reformas que seriam buscadas pelo governo, que já eram conhecidas como Reformas de Base. Tais pontos, elencados e discutidos por Jango e grupos

aliados desde quando ele era vice-presidente na gestão de JK, seriam as protagonistas de sua gestão. Tais aspectos, já defendidos em inúmeras outras ocasiões e pautadas em várias situações (como as tratativas para a formação da chapa entre Lott e o próprio Jango em 1960, por exemplo), apareciam como uma espécie de roteiro para as ações de grupos ligados ao PTB (D'Araújo, 1991).

Em discurso na inauguração da Eletrobrás, por exemplo, Jango aprofundou um debate pelo qual passara na mensagem presidencial enviada ao Congresso no início de 1962, que fora a necessidade da consolidação dessas reformas, ao indicar que:

O esforço político das camadas dirigentes precisa inspirar confiança ao povo, confiança nos governantes, confiança nas instituições, mesmo porque este ambiente é indispensável à execução das reformas de base — agrária, administrativa, eleitoral, partidária, bancária e tributária — e à solução de problemas legais importantes, como a remessa de lucros para o exterior. Tais reformas, todos sabem e todos sentem, não mais podem tardar. E claro que, diante deste temário de assuntos complexos, não podemos deixar de ter motivos para preocupações. Nunca, porém, motivos para desesperança e, principalmente, para imaginar que seja preciso sair dos quadros da legalidade democrática para resolvermos ou enfrentarmos esses graves problemas que preocupam o País e que afligem o povo brasileiro. Acentuo mesmo que, menos do que uma advertência, minhas palavras devem ser entendidas como um sincero e confiante apelo (Goulart, 2009, p. 40).

Retornando ao documento de apresentação do Plano Trienal, na parte final foram destacadas quatro delas: Administrativa, Bancária, Fiscal e Agrária. Segundo a apresentação dos tópicos, grande parte do descalabro econômico e dos problemas mais pontuais “decorrem de tensões estruturais que poderiam ser evitadas, em grande parte, mediante um adequado planejamento” (Brasil, 1962b, p. 189). Os quatro pontos da reforma seriam divididos em dois tipos:

- i) racionalização da ação do govêrno, em cujo campo, no Brasil, destacam-se as reformas administrativas e bancárias;
- ii) eliminação de entraves institucionais à utilização ótima dos fatores de produção, destacando-se as reformas fiscal e agrárias (Brasil, 1962b, p. 189).

Cada um dos tópicos no documento aparece de maneira breve, trazendo mais indicações do que ações propriamente ditas. Uma das principais pautas das reformas, que era a Educação, não aparece nesse documento, mas era apontada como um dos elementos centrais de mudanças a serem buscados pelo governo. Como exemplo, a fundação da *Universidade de Brasília* (UnB), em 1962, bem como a instituição do *Plano Nacional de Alfabetização* (PNA), visando à alfabetização em larga escala de pessoas fora da idade

escolar padrão, levando em conta o método desenvolvido pelo educador pernambucano Paulo Freire (o PNA não chegou a ser implantado, de fato, por conta do Golpe de 1964). Essas foram duas das medidas instituídas por Jango nesse contexto, dentro da lógica das Reformas de Base (Fidelis, 2023).

Na mensagem enviada ao Congresso Nacional, no início de março de 1963, já sob o regime presidencialista, Jango enfatizou a importância da implantação das mudanças, seja pelo Plano Trienal ou pelas Reformas de Base, evocando Getúlio Vargas para legitimar tal aspecto:

Estamos no limiar de nova e decisiva fase de nossa história política (...) O povo brasileiro chegou ao centro da cena política e impõe a sua vontade. Esta é uma vontade para reformas. Esta é uma vontade para o progresso (...) Fiel aos ideais da emancipação econômica e justiça sociais legados por Getúlio Vargas e expressos em sua carta-testamento, não faltarei aos meus compromissos com o povo que, renovando e legitimando, de forma tão significativa, o mandato que anteriormente me conferiu, manifestou também a sua solidariedade pela realização de reformas de estrutura, que sempre defendi como indispensáveis à estabilidade social e ao progresso do País (Brasil, 1963b, p. 15).

Ambas as movimentações despertaram críticas bastante densas ao Jango. Ainda em 1962, mesmo antes do lançamento “oficial” do Plano Trienal, várias objeções surgiram em relação às propostas da equipe de Celso Furtado. Em sua coluna, Paulo Francis ironizou os “antinacionais” que não gostaram do movimento, indicando que “A palavra “plano” provoca nessa gente o mesmo susto que “polícia” num covil de ladrões. Daí caem na histeria”, concluindo seu texto *PLANO TRIENAL ASSUSTA ANTINACIONAIS* de maneira mais formal, indicando que “O Governo João Goulart, entretanto, em pondo em ação, ou tentando pôr realmente em ação o Plano Trienal, estará cumprindo a sua função em promovendo o desenvolvimento econômico do País e (...) à erradicação da miséria”, ainda insistindo que o povo deveria se manter em alerta contra “querem manter o Brasil atrelado ao subdesenvolvimento, do qual extraem seus privilégios e suas receitas”, finalizando que “o Plano Trienal é um passo decisivo para a emancipação econômica do País” (UH, *PLANO TRIENAL ASSUSTA ANTINACIONAIS*, 29/12/1962, p. 2).

Em grande parte, o UH posicionou-se favoravelmente ao Plano Trienal, dando grande destaque para as falas de Jango e de Celso Furtado sobre o assunto. Mesmo antes de o Plebiscito ocorrer, diante da iminente vitória do *Não* ao Parlamentarismo, vários tópicos ligados a essas ações já eram divulgados e comentados, inclusive pelos próprios membros do

governo. Como exemplo, a capa da primeira edição do dia 03 de janeiro trazia como destaque trechos de uma entrevista do economista a uma emissora de TV, trazendo como manchete: “- PLANEJAMENTO, O ÚNICO REMÉDIO CONTRA A INFLAÇÃO E DESEMPRÊGO!”, com inúmeras declarações importantes em um texto dentro da edição, sobretudo em relação à inflação:

“Seria explodir o País deter a inflação somente com o instrumento monetário. Trata-se de uma forma primária e rudimentar de combater a inflação, essa a de estancar o desenvolvimento. Atrás da súbita paralisação da inflação viria o desemprego. A restrição ao crédito criaria ao mesmo tempo graves problemas sociais. Por isso nosso Plano se inclina pela eliminação progressiva da inflação. Como? Planejando rigorosamente os gastos do governo e estimulando através do sistema do crédito, as atividades do setor privado que mais interessam ao povo brasileiro (...) “O fundamental não é que o governo detenha a inflação, mas que ele chegue a esse objetivo através o planejamento de seus gastos” (UH, *CELSO: PARALISAR A ECONOMIA É FAZER EXPLODIR O BRASIL*, 03/01/1963, p. 4).

Além disso, o UH passou a destacar várias opiniões positivas sobre o Plano Trienal, tendo como destaques JK, Carvalho Pinto e Roberto Campos, entre outros. Na coluna *Na Hora H*, na edição do dia 05 de janeiro, o colunista José Mauro pontuou que os “homens que se colocarem contra o Plano Celso Furtado (...) deverão merecer o desprezo do povo brasileiro”, uma vez que esse, “mais do que nunca esperançoso de que eos (sic) três ano (sic) do governo que restam ao líder das massas trabalhistas representem uma época de franco progresso para o Brasil” (UH, *Na Hora H*, 05/01/1963, p. 3). Na mesma edição, o texto de Mauritonio Meira na coluna *Brasília Informa* indicava que, sem a Reforma Administrativa (para diminuir a imensa burocracia que existia em volta do trabalho do presidente) o Plano Trienal não funcionaria, indicando que tal Reforma deveria ser executada já após o Plebiscito e antes da execução, de fato, das ideias de Furtado (UH, *Brasília Informa*, 05/01/1963, p. 4).

No entanto, também houve espaço na publicação para as críticas negativas ao Plano Trienal. Para além das colocações dos grupos de oposição (prontamente rebatidas pelo UH), algumas alas do PTB, sobretudo às que defendiam um ritmo mais acelerado nas mudanças no país, viram tais pontos elencados pelo projeto de Furtado como negativas, uma vez que ela faria, basicamente, o que os planejamentos mais conservadores, de outros governos, já

teriam feitos: cortes em gastos públicos, com baixo investimento em crescimento e congelamento de preços, onerando mais as pessoas com menor poder aquisitivo.

Como exemplo, a *Coluna Sindical*, texto alocado nas páginas finais do UH, trazia a informação de que a Comissão Executiva do *Comando Geral dos Trabalhadores* (CGT), em reunião com Jango, entregara uma cópia impressa do manifesto da entidade que demonstrava insatisfação tanto em relação ao novo ministério presidencialista como ao próprio Plano Trienal em si, indicando que formariam comissões de estudos e projetos para estruturar ideias para as Reformas de Base, levando a contribuição da classe trabalhadora para o governo (UH, *Coluna Sindical*, 05/02/1963, p. 10). Em outra coluna que aparecia esporadicamente na publicação, intitulada *Coluna do Trabalhador*, escrita por Jairo Mendes, jornalista e um dos principais nomes do sindicalismo no Rio de Janeiro, que também era responsável pela *Coluna Sindical* (Carvalho, 2019), os trabalhadores do Nordeste ligados à CGT demonstravam profunda insatisfação com o Plano Trienal, uma vez que os preços dos produtos vinham aumentando e, com as restrições impostas pelas propostas de Furtado, tais problemas não seriam resolvidos tão cedo em sua perspectiva (UH, *Coluna do Trabalhador*, 15/02/1963, p. 9).

Na política institucional, o nome contrário de maior destaque contra o Plano Trienal era Leonel Brizola. Recém-eleito deputado federal pela Guanabara, o ex-governador do Rio Grande do Sul declarava constantemente sua insatisfação com as perspectivas instituídas por Furtado, bem como o direcionamento instituído por Jango sobre o assunto. Em declarações para uma emissora de TV, Brizola indicou que o Plano Trienal “é um “slogan”, um plano tímido, que não corresponde às nossas necessidades”, criticando os cortes de gastos e o aumento dos preços, indicando que seus mentores defendem “em sacrifício de todos, mas o que se está vendo (...) é o sacrifício para o povo” (UH, BRIZOLA QUER “REAJUSTE NA ESPOLIAÇÃO”, 07/03/1963, p. 2).

Já no UH, a voz mais estridente de oposição ao Plano Trienal e à política econômica do governo foi João Pinheiro Neto. Advogado e jornalista, ocupara a pasta do Trabalho no segundo semestre de 1962 de Jango, deixando o UH a convite de Hermes Lima, de quem era amigo, para trabalhar junto ao governo federal. No entanto, a experiência teve fim após uma entrevista a uma emissora de TV em que ele acusou, nominalmente, o embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, o embaixador brasileiro nos EUA, Roberto

Campos e o diretor da SUMOC, Octávio Bulhões, de manterem o desenvolvimento do país subordinado aos interesses do FMI. Já havia se tornado pública a informação de o presidente iria enviar uma comissão, em 1963, para os EUA negociar novos empréstimos para investimentos no país. Sendo assim, contando também com grande pressão da CGT para o aumento em 100% do salário mínimo e outras melhorias para os trabalhadores (vindos de uma greve geral, tendo em vista também a antecipação do Plebiscito), o então ministro acabou sendo exonerado do cargo.

Assim que saiu do ministério, retornou ao UH e começou a publicar na coluna *Economia & Finanças*, tendo logo no início de 1963 um espaço próprio, intitulado *Coluna de João Pinheiro Neto*. E foi exatamente nesse espaço que o jornalista expôs, de maneira bastante direta e explícita, suas discordâncias com a política econômica do governo, sobretudo a do Plano Trienal. Na coluna (publicada em quase todos os dias da semana), o autor estruturou um tom bastante crítico e muitas vezes ácido, com afirmações e acusações bastante incisivas, tanto a Celso Furtado quanto a San Tiago Dantas.

Como exemplo dessa perspectiva, na coluna do dia 17 de janeiro o jornalista criticou o aumento do preço do combustível, que fora uma das medidas consideradas imprescindíveis por Furtado para o reequilíbrio orçamentário do país. Explicando no próprio texto que o governo mantivera o preço mais baixo do combustível, ao longo do ano de 1962, para subvencionar o preço do petróleo (embora tivesse aumentado taxas em outros produtos para fazer a compensação), Pinheiro Neto explicara que a suspensão de tal medida, que teria sido feita sem nenhum aviso prévio à população, levariam os “especuladores começam a agir. Já que o aumento será de 70% vamos aumentar tudo, também na mesma proporção (...) O reajustamento da mercadoria deve vir maciço e escorchante. Mãos à obra” (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 17/01/1963, p. 2).

Na coluna do dia seguinte, as críticas negativas foram aprofundadas. Embora Pinheiro Neto não discordasse do aumento em si, questionava incisivamente a forma como estava sendo feita, uma vez que, dentro da sua perspectiva, tal aspecto teria que ter demandado um diálogo prévio com a população. Além disso, defendia que tal perspectiva, da forma como fora feita, iria prejudicar apenas a população mais pobre, que pagaria sozinha pelo “equilíbrio das finanças”:

Planejamento implica visão conjunta dos problemas. Disciplina e método de ação. Universalidade. Unidade de comando. Bem coordenada e nitida ação administrativa (...) Será possível que vamos ficar apenas no capítulo dos aumentos em cima do pequeno? Contrariar o interesse dos poderosos é o primeiro sinal de desejo concreto de fazer algo em proveito de todos. Vamos consubstanciar, na prática, os ideais do Plano Trienal. Mas, todos eles, não somente os que machucam o consumidor, apavorado com a matemática sombria dos economistas cujos efeitos sentem na própria carne, e no permanente desequilíbrio das contas do armazém caseiro (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 18/01/1963, p. 2).

No entanto, em outras partes do jornal, incluindo manchetes e primeiras páginas, o UH continuou mantendo seu apoio ao Plano Trienal e ao governo Jango. Sendo assim, ao longo de várias edições é possível constatar um imenso contraste: não era incomum encontrar, em uma mesma edição, textos que faziam contrapontos às opiniões de João Pinheiro Neto, que se mantinham extremamente negativas em relação às políticas econômicas do governo nacional.

No mesmo dia em que o ex-ministro criticava intensivamente o Plano Trienal, a colunista Adalgisa Nery elogiou a ação que levou ao aumento da gasolina e colocou-o como necessário para diminuir a distorção dos preços que era bastante forte no país. No entanto, a autora também apontava para a falta de cuidado do governo em avisar antes e explicar o porquê dessa medida, já que a população merecia ter essa informação antes para não ter uma visão “errônea” sobre o assunto:

Concordamos com o aumento da gasolina que virá aliviar as torturas do Tesouro Nacional. Não concordamos com a falta de atenção do Governo baixando uma medida de tanta importância para o País sem dar ao povo suas razões e mostrar suas benéficas conseqüências. Afinal povo não é coisa irracional que não necessite de explicações atenciosas e estimulantes (...) Neste caso não apareceu na TV nenhum membro ou representante do Governo para prestar esclarecimentos e informar sobre os benefícios do aumento da gasolina. Em com isto o povo encontra-se em confusão e dúvidas quanto ao valor inegável do ato (UH, *RETRATO SEM RETOQUE*, 18/01/1963).

As críticas à esquerda também se avolumavam nas páginas do jornal. Na posse dos membros do Congresso eleitos no último pleito, fora anunciado a reorganização da *Frente Parlamentar Nacionalista* (FPN), que já era articulada desde fins da década de 1950 por parlamentares de vários grupos (sendo a maioria do PTB) que buscavam, entre outras coisas, “defesa da adoção de políticas públicas nacionalistas por parte do Governo Federal” (Delgado, 1994, p. 65). Sob a liderança de Sérgio Magalhães, um dos políticos que mais

tinham espaço dentro do UH (era ferrenho opositor de Carlos Lacerda, tendo sido derrotado por ele na eleição para o governo da Guanabara), a FPN defendia grande parte dos pontos defendidos pelo governo, incluindo as Reformas de Base (Delgado, 1994).

Em nota sobre as atividades daquele ano e divulgada pelo grupo (e presente nas páginas do UH), a FPN defendia mudanças no Congresso, como o fim da necessidade de dois terços de aprovação para as leis e a permissão de desapropriação de terras por parte do governo pagas por dívidas públicas, além de relações pacíficas com outros países (posturas aliadas aos princípios das Reformas e da PEI); no entanto, condenou uma lei recentemente aprovada nos EUA, a *Foreign Aind Act*, que estabelecia condições bastante rígidas para os países que recebessem apoio financeiro do país, sendo que na nota da FPN tal princípio soava como “uma intromissão intolerável nos negócios de nossa economia interna, com evidente restrição ao exercício de nossa soberania” (UH, *Congresso se Instala Sob Signo da Luta Pelas Reformas*, 04/02/1963, p. 4). Tal fala soava como um recado bastante direto para o governo, com a viagem já agendada de San Tiago Dantas aos EUA.

Nessa mesma edição, na coluna de Paulo Francis, o jornalista condenava a dupla oposição sofrida pelo Plano Trienal, indicando que, embora muita gente diga que “o Plano é bom porque recusado pela esquerda e direita oficiais”, contra-argumentava que tal aspecto devia “ser humor, se bem que conheço muita gente farta dessas denominações e dos atos que decorrem das mesmas”:

A extrema direita, Gudins e outros, acusa o Plano Trienal de comunizante e estatizante. O Sr. Chateaubriand chegou a definir o Sr. Celso Furtado como “comunista do tipo chinês”. Por outro lado, o grupo de deputados chegado ao Sr. Sérgio Magalhães faz as maiores restrições ao Plano. Onde estamos? (UH, *PAULO FRANCIS INFORMA E COMENTA*, 04/02/1963)⁵.

Na edição do dia seguinte, a Coluna Sindical anunciava que a comissão executiva da CGT entregaria naquela data, às 12 horas, uma cópia para Jango do manifesto dirigido à Nação do grupo que criticava, entre outras, o Plano Trienal em si, além de cobrar celeridade do Congresso para aprovação das condições para a realização das Reformas de Base (UH, *Coluna Sindical*, 05/02/1963, p. 10). No dia seguinte, a manchete do UH foi dedicada ao

⁵ Dois dias depois, o colunista ofereceu uma espécie de “direito de resposta” a Sérgio Magalhães, com uma pequena nota no final da coluna: “O Deputado Sergio Magalhães me informa que ele se opõe às diretrizes do Plano Trienal embora o considere um progresso. Isto porque eu havia registrado aqui que esquerda e direita atacavam o PT, equiparando-se politicamente. O Sr. Sergio Magalhães frisou que Gudín e Cia. São contrários à própria idéia de planejamento, ao passo que ele e os deputados nacionalistas só vêem solução para os problemas nacionais via planejamento global” (UH, *PAULO FRANCIS INFORMA E COMENTA*, 06/02/1963, p. 3).

encontro, estampando a seguinte declaração de Jango: “*Jango Responde Aos Trabalhadores: MINISTÉRIO GARANTE URGÊNCIA ÀS REFORMAS QUE O POVO EXIGE*”, especificando internamente em suas páginas alguns dos pontos que o presidente destacara com os líderes sindicalistas, dentre eles o próprio Plano Trienal:

Assim como uma dona-de-casa, para poder administrar o seu lar, que ela comanda porque o espôso vai para a fábrica, precisa saber o que é que ganha, o que é que pode gastar, o que pode comprar para chegar ao fim do mês com um orçamento razoável, é necessário que um País, com muito mais razão, adote diretrizes para formular as soluções que se vão dar aos problemas mais importantes. Sem planejamento ninguém pode governar. Ninguém pode orientar nada. A classe operária, mesmo até para um movimento grevista, planeja. A nossa preocupação era evitar o que vinha ocorrendo, isto é, não resolver mais sob pressão imediata das situações que iam surgindo (UH, *JANGO AOS TRABALHADORES: MINISTÉRIO ASSEGURA URGÊNCIA ÀS REFORMAS RECLAMADAS PELO POVO*, 06/02/1954, p. 4).

Nos outros pontos destacados, Jango evidenciava que as mudanças estavam sendo gestadas pelo governo, mas que era necessário espera e cautela para sua realização. No dia seguinte, San Tiago Dantas concedeu uma entrevista à imprensa buscando explicar melhor as perspectivas econômicas do governo, sobretudo pelo Plano Trienal. Na semana posterior, em uma visita a São Paulo, o ministro reafirmou alguns pontos elencados antes, afirmando que 1963 seria “o ano de disciplina dessa desordem monetária que se implantou no País”, indicando que as medidas eram de extrema importância, pois “se não conseguirmos deter o ritmo inflacionário sem prejudicar o desenvolvimento econômico, os últimos meses deste ano serão de verdadeiro caos nacional” (UH, *San Thiago: Fim à Inflação ou Caos Este Ano*, 13/02/1963, p. 2).

Em sua coluna, João Pinheiro Neto elogiou a iniciativa do ministro da Fazenda, embora enfatizasse que o controle da inflação sem uma política desenvolvimentista não resolveria o problema, reforçando o discurso dos grupos à esquerda do Plano (UH, *A FALA DO PROFESSOR DANTAS*, 08/02/1963, p. 2). Ainda nesse contexto, a CGT e a *União Nacional dos Estudantes* (UNE), por exemplo, acentuavam as críticas ao Plano Trienal, além de vários políticos de grande destaque no período, como o próprio Brizola.

Embora o espaço para as críticas negativas ao Plano Trienal continuava garantido nas páginas do UH, a linha estruturante da publicação se mantinha favorável à ação do governo. Como exemplo, utilizando seu estilo de chamar a atenção com notícias aparentemente

exclusivas e que causariam grande impacto (Fidelis, 2022), na capa das edições do dia 15 de fevereiro o jornal dava destaque a um despacho de Jango à Casa Civil, fazendo alguns questionamentos sobre possíveis gastos em excesso que a União estava tendo, principalmente na manutenção de alguns funcionários ou investimentos fora do país. A manchete, em letras maiúsculas e ocupando quase toda a primeira página da publicação, destacava o seguinte trecho do documento: *JANGO: “NÃO PODEMOS CORTAR A INFLAÇÃO NA PRÓPRIA CARNE DO POVO, ENQUANTO O UÍSQE E A COCA-COLA GOZAM DE FAVORES CAMBIAIS!*”, sendo que já há alguns dias a política cambial vinha sendo discutida, uma vez que ela era apontada como uma das principais distorções que prejudicava a economia nacional, privilegiando apenas um pequeno grupo de produtores.

Ainda no conteúdo da carta, amplamente explorado pela publicação, Jango indicava que a Lei de Remessa de Lucros, aprovada em setembro de 1962, “ainda não está sendo integralmente aplicada e que, por essa razão, a Carteira de Câmbio tem permitido remessas mediante termos de responsabilidade sem a prévia e competente autorização da SUMOC, como determina a lei”. Além disso, questionou o fato de que “produtos de uso supérfluo ou já produzidos no País” estariam sob um valor mais baixo do Câmbio do que deveriam, causando prejuízos imensos à sociedade brasileira:

“De fato, não se compreende, e muito menos se justifica, que neste momento, novos e pesados ônus para o povo, continuem gozando dos benefícios do câmbio (...) inúmeros artigos de uso supérfluo ou perfeitamente dispensáveis, que se destinam, principalmente, ao consumo das classes mais ricas. Por que gozar de mesmo tratamento cambial que os artigos de petróleo e outros produtos básicos, a importação do extrato, do uísque e da coca-cola, frutas secas e cristalizadas, máquinas fotográficas e projetores cinematográficos, óculos de fantasia, torneiras de metal, piano de cauda e caudas de marta?” (...) “Se fomos obrigados, para frear o processo inflacionário, a cortar na própria carne do povo, eliminando subsídios para pão e petróleo, nada justifica que se continue a dar tratamento cambial privilegiado para importação de artigos de luxo” (UH, *JANGO FULMINA PRIVILÉGIOS DO UÍSQE E DA COCA-COLA*, 15/02/1963, p. 4).

Continuando nessa linha de defesa das ações do Jango, o UH voltou a enfatizar essa perspectiva em suas edições três dias depois, com um destaque na capa que trazia os seguintes dizeres: *JANGO ORDENA DEVASSA NOS PREÇOS (ALTOS) DE PRODUTOS INDUSTRIAIS!*, aprofundando no texto os dizeres da manchete, de que o presidente ordenara ao ministro da Indústria e Comércio uma fiscalização rígida sobre o aumento abusivo de

praticamente todos os produtos no país, enfatizando que o povo tem o direito “de consumir, pagando o justo preço” e que, após os dados levantados pelo órgão, o governo agiria, por meio desse Ministério, para “corrigir as falhas constatadas na área do Govêrno, mas exigindo das indústrias que o mesmo esforço seja feito na parte que lhes tocar” (UH, *JANGO ORDENA DEVASSA NA ALTA DOS PREÇOS*, 18/02/1963, p. 4). Ainda nessa mesma reportagem, o UH estrutura sua linha editorial, expondo de fato sua visão (que já era bastante óbvia) em relação ao assunto:

Aí está novamente o Presidente na luta, que vem tendo dia e noite, para que êste País reencontre o caminho da tranqüilidade política e da estabilidade econômica. Lançando o Plano Trienal, o primeiro plano que dá uniformidade à administração brasileira, esmagando os privilégios do câmbio e acabando com os “marajás” dos dólares, negando subsídios desarrazoados ao café, enfrenta agora o Presidente o problema desconcertante da alta de preços. O ofício do Ministro da Indústria e do Comércio (...) dá bem a medida da firmeza, energia e decisão que inspiram o Sr. João Goulart na condução dos problemas nacionais (UH, *JANGO ORDENA DEVASSA NA ALTA DOS PREÇOS*, 18/02/1963, p. 4).

Ainda como forma de justificar as ações do governo, uma breve entrevista publicada de Celso Furtado valorizaria ainda mais esse tom. Rechaçando veementemente que o Plano Trienal estava submetido ao FMI e criticando as possíveis restrições que o órgão estaria propondo como forma de conceder a ajuda financeira ao Brasil, salientou que o Plano Trienal “é um plano de desenvolvimento, e não de contenção de despesa, como o FMI poderia desejar”, enfatizando que uma possível contenção travaria o desenvolvimento do país (citando a Argentina como um exemplo em que isso teria acontecido) e, em relação aos salários (que era uma das principais questões apontadas pelos críticos ao Plano), enfatizara que “o que se deseja é defender os salários contra a inflação, pois somente à medida que fôr superada a inflação, os salários crescerão em nível superior aos preços, sendo possível, assim, defender o poder aquisitivo das classes trabalhadoras” (UH, “*BRASIL NÃO PODE SE SUBMETER À POLÍTICA DO FMI*”, *DIZ CELSO*, 23/02/1963, p. 2).

Tal apontamento pode ser destacado como uma resposta direta àqueles que apontavam que o Plano Trienal seria uma política econômica reacionária e que visava apenas aos benefícios dos grupos econômicos de maior destaque, críticas essas ecoadas pelas pessoas mais à esquerda já citadas. E esses grupos, embora com um espaço diminuto, seguiam ativos nas páginas do UH, mantendo especial destaque para a coluna de João Pinheiro Neto. Às vésperas da viagem de San Tiago Dantas para os EUA, o jornalista publicou um texto, com o

título *PARA O PROFESSOR SAN TIAGO DANTAS LER NO AVIÃO*, no qual mantinha o tom crítico do Plano Trienal e chamava a atenção para qual deveria ser a participação dos EUA ou de outros países estrangeiros na participação da reorganização econômica do país:

Ao menos a título de curiosidade, Professor Dantas (...) Mostre-lhes que a nossa inflação não é produto apenas das travessuras endiabradas do latino subdesenvolvido (...) Se nos querem realmente ajudar, é fácil. Precisamos de créditos oficiais, a juros baixos, para a complementação de nosso parque industrial. Precisamos de sossêgo e não do ferro-velho com que pretendem arrancar-nos dólares escassos, na compra absurda, do que já é nosso. Do estrangeiro queremos muito pouco. A solução está aqui dentro mesmo e virá com o desenvolvimento econômico e a justiça social. Sem desenvolvimento e sem política distributiva justa aos planos de contenção anestesia o progresso, e apenas transferem, para amanhã, a explosão popular inevitável (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 02/03/1963, p. 2).

No texto acima destacado, vários princípios ligados à cultura política trabalhista podem ser encontrados, sendo a parte final destacada para o nacionalismo econômico e social. E, como analisado no início da tese, as contradições dentro de um mesmo campo de organização institucional demonstram que, mesmo que existam pontos em comum que balizem a atuação de determinados grupos, as formas e maneiras como esses princípios seriam colocados em prática (ou menos modelados) poderiam (e normalmente eram, de fato) ser bastante distintas, o que levaria a inegáveis confrontos que tencionariam, em maior ou menor grau, os atores envolvidos nessa conjuntura.

Mantendo-se entre essas duas visões e perspectivas e reforçando tais princípios, o UH trouxe nas primeiras publicações do mês de março a mensagem de início de ano para o Congresso do Executivo. Nas edições dos primeiros dias, várias notícias e textos especulavam sobre os principais pontos seriam abordados, embora todos convergiam para a necessidade que Jango apontaria para a aprovação das Reformas de Base, ponto fundamental para o desenvolvimento do país.

A mensagem em definitiva, enviada para a imprensa no dia 12 de março, confirmava tais aspectos e, nos trechos destacados pelo jornal, a questão das Reformas de Base vinha como proposta central, dividida em cinco grandes áreas (agrária, bancária, tributária, urbana e administrativa), além do reforço da execução do Plano Trienal como a forma mais viável para a execução dessas reformas (UH, *Mensagem de Jango Defende Justiça Social e Desenvolvimento*, 13/03/1963, p. 4).

No entanto, o assunto central das páginas da publicação foi a estadia de San Tiago Dantas nos EUA. Tal missão, vista como essencial para a estruturação do Plano Trienal, também serviria como uma forma de medir o termômetro da Guerra Fria para o lado brasileiro, em especial a visão do governo Kennedy em relação a Jango. A cobertura no UH, em geral, foi bastante positiva, enfatizando a habilidade de negociação demonstrada pelo ministro nos dias em que ficou em Washington, tendo cobertura oficial do jornalista José Guilherme Mendes, enviado pela publicação para acompanhar o passo a passo do ministro da Fazenda.

Inicialmente, o jornalista destacou que Kennedy teria ficado bastante satisfeito com o esforço do governo, exposto através do Plano Trienal, de conter a inflação e reestruturar o desenvolvimento do Brasil (UH, *Kennedy Garante Apoio a San Tiago Dantas*, 12/03/1963, p. 6). Além disso, também expôs que o ministro buscava, nas conversações, manter o mesmo tom “objetivo e até ligeiramente polêmico” com que “o Presidente Goulart usou nas conversações mantidas com o sr. Robert Kennedy, quando de sua visita a Brasília”, indicando que as primeiras conversas demonstravam tensão exatamente pelo estilo franco, que Kennedy também mantinha, embora as primeiras convergências já seriam possíveis de serem visualizadas no final dos primeiros diálogos (UH, *SAN TIAGO LEVOU PARA EUA ESTILO DE JANGO: DIÁLOGO*, 12/03/1963, p. 6).

No dia seguinte, novamente houve amplo destaque nas páginas do UH, bem como a manutenção do tom de otimismo empregado anteriormente. Entre outros aspectos, o texto de José Guilherme Mendes enfatizou que, em conversa com o secretário de Estado Dan Rusk, San Tiago Dantas enfatizara que, a despeito da possível simpatia do governo brasileiro com Cuba, o presidente João Goulart “prossegue menos preocupado com a subversão comunista do que com o subdesenvolvimento econômico como ameaça potencial para a América Latina” (UH, *Washington: Missão San Tiago Cercada de Simpatia e Confiança*, 13/03/1964, p. 6). Embora com bastante confiança, as linhas traçadas pelo jornalista não deixavam de transmitir a dificuldade em conseguir o apoio financeiro, tendo em vista possíveis reservas de vários membros ligados à elite política e econômica dos EUA em relação às ações políticas do atual governo brasileiro (UH, *BRASIL PRECISA DE US\$ 500 MILHÕES*, 13/03/1964, p. 6).

Nas edições subsequentes, novamente os textos oscilavam entre o otimismo pelo teor conciliador de Dantas e as preocupações pelas reservas demonstradas pelo governo estadunidense em ceder os valores negociados ao Brasil. Na edição do dia 15, por exemplo,

embora Robert Kennedy, procurador-geral dos EUA e irmão do presidente, tivesse ficado “impressionado” com as qualidades de Dantas, a negociação continuava bastante travada, tendo ênfase em uma frase que Rusk teria dito: “Dê-nos o que apoiar e nós apoiaremos”, dando o tom da perspectiva do governo norte-americano sobre o assunto (UH, *Missão San Tiago Causa Boa Impressão a EUA*, 15/03/1964, p. 6).

Na mesma reportagem, havia um tópico relacionado ao depoimento do embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon, à Subcomissão de Assuntos Interamericanos da Câmara de Representantes dos EUA, acusando que existia infiltração comunista no governo brasileiro. Indicando que, embora os “campos de influência” do comunismo no Brasil fossem reduzidos, “sua influência é muito superior ao que sua reduzida quantidade faria pensar”, destacando lideranças que estariam infiltradas tanto no PTB quanto na UNE (sendo que essa estaria “sob o domínio dos comunistas”), além de citar as ações de Francisco Julião no campo e a visita de membros da URSS ao Rio de Janeiro, entre outros aspectos (UH, *Missão San Tiago Causa Boa Impressão a EUA*, 15/03/1964, p. 6). Tal aspecto desnudava um dos principais aspectos que dificultavam a negociação, tendo em vista que grande parte dos nomes envolvidos na negociação (e o próprio presidente) possuía a visão sobre o governo de Jango pintado pelos tons indicados por Gordon.

Mais de uma semana depois, as últimas notas sobre a negociação eram bastante otimistas nas páginas do UH, em geral. Na edição do dia 26, a manchete estampava os dizeres *SAN TIAGO: - DISCUSSÃO DO ACÔRDO ESTÁ ABERTA AO POVO BRASILEIRO*, indicando que tudo correria dentro do planejado pelo governo. San Tiago declarou estar satisfeito que sua missão teria tido “um êxito dentro dos limites das possibilidades atuais do Brasil”, consolidando valores próximos aos 400 milhões de dólares em empréstimo (maior parte de empresas privadas) que viriam para o Brasil (UH, *San Tiago Após Encontro Com Kennedy Anuncia Êxito de Sua Missão*, 25/03/1963, p. 6). Todo o restante da página estava preenchido com dois documentos oficiais, uma nota do Itamaraty e um comunicado emitido em conjunto entre os dois países, fazendo uma espécie de balanço das negociações e reafirmando o princípio de cooperação entre os governos, em uma perspectiva bastante formal (UH, *COMUNICADO CONJUNTO BRASIL – EUA*, 26/03/1963, p. 6).

Em entrevista já no Brasil, Dantas enfatizara que as dificuldades na negociação ocorreram pelas problemáticas financeiras pelas quais os EUA passavam na época, minimizando as perspectivas políticas, incluindo as declarações de Gordon, que segundo ele

teriam sido “mal entendido” e que a participação dele fora fundamental no êxito dos empréstimos para o Brasil. O ministro passara por uma sabatina no Congresso, explicando de maneira mais detalhada as linhas da negociação e indicando que “O Brasil (...) não negociou nada que não pudesse pagar, nem pleiteou qualquer coisa fora do alcance de sua economia”, embora “suas condições e possibilidades de desenvolvimento, a par das medidas levadas a cabo pelo Governo, através um planejamento de profundidade e uma ação de (...) segurança, autorizam o País a pedir e receber mais” (UH, *San Tiago: Clima de Confiança no Brasil*, 28/03/1963, p. 6).

Na edição do dia seguinte, houve grande destaque para uma entrevista realizada por Paulo Silveira com Nikita Krushev. Entre os trechos em destaque pelo próprio UH, o Plano Trienal foi um dos assuntos destacados, além da constante reafirmação da relação de cordialidade entre os “povos” dos países:

“Desejamos ao povo brasileiro todos os êxitos na realização do Plano Trienal e estamos dispostos a oferecer-lhe nossa cooperação econômica para o desenvolvimento industrial do Brasil, seja com a remessa de máquinas e equipamentos, seja através do envio de técnicos (...) Desejaria em nome do povo soviético, por intermédio do seu jornal, ao povo brasileiro, os sinceros votos de felicidade e êxitos em sua luta pelo progresso econômico do Brasil e pela crescente consolidação de sua independência (...)” (UH, *KRUSCHEV: “BRASIL É A FÓRÇA CONSIDERÁVEL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*, 29/03/1963, p. 1).

Por fim, em reunião com representantes das indústrias e produtores no Brasil, San Tiago Dantas pediu para que as indústrias contivessem seus lucros “exorbitantes”, colaborando para o bom desenvolvimento econômico do país e evocando o sucesso do Plano Trienal pela seguinte perspectiva: “Os alicerces do plano de estabilização (...) dependem do sacrifício de todos e se dividem pela seguinte ordem (...): pelo próprio Governo, pelas classes produtoras e, em terceiro lugar, pelas classes trabalhadoras” (UH, *SAN TIAGO PEDE À INDÚSTRIA QUE CONTENHA SEUS LUCROS*, 30/03/1961, p. 2).

Esses dois últimos aspectos evocam um aspecto fundamental na cultura política trabalhista que era ainda mais presente no UH: a conciliação dos contrários e a capacidade de diálogo com grupos em pontos opostos de um determinado assunto. Relação direta com a prática de Vargas em praticamente toda sua carreira política, tal elemento era uma das qualidades mais valorizadas pela publicação também em Jango e que demonstrava, dentro da narrativa construída pelo jornal, toda a competência do atual presidente em gerir o Brasil.

No entanto, tal aspecto não era comum a alguns grupos dentro dessa cultura política e, como já vinha ocorrendo, as críticas negativas a tal abordagem continuavam a ter espaço dentro da publicação (embora, também, em uma proporção menor que o primeiro ponto). No caso do empréstimo dos EUA, o principal nome crítico à movimentação de Dantas continuou sendo João Pinheiro Neto, que não economizou na argumentação negativa contra a forma como o acordo vinha sendo costurado e à própria estrutura econômica do país no período, sobretudo guiado pelo Plano Trienal.

No texto *Se Ganhamos Pouco, Não Cedemos Nada*, publicado logo após a conclusão do acordo entre Brasil e EUA, o colunista ironizou a ação de Dantas, questionando o que o ministro conseguira nos Estados Unidos “além das desconfianças tradicionais e das objurgatórias republicanas, mal intencionadas e caolhas?”, indicando que o país recebera “muito pouco e, como sempre, sob grandes reservas”. Em tom crítico, Pinheiro Neto celebra tal fato, insistindo na sua tese nacionalista de que o Brasil não precisava de crédito estrangeiro para se organizar, pois tinha capacidade de se sustentar perante sua própria produção, indicando que o principal esforço do governo deveria ser em renegociar a dívida externa, que seria a principal causa da desorganização econômica do país (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 27/03/1963, p. 2).

Na edição do dia 03 de abril, Pinheiro Neto enfatizou que, findo o primeiro trimestre no país, a situação continuava tal qual no início do período presidencialista: alta de preços, desorganização política por parte da esquerda e aumento da animosidade e organização, dos grupos de direita, contra o governo:

MARCHA fúnebre a conspiração da gorilada nativa disposta, hoje, mais do que nunca, a isolar o Presidente Goulart, empacotando-o com o mesmo celofane sinistro, com que ilharam o Presidente Frondizi (...) O Plano Trienal começa a dar os primeiros resultados negativos por força de uma aplicação prática, rápida de mais, no estilo do monetarismo ortodoxo (...) Em junho, a crise estará nas ruas. O povo descontente ao máximo. O País anestesiado pela medicina monterarista que já começa a produzir efeitos (...) O Ministro San Tiago Dantas, claro e professoral, contando os dólares que não vieram. A direita organizada a preparar o bote fatal. E a esquerda? Dividida em torno das ambições do generalato político abundante e pouco convincente (...) Apegada à gramatiquice caduca das tertúlias ideológicas sebosas. Desconfiada de si mesma. Barulhenta e pouco produtiva (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 03/04/1963, p. 2).

Complementando de maneira mais aprofundada os dados referentes a valores econômicos do Plano Trienal, o jornalista indicou que no primeiro trimestre o custo de vida

teria aumentado em 16%, sendo o dobro referente ao mesmo período do ano anterior. Após elencar o aumento, sempre acima de 20%, dos itens básicos dos produtos de alimentação, o autor enfatizara que “Assim não é possível. É exigir demais de um povo bom e sofredor, cansado da leviandade dos políticos irresponsáveis” (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 06/04/1963, p. 2). Indicando que o Plano Trienal estaria encaminhando o Brasil para um local perigoso, o autor clamava por uma guinada no governo para conter esses problemas: “Será possível que teremos de continuar clamando sozinhos nesse deserto de incúria e incompetência que é, hoje, a vida pública deste infeliz País?” (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 06/04/1963, p. 2). Questionando se Celso Furtado, “atualmente absorvido por seminários acadêmicos em todo o mundo”, estaria acompanhando tais pontos, o autor indica que é necessário “menos contenção e mais desenvolvimento”, complementando que “Sem prosperidade econômica, não há equilíbrio financeiro” (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 06/04/1963, p. 2).

Por fim, o colunista mostra um certo desconforto com a sua própria condição, uma vez que pede a união dos grupos de esquerda em torno de João Goulart, “que é homem de boa vontade”, embora para o objetivo correto, ao seu ver, que seria medidas para evitar a alta dos produtos e melhorar a condição de vida das pessoas de imediato, princípios que não convergiam com as bases do Plano Trienal naquele momento: “Enquanto aprofundamos as desavenças internas, o inimigo externo exulta e sangra o País inerme (...) Pensemos nas reformas de base”, exultando novamente as mudanças estruturais que deveriam ser feitas no país (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 10/04/1963, p. 2).

Com a pressão sobre o governo vinda desse aumento, San Tiago Dantas justificou o aumento dos preços como uma espécie de “efeito da vacina” e exaltou a postura popular, indicando que “O povo está marchando na frente das elites, indicando o caminho correto. É preciso que nos unamos com o povo para repelir métodos usados por certos políticos (...)” (UH, *San Tiago: País já Alcançou Pré-Estabilização*, 16/04/1963, p. 2).

Além disso, nessa entrevista o ministro teria indicado a famosa divisão das esquerdas, pontuando a ação desse grupo em 2 subgrupos: a “esquerda positiva” e a “esquerda negativa”. A primeira estaria focada em resolver as problemáticas do Brasil, “aproveitando, para isso, a rara oportunidade de têmos na Presidência da República um político de esquerda, líder da classe operária, como o Sr. João Goulart”. Já a segunda estaria apenas interessada em radicalizar os discursos e descolada da realidade, cujas críticas ao governo faziam apenas mal

ao país: “se dessas palavras pudesse ela passar a uma ação prática, o mais que conseguiria seria uma agitação superficial e transitória”, indicando que tais ações poderiam ter como consequência a implantação de uma “ditadura das fôrças reacionárias” (UH, *San Tiago: País já Alcançou Pré-Estabilização*, 16/04/1963, p. 2).

De maneira mais pragmática, o governo optou por aumentar o preço do dólar no país para estimular as exportações, diminuindo o número de importações no país. Em nota oficial do governo (publicada no UH), a medida era justificada como uma “execução progressiva à política econômica contida no Plano Trienal”, tendo como efeitos “aumento substancial do valor em cruzeiros das exportações brasileiras, as quais receberão grande incentivo”, finalizando que “O País caminha rapidamente para a estabilização progressiva prevista no Plano Trienal” (UH, *SUMOC AUMENTA PREÇO DO DÓLAR PARA ESTIMULAR AS EXPORTAÇÕES*, 23/04/1963, p. 2).

Nas edições do dia seguinte, a resposta de João Pinheiro Neto foi bastante rápida e ácida: intitulado o texto principal da coluna de *Nôvo Crime Contra o Brasil*, o jornalista indicara que tal ação já era prevista, fruto da pressão do FMI para a contenção de despesas no país. A partir da indagação “Será possível que estamos todos loucos?”, Pinheiro Neto refutava a nota oficial, indicando que o número de produtos exportados pelo Brasil já era enorme no mundo e que o problema não era a quantidade em si, mas o valor pago por elas, aspecto que na visão dele seria também defendida pelo próprio Celso Furtado, indicando que haveria um grande descompasso entre as ações do governo e as ideias do mentor do Plano Trienal (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 24/04/1963, p. 2). Segundo o autor, os próximos passos seriam os seguintes:

Prepare-se o povo para novos aumentos. Em seguida a ortodoxia monetarista irá pedir o reajustamento da taxa do dólar de importação. Finalmente cairemos na taxa única de câmbio, modelo argentino. Essa é a meta final. Em seguida, o Presidente Goulart é trancado na estância e assume a Presidência, já de unhas feitas e cabelo aparado, o sr. Ranieri Guido Mazzili (UH, *Coluna de JOÃO PINHEIRO NETO*, 24/04/1963, p. 2).

Nos meses seguintes, a batalha contra a inflação, a pressão pelas reformas e os problemas de aplicação do Plano Trienal imobilizavam as movimentações econômicas do governo. Nas páginas do UH, não houve mudanças nesse sentido: entre notas de otimismo com a política econômica do governo e críticas bastante incisivas de seus colunistas (sobretudo de João Pinheiro Neto), em meados de junho San Tiago Dantas deixou o comando

do Ministério, sendo substituído por Carvalho Pinto, que havia concluído recentemente o mandato como governador de São Paulo e ganhara notoriedade por sua gestão, bastante austera e controladora de gastos, durante o mandato anterior paulista, de Jânio Quadros (Chaia, 1992).

Embora com algumas relações posteriores, o Plano Trienal perderia espaço e, vulgo algumas entrevistas em que era citado ou lembrado em alguns textos, o termo desapareceria sem ter seu fim anunciado. No mesmo mês em que Dantas deixara o governo, Furtado também saiu do ministério e retornou para o comando da SUDENE, assim como todo o quadro ministerial também mudara, sendo justificado por João Goulart como um esforço para “realmente reformar” o país, embora reconhecesse o esforço do ministério anterior como uma espécie de primeiro passo para realizar as mudanças no Brasil (UH, *JG:-Meta do Nôvo Govêrno é o Progresso Sem Carestia*, 24/06/1963, p. 4).

Essa reforma ministerial, consumada em junho, visava costurar uma relação mais próxima ao Congresso, tendo em vista a aprovação das Reformas, começando pela Reforma Agrária (Ferreira; Gomes, 2014). Nas mudanças, praticamente todos os ministérios tiveram deputados federais nomeados, nomes que poderiam, dentro dessa perspectiva, consolidar o vínculo com o Legislativo, sendo a maioria do PTB e do PSD e nomes também ligados ao PDC e ao PSB.

Por fim, embora tenha continuado com sua coluna no jornal, João Pinheiro Neto voltara ao governo, dessa vez como Presidente da Secretaria de Política Agrária, cargo que ocuparia até o golpe. Mesmo como membro do governo, Pinheiro Neto continuou bastante crítico de várias iniciativas econômicas e políticas do governo, demonstrando que, se o seu estilo não cabia em fins de 1962, no ministério com maior visibilidade do governo e com a tentativa de conciliação tratada por Jango para conseguir o Plebiscito, nesse contexto, embora em um espaço reduzido (mas não menos importante, tendo em vista os planos para a Reforma Agrária), sua verve crítica ou sua postura de “esquerda negativa” poderiam conviver (ou ser suportada) no governo.

Capítulo 04: Política Externa Independente (PEI)

4.1 A consolidação das bases institucionais da PEI

Uma das pautas mais polêmicas do curto mandato de Jânio Quadros foi mantida e, de certa forma, ressignificada e ampliada no mandato de João Goulart, sendo que o Executivo, seja pelos gabinetes no Parlamentarismo ou na fase presidencialista, manteve a postura de buscar o diálogo com os diferentes grupos envolvidos na Guerra Fria, tendo em pauta os interesses nacionais em primeiro plano para além das disputas internacionais.

É importante levar em conta que, após os desdobramentos da *Revolução Cubana* e sua aproximação com a URSS, o olhar dos EUA sobre a América Latina mudou consideravelmente, sobretudo para governos nacionalistas ou mais próximos de reformas sociais. Mesmo na década anterior, a política externa estadunidense já acompanhara e interferira em alguns países, sendo o caso da Guatemala o mais propositivo, tendo um envolvimento direto da *Central Intelligence Agency* (CIA) e de outros órgãos na deposição de Jacobo Árbenz, que buscara implantar, entre outras medidas, uma reforma agrária no país.

Havia um interesse bastante grande da diplomacia estadunidense com o Brasil, principalmente com a chegada, em 1961, de Lincoln Gordon na embaixada dos EUA no país sul-americano, com uma atuação importante para dar suporte e apoio aos grupos de oposição a Jango. Em geral, a visão desse grupo em relação ao presidente brasileiro era bastante negativa, como pode ser percebida em um telegrama enviado para o presidente John Kennedy, em 1962, por Roger Hilsman, um dos principais nomes da Política Externa estadunidense no momento:

Goulart is a small man in a very big job who has put immediate political gains ahead of the duties of responsible leadership. In pursuit of power he has allied with ultranationalist and revolutionary left groups, including Castroists and Communists, to generate crisis situations and overcome opposition. These power plays endanger Brazil's stability, which is already under pressure from increasing strength at the political extremes. While Goulart is accused of seeking to set up a mass-based dictatorship, he is expected to respond for the time being to more moderate influences following his victory in the constitutional crisis, and attempt to cope with inflation, food shortages, and rising deficits. In these circumstances, he will probably follow a generally conciliatory line toward the United States so long as he encounters a responsive and friendly attitude toward his government (Hilsman, 1962, p. 1).

Em relação ao UH, a publicação mantinha a linha da PEI estruturada no governo, fazendo a defesa das decisões tomadas pelo governo. É importante lembrar que foi um dos poucos pontos de convergência que o jornal teve com o governo de Jânio, enfatizando a importância do Brasil possuir independência em suas ações e não ficar dependente de uma única nação ou potência. Outros assuntos sensíveis à esse aspecto também foram tratados pela publicação, fazendo uma defesa bastante ampla da Revolução Cubana e seus desdobramentos, se opondo à tentativa de invasão pela Baía dos Porcos e legitimando a postura do governo Jânio em apoiar a manutenção da soberania cubana frente à pressão estadunidense.

Outro aspecto que pode ser creditado é a ampla oposição que a publicação fez contra o governo de Salazar em Portugal, tendo como um exemplo a cobertura positiva que o periódico fez do assalto do transatlântico Santa Maria, que foi desviado para o Brasil e seu principal mentor, Henrique Galvão, desceu e solicitou asilo político no território brasileiro, pedido prontamente aceito por Jânio Quadros e apoiado efusivamente pelo UH (Fidelis; Paulo, 2020). Além de Galvão, já estava exilado no Brasil Humberto Delgado, que era outra liderança importante da oposição portuguesa que conseguira acolhida em solo brasileiro e que recebia, constantemente, apoio da publicação, demarcando a postura oposicionista do jornal em relação ao Estado Novo português (Fidelis; Paulo, 2020).

A manutenção da PEI por João Goulart foi vista como algo natural e bastante positiva pelo UH, embora não sem dificuldades. Na coluna *Na Hora H* da edição do dia 08 de janeiro de 1962, por exemplo, José Mauro trazia tal perspectiva ao problematizar uma fala de San Tiago Dantas, na qual “Jânio emitiu as promissórias sem saber se ia pagar. E nós estamos pagando...” (UH, *Na Hora H*, 08/01/1962, p. 5), ao referir-se ao início da PEI e as consequências que a execução dessa política trazia para o sucessor de Jânio Quadros.

Sob o direcionamento de Jango, a primeira ação que gerou grande debate foi a postura do governo brasileiro referente ao caso entre EUA e Cuba. No início de 1962, o país norte-americano preparava-se para propor, em reunião da *Organização dos Estados Americanos* (OEA), que seria realizada em Punta Del Leste (Uruguai), um embargo contra o país latino por conta de sua aproximação com o bloco soviético (Moniz Bandeira, 2009). Antes mesmo da reunião, o governo brasileiro já dava sinais de que não concordaria com tal proposição estadunidense, como foi noticiado no UH na edição do dia 12 de janeiro. Com a manchete “*Brasil Vai se Opor à Intervenção em Cuba*”, a reportagem destacava que, a partir da movimentação de San Tiago Dantas, o Brasil assumiria uma “tomada de posição”, não

apoiando quaisquer resoluções contrárias à autodeterminação do país cubano (UH, *Brasil Vai se Opor à Intervenção em Cuba*, p. 4).

No dia 17 de janeiro, foi publicada em *O Globo* uma nota, assinada por 4 dos 5 últimos ex-ministros das Relações Exteriores (Raul Fernandes não teria assinado por estar exercendo cargo na Comissão Jurídica Interamericana da OEA) que ficou conhecida como “Manifesto dos ex-chanceleres”, posicionando-se publicamente contra a atual orientação do governo. O documento lembrava, entre outras coisas, que em todas as conferências anteriores, pós-Segunda Guerra, o comunismo teria sido condenado pelos países do continente, “por sua natureza anti-democrática incompatível com a liberdade americana” (Ministério das Relações Exteriores, 1962, p. 41).

Ainda nesse documento, os ex-chanceleres justificaram a posição dos EUA de propor o embargo aos cubanos, indicando que, embora Fidel Castro tenha liderado “um movimento de recuperação democrática contra Fulgêncio Batista”, ele não teria assumido uma postura que coadunasse com a Revolução em si, “instalando na ilha um regime de discricionarismo”, “suprimiu tôdas as formas de manifestação de liberdade de pensamento, extinguiu a liberdade de imprensa (...) e praticou violências contra as prerrogativas da pessoa humana” (Ministério das Relações Exteriores, 1962, p. 41).

Segundo esses ex-chanceleres (assinaram o documento José Carlos de Macedo Soares, ex-ministro de Getúlio Vargas no Governo Constitucional dos anos 1930 e de Nereu Ramos; João Neves da Fontoura – que teria sido o idealizador e organizador do documento – ex-ministro de Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas, em seu último governo na década de 1950; Vicente Rao, também ex-ministro do último governo de Vargas e Horácio Lafer, ex-ministro de Juscelino Kubitschek), era justa a suspensão de Cuba da OEA por conta de sua adesão ao Bloco Socialista, em especial à URSS e à “China Vermelha” (Ministério das Relações Exteriores, 1962, p. 42).

Embora os autores concordassem com a ideia de que cada país deveria ter sua própria autonomia (princípio defendido no governo de Jânio Quadros e que era a principal questão apresentada no momento por San Tiago Dantas), o caso não se aplicaria à Cuba, uma vez que o país, “sob Fidel Castro, repudiou a Democracia e fundou na ilha um Estado Comunista (...) Não só isso. Pretende estender a rêde comunista a tôda a América Latina, exportando-nos a sua doutrina revolucionária” (Ministério das Relações Exteriores, 1962, p. 42-43). Por fim, invocando a “memória” do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco, o documento pedia

que o governo seguisse a orientação dos EUA, que seria a mais coerente com a postura da OEA, uma vez que:

O que não nos parece acertado e nem conveniente é a posição resignatória de cruzar os braços. Até por instinto de conservação têm as Repúblicas Americanas de tomar uma atitude que, sem ferir o princípio da não-intervenção, isole Cuba do nosso convívio político, através do rompimento coletivo das relações diplomáticas, que a elimine do quadro da O.E.A., enquanto durar a ditadura fidelista, sobretudo, porque não é lícito invocar o preceito da autodeterminação para justificar, sob a capa da neutralidade, o descumprimento de compromissos soberanamente assumidos por todos e pelo Brasil (Ministério das Relações Exteriores, 1962, p. 43).

O documento teve ampla repercussão, gerando várias reportagens e textos no UH, demarcando posição contrária ao Manifesto. No mesmo dia da publicação do documento, a UNE organizou uma moção de repúdio à declaração, sintetizando uma crítica que era bastante comum à vários membros da cultura política trabalhista da época:

Considerando que os estudantes brasileiros, em vários pronunciamentos públicos, têm reafirmado sua mais completa intransigência em favor da Revolução Cubana; Considerando (...) que em nada mudou a nossa posição devido à profissão de fé Marxista-Leninista do Governo Cubano, pois entendemos que qualquer povo tem o direito de escolher o tipo de Governo que lhe convém, ainda mais porque defendemos o camponês e o operário, não por ser branco ou preto, comunista ou católico, mas pelo fato de ser oprimido e injustiçado pela classe dominante (...) Considerando que a vitoriosa Revolução Cubana representa um grande passo na luta contra o imperialismo e subdesenvolvimento na América Latina (...) Considerando os Senhores (...) que subscreveram tal manifesto são justamente os representantes de uma fase superada da política externa brasileira, inteiramente desligada dos anseios populares e que hoje apenas se constituem numa amargurada recordação, resolve o conselho de representantes da UNE (...) manifestar sua mais veemente repulsa não só a esta tentativa de intimidação como também às próprias idéias e interesses que motivaram tal manifestação de indivíduos desligados de seu momento histórico e da consciência coletiva de seus concidadãos (UH, *MOÇÃO DOS ESTUDANTES CONTRA O MANIFESTO DOS EX-CHANCELERES*, 18/01/1962, p. 29).

Na mesma edição, UH deu destaque para um diálogo entre San Tiago Dantas e o ministro das Relações Exteriores do México, Manuel Tello, indicando que o governo de Adolfo López Mateos apoiaria a posição brasileira em relação ao caso cubano (UH, *México Apoiará Brasil em Punta Del Este*, 18/01/1962, p. 28). No dia seguinte, o Itamaraty divulgou um comunicado em resposta ao documento dos ex-chanceleres, indicando que compreendia

a preocupação dos ex-chanceleres, mas que discordava da questão do isolamento cubano, entendendo que tal ação seria muito mais prejudicial do que benéfica:

No caso de Cuba (...) o isolamento diplomático conduziria a resultados opostos aos que desejam, em seu bem intencionado apêlo, os quatro ex-chanceleres. Cuba se integraria ainda mais no mundo socialista, para o qual teria que gravitar por força do repúdio pelas Repúblicas americanas. Ao mesmo tempo, rompido o contato diplomático com o Hemisfério, o caso cubano ficaria aforado, em caráter exclusivo, ao litígio entre Ocidente e Oriente. De sorte que o rompimento de relações, ou é mero passo para uma “intervenção pela força”, ou é remédio inócuo e talvez contraproducente (...) (UH, *San Tiago a Ex-Chanceleres: Isolar Cuba Seria Reforçar o Comunismo*, 19/01/1962, p. 4).

A manchete do dia 22 indicava, de maneira bastante enfática, o início da Conferência, com os dizeres *BATALHA PELA SOBERANIA DE CUBA*, demonstrando que a principal abordagem que interessaria ao jornal no evento seria referente ao assunto. O UH anunciou, na sua primeira edição, que enviara seu correspondente José Guilherme Mendes para acompanhar os acontecimentos *in loco* e, na capa da terceira edição desse mesmo dia já havia um texto do correspondente, indicando que San Tiago Dantas tornara-se personagem principal da conferência ao tentar uma mediação e que o clima entre Estados Unidos e Cuba era de completa beligerância, tendo os países da América Central ao lado da nação norte-americana e os países sul-americanos divididos entre ambos (UH, *Primeiro Despacho*, 22/01/1962, p. 1).

A equipe editorial do UH também se posicionou mais diretamente nessa terceira edição, com dois textos importantes. Ainda na capa, uma pequena nota intitulada *Fantasma* condenava um texto de Francisco Campos publicado “no vespertino do golpe” (referência à *O Globo*) em que fazia a defesa das sanções a Cuba e do Manifesto dos Ex-Chanceleres. O texto indicava que a conferência “teve o dom de fazer aparecerem à luz do sol várias peças de museu e, inclusive, fantasmas. Entre êstes, o mais lúgrube é o sr. Francisco Campos” (UH, *Fantasma*, 22/01/1962, p. 1). Curiosamente, não só aqui mas também em outras datas, Campos e vários nomes ligados ao Estado Novo eram duramente criticados, mas não havia a menção da relação deles com Vargas, evidenciando um cuidado da publicação em manter a imagem do ex-presidente desvinculada de figuras execradas por Wainer e seu grupo.

Nessa terceira edição também foi publicado o editorial de Paulo Silveira, intitulado *PUNTA DEL LESTE*, em que o jornalista sintetizou a perspectiva já apresentada pelo UH nessas últimas edições sobre o assunto. Defendendo veementemente a postura de San Tiago

Dantas e do governo federal no caso, Silveira indicou no texto a importância da manutenção do “sistema interamericano”, remetendo a uma possível identidade em comum entre os países do continente, sobretudo nas relações entre eles, desde o processo de independência. Além disso, o texto combateu a acusação de que o Brasil estaria favorecendo o comunismo em Cuba e, conseqüentemente, esse sistema político, indicando que “O que se quer (...) é deixar a porta aberta, a fim de que, no justo momento em que o seu povo decidir, soberanamente, possa Cuba reencontrar o caminho da identificação continental, depois de vencer os seus problemas políticos internos” (UH, *PUNTA DEL LESTE*, 22/01/1962, p. 32).

Ainda no editorial, Silveira apontou que adotar as sanções propostas seria auxiliar o próprio comunismo em Cuba, reforçando a tese apresentada por San Tiago Dantas, uma vez que “estimuladores de Fidel Castro não-de ser precisamente os que advogam a adoção da política de sanções, cujo efeito imediato e óbvio seria o fatal isolamento de Cuba da comunidade americana e sua fixação definitiva do outro lado do mundo” (UH, *PUNTA DEL LESTE*, 22/01/1962, p. 32). Por fim, a questão da opinião pública e a abordagem de outros jornais ou canais de comunicação foram os últimos tópicos abordados, sintetizando a perspectiva do UH:

Compreende-se que uma parte da opinião pública do continente esteja apreensiva com o que possa ocorrer em Punta del Este. Na verdade, a opinião pública continental tem estado sob o fogo de um palavreado de provocação e ameaças e tende, de certa forma, a aceitar como verdadeira uma falsa visão do problema cubano. Acima, porém, dos interesses legítimos ou não desses que exigem a cabeça de Fidel Castro, há algo muito mais importante a preservar: o princípio de autodeterminação. Feri-lo a esta hora, quando a humanidade vive sob o signo da guerra fria e das explosões nucleares, não é obra que possa ajudar a defender a paz e o futuro (UH, *PUNTA DEL LESTE*, 22/01/1962, p. 32).

O posicionamento bastante efusivo do UH trazia à tona o seu local dentro da cultura política trabalhista, além da luta intensa para consolidar o espaço desse grupo dentro do campo jornalístico no Brasil nesse período. Nas edições dos dias seguintes, a publicação manteve o acompanhamento à conferência, trazendo também os desdobramentos dos acontecimentos no país. Carlos Lacerda, em editorial do dia 23, foi chamado de “DOENTE MENTAL” por Paulo Silveira, por críticas feitas aos chanceleres que defendiam o posicionamento do Brasil, ironizando o governador da Guanabara, que teria mandado um comunicado (após ter desistido da ideia de ir pessoalmente à conferência) pressionando os chanceleres à expulsão de Cuba; o editorial indicava que Lacerda pretendia ser o

“condottiere” do “pensamento continental”, mas que apenas “razões clínicas, que o situariam na faixa dos doentes mentais, poderiam justificar seu atrevimento” (UH, *DOENTE MENTAL*, 23/01/1962, p. 4).

Nesse mesmo dia, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, divulgou um manifesto também contrário à ação do governo federal não somente na Política Externa, mas sim em todos os âmbitos, principalmente no econômico. Em relação à PEI, o político indicou que o Brasil, ao defender tal direcionamento, estaria “buscando mais cortejar correntes internas de opinião do que atender aos imperativos da nossa presença no mundo”, concluindo que, com essa ação, “prejudica-se o prestígio continental do Brasil, comprometendo-se o esforço secular de sua civilização” (UH, *MAGALHÃES PINTO DENUNCIA CRISE E CULPA GOVÊRNO, PARTIDOS E CONGRESSO*, 23/01/1962, p. 4).

Na edição do dia seguinte, novamente o editorial de Paulo Silveira agiu na defesa do governo, dessa vez direcionando suas críticas diretamente ao governador de Minas Gerais, questionando-o sobre as origens da crise então vigente no país: “Quem a provocou? Os trabalhadores, acaso? Os estudantes, a classe média, o povo, como conjunto, enfim?”, emendando que “Evidentemente, não. Esta é uma crise alimentada e desfechada por homens que se formaram na escola política da UDN” (em uma alusão direta ao partido de Magalhães Pinto), retomando a situação do governo Jânio Quadros e as consequências de sua renúncia para justificar tal argumentação (UH, *A CRISE E AS SOLUÇÕES*, 24/01/1962, p. 4).

A abordagem do UH em relação à Conferência seguiu o mesmo padrão de outras coberturas: sempre em um tom bastante otimista e positivo em relação ao lado em que a publicação se situava e com críticas bastante pesadas a quem fazia oposição aos seus princípios. De maneira geral, a atuação de San Tiago Dantas seguiu sendo bastante elogiada, enquanto que outros nomes, principalmente o do secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk, era continuamente criticado pela intransigência em relação ao caso cubano.

Em reportagem do dia 26, UH destacou um possível protagonismo do ministro brasileiro na Conferência, indicando que a postura de Dantas (e, conseqüentemente, do governo brasileiro) não era de confronto, mas sim de conciliação: procurou deixar claro que havia uma “incompatibilidade entre os princípios do sistema americano e o alinhamento de Cuba no bloco sino-soviético, como estado comunista”, mas que, mesmo com esse aspecto, “o Brasil opõe-se à adoção de qualquer classe de medidas militares, econômicas e diplomáticas contra Cuba, assim como a sanções retardadas e a qualquer intimação ao

governo Castro” (UH, *San Tiago Sensacional: EUA “Estupefactos”*, 26/01/1962, p. 6). Ou seja, havia uma sinalização da diplomacia brasileira de, ao mesmo tempo em que condenava o comunismo, também não aceitava a intervenção em nenhum estado soberano para combater a ideologia inimiga do bloco capitalista.

No entanto, tal perspectiva acabou não prevalecendo na Conferência. Conforme o próprio UH anunciou, no dia 29, a suspensão de Cuba era iminente na manchete da primeira edição, “*SUSPENSE” EM PUNTA DEL LESTE: FALTA O 14º VOTO CONTRA CUBA*, uma vez que, para a aprovação das sanções (incluindo a exclusão do país da OEA), era necessário dois terços dos votos (14 de um total de 21), sendo que treze deles já eram confirmados: bloco liderado pelos Estados Unidos com a participação dos países da América Central (Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Panamá) além de Colômbia, Paraguai e Peru, que defendiam todas as punições propostas; já do outro lado, além do Brasil, os governos de Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México possuíam perspectiva parecidas com as indicadas por San Tiago Dantas (Franchini Neto, 2005). A chancelaria uruguaia ainda não havia decidido sua opção e, durante os debates, optou pela perspectiva estadunidense, alcançando assim o número suficiente para aplicar as punições delimitadas (Azevedo, 2014). Tal perspectiva apareceu na terceira edição (a qual não era usual) do UH nesse dia, em um clichê com o seguinte destaque: *Punta Del Este: Chanceler Chileno Anuncia Acôrdo Geral com Suspensão de Cuba do OEA*, indicando que o destino cubano estava sacramentado nas relações diplomáticas do continente no período (Wrobel, 1993).

Dois editoriais do UH indicam, de maneira bastante elucidativa, o saldo da Conferência e as possíveis consequências para o governo brasileiro e, de maneira geral, para aqueles que estavam inseridos na cultura política trabalhista. Ainda na terceira edição do dia 29, no texto *UMA QUESTÃO DE PRINCÍPIOS*, Silveira resumiu os princípios apresentados entre os dois grupos que se estruturaram na reunião, obviamente a favor da ação de Dantas:

A questão cubana e a maneira como está sendo examinada em Punta del Este evidenciam claramente o fato: de um lado, e sob a liderança dos Estados Unidos, um grupo de países favoráveis a uma solução “de curto prazo”, e, de outro, com o Brasil à frente, as Nações que acreditam em que, por via de uma intervenção militar ou econômica em Cuba, o máximo que se alcançaria seria o fortalecimento do regime fidelista e o completo esfacelamento do sistema interamericano, que, para a nossa tradição diplomática, é o que tem nível de prioridade na discussão do problema (UH, *UMA QUESTÃO DE PRINCÍPIOS*, 29/01/1962, p. 36).

No editorial do dia seguinte, *O BRASIL NÃO É REU EM PUNTA DEL ESTE*, Silveira faz uma espécie de continuação de seu último texto, tecendo um ataque mais direto ao restante da imprensa, mas que pode ser lido como uma confrontação aos opositores de Jango em geral, sobretudo, aos membros da cultura política liberal-autoritária:

A impressão que a imprensa conservadora do País procura transmitir aos leitores é a de que, na reunião de Punta del Este, senta-se o Chanceler San Tiago Dantas no banco dos réus (...) É uma impressão sem base na realidade e a opinião pública a repele (...) Não compareceu o Brasil à Conferência de Punta del Este – como talvez desejasse a imprensa conservadora – para acenar com a cabeça, num assentimento leviano e comodista, às propostas de sanções econômicas e militares contra Cuba como providência inicial para a “eliminação” do regime revolucionário de Fidel Castro (...) Na sustentação da tese brasileira, alinha-se o Sr. San Tiago Dantas aos demais Chanceleres para conceituar o regime comunista como “incompatível com o sistema interamericano”. Mas se reserva o direito, como representante de uma Nação soberana, de julgar que a “neutralização” de Cuba, com o devido acatamento ao princípio de autodeterminação, é o melhor caminho para a superação das atuais dificuldades (UH, *O BRASIL NÃO É REU EM PUNTA DEL ESTE*, 30/01/1962, p. 4).

Com o final da Conferência e a posição brasileira derrotada, Dantas retornou ao Brasil para dar prosseguimento à PEI e ter que lidar com a movimentação da oposição ao governo, que continuava a discordar de suas ações e utilizá-las para conflitar Jango (Ferreira, 2011). No dia 02 de fevereiro, o UH publicou um telegrama, enviado por San Tiago Dantas, agradecendo o periódico pela postura:

O jornalista Samuel Wainer recebeu o seguinte telegrama do Chanceler San Tiago Dantas: “Ao terminar a Reunião de Punta del Este, envio ao prezado amigo seus agradecimentos e também os do Governo, especialmente os do Itamaraty, pelo inestimável apoio que êsse grande órgão da imprensa dispensou à política exterior do Brasil na VIII Reunião de Consulta, esclarecendo com autoridade e independência a opinião pública sobre os seus diferentes aspectos e sôbre o sentido democrático e americanista que inalteravelmente a inspirou. Sua compreensão e apoio representaram desde a primeira hora fator decisivo para a vitória da política independente e construtiva pposta em prática pelo Brasil. Afetuoso abraço”. a) San Tiago Dantas (UH, *Agradecimento à UH*, 02/02/1962, p. 4).

Os efeitos da Conferência, no entanto, não cessariam ainda por um tempo. Poucos dias depois, a revista estadunidense *Newsweek* publicou uma reportagem na qual insinuava que Jango havia feito um acordo com Kruschev para a defesa de Cuba na OEA, notícia

prontamente desmentida pelo governo brasileiro e que foi a manchete das edições do dia 07 de fevereiro: *JANGO: “KRUSCHEV NADA ME PROPÔS; SÓ TENHO COMPROMISSOS COM O BRASIL”*, com uma pequena nota do presidente dizendo que “Meus compromissos são, como se sabe, somente com o Brasil” e com palavras mais intensas de San Tiago Dantas, questionando: “Como é que uma revista estrangeira pode assacar contra um País como o nosso inverdades dessa ordem?”, complementando que “O que é de lamentar é que há setores reacionários no País e não apenas se propõem em divulgar tais mentiras, como se rejubilam com elas” (UH, *JANGO: “KRUSCHEV NADA ME PROPÔS; SÓ TENHO COMPROMISSOS COM O BRASIL”!*, 07/02/1962, p. 4).

Nesse mesmo dia, San Tiago Dantas compareceu à Câmara dos Deputados, atendendo a convocação para comentar com os legisladores sobre sua atuação na Conferência. O UH, que já tinha atentado para o fato de que tal ação era apenas uma forma de constranger tanto Jango quanto Tancredo Neves, fez uma abordagem bastante negativa da ação dos deputados nessa situação. Na capa da primeira edição do dia seguinte, a manchete foi dedicada ao fato, com o clichê *SAN TIAGO: FÔRÇAS OCULTAS EM AÇÃO CONTRA O BRASIL!*, o jornal indicava a tônica da cobertura do caso, apresentando a seção como bastante tumultuada por conta dos inúmeros apartes e acusações de membros da oposição e a postura do próprio Dantas, que teria sido de serenidade perante os fatos “lamentáveis” que ocorreram durante a seção (UH, *SAN TIAGO: FÔRÇAS OCULTAS EM OFENSIVA CONTRA O PAÍS*, 08/02/1962, p. 4).

No texto trazido pela publicação, Dantas teria comentado, basicamente, as mesmas coisas que dissera em uma entrevista à uma emissora no dia anterior, de que a Conferência em Punta Del Este ocorrera com “alto nível de respeito mútuo que nela se manteve, desde a sua instalação até o seu momento final, e pela atitude desassombrada mantida por todos os Estados na luta contra o comunismo subversivo e na luta em defesa da democracia”, embora destacando que não concordara com o resultado dela, uma vez que “a defesa do Direito no mundo em que vivemos para as nações militarmente fracas e que não dispõem de recursos (...) o que se impõe é abroquelarem-se nos ideais da Justiça e no respeito da ordem jurídica, porque essa é a única fortaleza que podemos defender, se queremos defender a civilização” (UH, *SAN TIAGO: FÔRÇAS OCULTAS EM OFENSIVA CONTRA O PAÍS*, 08/02/1962, p. 4).

Apesar de quase todo o discurso e as falas do chanceler terem sido relacionados à Conferência, os apartes encaminharam a discussão para o real motivo da convocação, que era a discussão da Política Interna. O UH citou, nominalmente, dois deputados que teriam iniciado o “tumulto” verificado, que foram Padre Vidigal (PSD/MG) e Abel Rafael (PRP/MG). O primeiro, ao questionar o porquê de Dantas ter ido primeiro à televisão para fazer as declarações, recebeu a resposta que daria a base para a manchete do UH:

porque achei que não devia demorar por mais tempo uma explicação ao público, porque V. Exas. sabem tão bem quanto eu e quanto todos, que poderosas fôrças estão mobilizadas em nosso País, especialmente no Rio de Janeiro, para promover a confusão no espírito público e para desacreditar não só o nosso govêrno, mas o nosso país(UH, *SAN TIAGO: FÔRÇAS OCULTAS EM OFENSIVA CONTRA O PAÍS*, 08/02/1962, p. 4).

Complementando essa resposta em outro aparte, Dantas trouxe os termos “fôrças ocultas” para o debate, resgatando as palavras utilizadas na carta de renúncia de Jânio, além de registrar que, pessoalmente, “como fôrças ocultas, não conheço e não me interessam, mas não temo diante do reacionarismo que não precisa ser desmascarado, porque êle próprio se desmascara nas palavras daqueles que o apresentam à opinião pública (...)” (UH, *SAN TIAGO: FÔRÇAS OCULTAS EM OFENSIVA CONTRA O PAÍS*, 08/02/1962, p. 4).

A reverberação das tratativas em Punta Del Este não continuava apenas no Brasil. Embora o presidente da Argentina, Arturo Frondizi, tivesse apoiado a postura do governo brasileiro na Conferência, ele acabou rompendo com o governo cubano após intensa pressão, sobretudo, das lideranças do Exército argentino, que não aceitaram a posição do governo e tratavam do rompimento com Fidel Castro como uma questão de segurança nacional (Postah, 1981).

Em texto de destaque na capa da primeira edição do dia 09 de fevereiro, UH atribuía tal postura aos “gorilas” argentinos, indicando que o líder do país vizinho “terminou curvando-se aos grupos reacionários de um exército de casta, desligado do povo – os chamados “gorilas”, de sinistra fama no país irmão (...)”, complementando que “a democracia argentina deixou de existir, e a grande Nação vizinha desce politicamente ao nível de uma República Dominicana (...)” e sacramentando que “A partir de ontem, configurou-se em Buenos Aires a existência de uma ditadura militar, até agora apenas disfarçada. Cuba aparece como pretexto para a brutal imposição da lei da selva” (UH, *Lei da Selva em Buenos Aires*, 09/02/1962, p. 1). Embora não tivesse ocorrido nenhum golpe de

Estado na Argentina nesse período, ele acabou se consumando no mês seguinte, com Frondizi sendo deposto por uma junta militar, ficando preso por mais de um ano (Bandeira, 1995).

No editorial “GORILAS” REINAM NA SELVA ARGENTINA, da edição de 30 de março, Silveira retomou o título do texto do início de fevereiro para lamentar, profundamente, os acontecimentos na Argentina. Na cobertura ao longo do mês de março, o UH intercalou a cobertura da Política Exterior intercalando a participação de San Tiago Dantas em uma outra conferência, dessa vez pelo desarmamento, em Genebra, com a situação política que degradingolava na Argentina, na medida em que, com o resultado eleitoral favorecendo candidatos ligados à Peron e a pressão intensa dos militares para a anulação do resultado e a queda de Frondizi, consumada no dia 29 de março.

As palavras do editorialista retomavam a argumentação presente no jornal desde a Conferência em Punta Del Este, embora não creditasse a queda somente aos “gorilas”, mas sim ao próprio Frondizi, que na visão de Silveira instituiu o mandato como “uma sucessão de capitulações”, indicando que o agora ex-presidente argentino não “apelou” para a população, “jamais concitou os trabalhadores argentinos para, a seu lado, opor uma resistência patriótica ao avanço dos ‘gorilas’”, dando a entender que o resultado dessa disputa poderia ser outro (UH, “GORILAS” REINAM NA SELVA ARGENTINA, 30/03/1962, p. 4).

Lamentando o golpe que “enxovalha as tradições democráticas da República vizinha”, o editorial aprofundou mais a linha indicada contra Frondizi, reinterando que a sua “dubiedade” teria contribuído para o aumento de espaço para as movimentações dos militares:

Não há possibilidades de sobrevivência para aqueles governantes que se distanciam do povo, que não interpretam fielmente os seus anseios e que, na hora da crise, a êle não recorrem em busca do apoio ostensivo tão necessário à resistência democrática (...) Êsses generais primários que consumaram o golpe contra a Constituição argentina não imaginam o alto preço que sua aventura custará à Nação. E na hora de “pagar as contas”, há de ser o povo – trabalhadores, camponeses, chefes da família, estudantes e funcionários, homens e mulheres anônimos – quem terá de assumir o ônus de todos os sacrifícios para a reconquista das liberdades democráticas agora esmagadas (...) (UH, “GORILAS” REINAM NA SELVA ARGENTINA, 30/03/1962, p. 4).

A argumentação contida no editorial não deixava de ser um sinal de alerta para Jango sobre a situação política brasileira, indicando a importância do governante de manter as bases sociais que, nas páginas do UH, era uma relação bem consolidada pelo presidente brasileiro, mas que não poderia ser abandonada em nenhuma hipótese, como Frondizi teria feito. San Tiago Dantas lançou uma nota, atestando que “Não cabe ao Governo brasileiro pronunciar-se sobre os acontecimentos que ainda se desenrolam na Argentina”, embora indicando estar “seguro de que toda a Nação brasileira acompanha com emoção e solidariedade o povo argentino na luta, que é de todos os povos americanos, pela preservação das liberdades e pela integridade da democracia representativa” (UH, “*Gorilas em Armas Aceitam Novo Governo*, 30/03/1962, p. 6).

4.2 Jango, os EUA e o UH

O próximo ponto a ter amplo destaque na publicação foi a visita de Jango aos EUA. Já programada há algum tempo, o objetivo da viagem seria “buscar recursos financeiros e discutir temas que dificultavam as relações entre os dois países, sobretudo no tocante às nacionalizações e à questão cubana” (Ferreira, 2011, p. 273-274). Em relação ao primeiro caso, o principal aspecto era relacionado às nacionalizações de empresas estadunidenses realizadas por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, ações que causaram bastante incômodo ao governo estadunidense, sendo um dos pontos fundamentais de indisposição de Kennedy com Jango no momento (Smith, 2015).

O outro aspecto era o econômico, tendo em vista a crise econômica bastante aguda desde o final do governo de JK e que vinha aumentando, ano a ano, sem uma perspectiva de resolução. Com as dificuldades econômicas e com as arestas políticas (além das nacionalizações, a PEI era algo também profundamente incômodo aos estadunidenses) entre os países, Jango viajou aos EUA buscando harmonizar as relações que tornavam-se bastante dificultosas, tendo em vista a imensa dependência econômica brasileira em relação ao país norte-americano (Moniz Bandeira, 1995).

A manchete do UH da edição do dia 03 de abril trazia uma fala de Jango em relação à viagem: - “*MINHA CONVERSA COM KENNEDY SERÁ FRANCA E LEAL*”, sendo que no complemento à essa fala o presidente declarou que via em Kennedy “um homem interessado na melhoria efetiva das condições de vida dos povos latino-americanos” (UH, *Jango e*

Kennedy Terão Conversa Franca e Leal, 03/04/1962, p. 4). Em texto publicado na capa da segunda edição, o jornal indicava que iniciava-se, nesse encontro, “uma nova era nas relações entre nossa América e seu poderoso vizinho do Norte”, tendo em vista o aspecto dinâmico e jovem das duas lideranças, uma vez que ambos, apontados como “o nôvo pensamento que deve comandar as ações entre os povos desenvolvidos e os subdesenvolvidos”, indicando que a questão da idade era importante, uma vez que “não têm o ranço das figuras que ainda querem impor aos povos a política que há um século deu certo (...)” (UH, *A VIAGEM*, 03/04/1962, p. 13). Por fim, a conclusão do texto indicava que:

Haverá um diálogo franco e leal entre os dois Presidentes. É isso que o nosso Jango leva na bagagem. E é isso que Kennedy quer ouvir, cansado que está de ouvir “gorilas” ou representantes de fechadas oligarquias. O Brasil falará como o mais importante país da área subdesenvolvida. Nosso jovem Presidente, representando legitimamente um povo que cresce a passos gigantescos, dialogará com o jovem estadista norte-americano que quer mudar as velhas estruturas do Nôvo Mundo (UH, *A VIAGEM*, 03/04/1962, p. 13)

A viagem foi construída, nas páginas do UH, como uma demonstração de prestígio de Jango perante Kennedy e a elite estadunidense em geral, visando deslegitimar o discurso oposicionista de que o presidente brasileiro era visto como uma ameaça pelos EUA. Na capa da edição do dia seguinte, com a manchete *JANGO AOS AMERICANOS: -“SÓ A AUTODETERMINAÇÃO TRARÁ PAZ E LIBERDADE!”*, com imagens dos dois presidentes em posições de conversa jovial, a publicação enfatizava o clima agradável que existiria no país norteamericano em relação ao líder trabalhista.

Ainda nessa data, UH noticiou que Jango, após sua chegada, almoçou com Kennedy e com Rusk e, em seguida, foi para a sede da OEA inaugurar uma exposição sobre o Brasil e fez um discurso, no qual teria enfatizado, segundo a publicação, que “o Brasil pratica uma política exterior “independente” e que só o princípio de autodeterminação dos povos salvará a unidade das Américas” (UH, *JANGO DEFENDE NOS EUA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS*, 04/04/1962, p. 6). A fala do presidente brasileiro foi publicada na íntegra, aprofundando os pontos já elencados no jornal:

A política externa do Brasil sempre se inspirou nos ideais que presidiram a criação da OEA e sempre pautamos a nossa conduta dentro dos estritos limites do respeito às normas jurídicas reguladoras da convivência internacional (...) Só o respeito de todos a soberania de cada um pode associar dignamente Estados livres e independentes. O princípio que rege, acima de todos, a nossa convivência e que torna possível a nossa unidade é o

princípio da não-intervenção (...) A criação da Organização dos Estados Americanos representa, portanto, o reconhecimento formal por parte de todos os governos que a integram de que a cooperação entre Estados soberanos, por mais íntima que seja, não dá o direito a nenhum deles, nem mesmo à organização que compõem, de atuar em terreno reservado exclusivamente à soberania interna das nações (...) (UH, *JANGO DEFENDE NOS EUA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS*, 04/04/1962, p. 6).

Embora o tom utilizado por Jango fosse jovial e remetesse ao bom relacionamento entre os países, o conteúdo indicava que o governo seguiria as diretrizes da PEI mesmo se tal ponto incomodasse os EUA. O UH continuou a estruturar a cobertura de maneira amplamente positiva, construindo como destaque o ótimo clima entre os presidentes e a acolhedora recepção que era proporcionada à comitiva brasileira em solo estadunidense:

KENNEDY PEDE "BIS" DO ENCONTRO COM JG

RADIOFOTO

JANGO AOS AMERICANOS:
– "SÓ A AUTODETERMINAÇÃO TRARÁ PAZ E LIBERDADE!"

POLÍTICA FLUMINENSE
CINISMO REVOLTANTE

COM o cinismo que caracteriza a improbidade. Com a evidente

O Presidente João Goulart desembarcou às 10 horas da noite, no aeroporto de Andrews, a 39 quilômetros de Washington, onde passou em revista a tropa formada em sua honra (primeira radiofoto, UPI), seguindo, depois, para a "Isa Branca" de helicóptero, em companhia do Presidente Kennedy. Após conferenciar com Felipe Herrera, presidente do IID, foi homenageado com um almoço pelo chefe do governo norte-americano, com quem se reuniu, horas depois (radiofoto, UPI, à direita), na presença do embaixador brasileiro em Washington, do Chanceler San Tiago Dantax e do secretário de Estado Dean Rusk. Deixando "Blair House", onde está hospedado, Goulart discursou às 14.30 horas perante a OEA, afirmando que só a autodeterminação dos povos salvará a unidade continental. (Leia na pag. 6)

ANO XI — Niterói, Quarta-Feira, 4 de Abril de 1962 — N.º 820

Ultima Hora

10 CRUZEIROS

Imagem 06 – Capa da primeira edição do dia 04/04/1962, com imagens que remetem à jovialidade entre os presidentes

Nessa data, Jango foi recebido na Câmara dos Deputados e discursou para os parlamentares estadunidenses, prática pouco comum no período (Ferreira, 2011). Segundo o UH, isso demonstrava a força que o mandatário brasileiro possuía e a influência que ele tinha perante a principal potência mundial na época. Destaque na capa das edições do dia seguinte, o título da legenda para a foto era *JANGO: "SOMOS CONTRA SERVIDÃO ECONÔMICA, O DESPOTISMO E O MÊDO!"*, reafirmando novamente que o Brasil, embora em uma posição subalterna e dependendo da ajuda dos EUA, manteria seus princípios de soberania e autodeterminação intactos:



Imagem 07 – Capas das edições do dia 05/04/1962, tendo como ênfase a foto de Jango discursando ao Congresso Estadunidense.

No editorial dessa data, Paulo Silveira reforçou a importância da postura de Jango na declaração sobre a OEA, indicando que o presidente reafirmava os princípios colocados por San Tiago Dantas em Punta del Este, pontuando que o líder brasileiro reafirmara “que o Brasil tem um conceito de soberania que, muitas vêzes, não é compreendido ou não é aceito

por certos círculos responsáveis de Washington, o que, todavia, não implica em que deva alterá-lo”. Segundo Silveira, com essa postura, “o Sr. João Goulart ter-se-á apresentado como partidário fiel da doutrina de não-intervenção e do respeito à soberania de qualquer Nação, e isto, naturalmente, tornará mais fácil o seu diálogo com nossos vizinhos” (UH, *COLABORAÇÃO E RESPEITO À SOBERANIA*, 05/04/1962, p. 4). Por fim, o texto trazia em seu desfecho o tom impresso pelo UH em relação à viagem:

CONSIDERAMOS que, mais importante que a conclusão de empréstimos e a obtenção de financiamentos em dólares, é para o sr. João Goulart a possibilidade de convencer aos dirigentes dos Estados Unidos da necessidade de uma revisão em certos aspectos da sua política exterior. Pois ninguém tem dúvidas de que, somente depois disto, é que Washington reencontrará, nos países latinos, a simpatia e a receptividade que Roosevelt despertou com a política da “Boa Vizinhança”. Os votos do povo brasileiro são no sentido de que o Presidente João Goulart tenha êxito em seus propósitos (UH, *COLABORAÇÃO E RESPEITO À SOBERANIA*, 05/04/1962, p. 4).

Em relação ao discurso, embora o UH não tenha publicado na íntegra, destacou várias partes que teriam causado grande impacto nos Estados Unidos. Em relação à economia, Jango justificava a situação brasileira como parte de um contexto mundial pós Segunda Guerra Mundial, indicando que o país “sofreu o impacto das bruscas modificações das demandas e ofertas de nossos aliados”, indicando que “os preços dos nossos produtos de exportação permaneceram congelados em níveis muito inferiores ao seu valor real”. Por fim, destacou que os países que receberam ajuda dos EUA após o conflito à determinados países “permitindo-lhes restabelecer, a curto prazo, e mesmo ultrapassar seus níveis anteriores de produção agrícola e industrial”, retomando a necessidade da Aliança Para o Progresso como uma forma de “refazer” esse movimento de ajuda financeira para a América Latina também (UH, *JG AOS EUA: BRASIL COMBATE SERVIDÃO ECONÔMICA*, 05/04/1962, p. 6).

O trecho final destacado pelo jornal enfatizava os pontos trazidos na capa, evidenciando que a viagem de Jango não era uma afronta aos EUA, mas sim uma forma de reaproximar os países que, por determinados “mal-entendidos”, teriam se afastado, mas sem motivos reais, na visão do presidente brasileiro:

Ponho minha confiança em Deus e estou certo de que, poderei contribuir para a paz e felicidade do mundo, eliminando a servidão econômica, o despotismo e o medo, e garantindo as liberdades populares e a segurança pessoal, dentro de um sistema político democrático e representativo ((UH, *JG AOS EUA: BRASIL COMBATE SERVIDÃO ECONÔMICA*, 05/04/1962, p. 6).

O UH destacou também, entre outras coisas, que Kennedy prometera que viria, ainda esse ano ou, no mais tardar, no ano que vem ao país junto com sua esposa, Jackie (UH, *Kennedy Diz Que Vem Êste Ano Com Jackie*, 05/04/1962, p. 6). Além disso, fez uma breve declaração em conjunto com Jango, resumindo os pontos indicados nesses dias de reuniões e tratativas entre eles:

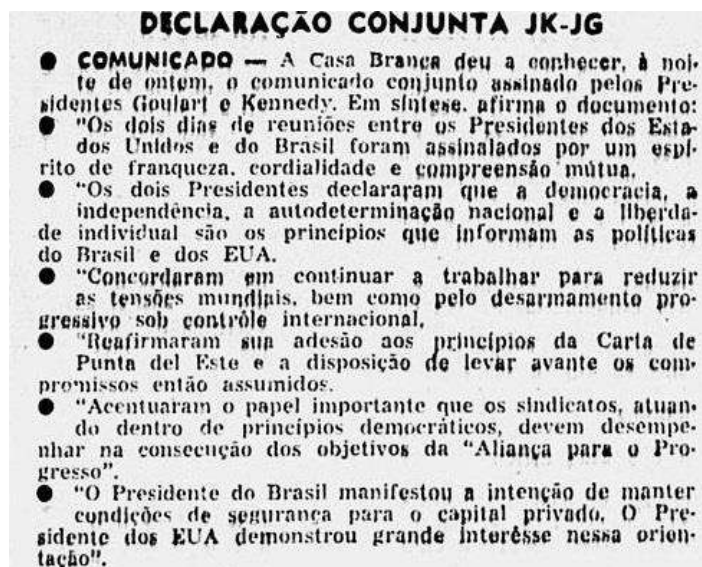


Imagem 08 – Pontos da declaração em conjunto entre os ambos os presidentes, publicada na edição do dia 06/04/1962.

Com os pontos indicados na imagem acima, ficara a impressão de que todos eles estavam estruturados e a reunião tinha sido bem encaminhada. Nesse mesmo dia, foi publicada uma foto da recepção de Jango em Nova Iorque, com direito à “chuva de papéis picados” e muita festa, indicada pelo UH como a forma “com que os novaiorquinos costumam saudar os visitantes bem-vindos”. Em sua breve fala pública, o presidente brasileiro reforçou o caráter acolhedor e teceu inúmeros elogios à cidade, enfatizando que fizera questão de ir até ao local para levar “a expressão da sincera amizade do povo brasileiro” (UH, *Jango Chega a N. Iorque Sob Chuva de Confete*, 06/04/1962). No entanto, nessa mesma reportagem o enviado especial do jornal, José Guilherme Mendes, retratou que a chegada do presidente atrasara por uma medida de segurança, já que havia uma perspectiva de que exilados cubanos na cidade fossem protestar contra a autoridade brasileira. Embora os cubanos não apareceram, no aeroporto algumas pessoas estavam esperando o mandatário brasileiro, com cartazes escritos “Não ajudemos aos que confiscam propriedades norte-

americanas” (UH, *Jango Chega a N. Iorque Sob Chuva de Confete, 06/04/1962*), trazendo um pequeno contraponto à abordagem amplamente positiva da publicação até então:



Imagem 09 – ênfase do UH na chegada de Jango, sob festa, em Nova Iorque (UH, *Sob Chuva de Confete e Serpentina, 06/04/1962*, p. 1).

Ainda finalizando a viagem, o UH deu grande visibilidade (com chamada nas capas das edições do dia 07 de abril) a uma fala de Jango que indicava que o Brasil só aceitaria como ajuda dinheiro que não viesse de capital especulativo, demonstrando que o país sul-americano não aceitaria ajuda que fosse de origem “duvidosa” (UH, *JANGO A WALL STREET: BRASIL REPELE ESPECULADORES, 07/04/1962*, p. 1).

O editorial *MUDARIA O NATAL OU MUDAMOS NÓS?*, das edições do dia 09 de abril, trouxe um texto crítico e irônico à alguns membros da elite e da imprensa estadunidense. Silveira destacou que, antes da viagem, havia uma atmosfera bastante negativa em relação à proximidade entre EUA e Brasil, citando o líder do governo no Senado, o democrata Mike Mansfield, que declarara que Kennedy deveria “evitar assumir obrigações pesadas no país em face da ausência de uma iniciativa clara e determinada de parte do Brasil para enfrentar suas dificuldades mais profundas” (UH, *MUDARIA O NATAL*

OU MUDAMOS NÓS?, 09/04/1962, p. 4). Além disso, Silveira destacou que “Procurava-se criar uma sensação de intranqüilidade, de desconfianças e temores, tudo, naturalmente, visando a impressionar, pelo pessimismo, os meios econômicos e financeiros ianques, públicos e privados, com interêsses no Brasil” (UH, *MUDARIA O NATAL OU MUDAMOS NÓS?*, 09/04/1962, p. 4). No entanto, tal perspectiva teria mudado com a visita de Jango, indicando que havia um humor bem melhor na imprensa e nos investidores a partir das palavras e dos atos do mandatário brasileiro, o que demonstraria que o cenário sombrio pintado por vários nomes da elite estadunidense não fariam muito sentido:

É quase um milagre. Em pouco mais de trinta dias saímos da beira do abismo para uma posição mais que lisonjeira, do ponto de vista dos amigos ianques. Ou, então, não estávamos “à beira do abismo” e tôdas as críticas que se nos faziam não passavam de uma tentativa de “lavagem cerebral” do Sr. João Goulart, pouco antes de sua partida para Washington (UH, *MUDARIA O NATAL OU MUDAMOS NÓS?*, 09/04/1962, p. 4).

A partir das edições do dia seguinte, foi publicada uma série de reportagens feitas pelo próprio Samuel Wainer. Na apresentação dos textos (o primeiro foi publicado diretamente nas capas das edições, ocupando praticamente metade da página), intitulada *A Longa Jornada de São Borja a Washington Inaugura um Marco Histórico no Continente*, o UH indica que o proprietário da empresa:

Embora convidado para integrar a comitiva que acompanhou o Presidente Goulart àquele país, preferiu o Sr. Samuel Wainer retornar, temporariamente, aos seus velhos tempos de repórter e, seguindo para ali, dias antes da viagem presidencial, colhêr, mais completamente, impressões e informações em tôrno dêsse importante acontecimento (UH, *A Longa Jornada de São Borja a Washington Inaugura um Marco Histórico no Continente*, 10/04/1962, p. 1).

Indicando que, nas abordagens, Wainer agiria “com a mesma objetividade e isenção que sempre caracterizaram a sua atividade profissional”, traria “seu depoimento pessoal aos 350.000 leitores que, diariamente, procuram em nossos jornais manter-se atualizados em relação a todos os problemas que afetam a vida e o destino de nosso País” (UH, *A Longa Jornada de São Borja a Washington Inaugura um Marco Histórico no Continente*, 10/04/1962, p. 1). Nesse primeiro texto, o jornalista fez uma comparação direta desse encontro com outro ocorrido em 1941, entre Roosevelt e Vargas, que teria gerado a construção da Usina de Volta Redonda, “marco da gigantesca arrancada do Brasil para a sua industrialização”, indicando que em toda sua trajetória profissional nunca havia presenciado

ou noticiado a recepção estadunidense dada a um líder sulamericano, frisando que a postura “digna, independente e franca” teria sido o “fator que melhor impressionou os círculos dirigentes americanos e abriu perspectivas de um novo diálogo entre ambos os países” (UH, *A Longa Jornada de São Borja a Washington Inaugura um Marco Histórico no Continente*, 10/04/1962, p. 1).

Ainda nesse primeiro texto, Wainer indicou que até Herbert Levy, uma das principais lideranças da UDN e que também estava em Nova Iorque no período, foi convidado para acompanhar as atividades de Jango e teria elogiado o presidente. O jornalista indicava o contraste entre o período anterior à chegada do presidente brasileiro, com a opinião pública instigada pela imprensa possuía uma visão bastante negativa do mandatário brasileiro e, durante os seis dias da visita, tal postura teria mudado consideravelmente.

Um outro destaque teria sido o discurso do presidente no Congresso que, segundo Wainer, é o local no qual se encontra a “fôrça real dos Estados Unidos”, que “representa o todo americano, desde o Oeste isolacionista até o Sul reacionário” (UH, *A Longa Jornada de São Borja a Washington Inaugura um Marco Histórico no Continente*, 10/04/1962, p. 1). Por fim, o tom altamente otimista do jornalista indicava que, definitivamente, após essa visita e seus encaminhamentos, Jango passara a ser visto como uma liderança de respeito mundial:

Afirmando claramente que o Brasil recusava-se a participar, incondicionalmente, de qualquer bloco político ou militar, que o Brasil achava imperioso o início de um desarmamento gradual, mas efetivo, que o Brasil acreditava que a coexistência entre o mundo capitalista e socialista poderia resultar em conseqüências benéficas para para o progresso da Humanidade e que só assim, mediante uma competição permanente e audaciosa acabaria o sistema democrático por provar a sua superioridade sobre o regime comunista (...) Jango repetiu, cara a cara com representantes mais legítimos da plutocracia americana, que não era o comunismo a maior ameaça que pesava sobre a América Latina, mas a miséria, o atraso, o desajustamento social, a ignorância e a exploração, em pronunciamentos feitos sempre em tom moderado e modesto (...) o ambiente de hesitação, dúvidas e suspeitas que cercou no primeiro momento a delegação chefiada pelo Sr. João Goulart, dissipou-se por completo (UH, *A Longa Jornada de São Borja a Washington Inaugura um Marco Histórico no Continente*, 10/04/1962, p. 1).

NITERÓI: CÂMARA MUNICIPAL DEBATE HOJE O AUMENTO DO FUNCIONALISMO

★ TRIUNFAL RECEPÇÃO A JANGO NO MÉXICO: "ALIANÇA COM BRASIL É INDESTRUTÍVEL" (P. 6)

CLASSES PRODUTORAS TENTAM EVITAR INTERVENÇÃO FEDERAL

Friburgo Parou Para Receber Selecionado



LEOPOLDO HEITOR DEPOIS EM NITERÓI E POLICIA APURA NOVOS CRIMES DA "GANG" DO SACOPÁ



"Leões" Realizaram Convenção Distrital

BARGANHA IMORAL

SOCAIYUVA CUNHA

Ultima Hora

Zero Hora

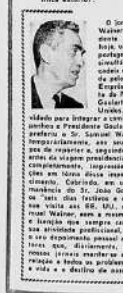
Reunido

JUSTIÇA LIBEROU O PREÇO DO LEITE: "LOCKOUT" ACABA HOJE

A Longa Jornada de São Borja a Washington Inaugura um Marco Histórico no Continente

Encontro Entre Jango e Kennedy Poderá Ser Tão Importante Para a Paz Quanto o Foi Para a Guerra e Encontro, em Natal, Entre os Presidentes Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt

WASHINGTON, DC. — O encontro de João Goulart com o presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, em Washington, DC, em 1962, é considerado um marco histórico na história das relações internacionais. O texto discute o contexto político da época, a importância do encontro para a paz e a diplomacia brasileira, e menciona o encontro anterior entre Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt em Natal. O artigo também aborda a situação econômica do Brasil e a política externa de Goulart.



Samuel Wainer

Uma longa jornada de São Borja a Washington inaugura um marco histórico no continente. O encontro entre Jango e Kennedy poderá ser tão importante para a paz quanto o foi para a guerra...

Encontro entre Jango e Kennedy poderá ser tão importante para a paz quanto o foi para a guerra e encontro, em Natal, entre os presidentes Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt.

Uma longa jornada de São Borja a Washington inaugura um marco histórico no continente.

Imagem 10 – Capa da primeira edição do UH, do dia 10/04/1962, com destaque para o início da série das reportagens de Samuel Wainer sobre a visita de Jango aos EUA.

No segundo texto da série, intitulado *“FRONT” DA REAÇÃO NORTE-AMERICANA NÃO CONSEGUIU SABOTAR DIÁLOGO DA VERDADE ENTRE JANGO E KENNEDY*, Wainer louvou Kennedy e indicou que a Guerra Fria era uma disputa “cada vez mais remota”, afirmando que os republicanos eram mais inclinados ao conflito. O proprietário do UH salientou em sua argumentação que esse cenário era o ideal para a viagem de Jango, uma vez que ele encontrava um campo ideal para demonstrar os princípios que norteavam seu governo e acabar com a desconfiança reinante nos círculos políticos estadunidenses (UH, *FRONT” DA REAÇÃO NORTE-AMERICANA NÃO CONSEGUIU SABOTAR DIÁLOGO DA VERDADE ENTRE JANGO E KENNEDY*, 11/04/1962, p. 4).

Ainda sim, Wainer indicava o perigo que ainda prevalecia nesse meio, uma vez que “entre as mais poderosas correntes econômicas e sociais (...) prevalece o conceito negativo dos que desejam que o Brasil – como toda a América Latina – continue a receber o tratamento de países semicoloniais”. Elogiando bastante o comunicado em conjunto publicado pelos dois presidentes, o jornalista indicou que o mandatário estadunidense estaria bastante empenhado em deter os setores mais reacionários da sociedade, predisposto a valorizar o crescimento dos países sul-americanos e, politicamente, lutar contra governos de verniz tanto da “ditadura de extrema-esquerda de Castro” como contra a “virtual ditadura militar de extrema-direita dos ‘gorilas’ argentinos”, sendo que o país norte-americano caminharia para uma abertura mais ampla ao diálogo com o Brasil e outras nações do sul do continente americano (UH, *FRONT” DA REAÇÃO NORTE-AMERICANA NÃO CONSEGUIU SABOTAR DIÁLOGO DA VERDADE ENTRE JANGO E KENNEDY*, 11/04/1962, p. 4).

Por fim, Wainer publicou uma confidência que Jango teria lhe feito reservadamente, após uma reunião, a portas fechadas, em Washington, em conjunto com “os Ministros Moreira Salles e San Tiago Dantas, o Embaixador Roberto Campos e os nove assistentes e conselheiros que planificam e executam a ação interna e externa do Govêrno Kennedy”, cuja síntese seria a seguinte:

Estou profundamente impressionado com o que me foi dado ver e ouvir durante os contatos que mantive com Kennedy e seus principais assessôres. Nunca pensei encontrar entre eles informações tão precisas sôbre os problemas atuais do Brasil e a importância que nosso País assumiu no plano internacional. E muito menos ainda a mentalidade arejada, a humanização capitalista, a profunda convicção social e democrática de que estão imbuidos. Estou convencido de que esta é a América que vai prevalecer e,

por isso mesmo, hoje, compreendo melhor por que as mesmas fôrças que combatem o meu govêrno no Brasil, são as que aqui estão permanentemente mobilizadas para impedir que o imenso prestígio popular, que cresce em tôrno de Kennedy, o impeça de ir ainda além na sua luta pela preservação da paz e da democracia no mundo (UH, *FRONT” DA REAÇÃO NORTE-AMERICANA NÃO CONSEGUIU SABOTAR DIÁLOGO DA VERDADE ENTRE JANGO E KENNEDY*, 11/04/1962, p. 4).

Tais pontos elencados no excerto trazem muitos aspectos defendidos politicamente por Jango e presentes no discurso de Vargas, sendo pilares da cultura política trabalhista. Complementando tais aspectos, Wainer relatou um encontro que ele próprio teve com Kennedy, em um *coffee break* realizado na Casa Branca. Ao ser apresentado ao presidente estadunidense como “diretor de uma cadeia de jornais brasileiros que freqüentemente assumem posição crítica aos Estados Unidos”, o mandatário estadunidense “retirou de seu bôlso uma caneta e a esgrimou como se fôsse uma espada” (UH, *FRONT” DA REAÇÃO NORTE-AMERICANA NÃO CONSEGUIU SABOTAR DIÁLOGO DA VERDADE ENTRE JANGO E KENNEDY*, 11/04/1962, p. 4), sendo que o jornalista teria respondido-o da seguinte forma:

Pode guardar a sua espada, Presidente, disse-lhe êste correspondente. Nossos jornais não são contra o povo americano, mas jamais deixarão de atacar ou criticar os grupos reacionários que se opõem ao nosso progresso e emancipação. Pode estar certo, entretanto, que aquêles que no Brasil o apóiam e aplaudem, incondicionalmente, como Presidente dos Estados Unidos, amanhã o atacariam se o senhor fosse Presidente do Brasil. E, seríamos nós, de ULTIMA HORA, certamente, os únicos com que poderia contar desinteressadamente se aplicasse, no Brasil, a mesma linha democrática e progressista que seu govêrno vem promovendo aqui (UH, *FRONT” DA REAÇÃO NORTE-AMERICANA NÃO CONSEGUIU SABOTAR DIÁLOGO DA VERDADE ENTRE JANGO E KENNEDY*, 11/04/1962, p. 4).

Além da cobertura da viagem em si, Wainer aproveitava o espaço para fortalecer o papel de seu próprio jornal no contexto, buscando consolidar a imagem do UH como um instrumento não só comunicativo (embora fosse seu principal aspecto), mas também político, um espaço ativo nas disputas dentro desse campo, sobretudo, com pautas progressistas naquele contexto.

No último texto da série, intitulado *SEM LEILOAR NOSSA INDEPENDÊNCIA JANGO TRAZ DOS ESTADOS UNIDOS A MELHOR CARTA DE CRÉDITO QUE O BRASIL PODERIA DESEJAR*, Wainer passou a exaltar as negociações econômicas (que

seria o principal pedido de Jango a Kennedy) e indicar que o governo brasileiro fizera um “excelente” negócio com os estadunidenses. O jornalista ironizou aqueles que esperavam que o presidente voltasse com “os bolsos recheados de dólares”, afirmando que “quem conhece a frieza, o realismo e a ortodoxia que orientam as operações do complexo organismo financeiro internacional e nacional, montado em Washington”, saberia que voltar para o país com uma carta de crédito era “o maior triunfo da vitoriosa jornada do Presidente Goulart aos Estados Unidos”, torcendo para que esse “privilégio” fosse utilizado da melhor forma possível pelo governo em prol da população brasileira (UH, *SEM LEILOAR NOSSA INDEPENDÊNCIA JANGO TRAZ DOS ESTADOS UNIDOS A MELHOR CARTA DE CRÉDITO QUE O BRASIL PODERIA DESEJAR*, 12/04/1962, p. 4).

Wainer enfatizou, novamente, o clima de respeito instituído entre as delegações, indicando que, na argumentação utilizada por Jango, o Brasil “preferia pagar com suor e sangue o preço de seu progresso e emancipação” de ter que “negociar sua independência em troca de financiamentos e investimentos que a longo curso se transformariam em focos de subversão social e política em nosso País”. O presidente brasileiro teria indicado também que, para os Estados Unidos, era de extrema importância o país sul-americano estar bem organizado e estruturado economicamente e, por conta disso, era interessante também para eles o auxílio aos brasileiros (UH, *SEM LEILOAR NOSSA INDEPENDÊNCIA JANGO TRAZ DOS ESTADOS UNIDOS A MELHOR CARTA DE CRÉDITO QUE O BRASIL PODERIA DESEJAR*, 12/04/1962, p. 4).

Na argumentação estruturada por Wainer, havia dois pontos fundamentais para a postura do governo brasileiro: a autonomia de investimentos para evitar que o Brasil se tornasse uma “nova” Argentina e que o governo não ficasse refém de órgãos mundiais para a forma de seus investimentos, lembrando as situações envolvendo o FMI e JK, na década passada (Benevides, 1976). Embora o jornalista relatasse algumas manobras, feitas por vários grupos nos EUA, para evitar possíveis auxílios tanto ao Brasil como às outras nações que não votaram a favor da suspensão de Cuba da OEA, o texto foi finalizado como uma fala benevolente de Kennedy à Jango, indicando que, embora ainda existissem muitas reticências nessas negociações, o tom predominante era de otimismo e de melhorias na relação: *nossos povos nos tornamos melhores vizinhos em virtude de sua visita. Essa visita fortaleceu nos EE. UU. a consciência da fidelidade inabalável no Brasil aos princípios da liberdade e de sua dedicação aos ideais da democracia, do progresso econômico e da justiça social* (UH, *SEM*

LEILOAR NOSSA INDEPENDÊNCIA JANGO TRAZ DOS ESTADOS UNIDOS A MELHOR CARTA DE CRÉDITO QUE O BRASIL PODERIA DESEJAR, 12/04/1962, p. 4).

Ainda nesse mesmo dia, as capas das edições do UH foram dedicadas ao retorno de Jango ao Brasil, após sua estadia no México, construindo um panorama de enorme triunfo e triunfo incontestável de tal acontecimento, com o presidente declarando que “Cumpri com o meu dever. O governo brasileiro foi recebido com tóda a consideração pelo govêrno e pelo povo norte-americano”, sendo que o jornal complementou que a recepção da população fora “eufórica”, demonstrando a popularidade e a força da figura do presidente (UH, *JANGO VOLTOU AO BRASIL*, 12/04/1962, p. 1):



Imagem 11 – Destaque da parte superior da capa da primeira edição do UH do dia 12/04/1962, enfatizando tanto a partida de Jango do México quanto sua chegada ao Brasil.

Jango passara mal no México e, por conta de seus problemas cardíacos, o UH indicara que não fora nada grave, mas que o presidente deveria ter uma rotina mais “regrada” para pensar em sua própria saúde. Tal notícia teria mexido bastante com o panorama em Brasília,

embora logo fosse desmentida a hipótese de algo mais sério (UH, *Jango (Restabelecido) Reassume Comando da Nação*, 13/04/1962, p. 4).

No entanto, toda esse otimismo estruturado pelo UH não foi concretizado, necessariamente, em números. De um montante de quase 150 milhões de dólares negociados, cerca de 35 foram liberados, uma vez que haviam inúmeras pendências relacionadas ao descumprimento de normas de outros valores relacionados ao FMI no passado, fazendo com que o governo e as empresas dos Estados Unidos tivessem uma postura mais cautelosa em relação à liberação de verbas para o Brasil (Loureiro, 2017). Além disso, havia também um outro fator, que era a possível ligação de Jango com comunistas ou lideranças sindicais próximas à esses grupos, aspecto que incomodava bastante Kennedy e várias lideranças estadunidenses, sendo que muitos desses nomes não se convenceram da disposição do presidente brasileiro em abrir mão do contato com esses nomes (Loureiro, 2020).

4.3 A crise dos mísseis e a postura do governo brasileiro

Com a crise estruturada pela sucessão do gabinete de Tancredo Neves, já abordada no tópico sobre o Parlamentarismo, a situação em relação à PEI ficou bastante complexa no já fragilizado no restante do governo de Jango. Com o retorno de Afonso Arinos à titularidade da pasta de Relações Exteriores, a tônica da política externa seria mantida, embora enfrentando uma resistência cada vez maior, uma vez que as polêmicas em relação às posições brasileiras ganhavam cada vez mais vulto. Em discurso no Senado tendo partes transcritas no UH, Arinos indicou que a imagem do Brasil estava fortalecida mundialmente e que o único grupo que, aparentemente, sentia insegurança em relação à tal orientação do governo seria apenas a elite brasileira:

O que precisamos fazer nesse momento é terminar com a onda de ódios, de recriminações, de pavor organizado que se serve de várias razões, inclusive da política externa do Brasil, a fim de tentar dar ao povo uma sensação de insegurança. Até agora tem sido pouco convincente essa preocupação de criar atmosfera e só tem tido êxito nas classes que compõem as elites do País. Temos de encontrar nessa nacionalidade, na firmeza dêste povo, na nossa confiança, no seu exemplo, aquela força necessária para obter o aplacamento dos ódios reinantes e a eliminação da incompatibilidade que cada vez se acentua entre grupos das classes e elites dominantes do país (UH, *Arinos: Povo Tranquilo e Elites em Pânico*, 24/07/1962, p. 4).

No entanto, com a renúncia do gabinete Brochado da Rocha, o curto período de Arinos à frente do ministério chegava ao fim, sendo substituído por Hermes Lima, que acumulou a pasta junto com o cargo de Primeiro Ministro. Em sua gestão, a principal questão enfrentada foi a contenda envolvendo Cuba, travada entre EUA e URSS, em relação à instalação de uma base de mísseis soviética no país caribenho, crise que é considerada o momento mais “quente” de todo o período da Guerra Fria (Munhoz, 2020).

A partir do dia 04 de outubro, as edições do UH voltaram seu foco para a discussão e a interação do governo brasileiro em relação ao assunto. Em uma fala específica sobre o caso, Hermes Lima apontou que o governo brasileiro não aprovaria uma nova tentativa de invasão armada dos EUA em Cuba baseada em cinco princípios:

- 1** O Brasil é solidário com outros países da América no sentido de preservar o continente contra uma influência comunista que possa pôr em perigo as instituições democráticas e representativas;
- 2** Dentro deste critério geral, os meios de defesa e preservação pertencem, soberanamente, à legislação de cada país;
- 3** O Brasil, pela vida democrática que está tendo, dá uma demonstração à América da vitalidade de suas instituições democráticas, pois, dentro de alguns dias, teremos eleições, que se realizarão com ordem e tranquilidade.
- 4** O Brasil é um País que defende o princípio da autodeterminação, não por causa de Cuba, mas porque esse princípio encerra uma verdade de natureza política e moral adequada à coexistência dos povos e ao respeito recíproco que eles se devem.
- 5** Assim como reconhecemos a Cuba o direito de armar-se defensivamente, reconhecemos a qualquer outro país americano esse direito — ou porque se sintam ameaçados por contingência de sua localização geográfica ou porque sintam a necessidade de medidas excepcionais em defesa de sua segurança interna, mas não apoiamos a formação de alianças militares de blocos de nações americanas, que tenham propósitos agressivos ou que não estejam de acordo com os tratados vigentes e com a carta da ONU.

Imagem 12 – Cinco pontos elencados por Hermes Lima para justificar a posição brasileira na questão entre EUA e Cuba (UH, “PREMIER”: BRASIL NÃO ACEITARÁ INTERVENÇÃO MILITAR EM CUBA!”, 04/10/1962, p. 4).

Ainda nessa mesma reportagem, os pontos foram justificados pelo UH como uma extensão “natural” de todas as tratativas feitas, até então, segundo as diretrizes da PEI, demonstrando coerência de Hermes Lima com os pontos elencados por seus antecessores (UH, “PREMIER”: BRASIL NÃO ACEITARÁ INTERVENÇÃO MILITAR EM CUBA!”, 04/10/1962, p. 4).

Em reuniões de chanceleres na sede da *Organização das Nações Unidas* (ONU), Afonso Arinos (que viajou representando Hermes Lima) seguia mantendo as bases da PEI e defendia, em várias situações, a postura brasileira em relação ao caso, não apoiando os Estados Unidos em seu esforço para cercar e isolar Cuba (UH, *BRASIL MANTÉM PRINCÍPIO DE NÃO-INTERVENÇÃO*, 09/10/1962, p. 4). Dois dias depois, em notícia publicada pelo UH vindo da agência *France Press* (FP), a OEA decidira por adotar medidas contra Cuba, que seriam “destinadas a contrabalançar a penetração do comunismo castrista no hemisfério ocidental”. As delegações do Brasil, México e Haiti haviam se contra posto à resolução, uma vez que a declaração “era um simples comunicado de imprensa e não projetava absolutamente a adoção de medidas do Conselho” (UH, *OEA ADOTA MEDIDAS CONTRA CUBA: BRASIL, MÉXICO E HAITI OPÕEM-SE*, 11/10/1962, p. 6). No entanto, essa perspectiva foi ignorada e a pressão dos países sobre Cuba aumentou, indicando que o país continuava cada vez mais isolado dentro do próprio continente (Moniz Bandeira, 2009).

Os eventos relacionados, nesse período, à disputa entre EUA e Cuba não tiveram espaço de maneira protagonizada no UH, uma vez que o foco do jornal era a cobertura do processo eleitoral que ocorrera no país. Nas páginas do jornal, a política interna ganhava uma maior preponderância, embora as questões internacionais não perderam espaço (mas praticamente todas as notícias publicadas sobre o assunto eram das agências de propaganda mais tradicionais). Com os esforços, posteriores à eleição, voltados para a campanha pela antecipação do Plebiscito, novamente os tópicos relacionados às relações internacionais foram perdendo espaço, embora não foram abandonadas pela publicação.

Nas capas das edições do dia 23 de outubro, a manchete *KENNEDY ORDENOU BLOQUEIO A CUBA!* trouxe o assunto para o protagonismo no jornal, indicando que Cuba estaria cercada pelo exército estadunidense e que o presidente lançara um “apelo” a Krushev, para o líder soviético acabar com essa situação “retirando de Cuba todo o arsenal bélico entregue pelos soviéticos à Fidel Castro”, indicando que consideraria qualquer tipo de ataque vindo de Cuba a qualquer país americano como “um ataque da URSS aos EUA” (UH, *KENNEDY ORDENOU BLOQUEIO A CUBA!*, 23/10/1962, p. 1).

A declaração de Kennedy foi publicada na íntegra no UH a partir da agência de notícias *United Press International* (UPI), no qual o presidente estadunidense indica que a ação soviética de instalação de bases já era algo previsto em Cuba e que teriam feito com o

propósito de atacar os EUA, ato considerado imprudente pelo orador. A ação soviética seria uma imensa violação à relação entre eles, pela gravidade de fazer essas ações em Cuba:

a rápida é extraordinária concentração de foguetes comunistas numa região bem conhecida por sua especial e histórica relação com os Estados Unidos e as Nações do Hemisfério Ocidental, violando as garantias dadas pela União Soviética e desafiando a política norte-americana e hemisférica, esta repentina e clandestina decisão de situar bases estratégicas pela primeira vez fora do solo soviético, e uma modificação injustificada e deliberadamente provocadora no estado legal vigente que não pode ser aceito por êste país, se é que nossa coragem e nossos compromissos hão que ter a confiança de amigos ou inimigos no futuro (...) Não arriscar-nos prematuramente ou sem necessidade o custo de nos envolvermos em uma guerra mundial, na qual até os frutos da vitória seriam cinzas na boca, mas tampouco deixaremos de enfrentar êste risco em qualquer momento que se o deva fazer (UH, *Kennedy Faz Último Apêlo a Kruschew e Ordena Bloqueio Naval a Cuba*, 23/10/1962, p. 6).

Também em uma notícia da UPI, em uma pequena nota na página, UH deu espaço para a resposta russa, a partir dos comentários de Yuri Lukyanov, indicando que os Estados Unidos “levantam seu punho armado sôbre Cuba” (...) “e uma vez mais ameaça a paz e a tranqüilidade dos povos” (UH, *MOSCOU DENUNCIA AGRESSÃO A CUBA*, 23/10/1962, p. 6). No dia seguinte, as capas das edições foram ainda mais explícitas, trazendo como manchete *ALARMA GERAL NO MUNDO!*, chamando a atenção que o Brasil mantinha sua postura contra o uso da violênncia no caso, mas que a situação encaminhava-se, cada vez mais, para tal (UH, *ALARMA GERAL NO MUNDO!*, 24/10/1962, p. 1).

Ainda na capa, foi publicada a declaração do representante brasileiro em reuniões da OEA, o embaixador Ilmar Pena Marinho, que sustentou a posição vinculada aos princípios da PEI, justificando sua posição na última reunião, sendo que o Brasil aprovava a resolução que previa medidas contra Cuba caso fosse encontrado material bélico no país, mas não votou a favor para a utilização da violência para uma possível intervenção no país caribenho. Segundo a nota divulgada:

O bloqueio ou emprêgo de força armada a que se refere o artigo oitavo do Tratado do Rio de Janeiro é entendido pela delegação brasileira como aquelas medidas tendentes a impedir que novos carregamentos de armas cheguem a Cuba. Esta interpretação e êste voto são coerentes com a resolução oito de Punta del Este, aprovada pelo Brasil na parte em que se refere a impedir o envio de armas a Cuba. O bloqueio ou emprêgo de fôrça armada não podem ser confundidos, nos termos do artigo oito do Tratado do Rio, com bloqueio total dos navios em Cuba ou que demandam Cuba ou com a invasão dêsse país (UH, *NOTA DO CONSELHO DE MINISTROS DO BRASIL*, 24/10/1962, p. 1).

Diferente das edições usuais, nesse dia a primeira foi praticamente tomada pelo assunto, tendo grande parte de seu conteúdo relacionado ao tema e com grande presença de notícias de agências internacionais. Em um texto próprio do UH (sem identificação de autoria), intitulado *DEVER DA NAÇÃO: APOIAR O GOVÊRNO PARA MANTER A PAZ*, a publicação faz uma reflexão que sintetiza, de maneira geral, os princípios apresentados nesses últimos anos em relação à PEI, bem como reforçando os aspectos centrais da argumentação do jornal que permitem identificá-lo dentro do campo da cultura política trabalhista:

NO dia mesmo em que a Organização das Nações Unidas vê passar o 17º aniversário de sua fundação, reúne-se o Conselho de Segurança para debater talvez o mais grave problema de sua existência. Assim, paradoxalmente, a data que deveria ser comemorada, hoje, em todo o mundo como um degrau a mais na longa caminhada para a consolidação da paz no mundo, poderá vir a marcar, ao contrário, o ponto fatal de partida para a destruição de todo o patrimônio de civilização, cultura e justiça social alcançado pela Humanidade através milênios de suor, sangue e lágrimas (...) Á FRENTE dos destinos do Brasil encontra-se, felizmente, neste difícil momento, um govêrno de raízes populares, nacionalistas e pacíficas – condições que mais realce adquirem se se levar em conta os resultados eleitorais recentes que, em todo o território nacional, só confirmam e robustecem a orientação que vimos seguindo no campo das relações exteriores (UH, *DEVER DA NAÇÃO: APOIAR O GOVÊRNO PARA MANTER A PAZ*, 24/10/1962, p. 3).

Ainda nesse texto, o UH conclamava a união de todos os grupos políticos frente à esse momento difícil, além de elogios bastante intensos à Hermes Lima. Esse também divulgou um pronunciamento, pedindo calma à população (havia notícias no jornal de estabelecimentos que estavam fechados e pessoas que começavam a estocar comida em casa, com medo do início de um novo conflito), indicando que confiava que a solução para o caso seria a melhor possível e que confiava nos meios diplomáticos para tal (UH, *HERMES LIMA: O INDISPENSÁVEL É MANTER A PAZ*, 24/10/1962, p. 6). O premiê também defendeu o direito de Cuba de exercer qualquer tipo de governo, pois era exatamente a soberania nacional que era o ponto tão defendido pelo Brasil (muitos deles já apresentados no texto da própria publicação):

O FATO de existir em Cuba um regime socialista não quer dizer, também, que êste regime não é americano. A América Latina não está enfeudada à nenhum interêsse de dentro ou de fora, que a obrigue a manter um regime em que o povo não encontre condições para melhorar seu nível da vida. O que urge defender em Cuba é o direito de realizar aquêle país a experiência

política que está realizando (...) A política internacional do Brasil não perderá os seus rumos, inclusive na defesa das nossas experiências políticas. Renovo meu apêlo para que confiem na política internacional do Brasil. Não pactuaremos com nenhuma ação que vise a roubar de um povo o direito de se governar (UH, *DEVER DA NAÇÃO: APOIAR O GOVÉRNO PARA MANTER A PAZ*, 24/10/1962, p. 6).

Nas edições do dia seguinte, o clima ficara ainda mais alarmante: com a manchete *Clamor Mundial: - Salvar a Paz!*, o UH indicava que o conflito era iminente. No caso do Brasil, a publicação chamava atenção para a manutenção da posição do governo a partir de falas de Hermes Lima, além de uma foto sinalizando que houvera conflito na entrada do Itamaraty, entre grupos que defendiam ou se opunham à Cuba:



Imagem 13 – Capa da primeira edição do UH, do dia 25/10/1962

Ainda na capa, no texto *Congresso ao Lado do Presidente: “Paz com Independência”*, o UH valorizava a declaração feita por Ranieri Mazzilli, no Congresso, de que os parlamentares apoiavam a perspectiva do governo brasileiro em não aprovar o uso de violência para o caso cubano. Para o jornal, tal aspecto era um indicativo de como as ações da política externa do governo foram importantes e que o caminho pavimentado até então, pela perspectiva da PEI, traziam frutos que eram reconhecidos até pela oposição (UH, *Congresso ao Lado do Presidente: “Paz com Independência”*, 25/10/1962, p. 1).

O jornal retratara também o discurso de Jango proferido na abertura da 51ª Conferência Interparlamentar, que reunia lideranças de mais de 40 países para tratar de pautas relacionadas à questões parlamentares e que fossem de interesse em comum entre seus membros. Em sua fala, o presidente brasileiro sintetizou todos os pontos em que ele e membros do governo já haviam explorado, defendendo a convivência pacífica entre as nações, o desarmamento urgente e pedindo um entendimento entre os membros do grupo para tentar influenciar no processo, indicando que “a política externa exprime, de modo muito sensível, os sentimentos, as forças e os valores que orientam e definem a política interna”, finalizando que a paz seria “a condição indispensável à sobrevivência de todos os povos” (UH, *PRESIDENTE E CONGRESSO: APÊLO À PAZ COM INDEPENDÊNCIA*, 25/10/1962, p. 6).

Nessa data, o UH retratou também manifestações e notas de várias entidades sindicais, todas contrárias ao bloqueio imposto pelos EUA. O tom foi mantido no dia seguinte, indicando urgência em suas páginas, embora com um fio de esperança, uma vez que Kennedy e Krushev estavam inclinados a um diálogo para a resolução do caso. Em um texto próprio da publicação, intitulado *DEVER DO POVO: DEFENDER A ORDEM INTERNA CONTRA OS FOMENTADORES DA GUERRA*, a perspectiva adotada era contra os “fomentadores de guerra” e “agitadores impatriotas”, que estariam criando um clima de medo e indefinição no país. Embora o texto não explicita tal ponto, o recado seria contra, sobretudo, o grupo de oposição ao governo, que estaria aproveitando do pânico a nível mundial para fomentar a desordem interna também no país (UH, *DEVER DO POVO: DEFENDER A ORDEM INTERNA CONTRA OS FOMENTADORES DA GUERRA*, 26/10/1962, p. 1).

Em uma entrevista coletiva, o embaixador cubano no Brasil, Joaquim Hernandez Armas, reiterou que o governo cubano já esperava uma invasão, frente às ações dos EUA

que já vinham de algum tempo: “É difícil (...) lograr uma posição serena de parte dos EUA, pois se quisessem isto não teriam feito o bloqueio (...) Acreditamos agora que esta crise só poderá ser vencida de uma maneira: lutando” (UH, *EMBAIXADOR DE CUBA A “UH”*: “ACEITAMOS INSPEÇÃO DA ONU”, 26/10/1962, p. 2).

No entanto, a conciliação foi destacada nas capas das edições do dia 29 de outubro, cuja manchete *URSS DESMONTARÁ AS BASES EM CUBA* indicava que Krushev e Kennedy haviam chegado a um entendimento para não desencadear um conflito direto entre eles. Ainda na primeira página, houve destaque para declaração de Hermes Lima, de que “a decisão soviética era a notícia mais desejada e ansiosamente esperada no mundo inteiro”, exaltando a retirada das bases soviéticas do país caribenho (UH, *HERMES LIMA: DECISÃO SOVIÉTICA PÕE FIM À CRISE INTERNACIONAL*, 29/10/1962, p. 1).

Em um texto próprio do jornal, o possível desfecho da disputa era exaltado como resultado de grande habilidade política dos dois líderes, tendo Kennedy “uma extraordinária capacidade de agir nos limites da prudência e do bom-senso” e Krushev “soube (...) conservar a calma necessária até o encontro de uma solução que (...) pode vir a ser o passo inicial de um acordo futuro em benefício da paz mundial”. A argumentação, já defendida pelo UH, de uma coexistência pacífica entre os países, bem como a manutenção da autodeterminação dos povos, estavam presentes nos pontos centrais do artigo, indicando que a paz era a única solução possível para que a humanidade não se auto-destruísse (UH, *Brasil: Ponte Entre a Liberdade e a Paz no Mundo*, 29/10/1962, p. 4). Ainda nesse mesmo texto, a ênfase na ação de Jango foi bastante intensiva, reforçando a narrativa do presidente brasileiro como um estadista a nível mundial, que teria contribuído de maneira significativa para o desfecho do caso:

AINDA é cedo para a fixação de um conceito definido sobre os entendimentos em marcha entre os líderes norte-americano e soviético. É a hora, entretanto, mais do que oportuna para exaltar os esforços de quantos se interessam pela preservação da paz. Entre êstes, lugar de destaque deve ser reservado ao Presidente do Brasil. Passou o Sr. João Goulart por uma prova difícil – uma dessas provas que somente conseguem transpor aqueles estadistas capazes e altamente seguros das responsabilidades que detêm. Sem fazer cômico à histeria dos “gorilas” domésticos – gente que fala em guerra como se se tratasse de coisa sem importância – conseguiu o Sr. João Goulart manter intacto o prestígio internacional já conquistado pelo Brasil e, sem dúvida, a sua contribuição, junto aos governantes das potências em disputa, há-de ter pesado de forma positiva, estimulando-os a não medir sacrifícios para salvar a paz. Sem falsa modéstia, reivindicamos para o nosso País, ao fim desta crise que nos ameaçou a todos, uma condição que o pode

situar como a segura ponte entre a paz e a auto-determinação (UH, *Brasil: Ponte Entre a Liberdade e a Paz no Mundo*, 29/10/1962, p. 4).

A manchete das edições do dia seguinte mantinha a mesma linha apresentada pela publicação, trazendo um “furo” de reportagem que provaria a argumentação de que o Brasil tinha grande importância nesse processo, intitulada *EMISSÁRIO DE JANGO DISCUTE SOLUÇÃO POLÍTICA COM FIDEL!*, apontando que o chefe do Gabinete Militar de Jango, General Albino Silva, teria voado em conjunto com o embaixador cubano no Brasil para o país caribenho, “onde estaria sendo recebido pelo “Premier” Fidel Castro para uma troca de opiniões destinada a encontrar uma solução política para o problema cubano, já que o problema militar imediato se considera superado” (UH, *EMISSÁRIO DE JANGO DISCUTE SOLUÇÃO POLÍTICA COM FIDEL!*, 30/10/1962, p. 1):



Imagem 14 – Capa da primeira edição do dia 30/10/1962, indicando o possível peso brasileiro no caso e as reações de alívio e alegria tanto de estadunidenses quanto de russos em relação à resolução da situação cubana.

Na coluna *POLÍTICA NACIONAL*, Carlos Alberto Wanderley indicava que Silva viajara para levar a posição brasileira para o caso, que perpassava pelos pontos já elencados sobre a PEI:

A posição brasileira parte das seguintes premissas fundamentais:

- 1** O reconhecimento de que Cuba, para persistir na prática do regime socialista em meio a uma região onde todos os países adotam o sistema ocidental, deve aceitar um estatuto especial que possibilite esta coexistência — do mesmo modo que um país politicamente ocidental como a Finlândia, aceita normas especiais de coexistência com a URSS.
- 2** Esse estatuto especial, implicando em compromissos que, de certa forma, constituem abdicação de parte da autonomia nacional, só se justifica, só é válido, se for aceito espontaneamente — se for obtido através de negociações.

★ A FÓRMULA DA COEXISTÊNCIA

O Brasil tem sugestões concretas a fazer na formulação deste estatuto especial — e constituem uma atualização da proposta que o então Chanceler San Tiago Dantas apresentou em Punta del Este — cujas características principais são as seguintes:

- 1** Desarmamento de Cuba até o nível puramente defensivo.
- 2** Abstenção, por parte de Cuba, de qualquer atividade subversiva — compreendendo-se por atividade subversiva o seguinte: treinamento de guerrilheiros, financiamento de atividades políticas nos países vizinhos, transmissão radiofônica de críticas a países vizinhos etc.
- 3** Garantia, por parte dos países da América, de que Cuba não será invadida por nenhum deles. Essa garantia pode agora ser reforçada pela própria ONU.

Este plano de neutralização de Cuba fornece aos Estados Unidos a segurança de que não serão alvo de foguetes, oferece aos países centro-americanos a segurança de que a revolução não será exportada e garante a Cuba a segurança de que sua experiência socialista não será molestada por países estrangeiros.

O plano se completaria com um outro que está sendo simultaneamente encaminhado: a desatomização da América Latina e África. Deste ponto de vista, o agravamento da crise de Cuba pode conduzir, paradoxalmente, à conquista de um importante passo para a consolidação da paz mundial. Eis que esse plano de desatomização — que fora apresentado pelo Brasil em Genebra e desde então esquecido — encontra agora um fator emocional que o pode conduzir à aprovação. Trata-se de um plano que, na perspectiva mais geral da paz mundial, significa um passo decisivo para o desarmamento mundial — em termos atômicos.

Imagem 15 – Pontos destacados pela coluna *POLÍTICA NACIONAL* dos quais Albino Silva teria ido tratar com Fidel Castro, pautando-se na autodeterminação cubana desde que ela não ameaçasse outros países (UH, *POLÍTICA NACIONAL*, 30/10/1962, p. 4).

Ainda nessa edição, o UH publicou trechos de cartas trocadas entre o presidente da Iugoslávia, Josip Broz Tito e Jango, divulgadas pelo Itamaraty na qual o líder europeu teria externado ao presidente brasileiro suas preocupações quanto à “inoperância” do Conselho de Segurança da ONU e, como resposta, o mandatário sulamericano fizera um resumo de todas as medidas defendidas pela política externa brasileira, tendo como enfoque a tentativa de buscar um entendimento entre os governos de Washington, Moscou e Havana (UH, *TITO E JANGO TROCAM MENSAGENS PELA PAZ MUNDIAL*, 30/10/1962, p. 4).

No dia seguinte, os desdobramentos da negociação continuaram, indicando que Alvino Silva se encontrara com Fidel e com o secretário-geral da ONU, o birmanês Maha Thray Sithu U Thant, que estava em Cuba tentando mediar o problema presente. Na reportagem

que aprofundava a temática abordada na capa, escrita pela FP, havia uma rápida menção à presença do general brasileiro em Cuba, indicando que ele havia falado com Fidel Castro e, segundo nota publicada pela embaixada brasileira no país, o diálogo teria sido “muito cordial” (UH, *General Albino e U Thant em Havana Para Negociar Paz no Caribe*, 31/10/1962, p. 6). Já em texto do próprio UH, com base em uma entrevista coletiva concedida por Hermes Lima, há um aprofundamento dessas bases, enfatizando os motivos para tal ato:

- O General Albino Silva foi a Havana levar ao Govêrno de Cuba a reafirmação dos nossos pontos de vista (...) Entendemos que com as perspectivas que a solução pacífica permite entrever, seria oportuno ter junto ao Govêrno de Havana (...) um emissário especial do Presidente da República e do Govêrno para a reafirmação da linha das nossas sugestões, com as quais julgamos estar contribuindo para o processamento de negociações e contatos indispensáveis (...) (UH, *HERMES LIMA: MISSÃO ALBINO VISA A NORMALIZAR RELAÇÕES DE CUBA COM PAÍSES DO HEMISFÉRIO*, 31/10/1962, p. 6).

Hermes Lima ainda ressaltara, entre outras coisas, que o objetivo central do Brasil em relação ao caso era o reestabelecimento das relações dos países americanos rompidos com Cuba, tendo em vista concretizar relações de paz, de fato, no continente. O ministro negou qualquer influência externa na ação brasileira, indicando que o governo resolvera realizar tal ato por entender que “a situação era tão crítica que um país que tem compromissos internacionais para a manutenção da paz não podia faltar às iniciativas ao seu alcance para contribuir para que essa paz seja preservada”, terminando a entrevista por justificar a escolha de Albino Silva por ser o chefe da Casa Militar e também “porque se trata de um dos oficiais gerais mais competentes e de maior lucidez política” (UH, *HERMES LIMA: MISSÃO ALBINO VISA A NORMALIZAR RELAÇÕES DE CUBA COM PAÍSES DO HEMISFÉRIO*, 31/10/1962, p. 6).

Ainda nessa edição, havia um destaque para declarações de Kennedy para vários membros da ESG que estavam nos EUA e do embaixador brasileiro no país, em visita à Casa Branca, de que a participação brasileira fora fundamental para resolver o impasse, indicando que Brasil e EUA estavam “lutando por alguma coisa e, que esta é a oportunidade de se prover, através de liberdade, uma vida melhor para nossos povos” (UH, *KENNEDY: APOIO DO BRASIL FOI DECISIVO NA CRISE DO CARIBE*, 31/10/1962, p. 6).

Nas capas das edições seguintes, ainda enfatizando o papel brasileiro no processo, o UH trouxe como destaque declarações de Jango, nas quais assertiu que “O Brasil, sempre atento a seus compromissos internacionais, mobilizou, desde o primeiro instante, todos os seus recursos (...) para transferir as divergências em torno do problema cubano para o terreno das negociações dentro da Organização das Nações Unidas” (UH, *JANGO: “BRASIL JÁ CUMPRIU A SUA MISSÃO; PALAVRA AGORA É DA ONU”*, 01/11/1962, p. 1). Ainda na argumentação do mandatário brasileiro:

Coube ao Brasil a missão de contribuir para abrir o caminho das conversações, criando-se condições favoráveis aos entendimentos, agora entregues à ONU (...) Confiamos em que se encontre, sob a égide das Nações Unidas, a solução jurídica capaz de afastar da humanidade – e Deus permita que para sempre – o fantasma da Guerra Nuclear (...) Estivemos sempre vigilantes, na salvaguarda da autodeterminação dos povos e na defesa dos ideais de liberdade e paz universal (UH, *JANGO: “BRASIL JÁ CUMPRIU A SUA MISSÃO; PALAVRA AGORA É DA ONU”*, 01/11/1962, p. 1).

Por fim, o tema perdeu força na medida em que as movimentações à favor do fim do Parlamentarismo nas páginas do UH ganhavam força. A intensa abordagem, feita até então pela publicação em relação à PEI e aos desdobramentos na política interna desses acontecimentos (incluindo a viagem do próprio Wainer a Washington, com direito à um possível diálogo com Kennedy) demonstra o espaço que o assunto possuía na agenda política brasileira e, bastante criticada negativamente por outros órgãos de imprensa, foi bastante valorizada e estruturada de maneira grandiloquente pelo jornal carioca.

Capítulo 05: Os últimos momentos e o golpe civil-militar

5.1 1964: os primeiros desdobramentos

Em relação ao ano de 1964, as páginas do UH apresentaram as efervescências relacionadas ao que viria a ser o crepúsculo do governo Jango, sempre mantendo o tom divergente da maioria dos grandes impressos da época, defendendo as medidas e as ações do líder do Executivo e de sua equipe contra os ataques cada vez mais intensos dos inúmeros grupos opositores.

Na publicação da mensagem de Ano Novo, o presidente manteve o otimismo e indicava que 1964 seria um ano de boas-novas ao país, sendo que provavelmente as Reformas de Base sairiam do papel (UH, *JANGO: - AS REFORMAS VIRÃO A QUALQUER PREÇO*, 02/01/1964, p. 4). No entanto, tal clima esvaneceu-se já no dia seguinte, com as páginas das edições referenciando uma possível reforma ministerial e a imensa dificuldade para compor uma base para a continuidade dos planos de Jango, tendo praticamente todo o clima de otimismo do dia anterior “caído por terra” (UH, *JANGO: TRÊS HIPÓTESES PARA REFORMA MINISTERIAL*, 03/01/1964, p. 4).

Grande parte desse aspecto estava relacionada à PEI, apontada por Flávio Tavares como o principal elemento, naquele início de ano, para a oposição ao governo de Jango, com uma pressão cada vez maior para que o país rompesse com Cuba (UH, *Política Exterior: Nenhum Passo Atrás*, 06/01/1964, p. 4). Embora o tema não frequentasse diariamente as páginas do UH, recorrentemente ele aparecia, principalmente vindo de discursos feitos pelos nomes de maior destaque da oposição. No editorial *PALHAÇADA E AFRONTA*, publicado na capa do dia 17 de janeiro, o jornal voltou-se vivamente contra declarações de Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Bilac Pinto (deputado federal pela UDN/MG e presidente nacional do partido), que teriam acusado Jango de estar utilizando as Reformas e ações populares para consumir um golpe de Estado ao seu favor (UH, *PALHAÇADA E AFRONTA*, 17/01/1964, p. 1), quando na verdade estaria ocorrendo o oposto (Benevides, 1981). Em termos bastante intensos, com o texto publicado na primeira página, o periódico não poupou críticas, sobretudo ao governador da Guanabara, comparando suas ações de prisões de jovens com campos de concentração na Segunda Guerra Mundial (em outra parte da capa, inclusive, havia fotos e relatos que remetiam a essa situação, reforçando a analogia estruturada no texto):

ENQUANTO o Governador da GB, em nota para Ademar de Barros, diz que

na GB está havendo um golpe “tcheco-eslovaco” porque há uma greve dos empregados da empresa de gás (...) o presidente da UDN, Bilac Pinto, possesso do espírito de seu líder fascista, sai a campo pedindo que a “população civil” se arme contra os sindicatos operários (...) Se a carta de Lacerda a Ademar é simplesmente ridícula (na linha do “cumprimento Vossência enquanto é tempo, pois a revolução vem aí”), a declaração de Bilac Pinto é afrontosa e vergonhosa. É gente como Lacerda e o presidente da UDN que fala da necessidade de “tranqüilizar a família brasileira”, enquanto não faz outra coisa senão intranqüilizá-la com apelos sucessivos ao pânico. Quantas vezes Lacerda já anunciou a “revolução comunista”? O povo, entretanto, continua em pleno gozo de tôdas as franquias democráticas, menos no Estado da Guanabara, por certo, onde jovens são presos pelo DOPS por protestarem contra a falta de água, onde operários e estudantes são freqüentemente espancados, onde o Governo mantém um campo de concentração (...) Lacerda, Ademar e Bilac Pinto. É a reedição fascista dos Três Patetas (UH, *PALHAÇADA E AFRONTA*, 17/01/1964, p. 1).

Nessa mesma edição, foi dado destaque a um possível chamamento de Lacerda a Barros e outros nomes contra o que ele chamou de “Guerra Vermelha”, que não teria sido levada à frente pela não adesão do governador paulista (UH, *Lacerda Chama Ademar Para a “Guerra Vermelha”*, 17/01/1964, p. 2). Novamente na coluna de Flávio Tavares, nas edições do dia seguinte, o assunto voltou à tona de maneira acusatória e um tanto irônica, com o jornalista indicando que o financiamento do golpe contra Jango viria da “caixinha” dos governos de São Paulo e da Guanabara, com acusações bastante intensas contra o possível esquema que estaria sendo estruturado por ambos os governadores, incluindo também os órgãos de imprensa paulistas, que estariam silenciando sobre o caso: “Nenhuma palavra, das antigamente tão veementes, é agora repetida em condenação da corrupção da “caixinha”. É evidente, inclusive, o propósito de protegê-la do sensacionalismo e do escândalo” (UH, *Corrupção no Tráfico de Armas da Direita*, 18/01/1964, p. 4), em referência às acusações e condenações que o governador paulista já havia sofrido anteriormente, bem como a forte oposição feita pela mídia paulista no período (Sampaio, 1992).

Além disso, também surgiram acusações advindas de Bilac Pinto, retomando a narrativa de que o presidente do Brasil estava em vias de consumir um golpe contra as instituições democráticas. Em uma entrevista coletiva, o presidente da UDN fazia coro a uma tese já defendida por Lacerda, de armar a população civil contra o possível golpe de Estado que estaria sendo organizado por Jango, sendo assim de extrema importância agir de maneira a “armar a população civil” contra “um movimento revolucionário e golpista no qual tomariam parte os sindicatos rurais e os da orla marítima” (UH, *Bilac e Ademar Resolvem*

Passar à “Ação das Armas”, 16/01/1964, p. 4). Segundo Flávio Tavares, essas falas públicas do presidente da UDN, que teria as formulado e estruturado em conjunto com Ademar, Lacerda e vários outros nomes ligados ao golpe, dava a dimensão de que, de fato, os grupos políticos de direita estavam preparados para uma possível ação à mão armada (UH, *Bilac e Ademar Resolvem Passar à “Ação das Armas”*, 16/01/1964, p. 4). A fala e as colocações de Bilac Pinto causaram reações bastante intensas, incluindo a do próprio mandatário nacional, que indicou que “Ele está, agora, na obrigação de provar todas as acusações que fêz” (UH, *JANGO: - BILAC TERÁ QUE PROVAR SUAS ACUSAÇÕES*, 20/01/1964, p. 4)

Ao mesmo tempo em que o clima continuava extremamente instável, o governo buscava ações afirmativas em relação às mudanças e novidades, aspectos aos quais eram enfatizados de maneira bastante efetiva pelo periódico de Samuel Wainer. Na capa da edição do dia 21 de janeiro, a manchete destacava uma fala de Jango: *FAREMOS EM SETE QUEDAS A MAIOR HIDRELÉTRICA DO MUNDO*, indicando um acordo com o Paraguai (curiosamente administrado pelo ditador Alfredo Stroessner) que daria origem, já sob o período de ditadura militar no Brasil, à Usina de Itaipu (Menezes, 1987). Nessa mesma edição, com o texto *Jango Completa a Revolução Que Getúlio Vargas Iniciou*, o UH mantinha viva a conexão entre seu principal nome e Jango, alimentando o vínculo entre esses dois nomes, tendo em vista que o presidente havia sancionado a Lei de Remessas de Lucros e que, na perspectiva da publicação, era um dos pontos que Vargas tentara fazer, mas fora impedido pela oposição, que seria basicamente a mesma que tentava, de maneira insistente e intensa, acabar com o atual governo:

Jango mais uma vez demonstrou sua fidelidade aos ideais e à memória de Getúlio Vargas, que incluiu entre os motivos que o levaram à morte sua tentativa de regulamentar as remessas, propósito anunciado no discurso do grande líder, em 31 de dezembro de 1951, dando, assim, por dizer, o sinal verde à campanha de calúnias, injúrias e à conspiração que resultaram no 24 de agosto de 1954 (...) O Presidente vem avançando sob uma carga de conspirações, injúrias e calúnias de pêsso igual à suportada por Getúlio Vargas, sem esmorecer e preservando as liberdades civis, inclusive daqueles que, como Lacerda e Bilac Pinto, pregam abertamente sua derrubada. Tem a solidariedade do povo, das Fôrças Armadas, das áreas mais lúcidas da política brasileira. E completará sua obra, seja qual fôr o preço. Quando fôr melhor compreendido, na medida em que seus atos tiverem a repercussão merecida, receberá o apoio integral de tôdas as fôrças nacionais para que êsse preço seja o menor possível (UH, *Jango Completa a Revolução Que Getúlio Vargas Iniciou*, 21/01/1964).

No dia seguinte, os dois aspectos centrais até aqui levantados - apoio às ações

presidenciais e denúncias dos opositores a Jango e ao regime - entrelaçaram-se pelas declarações do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que dera longa entrevista falando sobre a situação atual e indicando, conforme destacado na manchete do dia 22, que *FÔRÇAS POPULARES UNIDAS A JANGO PARA ENFRENTAR A CONSPIRAÇÃO EM MARCHA*. Ex-deputado estadual e ex-prefeito de Recife, o advogado filiado ao PST tinha pautas bastante próximas às defendidas por Jango e ligadas à cultura política trabalhista, sendo um dos principais nomes dos grupos identificados como “de esquerda” no período e, por conta disso, um dos alvos mais visados dos opositores ao atual governo (Callado, 1980).

No interior do jornal, com grande destaque, as declarações de Arraes davam conta de que Jango possuía meios para instituir as Reformas, indicando que aplicá-las “deflagará o processo irreversível da renovação de nossas estruturas; sòmente assim teremos condições de vencer essa conspiração (...)”, argumentando que “uma de cujas táticas vem sendo a de atribuir aos racionalistas e democratas, aos trabalhadores e ao povo, ao próprio Presidente da República, a preparação armada de movimentos subversivos e de golpes contra as liberdades” (UH, *ARRAES: - TODO APOIO A JANGO PARA AS REFORMAS*, 22/01/1964, p. 4).

Nessa mesma edição, no texto *QUEM É O GAGÁ*, o jornal teceu críticas violentas a Ademar de Barros e Carlos Lacerda, indicando que o primeiro já não era assertivo em suas colocações por conta da sua “idade” e que o governador da Guanabara era “um prematuro e patológico gagá” (UH, *QUEM É O GAGÁ*, 22/01/1964, p. 1). É curioso apontar tal aspecto, já que no início do UH a publicação era próxima do mandatário do estado de São Paulo, a ponto de ter apoiado sua candidatura à presidência em 1955 e não a de Juscelino Kubitschek, instituindo como vice nessa chapa o então diretor da publicação, Danton Coelho, conforme já evidenciado na tese. Em um espaço de quase dez anos, Ademar passara de um nome querido pela publicação a um dos principais arquiinimigos da publicação, uma vez que esse, novamente, como governador paulista, apresentava pautas muito mais próximas dos opositores a Jango, além de instituir atitudes bastantes conservadoras e com um ferrenho anticomunismo (Napolitano, 2014). Tal postura teria se intensificado após a campanha eleitoral de 1962 para o governo de São Paulo, na qual o presidente apoiou a candidatura de José Bonifácio, ex-secretário de Carvalho Pinto, sendo que Ademar utilizou tal apoio para aproximar-se do eleitorado que costumava votar em nomes ligados à cultura política liberal-autoritária, tendo o anticomunismo como elemento propulsor de sua campanha (Sampaio, 1982).

Na edição do dia seguinte, um outro aspecto bastante importante vinha à tona: a movimentação dos militares. Embora com declarações de Jair Dantas de que não haveria nenhum golpe, a reportagem *MILITARES ESTUDAM CHANTAGEM GOLPISTA* trazia informações de que havia movimentações de várias lideranças da caserna para que se criasse um clima como de 1954, dando base para consolidar um novo golpe. Já no dia 24, a coluna de Flávio Tavares reafirmava tal ponto, indicando que o caminho para a oposição, nesse momento, era a luta armada, pois não restariam opções viáveis ou democráticas para tal (UH, *Agitação Armada é o Caminho da Oposição*, 24/01/1964, p. 4). Aqui, conforme apresentado no Capítulo 01, há uma aproximação bastante intensa entre os membros da cultura política liberal-autoritária e da militar, uma vez que muitos representantes desses grupos, seja pública ou secretamente, passavam a cogitar, cada vez mais, a possibilidade de um golpe de Estado para retirar Jango do poder. Problematizando as falas de Bilac Pinto, várias declarações de Lacerda e de outros políticos ligados à cultura política liberal-autoritária, Flávio Tavares indicou que:

A Oposição abandonou o seu velho caminho das formulações jurídicas e envereda, agora, pelo caminho da agitação armada. A tática mudou. Quando a UDN acusa, agora, as organizações sindicais de “preparar um movimento armado”, não prepara o caminho para denunciar o Presidente João Goulart como incurso em crime de responsabilidade (...) A fórmula jurídica do “impeachment” do Presidente da República foi deixada de lado pelos bacharéis udenistas (...) A oposição passou à fase armamentista. Repudiou o caminho indireto da derrubada “legal” do Govêrno, através do “impeachment”, para jogar a sorte em campo aberto, pelo cotêjo do poder das armas (...) A revelação do Sr. Bilac Pinto, de que é necessário armar seus correligionários foi a confissão pública não apenas de um estado de espírito, mas de um movimento já em andamento (...) (UH, *Agitação Armada é o Caminho da Oposição*, 24/01/1964).

Embora não fosse de conhecimento público, havia uma inquietação cada vez maior no meio militar em relação a um possível golpe de Estado perpetrado por Jango. Meses antes, em outubro de 1963, em um documento endereçado ao Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, o Chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto de Alencar Castelo Branco, sintetizava a situação política em sua perspectiva, que trazia vários elementos que eram debatidos entre as principais lideranças da caserna:

Há, praticamente, no Brasil o seguinte dispositivo:

- 1.º — Um grupo político, com base ideológica definida, que quer uma imediata evolução político-econômico-social, dentro da legalidade;
- 2.º — Um outro grupo, possuidor de uma ideologia ambígua, que quer o

domínio do poder, ora invocando reformas, ora pleiteando o desaparecimento das forças que lhe sejam opostas; procura aproveitar-se do 1.º grupo e da ação comunista existente no país;

3.º — A ação comunista, persistente e decididamente orientada e controlada, que se infiltra no 1.º grupo e quase sempre se utiliza do 2.º grupo;

4.º — Os grupos de oposição ao governo, já numerosos, são absorvidos correntemente por episódios, batem-se pela legalidade, particularmente o funcionamento dos poderes constitucionais, e estão em luta aberta com os 2.º e 3.º grupos.

O 1.º grupo quer a garantia das Forças Armadas. Os 2.º e 3.º grupos pugnam abertamente para que estas fiquem a seu serviço, na base principal dos sargentos, aliados aos sindicatos, enquanto os últimos pretendem que as mesmas dêem apoio aos lances políticos que empreenderem.

Abaixo de todos estes grupos, está o povo brasileiro desejoso de paz, de bem-estar, não solidário com repetidas greves, contrário a pressões militares e sempre pela legalidade (Castelo Branco, 1963, apud Viana Filho, 1975, p. 9-10).

Ainda nesse documento, que Jair Dantas tivera concordância nos pontos elencados, embora clamasse para um desfecho que não culminasse em atos violentos (Viana Filho, 1975), Castelo Branco ainda indicava que *"Não há uma conspiração militar"*, justificando em sua argumentação que *"Há, sim (...) conluio de civis que procura envolver trabalhadores, elementos das Polícias Militares, pouquíssimos oficiais e sargentos das Forças Armadas (...) para fechar o Congresso Nacional e para estabelecer no Brasil um regime extralegal"* (Castelo Branco, 1963, apud Viana Filho, 1975, p. 10). O então Chefe do Estado-Maior utilizava um exemplo que, para ele, ilustrava bem o perigo por qual rondava a ordem no país naquele momento:

Um dos mais expressivos representantes da chamada política de renovação nacional, membro do PTB, ex-ministro de Estado e um dos líderes do Governo, deputado Almino Afonso, opina que o Presidente da República age com, 'uma política de conciliação' que geral crises sucessivas e que levará o país 'à saída golpista ou à revolução social'. Conta para esta com as Forças Populares, que, segundo ainda a sua declaração, é constituída do CGT, UNE, FPN, UBES, PUA, Sargentos, Cabos e Soldados, oficiais nacionalistas, lideranças políticas de vanguarda, ligas camponesas, etc. Este pronunciamento é aqui assinalado para se ter uma das mais autorizadas definições de Forças Populares e para se avaliar a sombria alternativa contra o Brasil prognosticada (golpe ou revolução por processos subversivos) (Castelo Branco, 1963, apud Viana Filho, 1975, p. 9-10).

Não havia nenhuma declaração direta sobre uma possível intervenção militar ou um golpe de Estado, mas os trechos destacados são bastante contundentes em relação à antipatia explícita de Castelo Branco com Jango, sentimento esse que não era, de forma alguma, restrita

somente a ele (Chirio, 2012). Em contraponto, o UH continuava reafirmando as ações propositivas do governo, insistindo na ideia de que Jango estava acima dessas disputas políticas, estruturando o governo pelo bem do país. Na edição do dia 25, a manchete e parte da capa chamavam atenção para a assinatura de Jango sobre a *Superintendência da Política Agrária* (SUPRA) e indicando que a Reforma Agrária era algo irreversível e que ninguém, nem a oposição, deteria tal ponto (UH, *JANGO ADVERTE GOLPISTAS E DIZ: - SUPRA DARÁ PAZ SOCIAL*, 25/01/1964, p. 1).

Em entrevista ao jornal, Jango indicava que não havia correlações entre as forças políticas e militares, buscando tranquilizar os trabalhadores e população sobre um possível golpe de Estado, indicando que o governo seguiria seu curso normalmente e que não estava tentando transformar o movimento sindical em um “quinto poder”, declarando que: “A organização sindical no Brasil de hoje é um fato incontestável. Influi no processo político e não pode ser negado”, ainda ironizando ao declarar que “Êsse poder existe, pode ser chamado quinto, décimo ou vigésimo Exército, mas êle nada tem a ver com o papel das Fôrças Armadas” (UH, *JANGO: - FÔRÇA TRABALHISTA NADA TEM COMO A MILITAR*, 04/02/1964). No entanto, o grau de fervura era extremamente alto: no interior de Minas Gerais, fazendeiros pegaram em armas e anunciaram se rebelarem contra as ações da SUPRA (UH, *FAZENDEIROS HOSTILIZARAM SUPRA*, 06/02/1964); Paulo Francis indicava que, caso quisesse sobreviver, o governo precisava manter o ritmo de ações constante, uma vez que havia uma reação cada vez mais intensa e coordenada contra Jango e todos os pontos representados por ele (UH, *Indagações Para Depois do Carnaval*, 08/02/1964, p. 4).

No editorial *ABASTECIMENTO*, de 13 de fevereiro, o UH trazia preocupações constantes em suas páginas: o preço dos gêneros alimentícios e o custo de vida para os trabalhadores, indicando que esses valores eram altos no Brasil por falta de, entre outras coisas, uma Reforma Agrária estruturada para o melhor uso da terra e aumento da produtividade (UH, *ABASTECIMENTO*, 13/02/1964, p. 4). No dia seguinte, o jornal dedicou a capa e a reportagem principal dessa edição para uma entrevista com o antropólogo Darcy Ribeiro, que fora ministro da Educação e era o atual chefe da Casa-Civil do governo. Com a manchete *Conspiração de Jango é Contra os Privilegiados*, a entrevista de Ribeiro era extremamente crítica contra os “golpistas de direita”, com vários detalhes que foram analisados pelo próprio jornal, no mesmo dia, no editorial *DEFINIÇÃO*. Entre outras coisas, o chefe da Casa Civil reforçou um aspecto já comentado por Jango, de que as Forças Armadas

estariam a favor das *Reformas* e caminhando em conjunto com o governo e enumerou como os então “golpistas de direita” agiram e agiam nesse momento:

Professor Darcy Ribeiro, afirmou que “a população deve ficar tranqüila, pois os inconformados nada podem fazer, de fato”. Aludia às conspirações feitas diariamente pelos conhecidos setores políticos que foram contra a posse de Vargas – “inventando a fórmula da maioria absoluta”; deram o golpe, de vida efêmera, de 1954; tentaram evitar a posse de Kubitschek – só não o conseguindo devido ao contragolpe liderado pelo Marechal Lott; estimularam militares ingênuos para as sedições inconseqüentes de Aragarças e Jacareacanga; tentaram impedir a posse do Sr. João Goulart em setembro de 1961; tudo fizeram para impedir o retorno do País à legalidade constitucional através do plebiscito de janeiro de 1963; e agora desejam evitar a alteração dos quadros arcaicos da vida brasileira, através das reformas de base (UH, *DARCI MOSTRA GOVÊRNO E DIZ: - NADA DETERÁ REFORMAS*, 14/02/1964, p. 4).

Vários outros trechos da entrevista concedida foram publicada no jornal, com trechos que alternavam entre ataques aos que Ribeiro denominou como “Clube dos Contemplados”, ou seja, um grupo que estaria contra o governo pois estavam “perdendo seus privilégios, dos latifundiários que não querem a reforma agrária, dos testas-de-ferro de empresas estrangeiras que vêem diminuir seus lucros (...)”, acusando que são essas pessoas que “querem, enfim, um Brasil estagnado, um Brasil atrasado, cheio de analfabetos e subdesenvolvidos”, uma vez que “querem manter o atraso e a miséria que são suas fontes de lucros e por isso desejam levantar paredes protetoras do seu clube, para que nêle o povo não entre” (UH, *DARCI MOSTRA GOVÊRNO E DIZ: - NADA DETERÁ REFORMAS*, 14/02/1964, p. 4).

O editorial do jornal, que estava publicado na capa e versara sobre a fala de Ribeiro, indicava que os pontos elencados pelo ministro chefe da Casa Civil eram um “divisor de águas” entre os que “aspiram um Brasil emancipado econômica e politicamente, com a redistribuição social da riqueza”, contra os que “nos desejam permanentemente manietados ao feudalismo no campo e à espoliação externa”, concluindo que a exposição do antropólogo era “o mais completo levantamento feito até hoje do sentido progressista do Govêrno João Goulart” (UH, *DEFINIÇÃO*, 14/02/1964, p. 1).

A partir desses aspectos, o UH passou a defender, com ainda mais afinco, as Reformas. Na edição do dia seguinte, foi dado amplo destaque para as declarações de San Tiago Dantas, indicando que as mudanças propostas pelo governo eram a única saída para a manutenção do regime democrático no Brasil. Propositor da chamada “Frente de apoio às reformas de base”, Dantas afirmava que tal movimentação tinha três objetivos centrais: “manutenção do sistema

democrático, apoio às reformas e preservação do atual processo político até 1966” (UH, *San Tiago: -Frente é Para Preservar a Democracia*, 16/02/1964, p. 4). O programa trazia uma série de mudanças na legislação, tendo entre alguns destaques a ampliação do voto para os analfabetos, aumento dos salários em geral, manutenção da política externa e a aplicação da Reforma Agrária de maneira imediata, entre outros aspectos, pontos os quais os grupos de oposição discordavam intensamente (UH, *San Tiago: -Frente é Para Preservar a Democracia*, 15/02/1964, p. 1).

Ainda nessa esteira, nas edições seguintes o editorial posicionou ainda mais o UH no debate, defendendo de maneira enfática as reformas de Jango e corroborando as versões estruturadas, em suas páginas, por Ribeiro e Dantas nos dias anteriores. Trazendo a ideia de urgência para a realização das Reformas, o editorial (sem assinatura) enfatizava a perspectiva de que essa era a única saída para o Brasil naquele momento:

O BRASIL está diante de um dilema histórico: ou realiza as reformas de base de que necessita, ou entra num acelerado e imprevisível retrocesso que significará o sacrifício das melhores e mais altas aspirações nacionais. As reformas têm de ser feitas: é uma questão de sobrevivência. O Governo João Goulart, que tem nas reformas a sua grande bandeira, demonstrou e demonstra, a cada momento, com paciência quase exaustiva, o propósito de realizá-las dentro dos quadros legais, acentuando que a alternativa é a revolução (...) (UH, *FRENTE ÚNICA*, 17/02/1964, p. 4).

Completando o raciocínio, o editorial defendeu abertamente a Frente proposta por San Tiago Dantas, colocando-a como a única forma de fazer com que as Reformas acontecessem, indicando que: “As lideranças políticas têm agora diante de si uma grande responsabilidade: ou dão o passo da constituição da frente única, pondo de lado exclusivismos nefastos, ou estarão decretando a sua própria falência”, concluindo com as seguintes declarações: “Afinal, que estão esperando os partidos, as entidades e as correntes que têm como denominador comum o objetivo das reformas? Amanhã poderá ser tarde demais” (UH, *FRENTE ÚNICA*, 17/02/1964, p. 4).

Imerso dentro dessa perspectiva demonstrada nos últimos dias, o UH deu amplo destaque à confirmação do aumento do salário mínimo e das declarações de Jango, dedicando as manchetes das edições do dia 20 de fevereiro a tal ponto: - *64 SERÁ ANO DA RECUPERAÇÃO E DA DECISÃO SÔBRE AS REFORMAS*, dando continuidade aos planos do presidente para esse ano (UH, *Jango Anunciou Reescalamento e Reforma Cambial*, 20/02/1964, p. 1). No dia seguinte, o editorial *DERROTISMO* repercutiu de maneira

extremamente positiva o assunto, com críticas bastante contundentes aos opositores do governo, em especial àqueles que pediam a intervenção militar como saída constitucional, como eram os casos de Carlos Lacerda e Júlio de Mesquita Filho, entre outros:

é extraordinário o contraste entre a atividade do Executivo e a inépcia do Legislativo. Enquanto o Presidente da República inicia entendimentos para aproveitar o potencial hidrelétrico de Sete Quedas, restabelece cordiais e futuramente profícuas relações com a França, encaminha o Plano Nacional de Abastecimento e garante para o Banco do Brasil um progressivo controle cambial, o Congresso continua de braços cruzados, recusando-se a votar as reformas de estrutura, a agrária em particular, perdendo tempo (no Senado) na defesa de um demagogo vulgar e oportunista, como Auro Moura Andrade (...) Jango prometeu dar ao povo as reformas, com ênfase na agrária. E irá adiante, contra a inércia e a reação, custe o que custar (UH, *DERROTISMO*, 21/02/1964, p. 1).

Nas últimas edições de fevereiro, o UH continuou a destacar os movimentos oposicionistas, mas dedicou boa parte de suas páginas a continuar criando um cenário positivo para o governo, indicando que as ações para o povo era a principal arma contra os oposicionistas golpistas. Tal volume de otimismo com o governo aumentava na medida em que o Comício aproximava-se. No editorial *Ninguém Arrancará Das Mãos de Jango a Bandeira da Liderança Popular no País*, o periódico fortalecia o protagonismo de Jango contra críticas de seu cunhado, Leonel Brizola, que pedia por mudanças mais efetivas e radicais no país, perspectiva a qual a publicação não concordava. Nesse editorial, o jornal atestou que a “liderança popular de Jango está alicerçada em quase quinze anos de atividade corajosa e coerente em favor da consolidação e da ampliação das justas reivindicações das classes trabalhadoras (...)” e que todo seu esforço nesses últimos meses “confirma que, como Presidente da República, João Goulart prossegue na mesma rota que o conduziu à liderança das fôrças populares nacionais (...)” (UH, *Ninguém Arrancará Das Mãos de Jango a Bandeira da Liderança Popular no País*, 25/02/1964, p. 4).

Tal aspecto é importante para remeter, novamente, à ideia de que, por mais coeso e organizado que sejam os membros alocados no campo de uma cultura política, ainda há espaços para discussões e faltas de concordância, indicando diferenças que nem sempre são resolvidas. No caso de Brizola, possuía várias convergências com Jango, mas também algumas divergências, principalmente pela forma como fazer as mudanças: enquanto o presidente mantinha diálogo com lideranças de outros setores e buscava entendimentos com grupos divergentes (de maneira bastante parecida com a que fazia Vargas), seu cunhado partia

do princípio que tais ações eram infrutíferas, necessitando de mais ímpeto nas ações do Executivo e uma mobilização de massas mais intensa, que seria a única forma de pressionar os líderes oposicionistas a aceitarem as mudanças propostas pelo governo (Ferreira, 2008).

O comício, chamado de festa cívica pelo UH (UH, *COMÍCIO DO DIA 13 SERÁ FESTA CÍVICA*, 27/02/1964), trazia toda essa positividade pincelada com conflitos e movimentações contrárias ao governo. Ainda dentro dessa dinâmica, as capas das edições do dia 28 foram dedicadas a fortes declarações de Tancredo Neves, que ocupava a posição de líder no governo no Congresso contra a UDN, indicando que a essência do partido era golpista e que sempre agiriam dessa forma, voltando sua carga contra Bilac Pinto, uma vez que esse fizera inúmeros apartes no discurso do ex primeiro ministro, o qual enfatizou que “O movimento subversivo (...) faz V. Exa., quando prega publicamente o armamento popular. V. Exa., assim, está pregando a própria derrocada do regime”, complementando em tom acusatório que “Responsabilizo a UDN – acusou – pelas dificuldades atuais em se dar tramitação às reformas tão reclamadas e esperadas pelo povo” (UH, *Tancredo: - História da UDN é a História do Próprio Golpe*, 28/02/1964, p. 4). Por fim, também defendeu abertamente mudanças na lei (deixando nas entrelinhas que seria necessária uma nova Constituição), uma vez que o país mudara muito e, em sua argumentação, as bases da Carta Constitucional já não dialogariam mais com os anseios populares do período (UH, *Tancredo: - História da UDN é a História do Próprio Golpe*, 28/02/1964, p. 4).

Pelas páginas do UH, mesmo que não fosse o enfoque, ficava bastante óbvia a intensa polarização pela qual o país passava nesse início de 1964, em um grau de fervura bem mais intenso do que ocorrera nos anos anteriores, aproximando-se dos períodos de intensas inflexões desde a democratização: 1954 (crise do governo e suicídio de Vargas), 1955 (ameaça de impedimento da posse de JK e do próprio Jango) e 1961 (renúncia de Jânio Quadros e movimentação contra, novamente, a posse de Jango) (Ferreira, 2019). Embora a ênfase do jornal de Wainer fosse as ações positivas e propositivas do governo, suas páginas não estavam fechadas para movimentações contra o governo: pelo contrário, elas ganhavam destaque, na medida em que eram demonstradas como alertas dos imensos perigos em que o político gaúcho estava para enfrentar.

Tal aspecto é bastante visível no editorial *GUERRA PSICOLÓGICA*, de 09 de março, que fazia uma espécie de lista de grupos e órgãos que estariam atuando contra Jango, com destaque para as ações políticas, militares e da imprensa para a desestabilização e o fim do

atual governo (UH, *GUERRA PSICOLÓGICA*, 09/03/1964, p. 4). Na véspera do Comício, as capas das edições destacaram uma fala de Jango em pronunciamento no arsenal da Marinha, dizendo que “*COMÍCIO NÃO AMEAÇA O POVO: A FOME, SIM*”, trazendo trechos do discurso, bastante inflamado e incisivo, em que o presidente sintetizava os aspectos já elencados em outras situações e resumia, de maneira bastante concreta, os pontos que permeavam e permeariam as futuras ações governamentais:

- Quem ameaça a democracia, trabalhadores – disse o Sr. João Goulart (...) não somos nós, que lutamos para que se reformulem as velhas estruturas que não mais atendem às necessidades do desenvolvimento nacional. O que ameaça a democracia é a mortalidade infantil, é negar direitos a milhões de analfabetos que vivem em todo o território nacional, é a fome, é a miséria, é a doença dos que não têm recursos para enfrenta-la (...) – O que pode ameaçar a democracia – acrescentou – são as estruturas econômicas e sociais inteiramente superadas, são os grilhões que nos prendem a uma estrutura feudal que não atende mais às necessidades de um País jovem, de um País que quer caminhar para o seu grande destino. Ameaçam a democracia os que se levantam contra as reformas necessárias ao desenvolvimento nacional, ou então os que pretendem limitar-se a um regime estreito, para atender somente a interesses de grupos privilegiados. A democracia que nós queremos e que haveremos de conquistar é a democracia para o povo, democracia que seja um instrumento a favor do povo, em suas lutas e em suas reivindicações (UH, “*COMÍCIO NÃO AMEAÇA O POVO: A FOME, SIM*”, 12/03/1964, p. 2).

Nesse mesmo dia, havia publicada uma nota do Sindicato dos Bancários defendendo o comício, bem como uma outra, de grupos das “classes produtoras” manifestando-se contra o governo (UH, *Produtores: Manifesto Contra Governo*, 12/03/1964, p. 4). Ainda nessa mesma data, texto da coluna de Paulo Francis trazia declarações enfáticas contra grupos que, em sua perspectiva, agiam diretamente para evitar a realização do Comício, indicando que “a direita só pensa em apertar as cravelhas, para impedir que o espectro das reivindicações populares se materialize” e que “Este comício não será mero palavrório, acredito. Estamos na reta final” (UH, *Às Vésperas do Comício*, 12/03/1964, p. 3).

5.2 Comício da Central vs. Marcha da Família com Deus Pela Liberdade

Realizado em uma sexta-feira (fato ironizado pelos opositores, por ocorrer em uma “Sexta-Feira 13”) ao final da tarde, a repercussão do Comício foi publicada nas páginas do UH nas edições de sábado, com praticamente toda a edição da manhã dedicada ao

acontecimento. Apontado como o “maior comício do Brasil”, a manchete *O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA* foi acompanhada de inúmeras imagens e declarações do presidente, tendo como destaque a assertiva de Jango em mudanças na Constituição para a consecução das Reformas, além da ênfase na encampação de refinarias e desapropriação de terras (14/03/1964, p. 1). O discurso presidencial foi publicado na íntegra e, nas páginas do jornal, houve uma imersão dentro do Comício, com uma abordagem bastante efusiva sobre o acontecimento (UH, *JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, 14/03/1964):



Imagem 16 – Capa do UH do dia 14/03/1964, com ênfase plena no comício realizado na tarde do dia anterior. A ênfase da manchete traz a ideia de que ali era, de fato, o verdadeiro apoio de que Jango precisava para iniciar as Reformas

Na página seguinte, o UH trazia uma descrição bastante positiva do ato, indicando que “Desde às primeiras horas da tarde, todas as imediações da Praça Cristiano Ottoni começaram a ser ocupadas pelo povo, que afluía de todas (sic) as partes, em verdadeiras vagas de faixas e cartazes com suas reivindicações e declarações de apoio às reformas de base”. Ao destacar o

momento em que Jango assinara o decreto da SUPRA que autorizava a desapropriação de terras ao longo de estradas (ferrovias e rodovias), bem como em áreas ligadas às plantações em geral, a reportagem indicara que, no momento do ato, “O povo aplaudiu longamente, em verdadeiro delírio, a exemplo do que faria cêrca de meia hora depois, quando o Sr. João Pinheiro Neto exibiu o decreto já assinado”, complementando que seu antigo colaborador sinalizara para o público que o documento era o “início da libertação do camponês brasileiro” e ainda um “passo seguro para a reforma agrária entre o patriotismo e à vigilância do povo brasileiro” (UH, *Jango Encampa Refinarias e Desapropria Latifúndios*, 14/03/1964, p. 2).

Com quatorze oradores, segundo o UH os mais aplaudidos teriam sido, além do próprio Jango (que encerrara o evento) os políticos Leonel Brizola, Miguel Arraes e João de Seixas Dória, governador de Sergipe (UH, *JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, 14/03/1964, p. 4). Dentre os vários assuntos abordados pelo presidente na fala, as reações dos grupos opositores foram destacadas em um tom bastante próximo à declaração aos marinheiros, com João Goulart afirmando que “Chegou-se a proclamar até que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se, no Brasil a reação ainda fôsse a dona da Democracia”, complementando que “Desgraçada a Democracia se tiver quer (sic) ser defendida por êsses democratas”, pois “Democracia para êles não é o regime da liberdade de reunião para o povo; o que êles querem é Democracia do povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e abafado nas suas reivindicações” (UH, *JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, 14/04/1964, p. 4).

Atribuindo aos anseios populares os planos estruturados pelo governo para as Reformas, Jango indicara em sua fala que “Estariamos sim, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação. Que (...) levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária (...)”. O ponto seguinte, que demandou parte considerável do discurso, foi o uso do Cristianismo como uma corrente ideológica para justificar a oposição contra o governo. Na fala do mandatário brasileiro, “Ameaça à democracia é empulhar o povo, explorando seus sentimentos cristãos, na mistificação de um anti-comunismo (...) O Cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres”, complementando que “Nem os rosários podem ser erguidos como armas contra os que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra ainda mantida nas mãos de uns poucos afortunados” (UH, *JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, 14/03/1964, p. 4).

O tom utilizado por Jango foi bastante alto e incisivo contra a oposição, em especial os membros das culturas política liberal-autoritária, militar e católica. Além das referências já abordadas sobre a questão religiosa, os grupos ligados à UDN e ao empresariado também foram alvos de assertivas bastante enfáticas do presidente. Um dos pontos mais polêmicos do discurso foi a perspectiva de mudança na Constituição. Tal aspecto já era defendido por vários nomes, sobretudo por Brizola e membros mais “à esquerda” da cultura política trabalhista, que partiam do princípio que somente com a convocação de uma nova Assembleia Constituinte seria possível realizar as Reformas, traçando uma nova Carta Constituinte que fosse mais moderna e que atingisse as “reais” necessidades da população, que estariam incluídas dentro das propostas de mudança que seriam instituídas pelo governo Jango (Sento-Sé, 1999).

O mandatário nacional era muito reticente ao assumir tal postura e, de maneira geral, se esquivava do assunto (Ferreira, 2011). No entanto, Jango consolidara, de fato, o discurso da “esquerda negativa” em sua fala no Comício, indicando que “Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana”, complementando que “o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim os privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado” (UH, *JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, 14/04/1964, p. 4). Obviamente, Jango fazia referência, nesse trecho, aos principais pontos discutidos em seus últimos meses de governo, sobretudo a Reforma Agrária e a Eleitoral, com o direito de voto aos analfabetos (Moniz Bandeira, 2010), aspecto que era apontado pela oposição como uma medida eleitoreira para aglutinar votos aos trabalhistas, sendo bastante combatida pela oposição (Fidelis, 2023).

A questão da Reforma Agrária ocupou um tópico importante no discurso de Jango. E o tema era bastante sensível, tanto pelo seu conteúdo em si quanto pelo trajeto que o tema tivera até então, uma vez que levava a uma discussão intensa no Congresso, sendo recusado por motivações distintas. Partindo do projeto organizado pelo deputado federal Armando Monteiro Filho (PSD/PE), enquanto ocupava o cargo de Ministro da Agricultura (durante o gabinete de Tancredo Neves), a ideia era realizar uma mudança na Constituição brasileira para permitir que, ao invés de o Estado indenizar os proprietários dos latifúndios improdutivos com pagamentos à vista, fá-lo-ia utilizando títulos da dívida agrária, que seriam resgatados em

longo prazo (Ferreira, 2011).

Tal perspectiva desagradou a UDN e outros grupos políticos ligados às culturas políticas opositoras do governo, uma vez que as desapropriações em si não eram bem vistas (pois esses setores políticos englobavam os latifundiários), muito menos a indenização em longo prazo, visto com extrema desconfiança por eles (Benevides, 1981). Por outro lado, algumas lideranças calcadas nas culturas políticas favoráveis a Jango também não concordaram, uma vez que pediam mais celeridade no processo de desapropriação, sendo que muitos não viam necessidade em conceder indenizações aos proprietários (D'Araújo, 1991).

Iniciando a fala no Comício com a expressão “Brasileiros, a hora é das reformas”, o mandatário listou todos os motivos pelos quais as Reformas deveriam ocorrer, indicando que “não é mais possível admitir que essa estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional para milhões de brasileiros que da portentosa civilização industrial conhecem apenas a vida cara e as ilusões passadas”, complementando que “Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica inteiramente superada pelas realidades do tempo em que vivemos” (UH, *JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, 14/04/1964, p. 4).

Criticando a solução ensejada para o caso na Constituição, Jango declarou que “Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é a reforma agrária. É negócio agrário, conveniente para o latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro”, reafirmando que “Sem reforma constitucional (...) não há reforma agrária. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo e os interesses da Nação (...) podemos ter leis agrárias honestas e bem intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas”.

Ainda nessa parte, procurou demonstrar que a Reforma Agrária, como indicava a oposição, não era uma ação necessariamente comunista, afirmando que “Todas as nações do mundo, independentemente de seus regimes políticos, lutam contra a praça do latifúndio improdutivo”, complementando que “Nações capitalistas, nações socialistas, nações do Ocidente ou do Oriente, chegaram à conclusão de que não é possível progredir e conviver com o latifúndio” (UH, *JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, 14/04/1964, p. 4), completando que:

A reforma agrária não é capricho de um govêrno, de uma pessoa ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. A reforma agrária é também uma imposição progressista

do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver (...) Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalho urbano. Interessa, por isso, também a todos os industriais e às forças produtoras que se interessam pelo desenvolvimento do País. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o País possa progredir, em sua indústria, em seu comércio e no bem-estar do seu povo (...) A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida (UH, *JANGO: REVER A CONSTITUIÇÃO PARA AS REFORMAS*, 14/04/1964, p. 4).

Finalizando sua fala indicando que a luta do governo era pelas Reformas em geral, Jango assumia o discurso mais impositivo de maneira integral, aparentemente sem disposição a concessões. E tudo feito em um clima bastante complexo: se aparentemente, observando a multidão, cerca de 200.000 pessoas, a perspectiva era festiva e otimista, demonstrando uma força bastante articulada por parte dos grupos ligados ao presidente. Por outro lado, existiam várias ameaças de atentados contra a multidão e possíveis ataques contra Jango, com risco à sua vida por conta de sua postura. E, por fim, havia a questão relacionada à saúde do próprio mandatário: com problemas cardíacos, era recomendado a não ter contato em situações de conflito e para ter uma rotina mais regrada. No entanto, mesmo com o temor de sua esposa, Maria Thereza, João Goulart resolveu participar e acabou tendo problemas por conta da exaustão e da preocupação com o evento, chegando a desmaiar e tendo que ficar em repouso ainda durante o Comício (Ferreira, 2011):

JANGO ASSINOU DECRETOS HISTÓRICOS

1 - Refinarias Encampadas

2 - Terras Desapropriadas

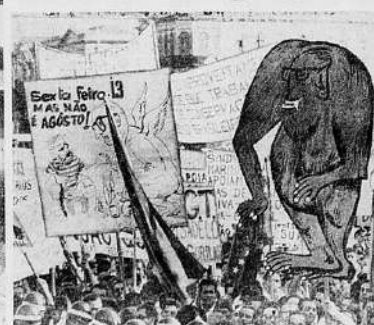


“DEMOCRACIA É ISTO: POVO LIVRE NA RUA”

deres Ovacionados

As coisas se abrem e multiplam no esplendor da Central, espalhando-se pelo An. Prax. Vargas e Campo de Santana. Jango, ao lado de D. Maria Tereza (foto), estreia com toda a serenidade a vida magnífica. “Deus creta é isto, o povo em liberdade na ‘prax pública’”. A todos instigando-se há de conseguir um grande dia de festa: as 12 horas, os 100 anos quatro horas antes de João presidente. O espírito do povo, com Jango, foi das suas vezes e momentos. Assim, jamais registados de Brasil, empenhado constantemente os perfurados do enjoo que se descobriam as águas em presenças e no desenvolvimento de uma guerra psicológica.

ALMA DO POVO NA EXPLOSÃO CÍVICA



Depistado Lacerda Brizola (foto, esquerda) pelo Marechal São Ferraz. Alices e pela Governadora Sônia Durini também e multiplam. Os governadores Miguel Arraes (foto) e Jango. Outros retratados, compõem a lista para o povo nas cidades e no tempo. O povo brasileiro, no momento de crise, em busca pública, com sua liberdade e sua liberdade. A frente a Presidente João Goulart, dos seus um mês de crise, visando a preservação do país, não esquecendo a liberdade e a justiça. Todos os brasileiros, com a “nova ordem” de Jango, empunhados por trabalhadores do Petróleo. Iluminados no solo marcialista as palavras do Presidente, sobre a conservação das refinarias paralisadas. O incidente de Jango e Carlos Incendiará acidentalmente por alguns achados (foto a direita) foi logo desmentido, não chegando a causar a falta de concentração.

DOCUMENTÁRIO ESCRITO NAS PÁGINAS 2 E 4

Imagem 17 – várias imagens do Comício, presentes em uma das capas das edições do dia 14/03/1964. Destaque para a Jango e Maria Tereza (parte superior à direita), imagens de Brizola e Arraes (parte inferior à esquerda) e uma charge de Lacerda como um Gorila (parte inferior ao centro).

No domingo, dia 15, Jango encaminhou uma mensagem ao Congresso, estruturando vários pontos abordados na fala do Comício. O texto, publicado na íntegra nas edições do dia seguinte (cuja manchete era *GOULART AO CONGRESSO: PLEBISCITO PARA REFORMA*), trazia inúmeras pautas e pedidos para o Congresso, entre eles a realização de um novo Plebiscito, para que a população escolhesse entre a realização ou não das Reformas, além de vários apelos para a unificação dos grupos em prol de ações para a população. Para realizar tais aspectos, Jango indicou no texto de que “Optei pelo combate aos privilegiados e pela iniciativa das reformas de base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranqüila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva” (UH, *JANGO AO CONGRESSO: PLEBISCITO PARA REFORMAS*, 16/03/1964, p. 4).

Em seu texto, Jango também enumerou várias ações de seu governo, indicando que vinha fazendo muitas coisas pelo país, mas que era necessário ainda fazer mais em prol da nação, sendo que as Reformas constituíam o único caminho para tal, tendo o final da carta destacado pelo UH: “No quadro da reformas básicas que o Brasil hoje nos impõe (...) a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é (...) a reforma agrária” (UH, *JANGO AO CONGRESSO: PLEBISCITO PARA REFORMAS*, 16/03/1964).

A reação às falas do Comício foi bastante intensa, uma vez que a oposição via tal movimentação como uma afronta de Jango ao regime, com acusações de querer implantar um regime sindicalista ou, o que seria pior, um regime de base comunista no país. Vários membros da cultura política liberal-autoritária passaram a articular o impeachment de Jango, além das já conhecidas movimentações dos governadores para a deposição do presidente, com declarações de Ademar e Lacerda, pedindo abertamente a saída do mandatário e a realização de um novo processo eleitoral. No caso do último, esse teria dirigido mensagens tanto ao governador paulista como à JK, “conclamando-os” para uma ação em conjunto, uma vez que “não há mais temporização possível. Ou se luta agora para conter a marcha da usurpação e reduzir o usurpador à impotência ou não haverá paz e, muito menos, eleições neste país ultrajado e traído”. Também fez um apelo às Forças Armadas, solicitando que “respeitem a lei e não os caudilhos, defendam a democracia e não os demagogos, garantam a paz com liberdade e honra, não a paz do medo e da coação” (UH, *OPOSIÇÃO AGORA QUER O*

“IMPEACHMENT” DE JANGO, 16/03/1964, p. 4).

Com a manchete *OPOSIÇÃO EM DESÊSPERO. – DERRUBAR JANGO ANTES DA REFORMA*, o UH fez um destaque mais intenso ao movimento problematizado no dia anterior, demonstrando que a articulação ganhava força por membros opositores que estariam “desesperados” antes aos êxitos que Jango teria alcançado com o Comício e com a Mensagem ao Congresso. Com seu editorial, intitulado *O PÂNICO E A MENSAGEM*, o jornal atacava toda a oposição pelo clima de alarma produzido, em especial as outras publicações, afirmando que esses grupos buscavam criar uma atmosfera de medo e apreensão para facilitar uma possível deposição do presidente.

Logo no início do texto, o editorial indica que “QUEM lesse o noticiário de ontem, diria que a Nação foi coberta por uma cortina de pânico. Não é verdade. Quem está em pânico é uma ínfima parcela da população”, concluindo que essa parcela é “Ínfima, mas poderosa, e que, pelos seus imensos recursos de divulgação e pressão, procura, como o sapo da fábula, parecer elefante, representando todo o País”. O povo, na perspectiva do UH, não estava em pânico, uma vez que “De imediato, porque vê a extorsão dos aluguéis tabelada, as anuidades escolares controladas, os preços de gêneros pela primeira vez na História sendo fiscalizados realmente” (UH, *O PÂNICO E A MENSAGEM*, 17/03/1964, p. 1).

Em relação às classes produtoras, o texto indicava que havia, de fato, uma pequena parcela contra o governo, mas que grande parte desse grupo era composta por médios e pequenos empresários, que estariam ao lado de Jango. Por fim, o questionamento mais intenso do texto era em relação a quem estava, de fato, de pânico, nomeando várias dessas pessoas e expondo os motivos:

QUEM está em pânico? É Lacerda, é Ademar, que vêem seu plano de subversão à custa da miséria inflacionária explodir como o já refletido sapo da fábula. São os ativistas ibadianos do Congresso, os Bilac Pinto, os Armando Falcão, nazistas como Raimundo Padilha e Abel Rafael, especuladores como Herbert Levy, que vêem o desmoronamento de um sistema político em que tipos como eles passavam por “representantes do povo”. E um ínfimo grupo de militares desajustados e superados pela superior compreensão de seus camaradas, os Murici, os Cordeiro de Farias, os Castelo Branco, que sonham talvez com a repetição de 1954, sem se dar conta que foi aquele crime contra o povo que iniciou a conscientização popular que verificamos hoje, tornando o País impermeável à repetição de tais retrocessos (UH, *O PÂNICO E A MENSAGEM*, 17/03/1964, p. 1).

Embora o texto anunciasse que não havia uma mobilização mais intensa e que não

existiam condições para uma possível revolta ou tentativa de golpe, na realidade alguns princípios indicavam o caminho contrário. No Senado, por exemplo, várias falas da oposição explicitavam a perspectiva de como os grupos oposicionistas encararam o Comício, sendo que, nesse mesmo dia, João Agripino, que participara do gabinete de Tancredo Neves e atualmente era representante do estado da Paraíba pela UDN, fez um discurso bastante intenso contra o governo: “*Se por trás do presidente da República estão elementos conturbadores, provocadores e agitadores, que pretendem levar o presidente (...) à campanha de descrédito do Congresso, tudo isso excede os limites (...)*”, complementando que tal atitude de Jango “*põe em risco o regime democrático, como se fosse um plano inclinado, no qual, após meio caminho, ninguém pode retornar*” (Gonçalves Jr, 2014, p. 1).

Buscando um contraponto, ainda nas edições do dia 17 de março o UH reafirmou a relevância e a legitimidade das demandas colocadas por Jango, indicando novamente que as principais lideranças militares e sindicais estariam ao lado do presidente, garantindo que as Reformas ocorreriam mesmo com a reação virulenta dos oposicionistas (que não haviam mobilizado número de congressistas suficientes para conseguir o impeachment), que estariam se articulando ferozmente para “derrubá-lo” do poder. A publicação nomeara três grupos partidários que estariam alinhados nesse processo: parte da UDN liderada por Carlos Lacerda, o PSP com Ademar de Barros e parte do PSD com Armando Falcão, deputado federal pelo Ceará que fora ministro da Justiça de JK (UH, *Oposição Desesperada: Derrubar João Goulart Antes da Reforma*, 17/03/1964, p. 2).

As edições do dia seguinte, cuja manchete *GUERRA DE RUA PARA “IMPEACHMENT” DE JG - BADERNA É A NOVA TÁTICA DA OPOSIÇÃO* trazia o tom dos acontecimentos no período, com o jornal acusando a UDN, em especial, de promover ações contra a ordem para desestabilizar o país, indicando que os parlamentares udenistas não conseguiriam o impeachment no Congresso e, por conta disso, apelariam com outros tipos de ações para conseguirem seu intento (UH, *GUERRA DE RUA PARA CHEGAR AO “IMPEACHMENT”*, 18/03/1964, p. 4).

Tal ponto de vista foi reafirmado nas páginas do jornal, principalmente nas reportagens do espaço central da política e na coluna de Flávio Tavares. O jornalista trazia em seu texto informações corroborando as questões da capa, afirmando que “PARA a direita, o quadro político está formado: ou derruba o Presidente ou êste, com a mobilização do povo, levará o Congresso a votar a derrubada dos privilégios aprovando as reformas”, mas que, no entanto, a

UDN teria recuado por perceber que ainda não havia “terreno” fértil para isso, embora outros nomes estariam tentando articular um golpe de fato, como Ademar de Barros (UH, *FLÁVIO TAVARES Informa de Brasília*, 18/03/1964, p. 4).

Tema comentado brevemente na coluna de Flávio Tavares, vinha sendo organizado em São Paulo um evento em contraponto ao Comício, intitulado *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, evento que deveria ser utilizado como palanque para os opositores pedirem o fim das ações “subversivas” do governo e a saída de Jango do cargo (Dreifuss, 1981). Nas páginas do UH o evento praticamente não foi noticiado, salvo um ou outro comentário atrelado a algum outro assunto, diferentemente da imprensa em geral que, após o Comício passou a abordar, de maneira bastante intensa, os preparativos e mobilização para o evento (Carvalho, 2012).

A abordagem da Marcha teve momentos distintos nas edições do dia 20. Na publicação matutina, o assunto foi apresentado de maneira tímida, tendo uma pequena chamada na capa enfatizando que Plínio Salgado e Herbert Levy pediram uma nova *Revolução de 1932* em São Paulo e as colunas de Francis e Malta, que abordaram as falas do ex-presidente Dutra no ato, criticando-o veementemente por conta disso. No texto do primeiro, havia a afirmação de que a “união nacional”, que “tem o propósito de derrubar Jango” estava “fadada ao fracasso”, chamando Lacerda de fascista e indicando que, apesar dessas movimentações, “as liberdades democráticas serão preservadas”, pois não “há clima no País para que caiam” (UH, *União Nacional Pelo Golpe*, 20/03/1964, p. 4).

No entanto, na edição vespertina o ato foi abordado com amplo destaque, tendo como manchete *REVOLUÇÃO CONTRA AS REFORMAS*, título baseado em uma fala de Plínio Salgado, um dos principais oradores do ato, cuja foto na edição fazia uma alusão à Hitler, evocando o peso do Integralismo em sua trajetória (UH, *Plínio Salgado Prega Revolução nas Ruas de S. Paulo Contra as Reformas*, 20/03/1964, p. 1):



Imagem 18 – Capa da segunda edição do dia 20/03/1964, com destaque para as falas de Plínio Salgado e uma foto que procurava associar a aparência e os gestos do deputado com Adolf Hitler

Nessa edição foi destacada, além dos acontecimentos da Marcha em si, a reação de Jango (que já havia sido publicada na versão matutina) às falas de que ele planejava um golpe de Estado para tornar-se ditador do país ou para ser reeleito, com o presidente negando veementemente esses pontos e indicando que jamais aceitaria tais prerrogativas (UH, *JANGO: - NADA DE GOLPES E CONTINUÍSMO*, 20/03/1964, p. 4).

A presença católica na Marcha foi um grande destaque, com vários grupos religiosos

participando ativamente da articulação e, no protesto em si, por pedidos de saída de Jango e contra o Comunismo, em geral (Castro, 1984). Como contraponto a tal perspectiva, nas edições do dia 21 o destaque do UH foi para declarações da Arquidiocese paulista, trazendo uma nota da instituição demonstrando preocupação com a politização do processo religioso no país, com a publicação da nota na íntegra nas páginas do jornal. Embora não há citação nem referência no documento à Marcha, a escolha do periódico em priorizar tais declarações no dia após ter dedicado grande parte de suas edições ao fato indica a intencionalidade do periódico em contrapor a posição da Arquidiocese com o fato que ocorreu no dia 19, uma vez que grande parte dos grupos que organizaram o evento em São Paulo era ligada à Igreja e, por conta disso, a publicação carioca buscava um claro contraponto, demonstrando que nem todos os órgãos da instituição religiosa romana eram contra o governo (UH, *SÃO PAULO: AÇÃO CATÓLICA CONTRA EXPLORAÇÃO DA FÉ*, 21/03/1964, p. 2).

No dia 24 de março, no editorial *DEUS E REFORMAS*, no espaço *OPINIÃO DA "UH"*, que voltaria a partir daquela data (os editoriais vinham sendo publicados na capa), o jornal criticou de maneira veemente a mistura entre religião e política, principalmente com a oposição feita às reformas de Jango (embora não exista nenhuma referência direta à Marcha, no texto):

Como pode um católico consciente ser antireformista, quando a própria Igreja propugna as reformas sociais em Encíclicas como “*Mater et Magistra*”, onde há páginas e páginas sobre a necessidade de intervenção estatal na economia em benefício da coletividade (o que é muito diferente de pregar o comunismo), sobre a redistribuição da terra em bases equânimes, assegurando-se a todos o direito da propriedade, a todos que não têm propriedade? Só o fanático, e fanático quer dizer ignorante, pode desconhecer ou recusar êsses ensinamentos (...) Chegou o tempo de os católicos progressistas tomarem as ruas, para lutar contra a mistificação que se faz com sua fé. Estarão fazendo mais do que isso: estarão lutando para garantir aos milhões de destituídos a vida que Jesus pregava para todos (UH, *DEUS E REFORMAS*, 24/03/1964, p. 4).

Em um texto ainda dentro da coluna, *CONSPIRAÇÃO E LOUCURA*, o tom de crítica foi mantido, mas direcionado a Ademar de Barros, novamente alvo da publicação e sendo apontado como um dos principais articuladores da oposição contra Jango (e, embora também não esteja diretamente relacionado no texto, é importante frisar que foi um dos principais organizadores do evento em São Paulo do dia 19 de março) (UH, *CONSPIRAÇÃO E LOUCURA*, 24/03/1964, p. 4).

Nas edições do dia 23 de março, foram realçadas novas declarações de Jango, que reafirmavam que as mudanças propostas na Constituição eram importantes para a consecução das Reformas e a melhoria do país, indicando que “A Constituição só se preserva quando se renova, isto é, quando vai ao encontro do povo e das grandes aspirações nacionais” (UH, *Jango: - Reforma da Carta Preserva Regime*, 23/03/1964). Na segunda edição foi publicado o editorial *A GRANDE DEFORMAÇÃO*, criticando de maneira veemente o clima criado pela oposição, em geral, para a desestabilização e para o fim do governo de Jango, indicando que a direita agia da mesma que haviam feito com os finais do governo de Getúlio e Jânio, afirmando que era “evidente que a direita tenta um 1961 branco”, referindo-se a um novo impedimento de Jango (UH, *A GRANDE DEFORMAÇÃO*, 23/03/1964, p. 29):

A desonestidade, o personalismo difamatório com que a direita interpreta o discurso e a mensagem presidencial a ninguém pode surpreender, bastando que nos lembremos do destino de Getúlio e Jânio em seus melhores momentos (...) Mas Jango, afinal, no seu discurso e mensagem nada mais fez do que reiterar e resumir o que vem dizendo desde que assumiu o poder (...) O que efetivamente pôs em pânico a direita e levou alguns dirigentes responsáveis a acompanhá-la em histeria, foi que o pronunciamento e a mensagem do Presidente vieram no Comício alicerçados em impressionante apoio popular, o que lhes deu maiores possibilidades de êxito. Daí a reação ter pôsto a cabeça para fora, baixando a extremos como a exploração da fé cristã (...) O Presidente advertiu que as reformas devem vir pelo caminho democrático e pacífico, notando, porém, que se êsse rumo fôr obstado, o Brasil poderá pagar um preço muito alto pelo que, afinal, é inevitável: a transformação estrutural que acompanha o desenvolvimento do País. Arreganhos e mistificações sempre foram as armas da reação nas encruzilhadas histórias, mas a História, como as constituições, continuaram movendo-se de acôrdo com as necessidades e aspirações de cada época (UH, *A GRANDE DEFORMAÇÃO*, 23/03/1964, p. 29).

Em meio a esse turbilhão do período, uma edição “especial”, lançada no dia 24 de março, indicava mudanças importantes que ocorreriam no UH, visando o fortalecimento da publicação para os próximos meses e anos. Com a manchete *UM NÔVO JORNAL E UMA REVISTA NUMA SÓ EDIÇÃO*, a publicação carioca retomava o projeto da publicação de uma revista, que se extinguiu à quase onze anos com a breve existência de *FLAN*. O *UH Revista* seria publicado em conjunto com a edição do jornal, de maneira semanal, trazendo assuntos dos mais variados que não eram, necessariamente, abordados no periódico. Além disso, o jornal passaria por uma grande mudança gráfica, com uma apresentação mais otimizada e arrojada daquela que já era apresentada (UH, *UM NÔVO JORNAL E UMA REVISTA NUMA SÓ EDIÇÃO*, 24/03/1964, p. 4). As mudanças não seriam só gráficas, mas também nos times

colunistas: a estrutura seria mantida, com os nomes de Flávio Tavares, Paulo Francis e Octávio Malta, além de uma nova coluna assinada por Danton Jobim, jornalista do Diário Carioca que passaria a ocupar um espaço na “parte nobre” de colunistas do jornal:



Imagem 19 – chamada na capa da primeira edição do dia 24/03/1964, no canto superior esquerdo, indicando as mudanças na diagramação, com colunas mais curtas e maior destaque às imagens, aproximando ainda mais o visual do jornal de uma revista.

Nos últimos dias de março, a abordagem do UH concentrou-se, basicamente, em denunciar toda a movimentação golpista tramada contra o mandato de Jango, que seria realizada no final das comemorações da Páscoa, tendo início no domingo, dia 29, segundo

informações de Flávio Tavares. Nesse mesmo texto, intitulado *Golpe de Aleluia Visa Cêrco de Jango*, o correspondente do jornal em Brasília indicava que os governadores de três entre os principais estados do Brasil no contexto (SP, MG e GB) articulavam a movimentação entre os mandatários regionais por todo o Brasil, relatando que Carlos Lacerda e Magalhães Pinto haviam conferenciado recentemente em Belo Horizonte (havia uma foto nas edições desse dia, mas fora da coluna, do encontro entre ambos), enquanto que Ademar viajara até o Rio Grande do Sul para conseguir convencer o governador Ildo Meneghetti, que teria aderido às tratativas (UH, *Golpe de Aleluia Visa Cêrco de Jango*, 25/03/1964, p. 4). Sem especificar, Tavares também indicou que alguns governadores no Nordeste e membros do Congresso articulavam o plano em acordo com esses grupos (uma outra coluna no jornal, *Congresso em Revista*, atestava que os principais líderes da UDN eram os mentores de tal acordo), afirmando que havia negociações para uma ação coordenada, a nível nacional, para a derrubada do governo de Jango (UH, *Golpe de Aleluia Visa Cêrco de Jango*, 25/03/1964, p. 4).

No dia seguinte, foram destacadas novas declarações de Jango, indicando que não temia um novo “Agosto de 1961”, assegurando que se manteria inflexível no caminho das Reformas e que não se acovardaria diante de toda essa trama que estava se estruturando (UH, *JANGO NÃO TEME NÔVO ÂGOSTO DE 1961*, 26/03/1964, p. 2). Em sua coluna nas edições dessa data, Tavares relatou pressão do PTB e do PSD para uma possível reforma ministerial para enfrentar essa mobilização no período, indicando um aspecto pouco explorado na publicação até então, as críticas e pressão sofridas por Jango por sua base aliada (UH, *“Linha Dura” Não Alterará Ministério de Jango*, 24/03/1964, p. 4).

Ainda nessa data, um texto curto na base editorial (que, desde que voltara a ser publicada, trazia de dois a três textos em menor extensão, em contraponto a um texto único, que era o formato anterior) sintetizou de maneira bastante instigante o cenário atual. Intitulado *DUAS POSIÇÕES*, a argumentação indicada nessas linhas trouxe uma reflexão pontual sobre o período, dentro da perspectiva apresentada pelo UH. De um lado, “a Oposição cuidando das marchas e contra-marchas para evitar as reformas, ao mesmo tempo que lança o terror contra as que defendem” e, de outro, “o Govêrno, plena e vigorosamente identificado com o povo, e por isso resistindo às tormentas e podendo continuar, tranqüilamente, seu trabalho (...)”. De maneira irônica, o texto encerra-se da seguinte maneira: “Talvez por isso, um prelado da Oposição outro dia desabafou: “o Brasil fugiu de nossas mãos.” Fugiu, é claro, para não ser

estrangulado...” (UH, *DUAS POSIÇÕES*, 24/03/1964, p. 4).

5.3 Revolta dos marinheiros e o golpe civil-militar

Seguindo esses aspectos, o decisivo episódio da revolta dos marinheiros ganhou amplo destaque nas páginas do UH no fim de março. O clima era de alarme: com a manchete *TENSÃO NO PAÍS COM A CRISE NA MARINHA*, a publicação defendia a sublevação dos marinheiros, valorizando inclusive a presença de João Cândido no processo (fazendo comparações entre a *Revolta da Chibata*, de 1910, com o momento atual, efeito esse utilizado para indicar as difíceis condições de vida que ainda os marinheiros passavam) e a luta dos trabalhadores da Marinha por melhores condições de vida. No entanto, o ministro da Marinha, Silvío Mota, teria pedido demissão e a publicação carioca temia que, com esse fato, a oposição utilizaria tal aspecto como pretexto para justificar o golpe que vinha sendo tramado. Segundo o periódico, os membros do próprio entorno do agora ex-ministro, chamados pelo jornal de “gorilas”, vinham espalhando boatos de que a situação estava fora de controle, alimentando as movimentações para a retirada de Jango, do poder, pela força. (UH, *Reação Tenta Tirar Todo Proveito da Situação Para Armar Golpe Contra Jango*, 27/03/1964, p. 2):



Imagem 20 – Capa da primeira edição do dia 27/03/1964, com destaque para a greve na Marinha e a tensão relacionada ao assunto. Destaque, entre outros aspectos, para a foto na parte central da capa, com a presença de João Cândido e a conexão com a Revolta da Chibata, em 1910.

No editorial *A CRISE*, o UH defende o direito de manifestação dos marinheiros e, sobretudo, que o impasse resolvesse-se dentro da legalidade, apelando para que não existisse nenhum movimento fora das linhas da Constituição de 1946 (UH, *A CRISE*, 27/03/1964, p. 4). Adotando um tom conciliatório, a publicação reconhecia a gravidade do problema, indicando que a crise, “Do campo político (...) trasladou-se para o campo militar”, justificando que tal

aspecto se dava pela “necessidade de reformas” e que essas deveriam ser atingidas “no terreno legal”, uma vez que a “extralegalidade não é um caminho: será uma picada em selva desconhecida para atingir objetos incertos”, finalizando o texto com mais reflexões e um apelo em relação à situação:

A hora é, inegavelmente, de responsabilidade. Esta responsabilidade não cabe somente às elites; cabe a todos os que exercem liderança neste País: liderança nos altos escalões, como lideranças nas massas. Não se trata de um problema de Direita ou de Esquerda: trata-se precisamente de uma crise, que envolve toda a Nação, e ninguém pode fugir a seu quinhão de responsabilidade em seu desenvolvimento, na história (...) Insistimos na necessidade de limitação das lutas dentro do quadro legal e democrático, por considerar que este é o caminho certo e aquele que convém ao Brasil e seu povo, agora empenhados como nunca numa luta de grandeza que é a luta pela sua emancipação completa (UH, *A CRISE*, 27/03/1964, p. 4).

No entanto, na coluna de Flávio Tavares, o jornalista indicava que Brasília estava “parada”, confirmando que as lideranças que se mobilizaram anteriormente para tirar Jango do poder estavam utilizando o episódio de sublevação na Marinha para justificar a urgência de seu ato. Embora o jornalista indicasse que a situação dos marinheiros não constituísse nada grave por si só, no contexto bastante tensionado do período poderia converter-se em algo perigoso para a manutenção da ordem do país (UH, *Prontidão Telefônica Para o “Impeachment”*, 27/03/1964, p. 4).

Nas edições do dia seguinte, o jornal retomou seu *modus operandi* de trazer soluções e notícias otimistas frente às adversidades que surgiam. Com a manchete *DECISÃO DE JANGO RESOLVEU A CRISE*, o UH elogiou intensamente a ação do presidente frente à situação, felicitando a escolha do novo ministro da Marinha, Paulo Mário da Cunha Rodrigues, principalmente no texto *Saldo Positivo*, no qual enaltecia a condução do presidente em todo o processo, criticando como a estrutura da Marinha era constituída e defendendo o direito dos sublevados em pedir melhorias, que deveriam ser atendidas pelo mandatário (UH, *Saldo Positivo*, 28/03/1964, p. 1).

No entanto, mesmo com esse tom otimista criado nas páginas do jornal, a imensa preocupação com a ação oposicionista não desapareceu. No editorial *OUTRAS CRISES VIRÃO*, o retrato pintado era de que novas situações problemas como essa ocorreriam, tendo em conta o clima de distensão que existia na política (UH, *OUTRAS CRISES VIRÃO*, 28/03/1964, p. 4). Em relação aos colunistas, os textos oscilavam entre esses dois aspectos: Tavares, Francis e Jobim elogiaram intensamente o posicionamento conciliatório de Jango

nesse processo, embora cada um elencou, ao seu modo, as movimentações oposicionistas que visavam distender a crise até à ruptura democrática.

Na coluna de Tavares, o enfoque foi nas ações do Congresso, uma vez que seus representantes não estariam dispostos a aceitar a anistia concedida aos marinheiros e fuzileiros por Jango e que o presidente da casa, Ranieri Mazzilli, teria adiado uma viagem à Europa para acompanhar os desdobramentos da situação. Para o jornalista, “a Câmara será o desaguadouro da crise militar contida (...) Os resultados darão, não só ao Presidente, mas a todo o País, o gráfico exato da disposição da tendência do Congresso: ou dá o referendo à paz, ou precipita o incêndio” (UH, *Nova Etapa: Anistia no Congresso*, 28/03/1964, p. 4). Em relação ao texto de Jobim, a ênfase recaiu sobre Brizola, com forte crítica a esse político e a alguns setores da base do governo que eram contrários às ações do presidente (postura que passara a ser recorrente no UH), indicando que tal prática não traria, absolutamente, nenhum ganho para o país e o sistema democrático. Ao indicar que “não compreendemos a ojeriza do Sr. Brizola ao temperamento conciliante do Presidente (...) Não será por isso que os grupos do centro vão sendo radicalizados e empurrados, pelos demagogos da direita, para uma atitude hostil ao Governo do Sr. João Goulart?” (UH, *O Grande Coordenador*, 28/03/1964, p. 4).

Por fim, o texto de Paulo Francis passava por um personagem que apareceria em dois outros momentos na publicação, a figura do chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto de Alencar Castelo Branco. O jornalista indicou que esse, em conjunto com Ademar de Barros e dom Jaime Câmara (arcebispo do Rio de Janeiro e um dos principais nomes de oposição contra o governo) seriam os principais líderes do golpe de Estado que estava sendo articulado contra o presidente, indicando que o discurso anticomunista era cada vez mais inflamado, tendo em vista não evitar o desenvolvimento deste no país, mas sim derrubar o presidente (curioso notar que a coluna trazia um representante de cada uma das culturas políticas opositoras do governo); o texto finalizava a análise com a assertiva de que, caso isso realmente ocorresse, uma guerra civil seria iniciada no Brasil, uma vez que Jango reagiria e não entregaria seu cargo para os golpistas (UH, *Marcha do Partido Estúpido*, 28/03/1964, p. 4). O colunista encerrou seu texto confiando em um possível alicerce social do governo Jango:

O êrro central da direita é imaginar que o movimento capitaneado por Jango é obra de um homem só, e não a receptividade dêsse homem a pressões de baixo para cima, ditadas pela condição miserável das massas e da inadequação das atuais estruturas para conter o andamento econômico e

social do País (...) A derrubada de Jango, através do que os militares chamam “golpe de mão”, de uma surpresa, seria seguida da guerra civil, já esboçada em 1961, quando as dificuldades do povo eram menores do que agora. Mas esperar um raciocínio histórico da direita é negar o próprio sentido da palavra, definida por Burke como “The Stupid Party”, o partido estúpido. A crise da Marinha, no momento, parece deslocar-se das ruas para os gabinetes, mas é inútil querer isolá-la do contexto irresolvido desde agosto de 1954” (UH, *Marcha do Partido Estúpido*, 28/03/1964, p. 4).

Mesmo apontando algumas diferenças, os textos e colocações dessa edição do UH, seja o editorial ou as colunas, traziam dois aspectos em comum: o reconhecimento da gravidade da crise, entendendo o episódio da Marinha não por si só, mas sim como um fato instrumentalizado pelas culturas políticas oposicionistas para acelerar o processo de impeachment ou golpe contra Jango; e a exaltação do presidente, que estaria, como em outras situações, lidando com serenidade e da maneira correta, mesmo em condições bastante inóspitas, sobretudo, para a implantação das Reformas ou a manutenção da PEI.

Embora o golpe não ocorresse na Páscoa como retratado, o clima para sua execução já estava estabelecido, segundo as páginas do UH das edições seguintes. Com a manchete *GOLPE EXPLORA A CRISE NA MARINHA* (30/03/1964, p. 1), a publicação informava que os principais grupos oposicionistas apontavam os acontecimentos referentes à manchete para pedirem, de maneira mais explícita, a saída de Jango do poder. O caso, relacionado a uma paralisação realizada pelos marinheiros pedindo por melhores condições de trabalho e mais direitos para sua carreira, ganhou grande dimensão na medida em que, dentro da ordem militar naquele contexto, independente de qual órgão das Forças Armadas, era proibido qualquer tipo de manifestação ou greve, infringindo em ampla quebra de hierarquia. Sendo assim, tal sublevação pública dos marinheiros era encarada, pelos grupos oposicionistas, como uma clara quebra da ordem e início dos planos de um possível golpe orquestrado pelo mandatário nacional (Napolitano, 2014). Da parte do jornal, a perspectiva era contrária a tal aspecto: em linhas gerais, a publicação indicava que tal ato estaria sendo explorado pelos adversários do presidente como forma de desestabilizar, ainda mais, seu mandato (e não por ser algo errado).

No editorial *A MARINHA NÃO MORRE*, publicado nas edições do dia 30 de março, o jornal criticava vivamente a imprensa em geral, indo contra diretamente às declarações de alguns jornais e do “pensamento dos círculos conservadores-reacionários” de que a Marinha tinha “morrido” após o acontecido, indicando que o órgão que teria “desfalecido” seria aquele

antes de 1930 (cujos trabalhadores possuíam condições ainda piores de trabalhos e eram mais perseguidos, tendo várias revoltas contra tal situação, sendo a *Revolta da Chibata*, de 1910, a mais importante) e que agora os trabalhadores, com mais consciência política do que no período anterior, se movimentavam para ter melhores condições de trabalho contra os desmandos praticados pelos seus superiores (UH, *A MARINHA NÃO MORRE*, 30/04/1964, p. 4).

Dentro dessa linha, Paulo Francis indicou a movimentação dos marinheiros não só como um direito, mas também como um “pedido de socorro”, indicando que eles possuíam todo o direito de fazê-lo. E, ainda em sua coluna, com o título *Disciplina e Justiça*, o autor afirmou que o golpe de Estado que estava sendo tramado era organizado, basicamente, pelos mesmos grupos políticos e militares que faziam isso desde a primeira movimentação contra Vargas, lembrando novamente a mobilização contra o político “patrono” da publicação, além de indicar que a ausência de punição mais severa a esses militares, nas três situações anteriores, seria uma das principais causas para que esses estivessem, agora, a conspirar aberta contra o presidente e, principalmente, para derrubar a ordem estabelecida (UH, *Disciplina e Justiça*, 30/04/1964, p. 4):

O PRESIDENTE Getúlio Vargas foi derrubado por golpe militar. O Presidente Juscelino Kubitschek enfrentou os estopins de Jacareacanga e Aragarças. O País quase foi à guerra civil para impedir que o Marechal Denys, o Brigadeiro Grün Moss e o Almirante Sílvio Heck impedissem a posse do Presidente João Goulart. Onde estão os mentores e autores desses atos? Foram punidos, presos, ou estão desonrados? Não, estão redigindo manifestos contra a comunização do País, porque o Presidente João Goulart anistiou subalternos da Marinha que se insubordinaram ao reivindicar o direito de livre reunião, o direito de casar e de voltar (UH, *Disciplina e Justiça*, 30/04/1964, p. 4).

Ainda nessa data, na coluna de Flávio Tavares era detalhado o “passo-a-passo” do golpe, que estaria sendo mais estruturado e articulado em São Paulo, a partir da liderança de Ademar de Barros. Em sua coluna, com o texto *Em São Paulo a Chave da Conspiração*, o jornalista indicava que o governador paulista tornara-se o principal articulador naquele momento, tendo convencido Magalhães Pinto a participar definitivamente do processo e, em conluio com Carlos Lacerda, tentava influenciar membros do Judiciário (embora não foi especificado nenhum nome) a participar do processo, ensaiando um ato parecido com o de 1945, quando José Linhares assumira a presidência da República na “renúncia” de Vargas (tal papel caberia, nesse momento, ao presidente atual do STF, Ribeiro da Costa) (UH, *Em São*

Paulo a Chave da Conspiração, 30/04/1964, p. 4).

A edição matinal do dia seguinte, assim como a de várias datas importantes desde a existência da publicação, foi marcada por textos e informações conflitantes: em algumas colunas e clichês, textos reiterando a força de resistência de Jango e afastando a possibilidade de qualquer movimentação armada; em compensação, outros espaços traziam detalhamentos sobre as ações estruturadas e o início da ação em Juiz de Fora, que viria a ser o estopim do Golpe que seria perpetrado e sacramentado nos dias a seguir:



Imagem 21 – Capa das duas primeiras edições do dia 31/03/1964. Na primeira, há um contraste entre o discurso de Jango para os marinheiros e fuzileiros amotinados, que representaria a ordem e uma outra imagem, de Carlos Lacerda com membros do Clube Militar na rua, que indicariam o golpe e a desordem instaurada. Já na segunda capa, embora com imagens parecidas, há um tom com menor otimismo, indicando uma possibilidade ao invés de uma assertiva na nova manchete.

A manchete e toda a capa foram dedicadas a destacar a força de Jango perante os fatos. Trazendo como título uma fala do presidente no clube dos sargentos - *Eu Não Permitirei a Desordem em Nome da Ordem* - e fotos laureais ao mandatário, expondo sua liderança e

carisma perante uma platéia animada e disposta a seguir todos os seus passos na situação exposta, o UH buscava fortalecer a imagem do mandatário perante todas essas dificuldades. No entanto, na capa da edição vespertina o tom otimista fora um pouco abrandado, trazendo outra declaração de Jango como manchete - *Não Queremos o Congresso Fechado* - que mantinha o tom otimista, mas de maneira um pouco mais suavizada, uma vez que as evidências de uma movimentação pela força contra o presidente abundavam nas páginas das duas edições (31/03/1964).

No editorial *RESPONSABILIDADE DO CONGRESSO*, Paulo Silveira indicou que o grande pêndulo para um possível golpe (como já aparecera em textos anteriores) seria o Congresso e que esse estaria caminhando ao lado dos golpistas, uma vez que poderia já ter aprovado várias das leis indicadas por Jango e não o fazia por letargia e/ou conivência com os opositores (UH, *RESPONSABILIDADE DO CONGRESSO*, 31/03/1964, p. 4). Em notícias publicadas logo no início do jornal, havia indicação de que um batalhão destacava-se de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e que várias movimentações dessas ocorreriam em todo o Brasil, colocando Brasília e, em especial, os membros do Congresso em compasso de espera para o desfecho (UH, *Batalhão de Prontidão em Minas*, 31/03/1964, p. 2).

A informação sobre o deslocamento das tropas do estado mineiro foi mais bem detalhada na coluna de Flávio Tavares, com o texto *Manifesto é Contra-Senha do "Puscth"*. Segundo a coluna, todo o exército mineiro caminhava para encontrar-se com seus colegas paulistas e cariocas para marcharem contra o governo, com intensa articulação dos governadores dos respectivos estados. Nesse mesmo texto, Tavares detalhou também a participação civil, com ampla movimentação da UDN e também do PSD, cuja maioria de seus representantes teria decidido, nesses últimos dias, articularem com os golpistas contra Jango. Ainda no texto, Tavares destacava que a principal tática utilizada pela oposição era intensificar os boatos de que ele estaria organizando um golpe contra as instituições brasileiras, questões as quais o político negava veementemente (UH, *Manifesto é Contra-Senha do "Puscth"*, 31/03/1964, p. 4)

Já na coluna de Paulo Francis o clima era mais alarmista, com o título *O Mandato Irretocável*, indicando que Carlos Lacerda era o "líder civil" e Castelo Branco a "liderança militar" do golpe em andamento. No entanto, mesmo chamando a atenção para essas movimentações, esse texto trazia um tom otimista, confiando que a maioria dos militares ficaria ao lado da ordem e que Jango seria mantido no cargo, uma vez que gozava de imenso

apoio popular e que tal ação seria apenas mais uma entre as várias outras contra o presidente e à democracia no país (UH, *O Mandato Irretocável*, 31/03/1964, p. 4).

Esse tom de otimismo frente à sublevação civil-militar foi mantido na capa da edição matutina do dia seguinte. Os detalhes do golpe foram amplamente detalhados, começando pela própria manchete do jornal, *SUBLEVAÇÃO EM MINAS PARA DEPOR JANGO*, indicando que a ação contra o presidente era real, mas que ela não prosperaria por ser minoritária. Duas declarações militares conflitantes chamaram bastante a atenção na capa dessa edição: uma fala do General Mourão Filho, pedindo a deposição imediata de Jango (UH, *COMANDANTE DA IV REGIÃO MILITAR DECLARA-SE REBELADO CONTRA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA*, 01/04/1964, p. 1) e uma declaração do ministro da Guerra, Jair de Dantas Ribeiro, assegurando que o Estado agiria contra os subversivos e que a ordem seria mantida (UH, *Jair: -Máxima Energia Contra os Sublevados*, 01/04/1964, p. 1).

As declarações colocadas pelo UH buscavam fazer um contraponto entre a parte das Forças Armadas que se movimentava contra Jango e o grupo legalista. Ao publicar na íntegra a nota lançada por Mourão Filho, o jornal indicava as principais implicações pelas quais grande parte das lideranças ligadas à cultura política militar, em articulação com grupos da cultura política liberal-autoritária e católica, se moviam pelo golpe. No manifesto publicado pelo general, a justificativa pela marcha ocorria por causa das ações do presidente, que “ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais”, devendo “ser afastado do poder que abusa para, de acordo com a lei, operar-se sua sucessão, mantida a ordem jurídica”, completando que o mandatário estaria “divorciado dos preceitos constitucionais (...) pretende transformar o Brasil, de nação soberana que é, em um ajuntamento desunido, ajuntamento de sub-homens que se submetem a seus planos ditatoriais”. Ainda nesse manifesto, Mourão apelava a “todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos convosco, venham ajudar-nos a restaurar no Brasil o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento” (UH, *COMANDANTE DA IV REGIÃO MILITAR DECLARA-SE REBELADO CONTRA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA*, 01/04/1964, p. 2). Ainda no manifesto, o tom contra João Goulart era ainda mais denso, indicando uma ojeriza bastante intensa que seria, na perspectiva do militar sublevado, a visão em conjunto dos militares:

Faz mais de dois anos que os inimigos da ordem e da democracia, escudados na impunidade, que lhes assegura o Sr. Chefe do Poder Executivo, vêm desrespeitando as instituições, enxovalhando as Forças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes é devido, em qualquer nação

civilizada, e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de mêdo e de desêspero (...) Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quanto estimulados pelo Sr. Presidente da República, procuram infundir, em todos os espíritos, a certeza de que falam em nome do operariado brasileiro, quando, é certo, falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interêsses imperialistas estão servindo, em criminosa atividade subversiva, para trairem a Pátria brasileira tão generosa (...) E o atual Govêrno, cujos projetos negam a soberania do Brasil, servindo a essas organizações, dá-lhes apoio oficial ou oficiosamente, concedendo-lhes, até mesmo, a faculdade de nomear e de demitir ministros, gerais e altos funcionários, objetivando, assim, por conhecidos processos, a desfazer as instituições democráticas e a instituir abertamente o totalitarismo, que nega a Federação, a República, a ordem jurídica e, até mesmo, o progresso social (UH, *COMANDANTE DA IV REGIÃO MILITAR DECLARA-SE REBELADO CONTRA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA*, 01/04/1964, p. 2).

Na mesma página, o UH publicou também na íntegra o manifesto publicado por Magalhães Pinto. Embora com uma linguagem distinta, o texto trazia basicamente os mesmos pontos elencados por Mourão, sendo que o governador mineiro conclamava a população do estado e também do Brasil contra João Goulart, para assegurar “a legalidade ameaçada pelo Presidente da República”:

Brasileiros! Foram inúteis todas as advertências que temos feito ao país, contra a radicalização de posições e de atitudes. Contra a diluição do princípio federativo. Pelas reformas estruturais, dentro dos quadros do regime democrático (...) quando a crise nacional ia assumindo características cada vez mais dramáticas, inútil também foi nosso apêlo ao govêrno da União para que se mantivesse fiel à legalidade constitucional (...) Ante o malôgro dos que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as forças sediadas em Minas, responsáveis pela segurança das instituições, feridas no que mais lhes importa e importa ao país – isto é, a fidelidade aos princípios de hierarquia garantidores da normalidade institucional e da paz pública – consideraram de seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade, ameaçada pelo próprio Presidente da República (...) Seu objetivo supremo é o de garantir às gerações futuras a herança do patrimônio da liberdade política e de fidelidade cristã, que recebemos de nossos maiores e que não podemos ver perdido em nossas mãos (...) (UH, *MAGALHÃES CONCLAMA À REBELIÃO*, 01/04/1964, p. 2).

O texto de Magalhães Pinto justificava as medidas tomadas por Mourão Filho, que não eram esperadas pelos militares naquele momento. Como o próprio UH propagava (e vários outros jornais e meios de informação no período), havia uma movimentação por um possível golpe de Estado, mas, no entanto, conforme a extensa bibliografia sobre o período retratou, bem como a documentação possível de ser visitada, tal ação não estava planejada para ser,

necessariamente, naquele momento, sendo que o próprio general mineiro não constava entre os principais articuladores da deposição de Jango, que estava sendo planejada para ocorrer em meados de abril (Napolitano, 2014). No entanto, as ações do comandante, marchando rumo ao Rio de Janeiro e com a convicção de que as Forças Armadas teriam união e estrutura para concretizar o afastamento de João Goulart da presidência, acabaram sendo utilizadas como o fato que apressara e mobilizaria todo o plano golpista em andamento (Motta, 2021).

O editorial dessa data, intitulado *DISCURSO HISTÓRICO*, sintetizava a perspectiva do UH nesse rol de acontecimentos. Nesse texto, Silveira elogiou intensamente a contundente fala de Jango em defesa da movimentação dos marinheiros, além de exaltá-lo como um líder nos mesmos moldes e grandeza de Getúlio Vargas, indicando que o temor da oposição era de que o atual presidente mudasse o Brasil da mesma forma que seu “padrinho” político tinha feito (e tombado por conta disso) (UH, *DISCURSO HISTÓRICO*, 01/04/1964, p. 4).

Em suas páginas, o UH apontava Juiz de Fora como a “capital da revolução” (termo colocado pelo movimento golpista e ironizado nas páginas da publicação carioca), destacando o papel de Auro de Moura Andrade, que fora um dos signatários do manifesto de Magalhães Pinto e um defensor (conforme já indicava desde a Marcha) do golpe de Estado contra Jango. Sendo assim, o jornal chamava a atenção para o fato de que tal movimento não era somente algo militar, mas sim com ampla movimentação civil (que fora, inclusive, a parte que a publicação de Wainer mais analisara) (UH, *COMANDANTE DA IV REGIÃO MILITAR DECLARA-SE REBELADO CONTRA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA*, 01/04/1964, p. 2).

Na segunda edição desse dia, as informações eram mais alarmantes. Com a manchete *TROPAS DO GOVÊRNO NA DIVISA COM MINAS*, o UH destacava a ação de Ribeiro que teria dado um ultimato contra os revoltosos para evitar uma guerra civil de grandes proporções (UH, *TROPAS DO GOVÊRNO NA DIVISA COM MINAS*, 01/04/1964, p. 21). Ao mesmo tempo em que a capa trazia declarações de Jango indicando que o golpe já nascia condenado e que não teria êxito, várias notícias indicavam que o movimento vinha com imensa força, como a própria manchete trazia, além de relatos de que a sede da UNE tinha sido metralhada, bem como o impedimento da circulação das edições paulistas da publicação (UH, *TROPAS DO GOVÊRNO NA DIVISA COM MINAS*, 01/04/1964, p. 21):



Imagem 22 – Comparação das capas das duas edições do dia 01/04/1964 do UH, demonstrando as reações do jornal em relação ao andamento do golpe civil-militar.

O restante do otimismo e até da certeza do UH de que tal movimentação não se consumiria como um golpe se esvaiu no dia seguinte. Com a manchete *JANGO NO RIO GRANDE E MAZZILLI EMPOSSADO*, a edição estava organizada e impressa de maneira irregular, com poucas páginas e sem a estrutura apresentada nesses últimos meses. Em destaque, imagens da redação e dos carros da equipe da publicação destruídos por ação dos apoiadores do golpe, seguido do texto *A VINDITA FRIA*, detalhando todo o ataque sofrido pela publicação no dia anterior (UH, *A VINDITA FRIA*, 02/04/1964, p. 1):

ao cair da tarde, bando de facínoras, transportados em cerca de sessenta carros, tanto particulares como de praça, se empenharam na destruição metódica de tudo quanto encontraram no interior de nossa redação, cujas portas foram arrombadas. Máquinas, mesas, vidros, telefones, papéis, bem como viaturas do serviço de reportagem e distribuição, que se achavam estacionadas na rua ou guardadas na garagem – nada escapou à pilhagem e à destruição. Numerosos carros foram incendiados, com risco de propagar-se o fogo a todo o prédio (...) NÃO se tratou de uma ação decorrente do entusiasmo político ou da irracionalidade primitiva: foi uma vingança fria. Foi, por outro lado, uma ação teleguiada. Lá estavam, desde a tarde, na televisão e no rádio, os energúmenos que preparavam a “justificativa” do atentado. Eram os despeitados e frustrados, eram os porta-vozes daqueles cujos interesses foram contrariados pelo nosso jornal em reportagens e campanhas de repercussão nacional, sempre orientadas na defesa das grandes causas populares, da justiça social e da emancipação de nossa Pátria (...) Aos nossos leitores pedimos a compreensão, o apoio e a solidariedade que nunca faltou, certos de que relevarão as falhas técnicas que apresenta esta edição (...) A fúria dos terroristas foi inútil. ULTIMA HORA continua (UH, *Vindita Fria*, 02/04/1964, p. 1).

Durante as poucas páginas dessa edição (cerca de um quarto das habituais), as várias denúncias de violência contra as redações do UH pelo Brasil pulularam (além de outras agressões praticadas, como o incêndio do prédio da UNE), bem como algumas análises sobre a movimentação golpista, com destaque para outro manifesto, dessa vez militar, encabeçado pelos considerados “líderes” do movimento, tendo como maior destaque Castelo Branco (UH, *GENERAIS LANÇAM MANIFESTO*, 02/04/1964, p. 2). Além deste, o documento vinha subscrito por dois outros generais, Artur da Costa e Silva e Décio Palmeiro Escobar, ecoando vários dos aspectos do manifesto publicado por Mourão, reforçando também inúmeros dos aspectos recorrentes pelos membros da cultura política militar naquele período:

Os Generais-de-Exército abaixo assinados, membros do Alto Comando, dirigem-se a seus camaradas: em ostensivo conluio com notórios elementos comunistas sob cujo domínio parece até mesmo encontrar-se, o Presidente João Goulart vem-se colocando na mais flagrante ilegalidade através de sucessivos atentados à prática justa do regime democrático. Violando por intervenções e pressões de toda ordem e autoridade de todos os Estados da União, acabou por tornar letra morta o próprio princípio federativo. Pressões ilegítimas, através mesmo do acionamento de organismos sindicais, são fomentadas contra o pleno exercício do Congresso Nacional, violentando a soberania de um dos Poderes da República. A Nação está sendo mantida em permanente sobressalto e cada vez mais há ameaças do caos econômico e social, negando-se ao povo o clima de tranquilidade e de ordem indispensável ao trabalho honesto e fecundo, ao desenvolvimento da economia nacional e o aprimoramento da justiça social (...) Destinam-se as Forças Armadas, como estatui a Constituição, a defender a Pátria e a garantir

os poderes constitucionais, a lei e a ordem. A Pátria não pode mais assistir impassível – muito menos prestar qualquer colaboração – a esta trágica derrocada das próprias instituições militares. Conscientes das responsabilidades que nos cabem como chefes, conclamamos a todos os camaradas do Exército brasileiro, sem distinção de postos ou graduações, a cerrar fileiras em nome da segurança nacional para salvaguarda da estrutura de nossas Forças Armadas gravemente ameaçadas (...) Queremos, com tal atitude, efetivamente, evitar a luta fratricida que na verdade vem sendo preparada, irresponsável e criminosamente, pelo Presidente da República e seus aliados comunistas. E, coesos e unidos, restauraremos a legalidade, como é do nosso dever assegurar a plena vigência do regime democrático. Camaradas do Exército, unâmo-nos em defesa do Brasil. Esta é a hora decisiva (...) (UH, *GENERAIS LANÇAM MANIFESTO*, 02/04/1964, p. 2).

Todo esse manifesto girava em torno de conclamar os membros das Forças Armadas a participar desse movimento. Como o próprio UH já trazia há algum tempo, não era segredo que um golpe vinha sendo discutido e pensado por vários líderes militares, conectados com grupos civis que, desde a crise da posse de 1961, sobretudo, após o retorno ao presidencialismo, consideravam a possibilidade de, caso Jango não renunciasse, utilizar a força para retirá-lo do poder, mesmo com receio de ter início uma resistência por membros do governo, que pudesse gerar uma guerra civil (Napolitano, 2014).

A ação de Mourão Filho não fora planejada pelo grupo que estruturava o golpe de Estado. Embora não há uma data consensual que demarcaria o início das movimentações que culminariam com a destituição de Jango, a opção de ter início por Minas Gerais, a partir de Juiz de Fora, não era algo cogitado. Além de lideranças brasileiras, o governo dos Estados Unidos também participara desse processo, principalmente pelas figuras de Lincoln Gordon e Vernon Walters, adido militar estadunidense no Brasil desde 1962 (Fico, 2008).

Embora Jango tenha sido recebido cordialmente nos EUA e a imagem construída no UH fora de sucesso, o presidente brasileiro era visto com desconfiança pelo mandatário estadunidense (e, posteriormente à sua morte, também por seu vice, Lyndon B. Johnson), por ser considerado suscetível a “possíveis influências” de grupos de esquerda, sobretudo os comunistas, podendo se afastar cada vez mais da linha traçada pelo país norte-americano na Guerra Fria e tornar o Brasil, nos dizeres de Gordon, uma “nova China” (Motta, 2021).

A ajuda dos EUA aos golpistas brasileiros viria por uma operação batizada de Brother Sam, que garantiria suporte para as ações que visariam à deposição de Jango. Mais do que um apoio diplomático, a perspectiva dos EUA era de evitar que mais um país, além de Cuba, aderisse diretamente ao bloco soviético, em especial o Brasil, considerado como a principal

liderança latino-americana e com capacidade para levar o restante dos países vizinhos ao mesmo caminho (Parker, 1977). Dentro dessa perspectiva, a ideia era fornecer materiais para a estrutura logística do golpe, sendo que os norte-americanos não se envolveriam diretamente a primeiro momento, mas estariam dispostos a assumir o risco de dar um suporte à deposição de um mandato democrático para manter sua hegemonia no continente (Munhoz, 2020).

Em um memorando enviado para o secretário de Estado estadunidense, Dean Rusk, Gordon avaliou a situação brasileira e incitou presidente norte-americano a apoiar o golpe contra o governo Jango. No documento, datado de 27 de março de 1964, o embaixador dos EUA no Brasil sugeria, entre outras coisas, que o mandatário brasileiro estava “definitivamente engajado em campanha para conquistar o poder ditatorial, aceitando a colaboração ativa do Partido Comunista Brasileiro e de outros revolucionários da esquerda radical com esse propósito” (Gordon apud Lemos, 2014b, p. 265), enfatizando de maneira bastante positiva a figura de Castelo Branco:

Castello Branco é um oficial altamente competente, discreto, honesto e profundamente respeitado, com forte lealdade aos princípios legais e constitucionais e, até recentemente, distante de quaisquer abordagens de conspiradores anti-Goulart. Tem associado a ele um grupo de outros oficiais experientes e está assumindo o controle e a direção sistemática dos grupos de resistência militares e civis espalhados, mas até agora pouco organizados, em todas as regiões do país (...) Se nossa influência precisar ser utilizada para ajudar a evitar um grande desastre aqui – que pode transformar o Brasil na China dos anos 1960 –, é para esse grupo que tanto eu quanto todos os meus conselheiros mais experientes acreditamos que nosso apoio deva ser direcionado (...) Mantemos essa visão mesmo que Castello Branco seja desligado da função de chefe do Estado-Maior do Exército (...) (Gordon apud Lemos, 2014b, p. 275-279)

Ainda nesse documento, Gordon dá detalhes de como o governo dos EUA poderia auxiliar os golpistas para uma possível movimentação armada, além de indicar que as reflexões desse memorando levavam à conclusão de que “há um perigo real e imediato à democracia e à liberdade no Brasil, que poderia levar essa imensa nação para o campo comunista” (Gordon apud Lemos, 2014b, p. 287). Em outro documento, datado do dia 31, indicando que teria início um movimento que implicaria “na retirada de Goulart e em sua substituição por 30 dias pelo presidente da Câmara, Mazzilli. Depois de 30 dias, o Congresso (...) elegerá o presidente que ocupará o cargo até as eleições de 65. O ex-presidente Marechal Dutra está sendo considerado (...)”, indicando que os estados de “Minas Gerais, São Paulo,

Mato Grosso, Goiás, Paraná e Santa Catarina” estavam apoiando o golpe e que se esperava “derramamento de sangue” na Guanabara e também no Rio Grande do Sul, por conta das divisões militares nessas regiões. Ainda nesse mesmo documento, ficava atestado que Juscelino Kubitschek decidira seu apoio a esse grupo, ficando contra Jango (Gordon apud Lemos, 2014a, p. 297-299).

Como resposta a esse documento, o Departamento de Estado apontou para a logística que seria disponibilizada para o grupo golpista, que ficaria disponível até meados de abril, tendo um grande cuidado para fazer parecer que não era um envolvimento direto do governo dos EUA nesse processo (Dusk apud Lemos, 2014). Embora tenha erros e imprecisões nos trechos indicados por parte de Gordon, é fácil visualizar, por esses documentos, como as autoridades estadunidenses acompanhavam com bastante atenção o desenrolar dos acontecimentos no Brasil, tendo um grande interesse em intervir para manter seus interesses a salvos no país (Fico, 2008).

Em solo brasileiro, mais especificamente em Porto Alegre, Jango teria recusado estruturar uma nova edição da *Rede da Legalidade*, segundo o UH, procurando evitar um derramamento de sangue (UH, *JANGO DISPENSA SACRIFÍCIO DOS GAÚCHOS*, 02/04/1964, p. 1). Os detalhes e análises sobre o caso voltaram a serem publicados nas páginas do dia seguinte, cuja estrutura da publicação retornou parcialmente à normalidade. Nas edições do dia 03, a cobertura oscilou entre os ataques sofridos pelo jornal e as violências perpetradas em geral (com especial enfoque na imprensa) e a movimentação política para indicar quem seria o novo mandatário nacional. Em relação ao primeiro aspecto, foi publicado na capa o texto *A LIBERDADE DE IMPRENSA SOBREVIVE*, no qual o UH agradeceu todas as manifestações de apoio e indicava que continuaria como um jornal de resistência, mantendo seu enfoque e abordagem (internamente, foi publicado outro texto, *Solidariedade a UH Contra o Vandalismo*, que caminhou nesse mesmo aspecto) (UH, *A LIBERDADE DE IMPRENSA SOBREVIVE*, 03/04/1964, p. 1).

Em relação à sucessão, os principais nomes apontados pela publicação carioca eram os de Amaury Kruel, Castelo Branco, Eurico Dutra, Tancredo Neves e Gustavo Capanema (esses dois últimos nomes seriam civis que não possuíam resistência dos “revolucionários” e que eram vistos como nomes “neutros” entre os grupos beligerantes e que poderiam fazer um bom governo de transição, como se esperava). No entanto, tanto na coluna de Flávio Tavares como na capa da segunda edição, o UH indicava que Jango ainda estava em São Borja e que não

havia abandonado o Brasil, afirmando que a ação de Auro de Moura Andrade, que destituía o político gaúcho do cargo por não estar mais em solo nacional, não teria validade legal. Ainda no texto do jornalista do periódico em Brasília, o presidente deposto ainda tinha confiança de que tal aspecto poderia ser revertido, embora reconhecesse a imensa dificuldade da concretização desse ato, uma vez que não acreditava que o Congresso legitimaria a ação golpista que o tirara do Executivo (UH, *Os Últimos Momentos de Jango em Brasília*, 03/04/1964, p. 4).

Por fim, como destaque na segunda edição dessa data, há declarações do deputado federal Sérgio Magalhães indicando que o golpe contra Jango era, na verdade, uma movimentação contra Vargas. Embora o UH não tenha repercutido diretamente tal perspectiva (ainda que a fala obtivesse destaque na publicação) nessa edição, a visão exposta pelo político carioca coadunava com a apresentada pela publicação de Wainer: no fim das contas, mesmo em um contexto diferente e com mais algumas variáveis, o movimento não era muito distinto daquele exposto em 1954 e que se repetiria outras vezes, até a esse ato que estaria consolidando a derrocada do varguismo:

Ocupo a tribuna por delegação da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, para fixar a nossa posição, nesta crise político-militar que está atravessando o País. A nossa posição é de integral solidariedade ao Presidente João Goulart (...) Deixou Sua Excelência o Governo por força de um golpe militar. Foi mais uma vítima de um golpe de Estado. Ninguém poderá contestar que Sua Excelência estava no uso de suas prerrogativas constitucionais – e está, ainda – mas, deixou o Governo por força de um golpe militar. Mas não é o primeiro Presidente da República que deixa o Governo nessas circunstâncias (...) Foi Getúlio Vargas que, no período final de seu Governo, mandava a esta Casa Mensagem criando a Eletrobrás e havia, também, providenciado um plano de desenvolvimento econômico independente (...) baseada na fundação de empresas estatais, porque S. Exa. já havia concluído que a iniciativa privada brasileira não se dirigia àqueles setores fundamentais da nossa economia e o capital estrangeiro, por sua vez, só se dirigia aos setores que viessem propiciar cada vez mais e mais lucros que eram remetidos para o exterior (...) (UH, *Sérgio na Câmara: “Jango Deposto Pelos Mesmos Motivos Que Levaram Vargas à Morte e Jânio à Renúncia”*, 03/04/1964, p. 11).

Esse trecho retirado do discurso problematiza as disputas das culturas políticas no período: os aspectos retratados, remetentes à trabalhista, não eram aceitas pela liberal-autoritária e, em um contexto permeado pelo recrudescimento da Guerra Fria na América Latina, as outras culturas políticas se posicionaram de acordo com suas perspectivas, elevando a tensão estabelecida em um país que, com uma economia fragilizada, buscava consolidar sua

autonomia em um terreno internacional movediço. Dentro dessa dinâmica, a maioria das culturas políticas (militar e católica em conjunto com a liberal-autoritária) fizera a opção de se submeterem ao bloco capitalista, ainda que tal ato levasse o país a ter uma dependência ainda maior dos EUA e seus aliados.

As cassações e cerceamentos dos grupos do antigo governo continuavam a pleno vapor. Nas edições do dia 04, na capa o texto *Nova Presidência da “Rêde Nacional Ultima Hora”* indicava que Samuel Wainer estava no Chile, confirmando que o dono da publicação havia fugido da perseguição policial. Além disso, a coluna indicava que o novo presidente do jornal seria Haryberto de Miranda Jordão (advogado da publicação) e que o funcionamento do UH continuaria normalmente (UH, *Nova Presidência da “Rêde Nacional Ultima Hora”*, 04/04/1964, p. 1). Na capa também havia destaque para o exílio do vice-governador da Guanabara e ex-colunista da UH, Eloi Dutra, que buscara auxílio na embaixada do Uruguai para evitar a prisão já decretada contra ele (UH, *ELÓI ASILOU-SE NA EMBAIXADA URUGUAIA NA GB*, 04/04/1964, p. 1).

Os expurgos possuíam grande apoio, sendo que nessa mesma data foi publicado um telegrama de Ademar de Barros, defendendo a perseguição sistemática contra os “vermelhos” e “alaranjados”, que seriam “os causadores da desgraça que desabou sobre o Brasil” (UH, *ADEMAR A MAZZILLI: - EXPURGUE “VERMELHOS” E “ALARANJADOS”*, 04/04/1964, p. 3). Nessas mesmas edições, havia a repercussão do apoio imediato dos EUA ao novo governo, sendo a primeira nação a movimentar-se para tal (Fico, 2008), trazendo declarações de Dean Rusk de que o governo de Johnson daria total suporte para os novos mandatários no país. Ainda segundo Rusk, “as mudanças havidas no Brasil decorreram dentro de um quadro constitucional e não devem constituir para os demais países da América Latina exemplo no sentido de entregar-se a golpes de Estado militares”, negando a participação estadunidense no golpe ao indicar que “os acontecimentos no Brasil foram o resultado da crescente preocupação no seio do Congresso, do Exército e dos governadores do Brasil”, complementando que os grupos anteriormente citados chegaram à conclusão de “que, sob a administração de João Goulart, o Brasil afastava-se cada vez mais da Constituição, abrindo caminho para a influência de elementos extremistas” (UH, *EUA Colaborarão Com o Nôvo Govêrno Brasileiro, Diz Rusk*, 04/04/1964, p. 6).

O apoio dos EUA foi ressaltado, novamente, nas edições do dia 06, com declarações do próprio presidente Lyndon Johnson, indicando apoio incondicional ao novo governo

brasileiro que, segundo o UH, seria liderado pelo chamado líder militar da “rebelião” (termo ao qual o jornal usara, até então, para relatar a ação que levava à deposição de Jango), Castelo Branco (vários dados desse apoio apareceriam nos dias seguintes, ratificando o imenso interesse dos EUA na formação desse novo governo). Johnson ratificou a visão posta por Dusk, de que “a mudança de govêrno no Brasil ocorreu dentro dos limites constitucionais” (UH, *A Revolução no Brasil Foi Constitucional, Diz Johnson*, 06/04/1964, p. 6), ignorando toda a perseguição contra os opositores e a própria Constituição em si, que não previa nada parecido com a situação que ocorria no momento.

Além disso, durante as edições dessa data há referências às contínuas violências e perseguições praticadas contra os opositores à “nova ordem” estabelecida, enfatizando reações de organizadores do golpe que estariam negando o caráter punitivo e vingativo dessas ações, como a do governador Magalhães Pinto, que afirmara à publicação que não iniciara a rebelião para praticar nenhum tipo de vingança (UH, *MAGALHÃES PINTO: - NÃO INICIEI A REBELIÃO PARA PRATICAR VINGANÇA*, 06/04/1964, p. 3). No entanto, mesmo com todas essas negações, a repressão era contínua, atingindo todos os grupos e forçando o exílio de várias outras pessoas, aspecto que demonstrava que, ao contrário do que os realizadores ou defensores do golpe defendiam, o processo não era pacífico e nem estava dentro das linhas constitucionais.

Na capa das edições dessa data, o texto *Aos Seus Leitores* trouxe como justificativa aos leitores possíveis omissões ou desorganização do UH por conta da conjuntura, indicando que a publicação se esforçaria ao máximo para manter a qualidade e a liberdade da publicação (UH, *Aos Seus Leitores*, 06/04/1964, p. 1). Ao mesmo tempo, as notícias de prisões e pedidos de exílios em embaixadas (sobretudo do Uruguai) pululavam por várias páginas dessas edições. Nessa mesma data, o UH trouxera novamente declarações de Jango em relação ao ocorrido. Se anteriormente, na coluna de Flávio Tavares, os últimos passos do ex-presidente foram cobertos com resignação e dignidade (UH, *Os Últimos Momentos de Jango em Brasília*, 03/04/1964, p. 4), as declarações dessa data buscavam confirmar tal perspectiva, uma vez que, ainda em solo brasileiro, disse que não era comunista, não renunciara e nem estava asilado, reforçando o caráter de vítima de uma conspiração contra si: “Não pedi asilo político. Encontro-me no Uruguai como amigo. Não atuei como comunista. Somente procurei a defesa de meu país e os interesses de meu povo, especialmente das classes mais necessitadas. Isto é lutar contra o comunismo ao elevar o nível de vida” (UH, *Jango: Não Sou*

Comunista, Não Renunciei Nem Estou Asilado, 06/04/1964, p. 6).

O contraste entre a calma pregada pelos meios oficiais e a agitação contra os opositores do regime continuava a ganhar força nas edições do dia seguinte. Enfatizando as declarações do novo ministro da Guerra, Costa e Silva, de que reinava a paz no Brasil (UH, *Ministro da Guerra a UH: - A Nação Está em Calma*, 07/04/1964, p. 2) e também do ministro do Trabalho, Arnaldo Lopes Sussekind, de que nenhuma lei trabalhista seria retirada durante esse novo período (UH, *Sussekind: - Governo Garantirá Direitos dos Trabalhadores*, 07/04/1964, p. 6), as coisas aparentavam certa normalidade e calma; no entanto, a manchete da primeira edição já indicava forte efervescência política, uma vez que havia um movimento na Câmara que sinalizava para a eleição de Amaury Krueel, e não de Castelo Branco (UH, *Congresso Debate a Fórmula Para Eleger Novo Presidente*, 07/04/1964, p. 1). Além disso, havia a indicação da imposição de um *Ato Institucional* (A.I.), independente do resultado eleitoral (UH, “*ATO INSTITUCIONAL*” *SUPRIME GARANTIAS E CASSA PATENTES*, 07/04/1964, p. 2).

A publicação de um possível A.I. foi explicado com mais detalhes por Flávio Tavares, indicando as principais características que estariam nessa publicação, como a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, por parte do Executivo, sem a consulta prévia do Legislativo. Em linhas gerais, esse novo documento consolidaria o cerceamento aos membros do governo anterior e mudanças significativas na Constituição (UH, “*ATO INSTITUCIONAL*” *SUPRIME GARANTIAS E CASSA PATENTES*, 07/04/1964, p. 2). No dia seguinte, no entanto, o pleito para o novo presidente manteve-se encaminhado, sem alteração da ideia inicial, de ter uma liderança eleita de maneira indireta. Novamente na coluna de Flávio Tavares foi feito um retrato minucioso sobre os bastidores do Legislativo, que teria retornado às suas atividades “corriqueiras” após a deposição de Jango. E, dentre essas, estava a definição do novo presidente, que demonstrava ser algo bastante complicado, uma vez que a cúpula militar ativa no golpe defendia o nome de Castelo Branco, enquanto que a maioria dos deputados (principalmente o PSD e parte do PTB) seguiam pendendo para Amaury Krueel (a UDN estaria mantendo seu apoio à Castelo Branco) (UH, *BRASÍLIA INICIOU ARTICULAÇÕES*, 08/04/1964, p. 2).

Ao ressaltar que Dutra e Krueel também seriam candidatos, nas edições do dia 09 de abril, o UH parecia pender para o segundo. Além disso, o texto *Lideranças Levam ao Congresso Fórmula do Estado Revolucionário* trazia detalhes sobre a organização da votação

sobre o “Estado Revolucionário”, que seria uma espécie de “caça às bruxas” contra os opositores de Jango (que já ocorria de maneira bastante intensa), basicamente buscando “limpar” a política brasileira dos elementos subversivos à “ordem” e “ligados” ao comunismo (UH, *Lideranças Levam ao Congresso Fórmula do Estado Revolucionário*, 09/04/1964, p. 2).

É importante destacar que, pelas páginas do UH nesse período, não havia nenhum indício de que o país estava sob uma ditadura: embora o jornal condenasse o golpe de Estado e não coadunava com o grupo que assumira o poder, tal perspectiva era centrada em um movimento contra João Goulart e seu grupo político. Em linhas gerais, era esperado que o novo presidente eleito cumprisse o mandato do presidente deposto, garantindo a realização das eleições de 1965 e que o próximo presidente assumisse o governo em 31 de janeiro de 1966. Existiam muitas queixas sobre o autoritarismo imposto pelos militares, mas não havia discurso contra um regime ditatorial, uma vez que esse não estava (ainda) no horizonte das páginas do periódico carioca.

Embora, em declarações presentes nas páginas do dia 09, o general Amaury Kruel assegurara que o A.I. não ocorreria, pelo menos naquele momento (UH, *Lideranças Levam ao Congresso Fórmula do Estado Revolucionário*, 09/04/1964, p. 2), no dia seguinte a manchete da primeira edição trouxe como destaque exatamente o oposto, com os seguintes dizeres em seu clichê: *ATO INSTITUCIONAL FOI DECRETADO - COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO ANUNCIA “NOVA REPÚBLICA”*. Nessa capa, o jornal chamava a atenção para as principais medidas do A.I., indicando a suspensão de direitos individuais por seis meses e inúmeras cassações nos próximos 60 dias, entre outras coisas. Além disso, declarações relacionadas ao Alto Comando indicavam que esse grupo militar possuía o poder de fato, no país, e que esse se expressaria pelo voto ou pela revolução (UH, *ATO INSTITUCIONAL FOI DECRETADO - COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO ANUNCIA “NOVA REPÚBLICA”*, 10/04/1964, p. 1):

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Êste se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o govêrno anterior e tem a capacidade de constituir o nôvo govêrno. Nela se contém a fôrça normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisso seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército,

da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria (...) (UH, *COMANDO MILITAR BAIXOU ATO INSTITUCIONAL*, 10/04/1964, p. 2).

No Congresso, inúmeras declarações justificavam o uso da força pela junta militar (com destaque para falas de Juarez Távora, (PDC/GB)), além da tessitura de um manifesto de todos os partidos políticos com representação legislativa, que defendia o nome de Castelo Branco para a presidência (UH, *COMANDO MILITAR BAIXOU ATO INSTITUCIONAL*, 10/04/1964, p. 2). Na coluna de Flávio Tavares, o texto indicava que, com o A.I., o então movimento militar ganhava força e que essas ações seriam apenas o começo, sendo que os congressistas oscilavam entre a incredulidade e o desespero, percebendo com bastante clareza que o projeto militar não era apenas como uma solução temporária, mas sim uma organização no sentido de perpetuar-se no poder (UH, *Definida a “Situação Revolucionária”*, 10/04/1964, p. 2), completando a argumentação indicando que:

Enfatizando na exposição de motivos, que “a revolução não se procura legitimar através do Congresso”, os Ministros Militares – integrando um comando revolucionário instituído de fato – assumem a direção e o arbítrio ostensivo e claro da vida do País (...) A lei emana de seus atos e o Congresso passa a atuar como força auxiliar, cingindo-se, por ora, à eleição do Presidente da República, mas mesmo assim, nos moldes apontados pelo “Ato Institucional”. Por esses poros o Congresso respira para não se afogar de todo (...) (UH, *Definida a “Situação Revolucionária”*, 10/04/1964, p. 2).

Ainda dentro dessas perspectivas, o UH deu destaque para a prisão de Bocayuva da Cunha (ficara pouco tempo retido), indicando a continuação das perseguições indicadas pelos líderes da rebelião (UH, *PRESOS EM BRASÍLIA OS DEPUTADOS BOCAYUVA, CORBISIER E CERQUEIRA*, 10/04/1964, p. 1). Tal aspecto ficou mais em evidência na manchete da segunda edição, cujo clichê destacava uma fala de Costa e Silva: *ATO INSTITUCIONAL É “NOVA REPÚBLICA”*, destacando as cassações de Jango, Jânio Quadros e Luís Carlos Prestes (que ocorreram naquela manhã), bem como a prisão de alunos e professores da UNB, após o prédio ter sido cercado por aproximadamente 400 soldados (UH, *ZERO HORA*, 10/04/1964, p. 17).

Por fim, ainda nas edições desse dia duas entrevistas indicavam a dualidade do novo

período que se iniciava no país, que oscilava entre a imagem de manutenção da democracia e dos direitos civis com a realidade de um regime impositivo e arbitrário. Uma longa entrevista com o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, candidato ao cargo máximo do Executivo nacional novamente, indicava a primeira perspectiva, uma vez que o postulante à presidência (embora sem ser nome de consenso) declarara que o golpe de Estado não era uma traição aos ideais democráticos, mas apenas uma “correção” na rota do processo político no Brasil, retornando à “verdadeira” democracia, que estaria sendo tomada pelos grupos de esquerda e, em especial, pelos comunistas (UH, *Dutra: - Reformas e Anticomunismo Sem Ódios*, 10/04/1964, p. 5):

“Se eleito, a linha do meu Governo será semelhante à que caracterizou a minha passagem pela Presidência da República, adaptando-se, todavia, à realidade do momento. Prometo combater de maneira intransigente o comunismo, mas sem os malefícios das perseguições, das vinganças e dos ódios. Agirei com energia e com serenidade, com isenção e com autoridade para preservar a tranqüilidade e o bem-estar do povo” (...) Além do “combate ao comunismo por todos os meios, embora com respeito à dignidade humana”, o Marechal Eurico Gaspar Dutra acha imprescindível a realização de um rígido programa antiinflacionário e de combate ao custo de vida. Seu Governo, segundo êle, além de restabelecer a ordem democrática, procurará se guiar “pelos mais rígidos princípios da austeridade administrativa” (UH, *Dutra: - Reformas e Anticomunismo Sem Ódios*, 10/04/1964, p. 5).

De outro lado, as declarações de Vasco Leitão da Cunha, embaixador e novo Chanceler, indicavam um tom menos ameno do que de Dutra, afirmando que os comunistas e os opositores ao governo seriam, de fato, perseguidos e punidos ou expurgados do país, uma vez que não seria admitido mais a “presença” do comunismo no Brasil, tendo ações enérgicas para evitar tal ponto (UH, *Chanceler: Brasil Não Admite Ação Comunista em Sua Área*, 10/04/1964, p. 4):

“DEVO manifestar o meu pesar por verificar que a imprensa mundial, em muitos casos, parece não ter entendido o que se passa neste momento no Brasil. O Brasil estêve à beira de uma comunização pelo alto, como se deu em vários países e, como disse na minha nota, foi contra isso que se levantou uma verdadeira revolução popular, seguida de uma ação militar, que interpretou, assim, os verdadeiros sentimentos da nação. O Brasil não admitirá ação comunista em seu território e não pactuará com o comunismo no Continente americano” (UH, *Chanceler: Brasil Não Admite Ação Comunista em Sua Área*, 10/04/1964, p. 4).

A tranquilidade aparente da situação, indicada na entrevista de Dutra e na declaração de vários militares e apoiadores do golpe, não apareceu nas edições do dia 11, indicando que houvera uma briga na Câmara quando os deputados cassados foram se despedir, que teria

começado após declarações de Celso Passos (UDN/MG), ao dizer que aquela situação era “pior que em 37” e desencadeando uma briga entre apoiadores e opositores ao golpe; o jornal também dera grande destaque à novas cassações e prisões de políticos em Niterói, enfatizando que a máquina repressiva continuava funcionando à “todo vapor”, mesmo com as declarações amenas dos homens que estavam no poder (ou que os apoiavam) nesse contexto (UH, *Da Cassação à Eleição só Resta Acertar a Posse*, 11/04/1964, p. 2).

Por fim, com a confirmação da eleição de Castelo Branco no sábado, dia 11, as edições do dia 13 repercutiram a formação do novo ministério, bem como os meandros do processo eleitoral e, sobretudo, instituindo a linha a seguir pelo jornal. Mesmo com as violências sofridas pelo UH (tendo como exemplo central Wainer, distante do Brasil naquele momento), a publicação manteve sua linha conciliatória e, ainda sim, otimista em relação ao novo governo que estava sendo instituído, com bases presentes no texto *Caminho Pacífico Para a Solução da Crise*, indicando que acreditava no encaminhamento pacífico da situação política mas, ao mesmo tempo, reafirmando suas ideias de que continuava fiel à cultura política trabalhista, defendendo Vargas, Jango e os políticos que o apoiavam e que, em geral, estavam sendo perseguidos pela junta militar que levava Castelo Branco ao poder (UH, *Caminho Pacífico Para a Solução da Crise*, 13/04/1964, p. 4).

Nessa mesma publicação, também manteve a postura já indicada de que, embora confiasse que o futuro presidente seguiria uma linha pacífica, não o apoiaria e ratificou seu papel de oposição, valorizando a liberdade de imprensa e a democracia que ainda existia, em sua perspectiva, no Brasil:

Essa é a posição de ULTIMA HORA diante da nova realidade política nacional. Dela não nos arredaremos. Preferimos desaparecer a trair ou renegar os princípios que constituem a nossa razão de ser desde que este jornal foi fundado, em 12 de junho de 1951. A confiança do povo nos permitiu criar e consolidar a mais poderosa rede de jornais populares e nacionalistas da América Latina. Não frustraremos essa confiança. Ela é própria expressão da fé que temos nos destinos de nossa grande pátria (UH, *Caminho Pacífico Para a Solução da Crise*, 13/04/1964).

A equipe editorial do UH, bem como os colaboradores, demonstraram uma ampla compreensão sobre o contexto político brasileiro, entendendo que tal perspectiva não indicava apenas uma “troca” de comando, mas sim a instituição de um novo período e de uma dinâmica que seria bastante distinta do que vinha ocorrendo até então. Reconhecendo também a derrota do seu campo político, a publicação buscou manter a coesão e suas bases tentando

“se adaptar” a essa nova perspectiva, embora dentro de sua cultura política e não se esquivando de pautá-la em seus textos (que seriam cada vez mais cerceados no restante da década).

Considerações finais

Embora o golpe civil-militar e o início da Ditadura Militar demarcaram o fim do governo João Goulart e do sistema democrático, tendo ampla influência da Guerra Fria, sobretudo pelo anticomunismo bastante marcante no Brasil, essas ações em 1964 indicam uma ruptura com as relações políticas estruturadas desde 1930, com as mudanças instituídas no país após a derrocada do poder da oligarquia cafeeira que possuía ampla influência política, sendo que essas novas ações foram capitaneadas, em sua grande maioria, sob a liderança de Getúlio Vargas.

O político gaúcho, que governou o Brasil por quase vinte anos, não era um nome revolucionário ou vanguardista, mas sim um homem que representava as perspectivas de seu tempo, adotando um tom mais progressista economicamente para pensar a manutenção da ordem capitalista no país. A partir dessas ações, que agradaram e descontentaram inúmeros grupos, núcleos políticos se consolidaram e, com base também em aspectos que traziam em seu bojo características e aspectos anteriores a 1930, estruturaram-se de acordo com a conjuntura, tendo como ponto central as cinco culturas políticas elencadas no início da tese.

Com todas as idiosincrasias próprias a essas perspectivas, cada uma dessas culturas-políticas também se mobilizou e se reorganizou após o processo de democratização no país, após o fim do Estado Novo. No entanto, muitas disputas e perspectivas não resolvidas desde os anos 1930, em conjunto com várias mudanças a nível internacional, sobretudo à consolidação da Guerra Fria, influenciaram na mobilidade desses grupos dentro do campo político, em equações que não traziam, necessariamente, resoluções adequadas para os problemas instituídos nesse contexto.

Sendo assim, por diferentes caminhos e interpretações, grande parte da bibliografia e atores que viveram no período convergem no sentido de que os acontecimentos de 1964 demarcaram uma ruptura na organização estrutural do período. As culturas políticas trabalhista e comunista, fortemente perseguidas e marginalizadas após o golpe, buscaram organizar-se e mobilizar ações para resistirem ou manterem-se como participantes do jogo político, ainda que não institucionalmente (em grande parte do tempo).

Em relação às culturas políticas que organizaram ou apoiaram o golpe, ao estruturarem um novo período na história política do Brasil, não eliminaram por completo todos os aspectos presentes anteriormente, mas ressignificaram vários deles, buscando novos sentidos

para alguns outros pontos também. A cultura política militar, ao consolidar sua posição de dominância à frente do Estado brasileiro, lidou com questões que fortaleceram ou dificultaram suas ações, sobretudo, na relação com a cultura política liberal-autoritária, que pendia entre o apoio à “nova ordem” e à busca por maior espaço para ela deter o controle político do Brasil, em uma dinâmica que não a levava para a oposição, mas tensionava a relação ao ponto de quase inviabilizar sua manutenção (sendo que esses aspectos também valem para a cultura-política católica).

No tocante à imprensa, a relação também foi bastante distinta a partir do golpe. Embora praticamente todos os periódicos de grande circulação apoiaram e participaram efusivamente da deposição de Jango e do esfacelamento do sistema democrático, grande parte deles acabou caindo junto, com poucas ou nenhuma possibilidade de se levantarem novamente (como ocorreria com o próprio João Goulart). Ainda nos anos 1960, alguns desses jornais passaram a oposição ou abriram espaço para visões contrárias aos militares, sobretudo, a partir do A.I.-5 em 1968. Como exemplos, os casos do CM e OESP são bastante indicativos, uma vez que, de publicações com grande circulação e afinidade com os círculos golpistas, passaram a serem críticos e, se não agiram diretamente na oposição, buscavam uma linha menos conducente ao governo, que dificilmente resistia à censura (e, no caso da publicação carioca, chegou à falência nos anos 1970).

No caso do UH, a publicação manteve a mesma base de análise e engajamento durante os dois anos e meio (aproximados) de mandato de João Goulart. Atuando contra o Parlamentarismo e a favor das Reformas de Base, a publicação de Wainer voltou suas atenções para as perspectivas defendidas pelo governo, que remetiam aos princípios evocados por Vargas e defendidos na cultura política trabalhista na qual ambos estavam imersos, aprofundando sua aproximação com Goulart na legitimação e defesa da consolidação da PEI.

Especialmente no ano de 1964, a publicação carioca não se ausentou dos debates, procurando fazer um contraponto com publicações de maior tiragem da época, todas contra o atual governante e, no mês de março, pedindo abertamente sua saída. Sempre oscilando entre a denúncia dos atos e um otimismo esperançoso, as páginas do UH alternavam o tom na medida em que os fatos ocorriam, sempre demonstrando que havia possibilidades de o país continuar crescendo e prosperando, desde que existissem condições propícias para a atuação presidencial.

Mantendo a forma de abordagem já estruturada desde o início de suas atividades, o

UH caminhou para o golpe como grande parte do grupo que compartilhava dos mesmos ideais políticos: entendiam que havia uma movimentação em curso e que existiam muitas pessoas interessadas em executá-la, mas não levaram realmente em conta o possível êxito da ação, contando com a reação das instituições e da população para evitar o fim da democracia.

No entanto, isso não aconteceu. Ainda que a publicação demonstrasse certo otimismo em relação ao restabelecimento da democracia em 1966, com a posse do novo presidente eleito, já havia algumas evidências de que tal não aconteceria. E, de fato, a eleição para o cargo majoritário do Executivo não ocorreu de maneira direta e a ditadura encerrar-se-ia, oficialmente, mais de vinte anos depois de seu início, bem após o fim do UH, que não resistiria às intempéries políticas do período.

Sendo assim, o UH foi um vetor progressista dentro de um campo jornalístico majoritariamente conservador, buscando consolidar-se como uma nota dissonante dentro da orquestra afinada em um tom golpista. Com a pesquisa finalizada, buscou-se a compreensão de que, mais do que apenas “noticiar” os acontecimentos referentes ao governo João Goulart, a publicação de Samuel Wainer consolidou seu espaço como um agente político, tentando mobilizar, através de suas notícias e textos (sejam dos próprios colunistas ou de convidados que dialogavam com aspectos defendidos pelo jornal), uma ação mais ampla de defesa das prerrogativas e das ações instituídas pelo então presidente.

A derrota em evitar o golpe (que não era visto como novidade em suas páginas), bem como em dirimir as duras consequências advindas das perseguições após o estabelecimento dos militares no poder, indicou que a cultura política trabalhista falhara em sua perspectiva de instituir mudanças no Brasil com base nos pressupostos discutidos (embora, muitas vezes, de maneira contraditória e conflitiva) desde os anos 1930. O UH, como agente político efetivo do período, buscou utilizar suas páginas e sua influência, principalmente pelos contatos de seu proprietário, Samuel Wainer, para consolidar (ou, pelo menos, tentar aplicar) as bases de um projeto de governo que dialogava com os pressupostos instituídos por Vargas e que, contudo, não conseguiu chegar a tal ponto.

Sendo assim, ao perpassar pelas perspectivas teóricas e por vários textos e imagens do UH, a presente tese buscou problematizar essa tentativa do jornal de ser uma base ativa em uma área política dominada por grupos de outras culturas políticas, jogando as disputas de maneira a manter relevantes os pressupostos do governo João Goulart e as balizas da cultura política trabalhista, em uma tentativa de colaborar para uma maior compreensão de um dos

períodos mais complexos da história do Brasil contemporâneo.

Referências Bibliográficas

FONTES

Amaral, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

Andrade, Almir. A evolução política e social do Brasil. *Cultura Política* (1); mar/1941.

Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

Bomfim, Manoel. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

Brasil. *Anais do Senado*. Ano de 1953, Volume 1. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal, 1953.

Brasil. *Anais do Senado*. Ano de 1960, Volume 1. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal, 1960.

Brasil. *Constituição* (1937). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.

Brasil. *Constituição* (1946). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.

Brasil. *DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA*. A Juventude no Estado Novo. [1937-1945]. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=GV_133F&pasta=GV%20133F&pagfis=1. Acesso em: 17. mar. 2023.

Brasil. *Diário do Congresso Nacional*. Ano de 1963, Volume 1. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais da Câmara dos Deputados, 1963a.

Brasil. *Lei Complementar nº 2, de 16 de setembro de 1962, ao Ato Adicional*. Brasília: Diário Oficial da União, p. 9621, 17/09/1962a.

Brasil. *MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL*. Brasília: Diário Oficial da União, 1963b.

Brasil. *PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 1963-1965 (SÍNTESE)*. Brasília: Diário Oficial da União, 1962b.

Chateaubriand, Assis. *A DEMOCRACIA ARGENTINA*. O JORNAL, 13/03/1946.

Episcopado BRASILEIRO. *Carta ao chefe provisório da Nação, sr. Getúlio Vargas*. Em 12 de outubro de 1931. Arquivo CPDOC/FGV – virtual. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreaderFGV/DocReader.aspx?bib=-CorrespGV2&PagFis=1287&Pesq=>. Acesso em: 23 maio. 2025.

Furtado, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Gordon, Lincoln. *SECRETO DISC – C-20. FOR ACSI. SGD WALTERS*. In: Tavares, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014a.

Gordon, Lincoln. *Top Priority*. In: Tavares, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014b.

Goulart, João. *Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino*. Brasília: FUNAG, 2009.

Hilsman, Roger, "President Goulart and Recent Political Developments in Brazil" (1962). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:672277/>.

Ihgb. *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838*. Volume 173, 1938. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

Jornal *A Folha de S. Paulo*, edições de fevereiro de 2009.

Jornal *A Última Hora*, edições de 1951 a 1964.

Jornal do Brasil, edição de 07/08/1962.

Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 10/09/1937.

Leme, Sebastião. *Católicos, ao combate!:* a carta pastoral de 1916. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2019.

Marcondes Filho, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil!*. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 1943.

Ministério das Relações Exteriores. *O BRASIL EM PUNTA DEL LESTE*. Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Brasília: Seção de Publicações, 1962.

Obino, Salvador Cesar. Alocução do representante do Exército (1941). In: Carvalho, Ferdinando de. *Lembraí-vos de 35*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

Pasqualini, Alberto. *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. realização Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Museu Júlio de Castilhos. - Porto Alegre : Assembléia Legislativa do Estado do Rio

Grande do Sul, 2005 (O pensamento político, 3).

Prestes, Luís Carlos. *Problemas atuais da democracia*. São Paulo: Editorial Vitória, 1947.

Rego, José L. *O P. T. B. OU AS SAUDADES DE VARGAS*. O GLOBO, 20/01/1949.

Rusk, Dean. FOR AMBASSADOR GORDON. In: Tavares, Flávio. *1964: o golpe*. Porto Alegre: L&PM, 2014.

Wainer, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

Bibliografia

Abranches, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Abreu, Alzira Abreu de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: Ferreira, Marieta M. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Abreu, Alzira A. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Abreu, Alzira A; Beloch, Israel, Lamarão, Sérgio T. de N; Lattman-Weltman, Fernando (orgs). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, 5 v.

Abreu, Alzira A. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: Abreu, Alzira A. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Abud, Kátia. CURRÍCULOS DE HISTÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS PROGRAMAS DE HISTÓRIA DO BRASIL NA ESCOLA SECUNDÁRIA. In: Bittencourt, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004 (Repensando o Ensino).

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Aróstegui, Julio. El presente, tiempo de la real historia. In: *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Alianza Editorial: Madrid, 2004.

Azevedo, Arthur S. *Os dilemas de San Tiago Dantas em Punta del Este, 1962*. In: Martins, Luis Carlos P.; Biazetto, Bruno H. *Revolução Cubana em Perspectiva: EUA, Brasil e a Guerra Fria na América Latina nos anos 1960*. Porto Alegre: Editora All Type, 2014.

Baldin, Marco A. *O cardeal Leme e a construção da ordem política católica (1930- 1942)*.

2014. 159 f. (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2014.

Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

Barros, José D. B. Revolução digital, sociedade digital e História. In: Barros, José D. B. *História Digital: A Historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

Barros, Theodoro de. Imprensa era dominada por um grupo familiar até 1950. In: Campos, Anderson (org.). *Nos tempos de Wainer: a Última Hora de Samuel*. Rio de Janeiro: ABI-Copim, 1993.

Batalha, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000 (Descobrimos o Brasil).

Benevides, Maria V. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Coleção Estudos brasileiros; v. 51).

Benevides, Maria V. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Benevides, Maria V. *O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo: 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Beozzo, José O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: Fausto, Boris. *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 273-341. [História Geral da Civilização Brasileira; t.III; v.11].

Biroli, Flávia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 213-240, 2004.

Bobbio, Norberto. Política. In: Bobbio, Norberto; Matteuci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 2v.

Borges, Vavy P. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*. História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

Bourdieu, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

Bourdieu, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

Braudel, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: Braudel, Fernand. *Escritos*

sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Capelato, Maria H. R. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

Capelato, Maria H. R.; Prado, Maria L. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

Capelato, Maria H. R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Capoco, Zeferino. *O nacionalismo e o estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)*. Dissertação de Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais – Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos, 2013.

Carvalho, Aloysio C. *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas*. Niterói: Editora Nitpress, Ediotra da UFF, 2012.

Carvalho, Anderson C. M. *Niterói na época da ditadura*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

Carvalho, Rafiza L. V. R. *Harold Lasswell e o Campo da Comunicação*. Brasília: Tese da UNB, 2012.

Castro, Marcos de. *64: Igreja X Estado*. Petrópolis-RJ. Vozes, 1984.

Chaia, Vera L. *Jornalismo e política: escândalos e relações de poder na câmara municipal de São Paulo*. São Paulo: Hacker, 2004.

Chaia, Vera L. *A liderança política de Jânio Quadros (1947 – 1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1992.

Chirio, Maud. *A política nos quartéis*. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Couto, Ronaldo C. *Juscelino Kubitschek*. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas, 2020.

Crespo, Regina. Introducción. In: Crespo, Regina (org). *Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales*. Ciudad del Mexico: Ediciones EÓN, 2010 (Colección Miradas del Centauro).

D'Araújo, Maria Celina Soares. *O Partido Trabalhista Brasileiro e os dilemas dos partidos classistas*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1991.

D'Araújo, Maria C. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2 ed.. São Paulo: Ática, 1992.

D'Araújo, Maria C. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Delgado, Lucília A. N. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.14, n. 27, p. 61-71, 1994.

Delgado, Lucília A. N. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: Ferreira, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Dreifuss, René A. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Duque Filho, Álvaro X. *Política internacional na revista Diretrizes (1938-1942)*. Assis, 2007. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

Dutra, Pedro. *San Tiago Dantas – a razão vencida*. Vol. II. O homem de estado 1945-1964. São Paulo: Editora Singular, 2023.

Esteves, João P. *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2011.

Fausto, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Ferrari, Danilo W. *A atuação de Joel Silveira na imprensa carioca (1937-1944)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Ferreira, Jorge; Gomes, Ângela C. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Ferreira, Jorge. *Brizola em Panfleto: as idéias de Leonel Brizola nos últimos dias do governo de João Goulart*. Projeto História, São Paulo, n.36, p. 103-122, jun. 2008

Ferreira, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (1945-1964). Coleção O Brasil Republicano, volume 3, 8ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

Ferreira, Jorge. A democracia de 1945 e o movimento queremista. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (1945-1964). Coleção O Brasil Republicano, volume 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

Ferreira, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Ferreira, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Ferreira, Marieta M. A reforma do Jornal do Brasil. In: Abreu, Alzira A. (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Ferreira, Marieta M. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Fico, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2008.

Fico, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014 (Coleção FGV de bolso, Série História).

Fidelis, Thiago. Cultura Política e Neoinstitucionalismo: Breves Reflexões. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 9(18), 2017, p. 184-206.

Fidelis, Thiago. O pensamento social e político de Júlio de Mesquita Filho nas páginas de O Estado de S. Paulo. In: Costa Filho, Cícero J (org). *Visões autoritárias: reflexões sobre o pensamento conservador no Brasil no século XX*. São Paulo: Todas as Musas, 2019.

Fidelis, Thiago. *PRETO NO BRANCO: as crises políticas institucionais pelas páginas de O Estado de S. Paulo e Última Hora (1954/1956)*. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

Fidelis, Thiago. O Programa Nacional de Alfabetização (PNA) e a participação da educação nas reformas de base do governo João Goulart (1963-1964). *DIÁLOGO*, Canoas, n. 51, p. 01-08, junho 2023.

Fidelis, Thiago. “*SÓ MORTO SAIREI DO CATETE!*”: A MORTE DE GETÚLIO VARGAS PELO JORNAL ÚLTIMA HORA (UH). *Domínios da Imagem*, volume 14, número 26, jan./jun. 2020.

Fidelis, Thiago. *Tostão contra o milhão: a trajetória política de Jânio Quadros pelo jornal O Estado de S. Paulo (1947/1955)*. Editora Multifoco: Rio de Janeiro, 2015 (Luminária Acadêmica).

Franchini Neto, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 48 (2): 129-151, 2005.

Franco, Afonso A. M. *Presidencialismo ou parlamentarismo?* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

Ganster, Rafael. *Industrialização e imprensa: o debate acerca da indústria automobilística durante o governo JK (1956-1961)*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Goldstein, Gisele. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987 (Novas buscas em comunicação; v. 19).

Gomes, Angela C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Gomes, Angela C. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Gomes, Angela C.; Ferreira, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Gomes, Angela C. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia Historia*, n. 28, p. 58-68, dezembro de 2002.

Gonçalves, Sérgio C. *O Brasil entre a História Narrativa e a História Analítica (1840-1870): Civilização, Progresso e Desenvolvimento*. Franca: [s.n.], 2015. 253 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Gonçalves Jr, Válter. 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. *Agência Senado*, Brasília, 25 mar. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 31 jan. 2025.

Gontijo, Rebeca. Manoel Bomfim, educador e cientista da educação? In: Gontijo, Rebeca (org.). *Manoel Bomfim*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

Hippolito, Lucia. *De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 – 64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 85).

Hobsbawm, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Hobsbawm, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Holanda, Sérgio B. *O Brasil monárquico, v. 7: do Império à República*. 7º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (História geral da civilização brasileira; t. 2; v. 7).

Horta, José S. B. GUSTAVO CAPANEMA (1900 – 1985). In: Horta, José S. B. (org.). *Gustavo Capanema*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

Jeanneney, Jean-Noël. A mídia. In: Rémond, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio

de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Laurenza, Ana M. A. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: Martins, Ana L.; Luca, Tania R. (org). *História da imprensa no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Laurenza, Ana M. A. *Lacerda x Wainer – O corvo e o bessarabiano*. 2º ed. São Paulo: SENAC, 1998.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990 (Coleção Repertórios).

Levi, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Burke, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

Loureiro, Felipe P. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora da Unesp, 2020.

Loureiro, Felipe P. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

Loureiro, Felipe P. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 187-208, 2009.

Luca, Tania R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla B. (org). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Mainwaring, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Manzur, Tânia. A Política Externa Independente (Pei): Antecedentes, Apogeu E Declínio. *Lua Nova*, no. 93, 2014, pp.169-199. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300007>.

Martins, Ana L.; Luca, Tania R. (org). *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Medeiros, Benício. *A rotativa parou! Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Melo, Demian B. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

Mendonça, Marina. *O demolidor de presidentes*. São Paulo: Códex, 2002. 2º edição.

Mesquita, Mário M. C. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. In: Abreu, Marcelo P. A

ordem do progresso. Dois séculos de política econômica no Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2014.

Moniz Bandeira, Luiz A. *De Martí a Fidel: A revolução Cubana e a América Latina*. 2º ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Moniz Bandeira, Luiz A. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1995.

Moniz Bandeira, Luiz A. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Monteiro, Karla. *Samuel Wainer – O homem que estava lá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Motta, Rodrigo P. S. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, nº 15, p. 195-212, jul-dez. 2007.

Motta, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

Motta, Rodrigo P. S. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Motta, Rodrigo P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Munhoz, Sidnei J. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020 (Ciências Sociais – Seção história).

Napolitano, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

Nassif, Luís. *Walther Moreira Salles: o banqueiro-embaixador e a construção do Brasil*. Barueri: Companhia Editora Nacional, 2019.

Paranhos, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Parker, Phyllis R. *1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

Parucker, Paulo E. C. *Praças em pé de guerra: movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Passos, Marta R. G. *Povo, massas e multidões nos contratos de comunicação do jornal Última Hora*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Comunicação e Semiótica, 2009.

Paulo, Heloisa. “1961: o Assalto do Santa Maria e o Desmoronar do Regime Salazarista em Portugal”, *História Revista*, 16(1), 53-80, 2011.

Paxton, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Pereira, Lauro A. *Imprensa e populismo: Última Hora no segundo governo Vargas (1951-1954)*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCSP.

Queler, Jefferson. *ENTRE O MITO E A PROPAGANDA POLÍTICA: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, 2008.

Rémond, René (org). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Ricupero, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Rolleberg, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

Rouchou, Joelle. *Samuel: duas vozes de Wainer*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

Sampaio, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Ed., 1982.

Saviani, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas do Brasil*. – 2. ed. red. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Schwarz, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

Segatto, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Sento-Sé, João T. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas/Espaço e Tempo, 1999.

Serrano, Pascual. *Desinformación*. Como los médios ocultan el mundo. Barcelona: Ediciones Península, 2013.

Sharpe, Jim. A história vista de baixo. In: Burke, Peter (org). *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

Skidmore, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. 7º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Sodré, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

(RETRATOS DO BRASIL, Volume 51).

Thompson, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Viana Filho, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975 (Documentos brasileiros, v.n. 166).

William, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do Marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Wrobel, Paulo S. Aspectos da Política Externa Independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. *Estudos Históricos*. N. 12, v. 06, p. 191-209, 1993.